

APOSTILA DE CONHECIMENTOS GERAIS

MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul é um bloco regional, com formação sul x sul (pobre x pobre); portanto, a exemplo das organizações já existentes, como a **AALALC-ALADI, MCCA, Pacto Andino, Asean e Caricom**, é de difícil implantação e mais difícil o seu funcionamento, principalmente porque apresentam "economia monótona", isto é, seus países-membros apresentam os mesmos problemas, como dependência tecnológica, dívidas externa e interna muito altas, instabilidade política, desigualdades sociais, etc.

Sua criação é resultado de tentativas de sobrevivência num mundo cada vez mais globalizado, onde os megablocos ameaçam, com as idéias neoliberais de internacionalização da economia, teoria do estado mínimo, privatização das estatais, o domínio do capital volátil, enfraquecendo os governos locais e forçando a eliminação das fronteiras econômicas, que conseqüentemente, podem desestruturar as economias dos países mais fragilizados; isto é, enxugar os Estados, romper com a estrutura de estado-nação e internacionalizar a economia dos países do sul. É o choque atual entre **globalização** e o **nacionalismo**, defendido por elites locais e/ou minorias étnicas excluídas do processo.

Etapas de criação/implantação do Mercosul

Com o início da redemocratização da América Latina ou término dos regimes autoritários e esvaziamento da operação Condor, financiada de acordo com os interesses dos EUA, houve várias tentativas de implantação das idéias neoliberais no Brasil. Com isso, antes do Plano Real tivemos os Planos Cruzados I e II (Funaro, Bresser), Plano Collor e o Plano Verão. Mas as variáveis internas impediram que algumas dessas tentativas chegassem ao neoliberalismo, como aconteceu com o Plano Real.

1º) 1986 - Acordo Bilateral Brasil X Argentina.

- Término da operação Condor; os EUA não apóiam mais os regimes autoritários.
- Redemocratização na América Latina.

* Brasil - Plano Cruzado. Primeiro presidente civil, ainda eleito pelo colégio eleitoral, José Sarney, substitui o último presidente militar, General João Batista de Figueiredo.

* Argentina - Plano Alfonsín ou Austral. O presidente civil eleito substitui o general Galtieri, responsável pela Guerra das Malvinas.

Os planos econômicos inicialmente consistiam em congelamento de preços e salários, eliminando o processo hiperinflacionário e permitindo, após décadas de descontrole, que a população pudesse fiscalizar os preços de seu consumo diário, surgindo os famosos fiscais do Sarney. Infelizmente, os interesses políticos falaram mais alto e, logo após as primeiras eleições mais livres no Brasil, surge o Plano Cruzado dois, descongelando os preços e mantendo congelados os salários, com a conseqüente queda do poder aquisitivo de nossa população.

2º) 1991 - Tratado de Assunção.

- Proposta de criação do Mercosul.
- Proposta de criar uma área de livre trânsito de pessoas, mercadorias, capital e empresas no estilo europeu. Portanto, não é uma área somente de livre comércio, como o ALCA ou o NAFTA. Mas também ainda não é um mercado comum, funcionando primeiro como área de livre comércio.
- Países-membros: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

3º) Dez/94-Reunião de Ouro Preto (MG).

1º de janeiro de 95.

- O Mercosul passa a funcionar como União Aduaneira.
- Adota a TEC - Tarifa Externa Comum para as importações.
- * Brasil = Plano Real.

Onde um real é igual ou aproximadamente igual a um dólar, adotando o sistema de banda cambial ou câmbio fixo-flutuante.

* Argentina = Plano Cavallo (dolarização ou paridade das moedas, um peso = um dólar) ou política de câmbio fixo; somente a Argentina e Hong-Kong funcionam desta forma tão radical. O Equador o está adotando e El Salvador está indo pelo mesmo caminho.

Observação: Na prática, a lei da conversibilidade das moedas ou cambial coloca a Argentina na ante-sala da dolarização. É costume dizer que a moeda argentina ficou virtual (peso.com), pois quem manda é a moeda norte-americana.

Vejamos o exemplo atual - com a crise de janeiro de 1999, o Brasil desvalorizou rapidamente o real, pois havia adotado o sistema de banda cambial; já a Argentina não pode fazer o mesmo, pois ao adotar o sistema de paridade com a moeda norte-americana sua população passou a assumir compromissos em dólares; portanto, se o Governo argentino desvalorizar o peso, haverá uma hipervalorização das dívidas de sua população, podendo provocar um grau de insatisfação tão intenso que pode desestabilizar o Governo local, e isso iria atingir de imediato os demais países do Mercosul, podendo provocar novo efeito cascata ou dominó, como os efeitos Tequila, do México, o efeito Saque, da Ásia ou o efeito Vodka da Rússia; aliás, esse é um dos grandes problemas da Globalização neoliberal, pois se ocorre uma internacionalização maior das economias, também é verdade que ocorre uma internacionalização das crises, do desemprego estrutural, da exclusão dos menos preparados, que poderá fortalecer os defensores do pensamento ultra-nacionalista, isto é, da defesa radical das fronteiras nacionais, o que não interessa aos atuais países dominadores.

1996 - o Chile pede para entrar como membro efetivo do Mercosul, ao mesmo tempo que está negociando sua entrada para o NAFTA e a APEC.

4º) 1997 - **Reunião de Fortaleza.**

- A Bolívia formaliza o pedido de entrada como membro efetivo, irias permanece, a exemplo do Chile, como "associada" ou "parceira preferencial", até tomar as medidas econômicas necessárias. Conseguem privilégios criando uma área de livre comércio com a União Aduaneira dos países-membros do Mercosul.

- Surge a idéia da moeda única. Mas com discordâncias entre o Brasil e a Argentina.

Observação: A integração do Mercosul aumentou em mais de 400% o comércio entre os países-membros, enquanto que, ao mesmo tempo, o aumento do comércio com os EUA não chegou a 25%, o que preocupou a superpotência.

Dizer que aumentou em mais de 400% o comércio entre os países-membros e associados do Mercosul não quer dizer que foi superior, em valores, ao aumento de 25% do comércio deste com os EUA.

O Mercosul não representa 2% do comércio mundial.

5º) 13/1/99 - **Crise do Real** - efeito samba ou cachaça.

- O Brasil abandona a banda cambial, pois não utiliza mais a reserva cambial para manter próxima a equivalência do real com o dólar norte-americano.

- O Brasil adota o câmbio flutuante, permitindo que o valor da moeda nacional oscile de acordo com a lei da oferta e da procura em relação ao dólar. De 1999 até o início de 2001, o Banco Central não intervém no controle, mantendo a flutuação limpa; a partir de fevereiro de 2001, quando o dólar ultrapassa a faixa de dois reais, o BC passa a intervir no mercado de moedas, iniciando uma fase de flutuação suja.

- A desvalorização da moeda brasileira inverte a balança comercial com a Argentina, provocando um significativo déficit para a Argentina, com fuga dos investimentos e das empresas para o Brasil.

- Argentina não pode desvalorizar a sua moeda, o peso, pois adotou a conversibilidade cambial com a moeda norte-americana.

- Ao desvalorizar o real, houve uma valorização dos salários mínimos, que já eram mais elevados, na Argentina, Uruguai e Paraguai, aumentando as exportações brasileiras e reduzindo as importações dos países vizinhos.

6º) Julho de 2000 - **Reunião de Buenos Aires.**

- Demonstra que a crise está passando (otimismo).

- Na verdade, a crise Argentina já dura mais de 30 meses.

- Assinatura do Acordo Automobilístico, a loucura dos 35%.

- Proposta de acelerar a entrada do Chile e da Bolívia no Mercosul.

7º) Crise Argentina, com a ajuda do FMI, FED e BIRD. Em contrapartida, o país aumenta a idade de aposentadoria das mulheres para 65 anos, força a redução dos salários dos servidores públicos, não esquecendo que há tempos esses salários não eram corrigidos, a exemplo do que ocorre no Brasil e, propõe a privatização do sistema de saúde. O governo argentino entra em crise com o Congresso quanto às reformas estruturais necessárias para sair da crise.

8º) A ajuda do FMI para a Argentina pode ajudar a economia brasileira.

9º) Com o objetivo de se resguardar, devido a provável declaração de falência pela Argentina, o Brasil firma um novo acordo com o FMI, alegando que o empréstimo de 15 bilhões de dólares é somente uma garantia, que não existe a intenção de usar estes recursos. O Brasil acaba assumindo compromissos mais pesados com o FMI, como maior redução no déficit primário, etc. Estamos no mês de agosto de 2001. Nesse momento a equipe econômica da Argentina encontra-se nos EUA, reunida com o FMI, tentando superar a crise.

10º) 2005 - é prevista a conclusão na implantação do Mercosul, situação cada vez mais difícil, pois o Chile retomou as negociações com os EUA para sua entrada no NAFTA e a Argentina só consegue sair da crise atual com sujeição às imposições do FMI. E os resultados disso nós bem que conhecemos.

A visita ao Brasil do novo superministro da economia Argentina já prenuncia novas tempestades para a América Latina como um todo e, mais especificamente, para o Mercosul. O ministro Cavallo começa a romper com a TEC; com isso o Mercosul pode deixar a fase de União Aduaneira, regredindo para área de livre comércio.

Se o Mercosul for concluído, situação cada vez menos provável, podemos dizer que começa a funcionar como Mercado Comum a partir de 2005, como foi previsto no projeto inicial.

ATUALIDADES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

O MUNDO HOJE

Os acontecimentos ocorridos no dia 11 de setembro, que culminou com a destruição do "World Trade Center" e de parte do "Pentágono", não podem ser encarados como um fato isolado, nem como mais uma atualidade, que após algum tempo será substituída por novos acontecimentos. Na realidade, este acontecimento vem precedido de fatos importantes, mas de menor escala, e, é óbvio, vem a refletir em novos acontecimentos, que nos próximos anos, vão alterar o comportamento entre as nações, modificando suas relações e referindo no cotidiano dos cidadãos. Também não pode ser analisado somente de acordo com uma variável e, sim, de acordo com as características econômicas, políticas, sociais e culturais. Enfim, o dia 11 de setembro de 2001, na forma de acontecimentos, indica o 1º dia do século 21, só que este dia ainda não acabou.

Vamos tentar analisar um pouco este processo.

1º) Fatos que precederam o dia 11/9.

a) A Política Externa dos EUA.

Com os republicanos no poder, o país mais poderoso do mundo passa a se comportar de uma forma mais isolada em nível de atitudes quanto aos seus principais parceiros e, principalmente, quanto aos países do Terceiro Mundo.

- Não participa oficialmente do fórum econômico mundial em Davos, na Suíça.
- Retoma o desenvolvimento de tecnologia.

O objetivo de implantar o projeto Guerra nas Estrelas (Star War), gera protestos mundiais quanto aos riscos de provocar nova corrida armamentista, protestos vindos principalmente da China Popular e da Rússia, hoje, parceiros dos EUA.

- Retoma as pesquisas quanto às armas químicas e biológicas, rompendo com acordos internacionais.
- Declara publicamente que vai conseguir autorização para o ajuste rápido do Congresso americano, para implantar a Alca.
- Passa a reduzir rapidamente os impostos e os juros internos, demonstrando que sua economia está entrando em recessão.
- Reunião do Grupo dos Sete (G7) mais a Rússia (G8), em Gênova. Os discursos do Governo americano são de imposições e não de propostas a serem discutidas.
- Declara publicamente que, mesmo modificado, não vai assinar o protocolo de Kyoto (1997), decisão tomada ao término da 3ª reunião sobre clima, na Alemanha (2001).
- Abandona, junto com Israel, na 3ª reunião sobre racismo, xenofobismo e outras formas de segregação, ocorrida em Durban na África do Sul. Por não aceitar discutir o "sionismo" como forma de segregação, nem a questão do povo palestino, a necessidade de implantação de um Estado deste povo em Diáspora, nem a situação atual da Palestina, que está vivendo uma nova intifada, guerra das pedras.

b) Acontecimentos e atentados que precederam o dia 11/9.

- O atentado com o caminhão-bomba no "World Trade Center" em 1993, que de acordo com a imprensa, em seis anos, fez desaparecer cerca de 90% das empresas que possuíam seus escritórios centrais naquele local.
- Os atentados nas embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, na África (1999).

Obs.: Já colocados como fatos de responsabilidade de Al-qaeda, sobre o comando milionário saudita Osama Bin Laden.

- Bem como a explosão do navio torpedeiro dos EUA na região do Golfo de Áden, no Estreito de Babel'Mandeb, rota petrolífera, entre a Somália (Chifre Sul da África) e a Arábia Saudita.

c) Fatos internos norte-americanos ligados a sua política externa atual.

A Guerra do Vietnã

A grande derrota militar dos EUA, no período da Guerra Fria, provocou um certo enfraquecimento de um de seus ícones de sustentação, pois o nacionalismo anglo-saxônico, protestante, ultraconservador, não consegue convencer a opinião pública nacional, quanto às mortes de milhares de jovens brancos americanos, bem como o uso de armas de extermínio em massa neste país como o napalm, o agente laranja e o agente azul.

A sociedade norte-americana passa a questionar a política externa de seu governo. A pergunta é: o que o Vietnã representa como ameaça para o mundo?

Obs.: Em consequência da guerra do Vietnã, o governo dos Estados Unidos abandona o câmbio dólar/ouro-fixado, adotado desde a conferência de Bretton Woods, e adota o câmbio flutuante, desregulamentando todo o comércio mundial. Ao mesmo tempo que se aproxima cada vez mais da República Popular da China na famosa doutrina Nixon.

A sociedade americana sofre alterações em sua base de organização, principalmente nas formas de nacionalismo, fortalecendo os nacionalismos:

- **regionalizado** - o californiano, o texano, o nova-iorquino, etc.
- **cooperativo**- a defesa dos interesses econômicos em grupos organizados de interesse comum.
- **hifenado** - o crescimento mais rápido da população não branca gera uma forma de nacionalismo étnico afro-americano, asiático-americano, latino norte-americano, etc.

O poder político e econômico anglo-saxônico havia perdido uma de suas bases de sustentação, o nacionalismo, com isto, não havia respaldo interno para sustentar novos conflitos contra o inimigo externo.

A Guerra do Golfo

Operação tempestade no deserto, guerra pré-datada ou guerra videogame.

A questão oferecida pelo Iraque, ao invadir o território do Coueite(Kuwait), é a grande oportunidade do poder bélico norte-americano recuperar o apoio da opinião pública dos EUA, pois em 1991 a URSS estava em ritmo acelerado de extinção. Portanto, era preciso mostrar ao mundo que uma grande potência havia sobrevivido ao desgaste da corrida armamentista das últimas décadas.

A maior parte das técnicas e instrumentos utilizados na guerra do Golfo tinha um endereço certo:

- mostrar a sua supremacia bélica para o mundo;
- convencer a sociedade norte-americana que era possível gastar pouco e provocar grande destruição ao inimigo externo.

Nota 1 - Dados oficiais colocam que morreram 100 soldados dos aliados e 500.000 iraquianos nesta guerra.

Nota 2 - O bombardeio aéreo praticado pela OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte, na Iugoslávia vem a comprovar esta supremacia bélica. A OTAN nunca havia atacado um Estado-Nação antes, nem atacou depois.

Nota 3 - A partir desta situação, os EUA passam a defender o "modo de vida norte-americano" como o modelo ideal para o mundo, calcado numa espécie de "fundamentalismo" tecnológico e econômico, pois ao defender a política dupla do dólar para os "amigos" e do poder bélico tecnológico para os "inimigos", acaba substituindo o inimigo externo em figura da ex-URSS com seu socialismo real, pelos fundamentalismos ditos religiosos, na sua forma mais radical.

Osama Bin Laden, e as organizações radicais islâmicas mais famosas, como o Hamas - nos acampamentos palestinos, o Jihad - sediado no Egito, o Hezbollah e o Arval no Líbano, de parceiros dos EUA na guerra contra a União Soviética (79/88) no Afeganistão, são transformados pela forma de organização e funcionamento de suas sociedades, nos grandes inimigos da globalização, portanto, inimigos do capitalismo e dos EUA.

O SIONISMO

O sionismo teve seu início no final do século XIX na Europa, onde o fortalecimento econômico-financeiro da comunidade judaica havia conquistado uma grande capacidade de influência nas decisões dos impérios europeus, principalmente no Império Britânico, o mais poderoso na época.

De forma simples: sionismo significa o direito do povo judeu retornar para os lugares sagrados na região da Palestina, no Oriente Médio, onde haviam construído a cidade de Jerusalém e o templo com a arca sagrada, de onde foram expulsos nos anos 68/70 d.C. pelo Império Romano.

Ao expulsar o povo judeu da Palestina, os romanos destruíram o templo sagrado, restando somente o muro, hoje chamado de muro das lamentações. Séculos depois os islâmicos construíram nesta área a Praça das

Mesquitas, onde Maomé morreu, com a terceira mesquita mais importante para o mundo islâmico, somente superada por Meca e Medina - a terra do profeta.

Sionismo representa, também, o direito do povo judeu ser judeu em qualquer lugar que tenha nascido e/ou viva no mundo.

Avanços do sionismo

1º) No início do século XX, os judeus, com poder econômico, passaram a comprar propriedades rurais na Palestina, financiando para que grupos de famílias judias da Europa Oriental (Polônia, Áustria, Rússia, etc.), perseguidos pelos governos e sociedades, fossem deslocados para estas propriedades na Palestina, surgindo deste projeto os primeiros "kibutzim" propriedades coletivas, e os heróis da criação do Estado de Israel, como Ben-Gurion, Golda Meir, etc.

2º) Em 1917 ocorre a Resolução Balfour, isto é, o direito do povo judeu criar um Estado próprio na Palestina, pois o Império Turco-Otomano estava sendo derrotado, e os ingleses estavam começando a dominar o Oriente Médio.

3º) Em 1922 a Liga das Nações Europeias, liderada pelo Império Britânico, vota a favor da criação de um Estado judeu na Palestina.

4º) 1939/1945 - Segunda Guerra Mundial.

Ocorre o holocausto, onde quase 6 milhões de judeus são eliminados na Europa, junto com milhares de outras minorias, étnicas ou não, como os ciganos, testemunhas de Jeová, etc.

Quando estes fatos são revelados para o mundo, coincidem com a mudança do eixo de poder, com a grande águia ou nova Roma substituindo os impérios europeus. Os judeus não podiam perder esta oportunidade histórica, reivindicando seus direitos de criação e implantação de um Estado judeu na Palestina.

5º) 1947 - Resolução da ONU, onde Oswaldo Aranha, diplomata brasileiro, dá o voto de minerva, com a seguinte decisão:

- término do protetorado britânico na Palestina.
- criação do Estado de Israel, com um pouco mais da metade do território.
- criação do Estado palestino dividido em 2 áreas;
- criação das zonas neutras, principalmente da cidade de Jerusalém, que ficaria sob administração internacional.

6º) 1948 - Com a saída dos britânicos, os judeus declaram que estão implantando seu Estado, de acordo com a Resolução da ONU.

- O mundo árabe-islâmico, de forma geral, não aceita a criação do Estado palestino, a RALI - Liga Árabe Unida faz a primeira guerra - Egito, Síria, Jordânia e Árabia Saudita - contra Israel e são derrotados.

Nota - Acaba a diáspora do povo judeu, ao mesmo tempo que começa a diáspora do povo palestino.

7º) 1956 - Com medo que o governo terceiro mundista, de Gamal Nasser, corria o apoio soviético, no Egito, bloqueasse o Canal de Suez, os ingleses e franceses apóiam Israel que invade a Península do Sinai.

Posteriormente, os EUA e a URSS determinam o fim da guerra, demonstrando para o mundo a nova relação de poder.

8º) 1967 - A Guerra dos Seis Dias.

Em menos de duas décadas de implantação, o Estado de Israel passa para a fase de expansão, ocupando militarmente os territórios sagrados nos países islâmicos vizinhos, como o Sinai (Egito) com o porto e a Península de Aq'Abá, conquistando saída pelo Mar Vermelho, a Cisjordânia, com as cidades sagradas e o Mar Morto, as Colinas de Golã (Síria), sendo que esta última, por ser estratégica, até hoje não foi devolvida.

Nota - 1984 - Israel invade o sul do Líbano, criando uma área militar "tampão", expulsando a OLP - Organização para a Libertação da Palestina. Posteriormente substituída pelo Hezbollah, apoiada pela Síria.

Israel só abandonou esta área no ano 2000.

9º) 1973 - A guerra do "Yom Kipur", o dia do perdão para o povo judeu.

Os árabes tentam reconquistar os lugares dominados por Israel na Guerra dos Seis Dias, mas são derrotados.

Nota - Não é mera coincidência, nesse mesmo ano ocorreu a 1ª crise do petróleo.

- É correto afirmar que esta foi a última guerra oficial entre islâmicos e judeus, mas que os conflitos não mudaram, pois a importância da OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo e os petrodólares alteram o equilíbrio de poder no Oriente Médio. A região da Palestina perde importância para outra área no Oriente Médio, o Golfo Pérsico, cercado totalmente por países islâmicos.

A QUESTÃO PALESTINA

Com o início da diáspora em 1948, o povo palestino-árabe, islâmico e sunita - passa a confrontar o Estado de Israel e seu exército, através de grupos políticos - militares organizados na década de 50, surge Yasser

Arafat, criando a Al-Fatah, que logo domina a OLP - Organização para a Libertação da Palestina, que tinha como princípios: não reconhecia a existência do Estado de Israel, nem o direito do povo judeu viver na Palestina.

Na década de 70, o mundo árabe passa a utilizar o petróleo como forma de pressão política e econômica, pois no início desta década o Golfo Pérsico fornecia dois terços do petróleo consumido diariamente no planeta.

Em 1979, um novo golpe para a economia, pois a revolução islâmica no Irã acaba provocando nova crise mundial do petróleo. A queda da Dinastia Pahlevi, que foi colocada no poder em 1952, graças a um golpe de estado fomentado pela CIA norte-americana, havia favorecido a implantação de um governo com tendências modernizantes, com a implantação de valores ocidentais, que entram em choque com uma sociedade fundamentalista islâmica, pois a maioria de sua população é de origem persa, xiita, que atende ao domínio dos aiatollás. Com a revolução em 79, os líderes religiosos implantam uma teocracia e declaram seu ódio aos valores ocidentais, principalmente aos EUA.

Nota - Surge um ponto divisor entre o pan-arabismo e o pan-islamismo, sendo este último muito mais abrangente e radical do que o primeiro.

Em 1986, percebendo as mudanças mundiais, a OLP, liderada por Yasser Arafat, inicia uma nova estratégia contra o Estado de Israel, pois com o objetivo de chamar a atenção do mundo quanto às precárias condições de vida do povo palestino nos acampamentos controlados pelo exército de Israel, criam o processo da intifada para substituir os grupos paramilitares no confronto à força militar de Israel.

Intifada - Guerra das Pedras, o uso da população civil palestina nos acampamentos, que, utilizando paus, pedras e palavras de ordens, jovens, crianças e velhos enfrentam os soldados judeus.

É óbvio que neste confronto a população civil islâmica sai perdendo em número de mortes, mas serve para chamar a atenção do mundo para a questão palestina.

Portanto, a intifada não é uma guerra comum, onde se enfrentam exércitos organizados, podendo terminar ou começar a qualquer momento, de acordo com os comandos palestinos.

A Intifada atual (2000/2001)

Seu início foi provocado por Ariel Sharon, líder do Likud, partido ortodoxo de Israel, que passeou protegido por centenas de seguranças pela Praça das Mesquitas em Jerusalém, provocando os povos islâmicos, ao mesmo tempo que conquistava os votos da maioria dos judeus e torna-se primeiro-ministro de Israel.

O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

A imprensa confunde, mas é bom saber que existem várias formas e povos fundamentalistas e, é óbvio, nem todo árabe é islâmico, nem todo islâmico é fundamentalista ou radical.

Em 622 d.C. quando o grande profeta do islã recebe as mensagens de Alá, através do Anjo Gabriel, seu objetivo maior era de unificar os povos árabes, pois o que prejudicava a união dos povos árabes era a prática do politeísmo.

O islamismo tem muito dos princípios judaicos, assim como cristãos. É óbvio, valores que interessavam no processo de unificação, facilitando o crescimento político, econômico e militar das aldeias árabes.

Em 632 d.C., com a morte de Maomé, o islã sofre a sua primeira divisão séria, criando a figura dos xiitas e dos sunitas. Na realidade, todos são moderados e/ou radicais, pois suas reações dependem muito da ação que vierem a sofrer.

Por ter apoiado o Iraque de Saddam Hussein na Guerra do Golfo, Yasser Arafat e a OLP perdem o apoio, principalmente econômico, dos países islâmicos, que passam a proteger e financiar novos grupos paramilitares que estejam dispostos a enfrentar o Estado de Israel, provocando o crescimento de grupos como o Hamas, o Jihad Hezbollah, etc.

Nota - De novo devemos tomar cuidado com a imprensa ocidental, pois da forma como normalmente é colocado, estes grupos são formados somente por **homens-bomba** e que só praticam atos terroristas. Um bom exemplo disto é o Hamas nos acampamentos palestinos que inicialmente foi sustentado por Israel para fazer oposição à OLP, com as mudanças desta última organização, o Hamas passou para o controle iraniano. Hoje, mais de 90% de seus seguidores trabalham na área social como educação, saúde, alimentação e habitação dos palestinos, nos acampamentos e, menos de 10% é que fazem parte do Hamas militar. Mas são estes últimos que se destacam na imprensa mundial.

O ORIENTE MÉDIO NA DÉCADA DE 90

1993 - A OLP reconhece a existência do Estado de Israel e o direito do povo judeu, também, viver na região da Palestina, dando início a um processo de reconhecimento mútuo, que acabou resultando no Tratado de Oslo I.

1994 - Israel devolve para autogestão do povo palestino, a cidade de Jericó (na Cisjordânia) e a cidade porto de Faixa de Gaza no Mediterrâneo, como primeira etapa de devolução e futura criação do Estado palestino, após devolução de outras áreas.

1995 - O líder trabalhista no poder em Israel, Isaac Rabin, é assassinado por um jovem judeu ligado ao Likud, perturbando as eleições em Israel, e favorecendo a eleição dos conservadores, que representado por Binyamin

Netanyahu, dificulta o processo de paz, ao criar novas colônias de judeus ortodoxos nas áreas ocupadas militarmente pelo exército de Israel, ao mesmo tempo que expande seus domínios na cidade de Jerusalém.

Para administrar as áreas devolvidas por Israel, os grupos palestinos, liderados pela OLP, criam um Estado provisório, organizando sua estrutura política, econômica, social e militar, sem eleições.

ANP = Autoridade Nacional Palestina - comandada por Yasser Arafat, é uma espécie de executivo provisório.

CNP = Conselho Nacional Palestino - formado por representantes dos principais grupos palestinos, de acordo com a sua representatividade, portanto com a maioria da OLP.

Nota: Em 1995, o CNP reconhece o já reconhecido em 1993 pela OLP, quanto ao Estado e ao povo de Israel.

FORMAÇÃO DOS MEGABLOCOS E BLOCOS SUPRANACIONAIS

Globalização

O processo de globalização atual é muito superior em complexidade aos processos de internacionalização e transnacionalização, pois representa uma tendência de união, difusão e/ou integração de todas as características que se tornaram cada vez mais dinâmicas nos últimos séculos, provocando uma crescente articulação e interdependência entre todas as sociedades nacionais.

1. **Internacionalização** - desde o momento em que o ser humano começou a se organizar quanto à forma de produção, o processo de internacionalização passou a avançar. Com a formação dos Estados-nações, no começo da Idade Moderna, que para sua sobrevivência foram obrigados a aumentar suas relações com outros Estados nacionais, os principais fatores que geraram a internacionalização são expressos nas trocas de valores culturais, sociais, bens e serviços, diplomáticos e, principalmente, pelas guerras, com sua capacidade de transformar o sistema produtivo, em consequência dos avanços tecnológicos e o aumento nos comércio internacional.

2. **Transnacionalização** - fenômeno percebido a partir dos anos 60; as filiais das empresas multinacionais superaram em valor de produção o comércio mundial.

O processo de transnacionalização da produção acabou provocando a transnacionalização das finanças, onde os fluxos financeiros internacionais atingem dimensões superiores à inversão estrangeira direta no comércio internacional.

3. **Globalização** - fenômeno que engloba tanto a internacionalização como a transnacionalização, mas que avança, atingindo outros valores numa sociedade, como a uniformização comportamental devido à massificação dos sistemas de informação, uma sociedade se globaliza na proporção direta de sua capacidade de consumo, principalmente através de imagens e informações transmitidas pelos meios de comunicação, como a televisão.

O que a globalização apresenta para uma sociedade não são somente produtos, mas sim idéias quanto ao mercado, à democracia, à educação, à família, à sexualidade, ao trabalho, lazer, etc.

Um fator importante, responsável pelos avanços da globalização, foi o esgotamento da fase pós-Segunda Guerra, denominada de guerra fria, com a recuperação econômica e o crescimento dos países que atualmente formam os blocos econômicos supranacionais, como o Nafta, a União Européia, Mercosul, etc.

É óbvio que o término do confronto ideológico foi muito importante, mas sozinho não provocaria tantas mudanças na base de funcionamento das sociedades organizadas.

As mudanças na base do sistema de produção, onde a produção em escala ou fordista, inflexível, estanque, cede espaço para uma forma de produção mais flexível ou toyotista, onde os novos instrumentos como a informática, a robótica e a automação, resultantes dos avanços científicos na área das ciências espaciais, a nanotecnologia, a biotecnologia, acabam provocando transformações na estrutura de funcionamento quanto ao trabalho humano, com aumento na produção, produtividade e diversidade dos produtos fabricados. Ao mesmo tempo que a maior eficiência tecnológica força a um processo de reciclagem da mão-de-obra, provocando instabilidade política e social.

Toda esta situação acaba gerando crise de modernidade, onde as sociedades mais avançadas atingem a fase pós-urbano/industrial, isto é, concentrando o que significa poder, como a tecnologia de ponta e o sistema financeiro. Ao mesmo tempo que forçam a uma desconcentração das atividades que perdem valor estratégico para os países periféricos, pois estas atividades não lhes interessa.

Por ser um processo mais complexo, seus resultados são mais complexos ainda, provocando e até forçando, de acordo com a conveniência dos países centrais, mudanças na forma de funcionamento das sociedades, como:

- formação dos megablocos e blocos supranacionais;

- retorno do pensamento liberal, sob nova roupagem, na manutenção do comando mundial.

1. Teoria do estado mínimo.

2. Nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

3. Fortalecimento do ultranacionalismo, na forma de fundamentalismos religiosos e etno/xenofobismo, como forma de reação às mudanças provocadas pelos países centrais.

4. Nova forma de comportamento dos organismos internacionais, como o FMI, BIRD, BID, etc.

5. Mudanças no sistema monetário internacional.

6. Avanços do capital volátil em detrimento do capital de produção.

7. Criação de novas organizações a exemplo da Organização Mundial do Comércio, que substituiu o GATT, a partir de 1995.

NEOLIBERALISMO

A teoria do estado mínimo defendida pelo pensamento neoliberal corresponde à defesa dos países ricos que utilizam suas principais representações internacionais, como o FMI, o BIRD, empresas, capital e controle sobre o conhecimento tecnológico, forçando os países pobres a reduzir o poder de seus Estados como agente econômico, obrigando-os a implantar reformas estruturais, como privatizar as estatais e os setores estratégicos, ao mesmo tempo que mudam a política monetária e cambial, facilitando a entrada das empresas e do capital estrangeiro, forçando os países periféricos a eliminar o protecionismo.

Os representantes dos países centrais defendem a idéia de os governos dos países pobres ficarem somente com a responsabilidade direta sob a educação, principalmente no ensino básico ou fundamental, o restante deve ser privatizado. Esta situação ficou bem exposta no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, onde somente os EUA não enviaram representantes, demonstrando nova posição desta potência nas relações internacionais, com a chegada ao poder pelos republicanos, ao mesmo tempo que ocorria o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no Brasil.

Como obrigar os países periféricos a privatizar

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

Medidas

1980 - Implanta o plano de reformas estruturais.

Facilita a liberação de recursos para o Terceiro Mundo; basta que os países tomem as seguintes medidas:

- implanta as reformas tributária, fiscal, orçamentária, político-partidária, judiciária, trabalhista, etc.;
- avanço no processo de privatizações.

1983 - Implanta o plano de reformas estruturais, setoriais ou estratégicas.

Medidas

- Liberalização da agricultura, a exemplo da soja no Centro-Oeste, no Brasil.
- Deve privatizar ou terceirizar os serviços como tratamento de água, esgoto, coleta e tratamento de lixo, etc.
- Deve privatizar setores estratégicos, como o setor energético, transportes, sistema viário, comunicações, etc.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) assume a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e exigir o cumprimento das medidas impostas pelo BIRD. Para isto elabora o plano econômico neoliberal, que respeitando a realidade política, econômica, cultural e social de cada país, seu objetivo principal não modifica, que é abrir ou internacionalizar a economia dos países do Terceiro Mundo, como o Plano Real, no Brasil, e o Plano Cavallo, na Argentina.

Análise geopolítica

Como a maioria dos países periféricos eram governados de forma autoritária, na maioria sob controle da elite militar, era conveniente redemocratizar estes países. É triste chegar à conclusão que a campanha das Diretas Já, no Brasil, atendeu a interesses internacionais.

A nova tecnologia resulta numa transferência de atividades produtivas para o Terceiro Mundo, mudando o papel de cada país no comércio internacional, alterando a DIT.

A nova tecnologia resulta em novas máquinas e nova forma de produção, tendo como consequência o desemprego estrutural.

É cada vez mais difícil analisar de forma sedimentada a realidade econômica mundial, mas é fácil perceber como as situações política e social são resultados diretos da realidade econômica e do poder de manipulação do capital financeiro internacional e vice-versa.

É possível distinguir e impossível não perceber como a implantação das idéias neoliberais está alterando a forma de funcionamento das sociedades, principalmente na redução dos valores coletivos e avanços do individualismo. Em contrapartida, o mundo se surpreende cada vez mais com os discursos de cunho social das autoridades nacionais e internacionais, quanto à necessidade de investir na solução das questões que afetam as populações do Terceiro Mundo, como a fome, a tuberculose, a AIDS, o ebola, o analfabetismo, o excedente populacional, as guerras tribais, de interesse econômico para as empresas multinacionais, como as guerras de diamantes na África. Esta situação nos países pobres já está chegando na porta dos países ricos, pois o processo de exclusão também está atingindo parcela significativa das populações dos países ricos, tanto na Europa como na América do Norte.

O Terceiro Mundo, incluindo o Brasil, foi submetido às idéias neoliberais, de forma muito rápida. As elites nacionais embarcaram nestas idéias, implantaram seus planos econômicos de cima para baixo, sem noções reais quanto à capacidade de sua própria sociedade.

Um bom exemplo desta realidade foi o Encontro do Grupo dos Oito (G-8), em julho de 2001 em Gênova, na Itália, onde pela primeira vez os sete mais ricos e a Rússia priorizam em suas discussões, uma pauta, onde a maioria dos itens são de cunho social, devido ao processo de exclusão provocado pela globalização.

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NO TERCEIRO MUNDO

Como sistema socioeconômico, o capitalismo passa por ciclos de crescimento, intercalado por fases de estagnação. Esta situação é consequência direta dos momentos onde ocorrem avanços tecnológicos, que vão refletir em novas formas de produção, com novos fatores que indiquem a importância de cada país ou bloco de países, na nova realidade de relações de poder, quanto ao comando e o grau de dependência.

O processo de globalização fortaleceu mais ainda os processos anteriores, aumentando a dinâmica de internacionalização e transnacionalização em níveis jamais esperados pelos especialistas. Os países centrais entram na fase pós-urbano/industrial, isto é, detêm o controle sobre a nova tecnologia e o sistema financeiro, enquanto a maioria das fábricas, principalmente aquelas que exigem elevado uso de matéria-prima, recursos energéticos, que não necessitam de mão-de-obra muito qualificada, e degradam o meio ambiente são transferidas para os países periféricos. Quanto menor for a importância da fábrica, maior será sua distância em relação aos países centrais.

Está caracterizado o modelo atual, onde deve ser desconcentrado, distribuindo a produção para o Terceiro Mundo das atividades mais antigas, enquanto fica mantida a concentração do high tech e do poder de capital. Os laboratórios e centros de pesquisas, com pessoal altamente qualificado, e os centros financeiros ficam concentrados nos países centrais, enquanto fábricas de automotores, eletrodomésticos, brinquedos, siderurgia, química pesada, etc. são rapidamente transferidas para os países pobres. Está apresentado um dos motivos para a privatização das estatais no Terceiro Mundo.

Um bom exemplo desta situação é o que está acontecendo na China Popular, com a sua abertura econômica localizada nas Zonas Econômicas Especiais, em seu litoral, é o país que mais cresceu economicamente nas duas últimas décadas, mas sua luta maior é quanto à transferência de tecnologia de ponta e o controle do capital externo. Para superar esta situação, o país pratica a pirataria tecnológica, onde mais de 90% dos softwares produzidos no país são cópias ilegais, gerando prejuízo de bilhões de dólares, todo ano, para as multinacionais.

O Brasil, a exemplo dos demais países latino-americanos, está lutando para assumir este novo papel nas relações internacionais, mas esta nova forma de dependência exige mudanças internas estruturais, tanto econômicas como financeiras, que vão refletir na realidade política, social e cultural de sua população.

O Mundo está cada vez menor, o sistema de comunicação em massa, quantifica, podendo também até qualificar o número de informações para a sociedade, permitindo um acompanhamento mais próximo das atividades do Estado, ao mesmo tempo que este próprio Estado está diminuindo seu poder de dominação com as medidas neoliberais. Portanto, não podemos dizer que houve um aumento no índice de corrupção, incompetência administrativa, enfim, de prepotência das autoridades e mau uso dos recursos públicos, o que aumentou foi a transparência das informações e a capacidade de cobrança da sociedade. Já foi o tempo do empreguismo, das propinas, dos elefantes brancos. Só falta as autoridades se conscientizarem que não estão mais acima do bem e do mal. Enquanto isto não acontece, o Terceiro Mundo vai vivendo com o acúmulo de crises econômicas e financeiras e de escândalos políticos.

PROCESSO HISTÓRICO

A segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX podem ser consideradas de várias formas, entre elas, como uma etapa da história da humanidade de uma dinâmica de transformações significativas. O término das revoluções burguesas e início das revoluções socialistas-Rússia em 1917; o surgimento das potências emergentes, como os EUA, o Japão e a Rússia, em concorrência com os impérios europeus, principalmente com o Império britânico; os avanços tecnológicos que aumentam a produção, a produtividade e a diversidade industrial, acelerando o consumismo com um aumento na exploração dos recursos naturais seguido de uma degradação ambiental superior à homeostase, isto é, superior à capacidade de recuperação natural, com a formação de mercados consumidores no Terceiro Mundo; expansão e posterior esgotamento da fase neocolonial, modificando de forma drástica a forma de produção e, por consequência, a realidade sociocultural dos povos africanos, americanos e da Ásia Tropical.

A disputa pela hegemonia mundial provoca a Primeira Guerra, a primeira revolução socialista vitoriosa na Rússia, seguida da crise de superprodução do sistema capitalista em 1929 e chega ao auge com a Segunda Guerra Mundial terminando, assim, com a fase do capitalismo industrial ou selvagem, e iniciando o que hoje classificamos de capitalismo monopolista ou financeiro.

Estas mudanças alteram as relações internacionais de forma radical quanto ao seu eixo de comando, onde a "Nova Roma" (EUA) substitui os impérios europeus.

Em resumo, para substituir os antigos mandatários internacionais, a superpotência capitalista precisa criar novas estruturas econômicas, políticas, financeiras e militares que atendam aos seus interesses e esvaziem os poderes dos antigos "donos" do planeta.

Para que isto ocorresse, os EUA precisavam de novas formas de parceria como também de novas entidades internacionais que através de suas ingerências, transformassem os princípios da "Doutrina Monroe" (o comando da América), para a "Doutrina Truman", assumindo o comando mundial. Por isto, ocorreu a Conferência de **Bretton Woods** nas proximidades da cidade de Washington DC. Pode-se dizer que esta conferência foi o "pontapé inicial" para que, nas próximas décadas, fossem surgindo novas organizações mundiais para atenderem aos interesses da superpotência norte-americana.

CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS (1944)

Reunião entre quarenta e quatro nações, em New Hampshire (EUA), cujo objetivo principal era restabelecer uma ordem monetária internacional, de acordo com a nova realidade nas relações de poder do pós-Segunda Guerra Mundial.

Havia a necessidade de se definir as novas regras para regular as relações econômicas e comerciais entre os países, resultando em quatro pontos.

- a) A criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.
- b) A criação de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis em relação à nova moeda mundial, oscilando numa banda cambial (2,5%) de no máximo 1,25% ou menos 1,25% em relação ao dólar norte-americano.
- c) O FMI funcionaria como uma política de seguro, auxiliando na capacidade de liquidez dos países-membros, isto manteria suas taxas cambiais.
- d) A criação de um código de ação, onde todos os países-membros, ao superarem a crise cambial resultante do período conturbado das primeiras décadas do século XX, retornariam para um sistema de pagamentos multilaterais baseados na conversão da moeda.

Criação do Banco Mundial

É uma instituição de desenvolvimento.

Nas próximas décadas o Banco Mundial é dividido em quatro organizações para atuação de acordo com objetivos específicos, mas que no fundo se complementam.

- 1) O CFI - Corporação Financeira Internacional, entidade que arrecada recursos do mercado de capitais, para financiar investimentos particulares e as empresas privadas que investem no Terceiro Mundo.
- 2) A ADI - criada em 1960, a Associação de Desenvolvimento Internacional utiliza recursos do orçamento dos países-membros para financiar a juros muito baixos e a longo prazo os países mais periféricos ou até os países que, mesmo não sendo da extrema periferia, apresentam grandes bolsões de pobreza absoluta de acordo com os critérios de IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, elaborados pela Organização das Nações Unidas a partir de 1991.

A última reunião do G-8 - Grupo dos sete países mais ricos e da Rússia, em julho de 2001, na cidade de Gênova, na Itália, acabou resultando no perdão de parte da dívida das vinte nações mais pobres do mundo, grande parte desta dívida é proveniente dos empréstimos feitos pela ADI.

Um bom exemplo desta situação é o projeto IDH 14, desenvolvido no Brasil, para tentar minimizar a situação de miséria que atinge as 14 áreas mais pobres em nosso país.

Estes recursos correspondem às dívidas que deveriam ser perdoadas no ano 2000, de acordo com a defesa feita pelo Vaticano, entidades e personalidades mundiais, que defendiam suas idéias com o ano do Jubileu de Ouro. Infelizmente, a realidade mundial, principalmente quanto às formas como estes recursos foram utilizados pelos países pobres, inviabilizou o perdão esperado pelas sociedades mais pobres do mundo.

3) A AGIM - Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais, Órgão do Banco Mundial que procura dar garantias para as situações não-econômicas enfrentadas pelas empresas que investem nos países do Terceiro Mundo. Se uma multinacional implanta uma filial num país pobre, ocorre um golpe de Estado, e a sua filial é nacionalizada, a AGIM cobre os prejuízos desta empresa.

4) Criação do BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

O BIRD lida diretamente com os governos dos países subdesenvolvidos, facilitando para que adquiram credibilidade no Mercado Internacional e fazendo a intermediação entre o Mercado Financeiro Internacional e as necessidades de recursos destes países. Oferece assessoria técnica e econômica através de suas equipes ou missões, como são chamadas.

Portanto, o BIRD recorre ao Mercado Financeiro Internacional, fazendo empréstimos a juros de mercado e repassa estes empréstimos a juros mais altos para os países do Terceiro Mundo. Quando o BIRD toma esta atitude, o país favorecido passa a ter maior credibilidade no Mercado Financeiro Internacional e, além dos empréstimos diretos do BIRD, pode recorrer aos bancos e financeiras privadas para conseguir mais dinheiro.

Os lucros obtidos por estas transações são altíssimos e, na maioria das vezes, são repassados para os Estados Unidos, principal mantenedor deste órgão.

O BIRD nunca deixou de cumprir seus compromissos com as entidades financeiras internacionais, pois além dos altos recursos em ativo que possui, só o que o Terceiro Mundo lhe deve e lhe paga em serviços e juros da dívida externa por ano é o suficiente para cumprir seus compromissos com estas entidades e ainda sobra

muito. Sua lucratividade para os países centrais é tão elevada que sua classificação internacional é AAA, isto é, possui total confiança ao fazer pedidos de empréstimos no mercado internacional.

A última informação sobre os trabalhos do BIRD, corresponde a um levantamento mundial sobre a realidade socioeconômica dos países pobres. O interessante desta pesquisa, é que o BIRD começa a defender a idéia de retrocesso; os países subdesenvolvidos devem voltar a priorizar as atividades primárias como agricultura, pecuária e extrativismo, na forma de commodities e, se possível, desestimular ou até desmontar sua modernização industrial. A justificativa para este comportamento do BIRD é quanto à capacidade competitiva destes países no comércio mundial.

Conseqüências imediatas

* Plano Marshall para a Europa.

* Plano Colombo para a Ásia.

* Criação do "cordão sanitário" para os novos países, de independência concedida, que surgem no Terceiro Mundo, principalmente na Ásia Tropical, África e América Latina, ou países que já existiam e que adquirem importância na realidade da Guerra Fria, no pós-Segunda Guerra, como o Brasil na América do Sul.

* Criação do FMI - Fundo Monetário Internacional. De acordo com sua criação, o FMI tem como função manter a estabilidade do sistema monetário e financiar os déficits da balança de pagamento dos países-membros. É uma instituição monetária.

- Extinção do lastro ouro e implantação do câmbio **dólar-ouro/fixo**, onde 31,1 gramas de ouro (1 onça), equivalem a 35 dólares americanos, e é óbvio, o FED - "Federal Reserv Board", o Banco Central dos EUA - garantiria a paridade. Com isto, temos a dolarização da economia mundial.

Obs.: Ao mesmo tempo que os EUA adotam o câmbio fixo, ele obriga a adoção pelos países, do câmbio fixo flutuante, isto é, todas as moedas deveriam oscilar numa banda cambial, onde seu valor não poderia exceder mais que 1,25%, ou menos de 1,25% (oscilação de 2,5%) do valor do dólar no mercado internacional. Esta medida foi mais política do que econômica, pois a Conferência de Bretton Woods, mais especificamente, o FED - Banco Central norte-americano, não levou em consideração as diferenças econômicas dos países no mundo, principalmente as políticas inflacionárias.

O principal papel do FMI era o de socorrer os países-membros, principalmente na manutenção do câmbio e na correção das balanças de pagamentos.

Na década de 70, os EUA abandonam o câmbio fixo e adotam o câmbio flutuante. O motivo mais sério para esta mudança foi a emissão muito elevada de dólares necessários para sustentar a Guerra do Vietnã, o que provocou uma desvalorização muito rápida da moeda no mercado internacional. Inteligentemente os EUA mudam o seu sistema cambial, pois seria um desastre econômico se o FED (Banco Central), continuasse mantendo a paridade - dólares-ouro. É quase certo que boa parte de suas reservas deste metal seria trocada pelo excesso de dólares que existia no mercado externo.

Ao adotar o câmbio flutuante, os EUA provocaram uma significativa desregulamentação no comércio mundial, pois mudou o seu câmbio, mas não apresentou soluções para o câmbio fixo-flutuante, que havia sido adotado para o mundo na Conferência de Bretton Woods.

Em 1976, na Conferência do FMI na Jamaica, os países mais importantes no comércio mundial legalizam o câmbio flutuante e para compensar a desregulamentação no comércio internacional, adotam o DES - Desconto Especial de Saques, uma moeda bancária, calculada pela média ponderada das 16 moedas mais usadas no comércio. Com isto, conseguiram regularizar alguns aspectos do comércio mundial.

Com a mudança cambial, o FMI perde boa parte de sua importância, portanto, podemos dizer que é o início do fim da Conferência de Bretton Woods, a única atividade que lhe sobra é de dar assistência aos déficits na balança de pagamentos, ditando padrões para as políticas econômicas nacionais e monitorando as taxas cambiais dos países devedores. Socorrendo os países em crise econômica através dos SDRs (Special Drawing Rights), isto é, **direitos especiais de saque**, um dinheiro internacional criado pelo FMI, cujo valor corresponde ao movimento das taxas cambiais das cinco moedas mais importantes dos países-membros: o dólar, yene, marco, franco e a libra esterlina.

Com a implantação do Banco Central Europeu e a adoção do euro por onze países-membros da União Européia, em primeiro de janeiro de 1999, o DES - Desconto Especial de Saque passou a ter como critérios o dólar, o yene, a libra esterlina e o euro, portanto, hoje, são quatro moedas. Se ocorrer a efetivação do euro, sendo adotado pelos quinze países-membros, como está previsto para 2002, os critérios para estipular o valor do DES podem mudar novamente.

- 1948 - **Avanços na OIT** - Organização Internacional do Trabalho.

- 1948 - **Criação do GATT** - Conferência de Havana.

- Acordo Geral de Tarifas e Comércio, atual OMC - Organização Mundial do Comércio (Reunião de Montevideú, 1985).

É importante salientar que a idéia era criar a OIC - Organização Internacional do Comércio, mas como os EUA e a maioria dos países periféricos não concordaram, a solução mais prática foi a criação do GATT. Portanto, este órgão, em seu início, não era oficial, isto é, não teve a concordância da maioria dos países.

Em 1995, em consequência da rodada do Uruguai (1985), o GATT é extinto e substituído pela OMC. É importante observar que a OMC foi reconhecida pela maioria das nações, mas, até hoje, não foi regulamentado o comércio mundial.

- 1945 - **Criação da ONU** - Organização das Nações Unidas, na Conferência de São Francisco.

* Precedida pela Conferência de **Yalta** e um pouco antes da Conferência de **Potsdam**, que vieram a redefinir o papel da Europa na nova realidade mundial.

- 1949 - **Criação da OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte (militar).

Para atender ao interesse dos EUA, são criadas gradativamente organizações que sob o seu comando vão determinar o comportamento do mundo capitalista no confronto com o Império Soviético e seus países-satélites na fase denominada bipolarização ou ordem mundial, com todas as suas características, como: expansão dos monopólios e oligopólios (multinacionais), caracterizando a formação de trustes, cartéis, holdings e a prática do dumping; término do liberalismo com um fortalecimento do Estado; corrida armamentista e espacial; desenvolvimento de armas químicas, biológicas e nucleares de destruição em massa, até chegarmos a tecnologias atuais como a biotecnologia, nanotecnologia, resultando nos produtos transgênicos e nas questões étnicas sobre os avanços na clonagem.

A década de 80 é considerada a "década perdida". O esgotamento do sistema implantado após a Segunda Guerra Mundial é bem nítido, pois tanto os EUA como a URSS tinham capacidade de destruir várias vezes seu inimigo, mas sabiam que se alguém tomasse esta atitude estaria destruindo a si próprio. Não existe mais a vantagem militar da primeira iniciativa. É nesta situação que se percebe as intransigências dos EUA quanto a continuar com o Projeto Guerra nas Estrelas e com a não-assinatura do Tratado de Kyoto, mesmo com suas mudanças, na reunião do G-8, em Gênova-2001.

O mundo teria de mudar, pois os países-potências estavam gastando trilhões de dólares/década para sustentar uma situação que poderia atingir um ponto irreversível, como a Terceira Guerra Mundial. O primeiro grito de alerta é dado pela ONU, onde prova que um ano de gastos militares significava, no mínimo, 25 anos sem fome em todo o planeta. Não podendo esquecer que a maioria das tecnologias, que eram desenvolvidas, eram consideradas estratégicas, sendo assim, não eram transferidas para a economia normal, a população não tinha acesso aos novos conhecimentos, nem aos produtos que poderiam ser desenvolvidos deste conhecimento.

Esta situação é acelerada com a implantação de reformas políticas e econômicas na URSS (glasnost, perestroika) e a exaustão do déficit público e orçamentário norte-americano em conjunto com o déficit da balança comercial. Neste momento, surge um questionamento para os donos do mundo: o que fazer com a grande soma de recursos que eram investidos na corrida armamentista, nas atividades geoestratégicas? O que aconteceria com as inovações tecnológicas das últimas décadas? Será que a economia normal e a população do planeta seriam capazes de absorver, de forma tão rápida, tudo isto'?

Para que isto ocorresse, era necessário, no mínimo, mudar a estrutura formada no pós-Segunda Guerra e criar novas relações internacionais, como o término da bipolarização e o início da globalização acompanhada do capital volátil, da multipolarização, do retorno dos movimentos migratórios mundiais, das crises especulativas com o seu efeito dominó ou cascata, dos planos econômicos neoliberais, da redemocratização do Terceiro Mundo, do desemprego estrutural com o retorno do xenofobismo e do etnocentrismo ou conflitos étnicos, principalmente nos países que apresentavam melhor qualidade de vida. As novas tecnologias geram excedentes de mão-de-obra.

Enfim, a terceira revolução tecnológica, onde a biotecnologia, a robótica, a automação e a nanotecnologia reformulam as novas formas de produção, localização e consumo dos produtos industrializados, sem se preocupar com o lugar de instalação das fábricas - os sistemas de comunicações e transportes facilitam a integração planetária de forma muito rápida.

Com a globalização, o poder bélico e geoestratégico caem para o segundo plano. Hoje, país-potência é definido pela capacidade tecnológica, de planejamento, produção, produtividade e competitividade no mercado global. E não basta para o indivíduo a especialização, é necessário que ele seja qualificado, capaz de assimilar novos conhecimentos e técnicas para se manter na área produtiva e manter o seu emprego.

Nestes pontos, os EUA não são mais hegemônicos, pois a Europa unificada e o crescimento do Japão em conjunto com o extremo leste forçam um processo, no mínimo, antagônico. A tendência de **globalização** acaba forçando a criação de blocos econômicos, caracterizando uma inédita **regionalização**, dentro do processo global. Está sendo formado o novo "jogo de xadrez" nas relações mundiais.

OS MEGABLOCOS E OS BLOCOS SUPRANACIONAIS

1º) União ou Comunidade Européia - UE ou CE

Processo Histórico

A União Européia é o mais antigo e o melhor estruturado entre os 3 megablocos existentes na globalização. Sua formação resulta da necessidade dos países da Europa Ocidental, no pós-Segunda Guerra, e às necessidades dos Estados Unidos, que através do Plano Marshall deu início ao processo de contenção à tendência expansionista soviética neste continente. A base de tudo se deu em 1944 quando foi criado o Benelux - União Econômica entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1952, foi criada a **CECA** - Comunidade Européia do Carvão e do Aço, incluindo ao Benelux, a Alemanha Ocidental (RFA), a França e a Itália, surgindo o Grupo dos 6. Esta união fica mais fortalecida com a formação do Grupo de Roma, em 1956, formando o **MCE** - Mercado Comum Europeu ou **CEE** - Comunidade Econômica Européia, e a **EURATOM** - Europa Atômica, sendo que esta

última organização tinha como objetivo desenvolver tecnologia para implantar usinas termoeletrônicas e reduzir as dependências de importações de petróleo e de carvão mineral pelos países europeus.

Em 1959/60 foi criada e implantada a AELC ou EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio, unindo o Reino Unido com os países escandinavos, e é óbvio, para competir com o Mercado Comum Europeu.

Desde a criação do Grupo de Roma, os objetivos deste bloco eram chegar ao máximo de integração econômica e monetária, defendendo para o futuro o livre trânsito de pessoas, produtos, tecnologia e capital entre os países-membros, e se possível chegar a um comando central e a uma moeda única, com a visão de criar no futuro uma estrutura nos modelos de uma união política e econômica. São os princípios quanto à ideia da Casa Comum Europeia.

Nas décadas de 60 e 70, outros membros são incorporados ao MCE, mas a geopolítica mundial, com o acirramento da Guerra Fria (EUA x URSS), impede um maior avanço em sua organização.

Nas décadas de 80/90, as mudanças internacionais, principalmente com a redução dos riscos de uma guerra nuclear entre as superpotências, abrem espaço para que propostas mais ousadas sejam retomadas pelos países europeus.

a) 1986, o Ato Único Europeu.

- Proposta de transformação do **MCE** ou **CEE** em **UE** ou **CE** - **Comunidade Europeia**.

* criação de um banco central (1º/99);

* fortalecimento do Parlamento Europeu (proporcional à população e ao poder econômico/tecnológico de cada membro);

* criação de uma moeda bancária, o **ECU** - European Current Unit - unidade monetária europeia - para posteriormente chegar ao **Euro** - moeda única da Europa;

* criação da **OSCE** - Organização de Segurança da Comunidade Europeia, que substituiria a **OTAN**, exclusivamente, para a defesa do continente.

- Proposta de unificação das leis trabalhistas.

- Eliminação das fronteiras econômicas, respeitando o espaço, o regime e as características político-administrativas de cada país-membro.

- O sonho de unificação do sistema educacional, com o mesmo conteúdo para todos os países, porém respeitando as culturas regionais.

b) 1991 - **Assinatura do Tratado de Maastrich**.

- Ocorre a ratificação dos principais tópicos do Ato Único Europeu.

- Os países mais pobres - Portugal, Espanha, Grécia, e República da Irlanda (católica) - alegam que ao adotarem a moeda única, o processo de conversão das moedas nacionais para a moeda única iria prejudicá-los. Além do lado geopolítico como a perda de um símbolo de nacionalidade ou identidade cultural e histórica.

A solução foi tomar medidas corretivas antes da implantação da União Europeia, criando em 1992 o Tratado do Porto.

c) 1992 - Assinatura do **Tratado do Porto**.

- Principais medidas:

* União entre o MCE (CEE) e a AELC (EFTA) criando o **EEE** - Espaço Econômico Europeu.

* Os países mais ricos priorizam seus investimentos na recuperação dos países-membros mais pobres, investindo em larga escala nos países atlântico, ou mediterrâneos, como Portugal, Espanha, Grécia, centro-sul da Itália, o famoso Mezzogiorno e na República da Irlanda, a Irlanda católica no arquipélago das ilhas britânicas.

- O Tratado do Porto impõe a todos os países-membros que o déficit público não pode ultrapassar de 3,5% ao ano a partir de 1997.

- A inflação de todos os países-membros deve ficar no máximo 1,5% acima dos três países-membros com menor inflação, no ano anterior à avaliação.

- As taxas cambiais devem flutuar, no prazo mínimo de dois anos, dentro das bandas definidas pelo sistema monetário europeu.

- A dívida pública não pode exceder a 60% do PIB.

Estava avançando o pensamento **neoliberal**, com o exemplo da Dama de Ferro Britânica, com a proposta de reduzir a capacidade de influência do Estado na economia, diminuindo o welfare state - isto é, o estado do bem-estar social, provocando queda na qualidade de vida das populações e ressurgindo o etno/xenofobismo, com a criação de grupos radicais na Europa e, com riscos da ultradireita reconquistar o poder em alguns países-membros. Veja os exemplos atuais na Áustria, Alemanha e França.

d) 1º/1/93 - Início de implantação do **Tratado de Maastrich**.

- Livre trânsito de pessoas, mercadorias, capital e tecnologia entre os países-membros.
- Resumindo: abertura interna e aumento do protecionismo - fechamento externo. É a globalização com regionalização sendo colocada na prática.
- Como são medidas que alteram as estruturas de funcionamento das sociedades envolvidas, é necessário esperar um pouco para ver os seus resultados e se possível corrigir as possíveis distorções que venham a surgir.
- O melhor exemplo desta situação foi o elevado processo de migração das regiões periféricas em direção aos países centrais, gerando uma super oferta de mão-de-obra, menos qualificada, ao mesmo tempo que os países centrais estavam entrando para a fase pós-urbano/industrial, onde as novas formas de produção, com novas máquinas substituindo os trabalhadores, a transferência da 2ª RTC para as periferias estava percorrendo caminho inverso, este foi um dos principais fatores que acabaram gerando o recrudescimento dos grupos radicais na Europa, a violência, com assassinatos, sequestros, sem esquecer que as máfias da Europa Oriental aproveitaram para avançar em direção ao mundo capitalista da Europa Ocidental. Isto acabou forçando alguns países como a Alemanha, Bélgica, França, etc. para que tomassem o caminho contrário ao proposto pelo Tratado de Maastrich, fechando suas fronteiras para o livre trânsito dos indivíduos da União Européia.
- 1996 - Tratado de Amsterdã os países da União Européia concordam em preparar as condições para a entrada dos países remanescentes do ex-bloco socialista, de acordo com a superação da fase de transição; eles serão absorvidos pela EU, até 2010.
- 1998 - A República Checa, a Polónia, a Finlândia e a Eslovênia, solicitam suas entradas para a União Européia. O pedido é aceito, mas elas precisam, até serem consideradas membros efetivos, tomar medidas internas, principalmente na retirada do Estado em suas economias, lembranças do período socialista.

e) 1º/1/99 - Implantação parcial do **Euro** - moeda única.

- 11 países adotam o **Euro**, portanto, ainda é uma moeda provisória.
- Reino Unido, Dinamarca, Grécia e Suécia vão adotar o Euro até 2002. Na prática isto não vem ocorrendo. No último, na realidade no terceiro, plebiscito ocorrido na Dinamarca, a maioria de sua população votou contra a adoção do Euro pelo país.

f) dez/2000 - Os 15 países da União Européia discutem a inclusão de mais 15 países na organização, são a maioria dos países remanescentes do ex-bloco socialista do Leste Europeu. Esta inclusão deverá ocorrer de acordo com as mudanças implantadas pelos países do leste, quanto mais rápido eliminarem o alto poder do Estado em suas economias, mais rapidamente eles serão incluídos na UE. A União Européia pretende concluir este processo até o ano de 2010.

g) 1º/1/2002 - Adoção total do **Euro**.

- Conclusão do **Tratado de Maastrich**, com pleno funcionamento do megabloco europeu na globalização.
- O Euro passa a circular como dinheiro na forma de notas e moedas para todos os países-membros e para os países-satélites como Andorra, Vaticano, San Marino e Mônaco.
- Se de fato isto ocorrer, teremos uma união econômica e monetária, que é óbvio resultará, também, numa unificação política e econômica para a União Européia.

2º) Megabloco do Pacífico ou do Iene

- Este megabloco é considerado **informal**, pois sua formação resulta da expansão econômica das "ilhas mães" do arquipélago japonês, que nas últimas décadas foi transferindo capital, tecnologia e indústrias para os países periféricos ao seu território. Portanto, não existe uma organização formal, são os poderes econômico e tecnológico do Japão que determinam o seu comportamento.

Apresenta a seguinte formação:

- a) Japão - desenvolvido; único país central e portanto do norte.
- b) Tigres Asiáticos tradicionais - Coreia do Sul, Formosa, Hong-Kong e Singapura, a partir da década de 70.
- c) Novos Tigres Asiáticos (déc. 80) - Indonésia, Filipinas, Tailândia, Malásia, etc.
- d) Litoral da China (déc. 80/90) - Implantação das ZEEs - Zonas Econômicas Especiais, no litoral da China Socialista.
- e) Austrália e Nova Zelândia na Oceania.

Para melhor compreensão na evolução deste megabloco e necessário interagir os resultados das mudanças na sociedade japonesa e a realidade mundial do pós-Segunda Guerra.

Pré-requisitos históricos:

- Até a primeira metade do século XIX, o Japão apresentava uma elevada descentralização de poder, onde a lei das espadas ou dos samurais é que definiam o espaço de comando de cada família tradicional, os famosos shogunatos. Na realidade a sociedade japonesa já percebia, devido aos ataques e saques em seu litoral, que ou

mudava seu sistema de governo ou continuaria sofrendo as ameaças dos Impérios Ocidentais, expansionistas e militarizados da época, inclusive da frota naval norte-americana.

- Na Segunda metade do século XIX, a formação da era ou Dinastia Meiji, muda completamente o quadro geopolítico da sociedade japonesa, formando um império absolutista, também expansionista e militarizado, a exemplo dos dominadores ocidentais, entendendo seus domínios econômicos e militares por vasta área do Continente Asiático até a Segunda Guerra Mundial.

- Com a derrota na Segunda Guerra, o Japão é obrigado a se ocidentalizar, provocando significativas mudanças na forma de organização de sua sociedade.

1. Fica sob o controle militar norte-americano entre 1945 e 1950.

2. Passa a funcionar como Monarquia Parlamentarista.

3. Não pode ter forças armadas e só pode gastar 1% de seu PIB na organização de uma força de segurança interna.

4. Fica sob a proteção do guarda-chuva nuclear dos EUA.

5. Os **Zaibatsus** - monopólios econômicos controlados pelas famílias tradicionais japonesas são colocados na ilegalidade.

- Os riscos derivados da tendência expansionista Sino-Soviética na região e a guerra na península da Coreia acabam forçando os EUA e o Mundo Ocidental a ajudar na recuperação da economia do país; surge o Plano Colombo, com as mesmas características que o Plano Marshall para o continente europeu, mas não com a mesma grandeza de recursos.

Década de 60 - o Milagre Japonês

Medidas que foram tomadas:

1. Adoção do Neomalthusianismo.

2. Subvalorização do lene.

3. Poupança interna no estilo "formiguinhas".

4. Utilização de mão-de-obra abundante, barata e com capacitação técnica.

5. Intensa espionagem industrial, desenvolvendo a política do copiar para aperfeiçoar e, se possível, miniaturizar os produtos industriais ocidentais.

6. Retorno do Zaibatsus com os monopólios de famílias tradicionais ou conglomerados econômicos.

Ao tomar essas medidas, o Japão recupera toda a forma Fordista de produção e, como seus produtos ficam altamente competitivos no mercado internacional, passa a acumular um superávit na balança comercial, enquanto a maioria dos demais países desenvolvidos estão aumentando seus déficits. Para desenvolvermos melhor estas idéias, considere esse momento como o período de reconstrução da Segunda Revolução Técnico-Científica (2ª RTC).

Década de 70 - fase da expansão econômica para sua periferia

As crises do petróleo, 1973/1979, afetaram de forma significativa a capacidade produtiva do Japão, pois mais de 95% de seu consumo de petróleo era importado de países-membros da OPEP, principalmente do Golfo Pérsico, reduzindo sua competitividade no mercado externo e, conseqüentemente, seu superávit comercial.

Com isso o Japão é o primeiro país a iniciar a implantação da Terceira Revolução Técnico-Científica (3ª RTC) em seu território, ao mesmo tempo que transferia a Segunda Revolução para a sua periferia. Substituindo muito dos investimentos ocidentais na Ásia, portanto, alguns países que faziam parte do "cordão sanitário" são transformados nos Tigres Asiáticos ou pequenos dragões, como a Coreia do Sul, Singapura, Taiwan ou Formosa e o protetorado britânico da ilha de Hong Kong.

É interessante observar que o Japão não muda somente as técnicas de produção, com o uso da robótica, da informática e da automação, ao iniciar a Terceira Revolução Tecnológica, mas muda também o sistema de produção, passando do Fordismo para o Toyotismo, isto é, conceitos básicos como flexibilidade, informação e qualidade rompem com a estrutura fordista de produção capitalista, a rigidez do sistema de produção capitalista ocidental não suporta as renovações high tech. Acabou a fase de produção com elevado estoque de matérias-primas, energia, quantidade e especialização do trabalhador; tudo deve funcionar de acordo com as necessidades do mercado, produção, qualidade, administração e qualificação da mão-de-obra são requisitos integrados e fundamentais para manter a competitividade no comércio mundial.

Esses territórios se transformam em verdadeiras plataformas ou corredores de exportações, controlados pelo capital e pelas empresas japonesas. São os famosos NICs

- novos cinturões industriais ou NIPs - novos países industriais. Observe que na língua portuguesa são denominados de tradicionais, enquanto que na língua inglesa são chamados de novos.

Está sendo criada a estrutura inicial do megabloco que irá surgir no continente asiático.

Década de 80 - os avanços do megabloco

Os Tigres Asiáticos transferem parte da 2ª RTC para a sua periferia e recebem nova remessa de indústrias com transferência tecnológica do país central (Japão).

Estão sendo criados os Novos Tigres Asiáticos, como a Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas, Vietnã, etc. também são denominados de NIPs ou NICs; na língua inglesa são chamados de países de recente (newly) industrialização.

Nessa mesma década, a República Popular da China começa a colocar em prática as suas propostas já defendidas na década anterior, de "socialismo de mercado" ou "um país com dois sistemas", isto é, uma abertura econômica localizada onde o Estado permanece com poder centralizado, mas alia-se ao capital internacional para explorar os recursos naturais e principalmente a mão-de-obra semiescrava e em excesso, que recebe centavos de dólares por hora trabalhada, além do total cerceamento a liberdades trabalhistas e sociais.

O interior do país permanece sob controle total do Estado.

No litoral são criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), onde leis especiais favorecem a atração dos investimentos externos e o "bum" no crescimento econômico.

Principais conseqüências da abertura econômica chinesa

1. Supera o Brasil como o país mais industrializado do Sul (subdesenvolvidos).
2. Aproximadamente 50% dos recursos anuais investidos no Terceiro Mundo vão para as ZEEs, no litoral da China.
3. Passa a receber investimentos de bilhões de dólares proveniente dos gigantes econômicos, isto é, dos chineses que vivem em diáspora.
4. Abertura das bolsas de valor em Pequim e em Xangai.
5. Seu superávit comercial, principalmente com os EUA, é de bilhões de dólares ao ano, tornando-se a terceira população em poder de compra, só superada pela população dos EUA e do Japão. Isto não quer dizer que tenha melhorado muito a qualidade de vida de seus 1,3 de bilhão de pessoas.
6. Milhares de suas empresas pertencem ao Estado, provocando concorrência desleal, com elevado índice de pirataria industrial e tecnológica, com prejuízos de bilhões de dólares para as transnacionais.
7. É considerado o país que mais desrespeita os direitos humanos, quanto as mulheres, crianças e idosos.
8. É uma potência militar que ainda faz testes nucleares.
9. Mais de 95% das execuções/ano no mundo, dois terço de seu código civil, prevê a pena de morte, inclusive para a emissão de cheque sem fundo.

Em 1997, a China Popular inicia negociações com os EUA para entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC); no início de 2001 foi aceito o seu pedido, mas sua entrada como membro está condicionada a exigências quanto a questões econômicas como a espionagem industrial e a pirataria, onde mais de 90% dos CDs com músicas, jogos eletrônicos e a maior parte dos softwares são produtos copiados das empresas multinacionais, gerando bilhões de dólares de prejuízo para estas empresas, além das questões dos direitos humanos, como execuções das penas de morte, os tratamentos dados às minorias étnicas, às mulheres, crianças e velhos, combinados com as questões militares como os testes nucleares ainda praticados pelo governo do país.

Atualmente, a grande discussão entre os países e autoridades da OMC, é quanto ao seguinte aspecto: se a República Popular da China for aceita como membro da OMC, essa entidade pode rasgar os seus estatutos. Outros defendem que, ruim com ela na OMC, pior sem ela, pois a pirataria industrial e comercial continuaria dando altos prejuízos para as empresas transnacionais no sistema globalizado.

Década de 90 - as crises econômicas com queda na produção

O Japão entra em recessão econômica, pois os grandes mercados consumidores estão criando suas próprias estruturas na Terceira Revolução Tecnológica; os mercados europeu e norte-americano estão fortalecendo suas barreiras protecionistas quanto às importações, reduzindo rapidamente o superávit comercial japonês.

Com isso, o país é obrigado a aumentar a capacidade de consumo interno, melhorando os salários e consequentemente o poder aquisitivo de sua sociedade, ao mesmo tempo que avança mais ainda na renovação tecnológica do sistema de produção, entrando na fase típica atual dos países mais desenvolvidos, que é de contração das tecnologias de ponta e descontração das atividades mais antigas para a sua periferia. Portanto o Japão está entrando na fase pós-urbano-industrial.

Em 1996/97, os países asiáticos entram em profunda crise econômica devido a fuga dos investimentos especulativos, o chamado "efeito saquê" está terminando a bolha especulativa, que tanto favoreceu ao crescimento asiático nas décadas de 80 para 90.

A Austrália e a Nova Zelândia são incluídas no Megabloco Asiático.

Por ser informal, o Megabloco da Ásia não impede que países em seu interior se organizem em blocos supranacionais de acordo com suas identidades ou necessidades.

- ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático.

Criada em 1967, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, com previsão de implantar uma área de livre comércio até 2003. São países de organização social bastante rígida, considerados cópias não perfeitas do modelo japonês, pois sofreram processo de industrialização sem tecnologia, com alta dependência externa; suas economias são controladas pelos gigantes econômicos, isto é, os Chineses étnicos; já a política e o poder de estado são controlados por elites tradicionais.

- O CER - Acordo Comercial de Relações Econômicas mais Estreitas, substituiu o NAFTA criado na década de 60, funcionando como área de livre comércio entre a Austrália e a Nova Zelândia.

- A SAARC - Associação do Sul Asiático para a Cooperação Regional, criada em 1993, funciona como área de livre comércio entre Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

- A APEC – Ásia - Pacífico Cooperação Econômica - obedece a duas etapas, união dos países industrializados até 2010 e dos países não industrializados até 2020. Essa organização tem como proposta básica estruturar as relações econômicas e comerciais entre os países do Pacífico, para aumentar a competitividade com a área do Atlântico Norte, área secular de maior intensidade comercial e econômica do planeta. De acordo com a proposta, deve fazer parte da APEC todo o Megabloco Informal da Ásia, mais o NAFTA - Área de Livre Comércio da América do Norte e mais o Chile.

3º) Megabloco Americano

Com as mudanças ocorridas na década de 80, o esfacelamento da Guerra Fria, os EUA precisam refazer sua geoestratégia de dominação mundial, pois o poder bélico não se traduz mais no único fator de supremacia, e os megablocos da Europa e da Ásia estão atuando a pleno vapor na defesa e implantação da nova ordem mundial. É a etapa capitalista da globalização e da 3ª Revolução Industrial, a famosa Revolução Tecnológica.

O Presidente Reagan inicia o processo ao criar o superdólar, mudando a política econômica interna e favorecendo a entrada de produtos externos, acelerando a capacidade de consumo da sociedade norte-americana; é a fase do reaganomics .

No final da década de 80 e início de 90, o Presidente George Bush passa a defender "a iniciativa para as Américas", com a proposta de uma área de livre comércio para todos os países da América, à exceção de Cuba, que permaneceria sofrendo o boicote americano; é a proposta de criação do ALCA - Acordo de Livre Comércio para as Américas.

Na década de 90, ocorre o declínio como importância na produção industrial do Cinturão das Manufaturas, o grande símbolo da Segunda Revolução, de característica Fordista, às margens dos grandes lagos e nordeste dos EUA; com suas megalópoles, cidades industriais, e a estrutura fordista de produção passa a ser chamado de cinturão cinzento ou cinturão das neves. Como características de decadência, o declínio da produção nesta área expulsa milhões de trabalhadores para novas regiões do território norte-americano. Há um declínio na produção industrial, mas não podemos esquecer que é nessa área que encontramos a maior concentração de escritórios centrais das grandes empresas norte-americanas, bem como a maior concentração de financeiras e a maior bolsa de valores do Mundo.

Ao mesmo tempo que assistimos ao crescimento vertiginoso do símbolo da Terceira Revolução Tecnológica, o denominado Cinturão do Sol, com o desenvolvimento do Vale do Silício na Califórnia, o Golfo do Texas, na recuperação econômica de Houston e de Nova Orleans, o Noroeste com as cidades de Seattle e Portland, além da explosão econômica na área de diversão, jogos, parques temáticos e turismo, principalmente na Península da Flórida.

Enquanto nas atividades industriais mais antigas começa a substituição da forma de produção pelas novas máquinas, gerando excedente de mão-de-obra, nas atividades da terceira revolução, há carência de trabalhadores qualificados, forçando na necessidade de se recrutar mão-de-obra qualificada em todo o mundo, para atender a carência na área de pesquisas e desenvolvimento de novas técnicas e produtos na área de tecnologia de ponta, nos países desenvolvidos.

Não resta dúvidas. O país que mais reduziu a taxa de desemprego, diminuiu a violência de uma forma geral e elevou a capacidade de consumo de sua sociedade a níveis nunca imaginados foram os EUA na década de 90. Como exemplo, podemos afirmar que na segunda metade da última década, os EUA cresceram uma economia brasileira a cada dois anos. É óbvio que entraria em queda de produção a partir do momento que reduzisse os juros internos e isto já começou a acontecer com a posse do novo presidente, no início de 2001.

Na verdade, o governo americano está defendendo o retorno da "Doutrina Monroe" e o abandono das doutrinas "Truman" e "Nixon", aumentando seu domínio sobre o continente e tentando bloquear a invasão dos produtos europeus e asiáticos. Mas, em hipótese alguma, admite avançar além do livre comércio com os seus parceiros americanos, pois não admite reduzir a suas barreiras alfandegárias e nem discute quanto ao poder de interferência da lei Super 301, que protege as suas multinacionais no mundo.

Na impossibilidade de implantação rápida do ALCA, pois o congresso norte-americano não autoriza o ajuste rápido (fast track), os países Latino-Americanos mais importantes, principalmente o Brasil, contestam o conteúdo da proposta por não incluir questões sociais e somente econômicas; os EUA elaboram um projeto alternativo, criando o NAFTA - Mercado Livre da América do Norte, unindo-se com o Canadá e o México, podendo

ser classificado como megabloco pela sua grandeza econômica, populacional e territorial, além de envolver dois países do norte e um do sul.

a) 1992 - O Congresso norte-americano autoriza o fast track, isto é, o "ajuste rápido", permitindo a criação do NAFTA.

b) 1º/1/94 - Início de implantação do NAFTA.

De imediato 50% dos produtos passam a ser negociados livremente, fazendo com que o México acreditasse que estava abrindo as portas do primeiro mundo para logo depois sofrer a Revolta de Chiapas - com o surgimento do Movimento Zapatista de Libertação Nacional, resultando em momento de convulsão interna e automática fuga do capital volátil, tendo como consequência o **famoso efeito tequila** no ano de 1994/95, quando o país entra em estado de liquidez, precisando de ajuda internacional de 51 bilhões de dólares.

O ALCA - Acordo de Livre Comércio das Américas.

- A proposta norte-americana é de iniciar a sua implantação a partir de 2003, lembrando que o Congresso norte-americano reluta em autorizar o fast track e, caso o ALCA seja implantado a partir de 2003, irá prejudicar a conclusão do Mercosul. Com isso, o Brasil procura aliados na tentativa de manter a implantação do ALCA a partir de 2005, pois acredita que o Mercosul estaria mais fortalecido.

- A proposta do ALCA é de criar uma área de livre comércio para toda a América, exceto para Cuba, por isso é bom não confundir com a idéia de mercado comum, pois zona de livre comércio não permite o livre trânsito de pessoas, capital, tecnologia e mercadorias e nem propõe a unificação de tarifas e impostos entre os países-membros.

Em 1994, a primeira cúpula das Américas, reunida em Miami, EUA, definiu como meta o ano de 2005 para o aumento da integração, por meio da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas.

Em março de 1998, na reunião de San José, Costa Rica, os países latino-americanos conseguem separar o setor agrícola de atividades como o aço e a indústria de automotores; é uma vitória do Mercosul, contrariando os interesses dos EUA e do Canadá. Formando um grupo específico de negociações para este setor, que ficou sob a presidência da Argentina e de El Salvador, enquanto o grupo de estudos sobre subsídios, anti-dumping e direitos compensatórios ficou presidido pelo Brasil.

Em 1999, ocorre a Segunda Cúpula das Américas, em Santiago do Chile, onde o único fato importante foi a declaração do Presidente norte-americano quanto aos obstáculos para implantação da ALCA, pois o Congresso dos EUA não havia autorizado o ajuste rápido.

Nos dias 20, 21 e 22 de abril de 2001, na Confederação do Canadá, na Província de Quebec, cidade de Montreal acontece a Terceira Cúpula das Américas. A principal decisão foi a ratificação do ano de 2005 para início de implantação da ALCA.

Mas ao mesmo tempo libera para que todos os países negociem a implantação de áreas de livre comércio até 2005; cota isso, na prática, a Alca já está sendo implantada.

Deve ser observado que ocorreu a Reunião dos Povos Americanos, os antiglobalização, nos dias 18, 19 e 20 neste mesmo local. O mesmo processo que aconteceu em Gênova - Itália, em julho de 2001.

A Organização Mundial do Comércio (OMC)

Após a depressão de 1930, muitos países recorreram a diversos tipos de barreiras comerciais que protegiam as atividades econômicas locais da concorrência estrangeira: tarifas elevadas, restrições quantitativas, controle do câmbio, restrições sanitárias, etc.

A fim de evitar a continuidade dessas restrições ao comércio, que segundo a teoria econômica diminui o nível de bem-estar das nações envolvidas, foi previsto, após a Segunda Guerra Mundial, criar-se uma organização que teria como finalidade a **redução dos obstáculos ao intercâmbio comercial**, a elaboração de um código de normas comerciais, bem como atuar como um instrumento de ação internacional no campo do desenvolvimento do comércio internacional.

Em 1948 foi criado um **Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio** (General Agreement on Tariffs and Trade - GATT), que passou a constituir o único instrumento norteador das regras do comércio internacional.

Em dezembro de 1993 foi encerrada a **Rodada Uruguai**, que desde 1985, vinha sendo discutida. Esta reunião abordou, principalmente, uma **redução geral das tarifas de importação**. Em 1º de janeiro de 1995, o GATT foi sucedido pela **Organização Mundial do Comércio - OMC**. É importante observar que o regulamento para normatizar o comércio internacional não foi aprovado pelos países-membros; portanto o comércio internacional encontra-se desregulamentado.

Embora unidos seus objetivos seja a eliminação do tratamento discriminatório no comércio internacional, ele não proíbe a formação de **blocos econômicos ou aduaneiros** que objetivem a remoção de barreiras ao comércio entre países participantes desses blocos.

São esses os principais blocos econômicos mundiais:

União Européia

Em janeiro de 1948 foi criada a **Organização Européia de Cooperação Econômica**, em consequência da reconstrução econômica dos países da Europa após a Segunda Guerra Mundial, com apoio do Plano Marshall. Em 1952, foi constituída a **Comunidade Européia do Carvão e do Aço**, que eliminou, para o carvão, o aço e o minério de ferro, todas as restrições comerciais entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo (que formavam o Benelux), Alemanha Ocidental, França e Itália.

Em 1955, foi estruturada a **Comunidade Econômica Européia (CEE)**, também conhecida por **Mercado Comum Europeu**, formalizada pelo **Tratado de Roma**, que entrou em vigor em 1958. Com o tempo foram ingressando outros países da Europa. Em linhas gerais, são esses os objetivos visados pelo Tratado de Roma:

- **eliminação de direitos alfandegários** entre os países-membros;
- **estabelecimento de tarifa e de política comercial comuns** em relação aos países não-membros;
- **eliminação de obstáculos à livre movimentação** de pessoas, serviços e capitais;
- **coordenação das políticas econômicas** dos países-membros; etc.

Em 1992 foi firmado o Tratado da União Européia, também conhecido como **Tratado de Maastricht**, que estabelece a integração total até 1999. São os seguintes os países-participantes: Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha e Suécia.

Associação Européia de Livre Comércio - AELC

Foi constituída em 1959 para uma maior cooperação entre os países da parte norte da Europa Ocidental (países escandinavos), com o objetivo de fazer concorrência ao Mercado Comum Europeu. Tem como objetivo a liberdade de comércio e a ampliação dos mercados por meio da **abolição progressiva das tarifas de importação**.

Dela fazem parte a Áustria, Finlândia, Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suécia e Suíça.

Associação Latino-americana de Livre Comércio - ALALC

Em 1960 foi constituída a Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, pelo Tratado de Montevideu, compreendendo a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Os objetivos de eliminação de barreiras comerciais e formação de um amplo mercado comum foram prejudicados pelos seguintes fatores: instabilidade política em diversos países, espírito de soberania nacional, ausência de uma autoridade supranacional, ausência de economias complementares, alto grau de divergência de custos. De novo a questão de economia monótona, pois são países subdesenvolvidos.

Esses problemas levaram à criação, em 1980, da **Associação Latino-americana de Integração - ALADI**, com os mesmos países signatários da ALALC e com o mesmo objetivo de **criação de um mercado comum latino-americano**.

Mercado Comum Centro-Americano - MCCA

Criado em 1960 e constituído por Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. Portanto com os principais países da América Central Continental.

Mercado Comum do Caribe - CARICOM

Criado em 1968, inicialmente como Associação de Livre Comércio do Caribe, é constituído hoje por Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Montserrat, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago.

Acordo de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA

Em 1989 entrou em vigor o Acordo Comercial entre os Estados Unidos e o Canadá, objetivando criar uma zona de livre comércio. Em 1992 houve o ingresso do México e a adoção do nome atual, com vigência a partir de 1994. Há previsão de eliminação das barreiras comerciais em 15 anos.

DEMOGRAFIA

O crescimento demográfico, a realidade econômica e política atuais

Em outubro de 1999, de acordo com a ONU, o crescimento demográfico alcançou o número de 6 bilhões de habitantes no planeta.

Detalhando este assunto, chegamos ao seguinte resultado:

- 1,5 bilhão de pessoas estão nos países do Primeiro Mundo.
- 4,5 bilhões de pessoas estão nos países do Terceiro Mundo.

Nas últimas décadas permaneceu um elevado crescimento populacional nos países pobres, enquanto os países ricos adotaram a política demográfica neomalthusiana. Com isso, há uma tendência de ficar cada vez mais desequilibrada a relação numérica e qualitativa entre os dois blocos de países.

Como não é interessante para a economia mundial a quantidade, mas sim a qualidade dos consumidores, para os novos produtos, as ameaças de revoltas e de invasões das populações do Terceiro Mundo nos territórios dos países do Primeiro Mundo, os governantes mais importantes do planeta começam a elaborar um projeto para reduzir a taxa de natalidade no Terceiro Mundo.

Em 1995 ocorreu a Conferência do Cairo (Egito) para a discussão sobre o processo de desenvolvimento e crescimento das populações, é óbvio, do Terceiro Mundo.

Em resumo, nessa Conferência os países mais ricos, principalmente o Grupo dos 7 (G-7), donos de 65% da economia do planeta, se ofereceram para financiar a implantação de um projeto para conter a taxa de natalidade no mundo.

No fundo era o interesse desses países:

- reduzir a fecundidade e a fertilidade das mulheres;
- essa redução provocaria um aumento na qualidade de vida das famílias mais pobres;
- seria menor o excedente populacional no Terceiro Mundo, que automaticamente reduziria os custos dos países ricos em doações humanitárias, nos empréstimos e financiamentos de riscos e nas imigrações;
- aumentaria a capacidade de consumo das populações da América Latina, África e Ásia Tropical, aumentando o lucro das transnacionais e de suas filiais. Não é de graça que surgem os discursos condenando a pobreza.

Obs.: É a partir desta Conferência que despontam as idéias dos ecomalthusianos, uma dissidência dos neomalthusianos.

Oficialmente, essa proposta não é aprovada na Conferência do Cairo, pois os fundamentalismos religiosos (Vaticano, Islã), se juntam e derrotam a proposta do G-7.

Proposta derrotada, proposta implantada, pois os países ricos atrelam a ajuda econômica, financeira e tecnológica para o Terceiro Mundo, às imposições de que estes últimos implantem medidas de proteção e preservação ambiental, contenção do crescimento demográfico e facilitem a entrada do capital, das empresas e dos bancos internacionais.

Obs.: Em 1999 aconteceu, no Uruguai, a Cairo 5, que também fracassou nessa proposta.

Na reunião do G-8, em Gênova, ficou decidida a ajuda de bilhões de dólares para socorrer os países mais pobres quanto aos avanços das doenças endêmicas e pandêmicas, principalmente para a África e a Ásia tropical. Não é o suficiente, mas pela primeira vez, os países mais ricos se reúnem e tornam decisões de cunho social.

Tópicos do História e da Geografia atuais

A década de 70 caracterizou-se pelo início de esgotamento da estrutura de domínio implantada no pós-Segunda Guerra. A Guerra Fria não tinha mais como ser sustentada, pois os gastos com a corrida armamentista escaparam da área ideológica que envolvia as duas superpotências, e começavam a afetar a economia, principalmente o comércio mundial. Além de outras situações como as crises do petróleo em 1973/1979, a reação da Polônia contra o poder de Moscou, criando o Solidariedade. Menos comentados sobre a época, mas de fundamental importância para compreendermos estas mudanças e seus resultados nas décadas seguintes são os fatos posteriores:

a) Os EUA percebem que apesar de toda a tecnologia, poder bélico e capacidade de sua força armada estão sendo derrotados no Vietnã. Esta derrota militar resulta numa derrota quanto à opinião pública mundial, e principalmente quanto à opinião pública da sociedade norte-americana, despencando no escândalo do Watergate, que acaba forçando Nixon a renunciar à presidência dos EUA.

Percebendo esta derrota, e antes da renúncia do presidente, os EUA abandonam os princípios econômicos da Doutrina Truman e adota a Doutrina Nixon, substituindo o câmbio, dólar - ouro/fixo, pelo câmbio, dólar flutuante - os EUA não assumem mais a equivalência dólar-ouro, ao mesmo tempo que eleva os juros internacionais, resultando num inchaço das dívidas externas do Terceiro Mundo e provocando um esgotamento dos regimes autoritários, principalmente na América Latina, África e Ásia Tropical. Era o desgaste da "Operação Condor".

b) A URSS começa a Guerra do Afeganistão. Rapidamente, podemos dizer que esta guerra significou o "Vietnã" para a União Soviética, respeitando, é óbvio, as características próprias dos envolvidos. A derrota fragorosa dos soviéticos acelerou o fim do socialismo real, ao mesmo tempo que utilizando como justificativa o fundamentalismo islâmico. O Talibã conquista o poder no Afeganistão, e revela para o mundo em até que ponto o radicalismo ou extremismo pode chegar.

Um pouco diferente do Vietnã, a posição geográfica do Afeganistão é mais do que importante para o mundo globalizado, pois é uma das áreas fundamentais para a integração entre a Europa e a Ásia. E com o término do socialismo real (URSS), o grande confronto atual é entre a tendência global do capitalismo e o mundo islâmico que aumenta rapidamente.

Somando estes e outros fatores, a URSS chega na década de 80 (a década perdida), com um agravamento da sua situação interna, sendo obrigada a implantar a Perestroika (reestruturação econômica) e a Glasnost (transparência política). Tentando sobreviver como superpotência entra por um processo inicialmente lento e gradual, mas que acaba fugindo do controle do Estado, até que em 25 de dezembro de 1991, desaparece como estado-nação organizado à figura da União Soviética. É o término da transição, pois acaba a Guerra Fria e continua avançando a globalização.

Término oficial, pois com a perestroika e a glasnost, Gorbachev já declarava que a URSS não era mais expansionista-militarizada, acabando com a Guerra do Afeganistão (1985) e não se opondo militarmente, e nem deslocando suas forças militares para as futuras guerras (Golfo, Iugoslávia, etc.). Ao mesmo tempo que cancelava a sua ajuda para que Cuba, Vietnã, Coreia do Norte, etc., continuassem pressionando o mundo capitalista.

Com isso, o grande capital e a tecnologia de ponta perdem o seu centro de aplicação, pois com a queda da corrida armamentista, os estoques de armas ficam abarrotados, provocando uma queda no consumo mundial e na produção bélica do mundo ocidental, devido ao sucateamento do Exército soviético. O contrabando de armas do bloco extinto por um preço inferior ao do mercado e o "tráfico" de cérebros, pois uma significativa parcela dos técnicos, cientistas e especialistas são atraídos do ex-bloco socialista para os países do Terceiro Mundo.

O grande capital não pode ficar parado e, junto com a tecnologia de ponta, deslocam para a nova economia globalizada boa parte dos investimentos que estavam concentrados na corrida armamentista. É a chegada da Terceira Revolução Tecnológica, onde a biotecnologia, a manufatura, a robótica, a informática e a industrial, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de mão-de-obra não-qualificada na automação provocam um aumento significativo na capacidade de produção, produtividade, diversidade de produtos e competitividade, atividade terciária, provocando um crescimento rápido no comércio mundial, substituindo o poderio bélico como sinônimo de país-potência do Norte.

As organizações, criadas no pós-Segunda Guerra, de planejamento, pesquisa, controle e financiamentos - como o BIRD, o BID, o FMI e o GATT - à exceção do GATT, não desapareceram mas precisaram, no mínimo, ser reestruturadas para a nova realidade mundial.

O grande capital se desnacionaliza, surgindo, em consequência do câmbio, dólar flutuante, uma desregulamentação do comércio mundial, e a famosa figura do capital volátil (especulativo, rotativo, hot money, etc.), que salta de uma economia para outra, de acordo com seus interesses do lucro pelo lucro. É o avanço da ciranda financeira, sujeitando os países pobres aos seus caprichos e provocando o processo cascata ou dominó que resulta no efeito tequila (México), vinho (Argentina, Chile), samba ou cachaça (Brasil), saquê (Tigres Asiáticos) e vodka (Rússia).

Demonstrando que as organizações oficiais, e inclusive os bancos centrais dos países do Norte, não são capazes de reter uma crise econômica, tornando-a localizada como era até a década de 70/80. No mundo globalizado uma crise econômico-financeira acaba afetando todos os países, alguns pela fuga, outros pelo excesso de moeda forte.

REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS

Na verdade, a denominação "revoluções industriais" também pode ser interpretada como um processo contínuo de transformações, ou seja, uma única revolução, onde em alguns momentos históricos acontece uma maior velocidade no desenvolvimento tecnológico, criando assim uma certa instabilidade econômica que vai refletir e provocar mudanças nas variáveis políticas, social e ambiental de uma sociedade, provocando mudanças na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), e na forma de relacionamento entre os países ricos e pobres.

1) Primeira revolução industrial:

Resultou na passagem de uma sociedade rural e artesanal para uma sociedade urbano-industrial. Aconteceu na segunda metade do Século XVIII, na Inglaterra, expandindo-se a partir do Século XIX para outros países europeus e finalmente atingiu os EUA, Japão e Rússia.

Pode ser chamada de industrialização clássica.

a) Causas da revolução:

- acumulação de capitais;
- transformações na área rural;
- reformas religiosas;
- controle econômico e político pela burguesia;
- as invenções mecânicas e o uso de fontes de energia modernas.

b) Conseqüências da revolução:

- crescimento demográfico;
- crescimento das cidades;
- excedente de produção industrial;
- imperialismo e neocolonialismo;
- liberalismo, livre concorrência, propriedade privada;

- contrária a intervenção do Estado na economia, mas fortalecendo o desenvolvimento do Estado nacional moderno;
- predomínio de pequenas e médias empresas.

2) Segunda revolução industrial:

Os países da primeira revolução industrial alcançaram um patamar mais avançado com novas indústrias, tecnologias e fontes de energia. Enquanto transferem gradativamente as indústrias mais antigas, que consomem muita matéria-prima, energia e mão-de-obra, para os países mais pobres, resultando no processo de industrialização tardia ou retardatária, com maior destaque no pós-Segunda Guerra Mundial.

Países como Brasil, Argentina, México e Chile na América Latina, África do Sul e Egito na África, Coréia do Sul e Índia na Ásia passam por uma fase de modernização industrial, tornando-se cada vez mais dependentes e endividados.

a) Principais causas da segunda revolução industrial:

- o crescimento da concorrência entre os impérios;
- a constante revolução tecnológica, gerando novos produtos.

b) Principais consequências da segunda revolução:

- mudanças do centro de poder mundial;
- conflitos entre os sistemas socioeconômicos;
- mudanças na DIT - Divisão Internacional do Trabalho;
- maior dependência dos países periféricos - dívidas;
- criação de monopólios e oligopólios - multinacionais;
- forte poder de intervenção do Estado;
- explosão demográfica no Terceiro Mundo.

Terceira Revolução Técnico-Científica (3º RTC)

Há uma significativa divergência entre os principais autores quanto ao momento em que se iniciou a 3ª RTC. Alguns até consideram que não há mais de uma revolução industrial, outros indicam esta mudança a partir da Primeira Guerra Mundial, outros a crise de 29, outros falam em 3ª RTC com início no pós-Segunda Guerra e os mais recentes alegam que esta revolução técnico-científica teve seu início na década de 80 e que avançou pela década de 90. Com a extinção do período bipolar, da corrida armamentista que caracterizou o confronto **ideológico** entre o capitalismo e o bloco soviético (Oeste x Leste).

Há o retorno do pensamento liberal, e fica mais calma a relação Norte-Sul.

O importante é observar que estão ocorrendo mudanças estruturais no funcionamento das atuais sociedades devido aos avanços da biotecnologia, a nanotecnologia, robótica e informática, provocando uma nova relação nas formas de dependência, produção, produtividade, tipo de capital (volátil), desregulamentação do comércio mundial e na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), entre outras variáveis.

1) Características da 3º RTC

- Tendência de Globalização com:

- Intenso processo de fusão entre megaempresas.
- Desemprego estrutural, com as novas tecnologias criando máquinas, instrumentos e técnicas, que substituem boa parcela do trabalho humano no sistema de produção.
- Tendência de fortalecimento do xenofobismo - etnocentrismo, como forma de reação ao desemprego e à internacionalização da economia.
- Crises econômicas como os efeitos tequila (México), samba (Brasil), saquê (Tigres Asiáticos) e vodka (Rússia), provocando o efeito dominó ou cascata, devido ao capital volátil.
- Formação dos megablocos e blocos econômicos supranacionais, como nova característica de **regionalização** (Nafta, União Européia, Pacífico e Mercosul). Intensificando as relações entre os países-membros e fortalecendo o protecionismo externo.
- Os avanços nas comunicações internacionais e nos sistemas de transportes, resultantes das novas tecnologias de ponta, reduziram os fatores determinantes para as necessidades de concentração industrial, pois as megaorganizações econômicas buscam as matérias-primas, os recursos energéticos e a mão-de-obra onde eles estiverem mais disponíveis, e o mercado consumidor é global. Procurando uma descontração das fábricas mais antigas ao mesmo tempo que concentra áreas da tecnologia atual.

Exemplo: Brasil.

- **Descontração:** da Grande São Paulo para o interior do Estado paulista, mais MG, ES, PR, RS, BA, PE e CE

- **Contração:** Informática em Campinas (SP), Espacial em São José dos Campos (SP).

EUA: Vale do Silício na Califórnia, centro principal do Cinturão do Sol (Sun Belt) americano.

A 3ª RTC é caracterizada pelo domínio do pensamento **neoliberal**, cujo principal fator é a defesa do Estado mínimo, isto é, um Estado reduzido, forçando a privatização das empresas estatais no Terceiro Mundo, com reestruturação e criação de novas organizações no Estado, cujo papel é mais de regulador e fiscalizador da economia, a exemplo das agências nacionais (ANATEL, ANA, ANP, ANS, ANEEL) no Brasil.

Observação: até o momento esta **nova ordem mundial** não trouxe vantagens para os países periféricos ou modernizados como o nosso. É só observar que nos últimos seis anos, a nossa dívida interna saltou de 60 bilhões para mais de 700 bilhões de dólares e a nova dívida externa duplicou de próximo de 170 bilhões para mais de 380 bilhões de dólares neste mesmo período. Não esquecendo que a dívida interna mais os encargos da dívida externa afetam tanto as condições sociais como ambientais de um país.

INDUSTRIALIZAÇÃO EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PRINCIPAIS SETORES

Conceito

Indústria pode ser entendida como ato de transformar matérias-primas em bens de produção e de consumo.

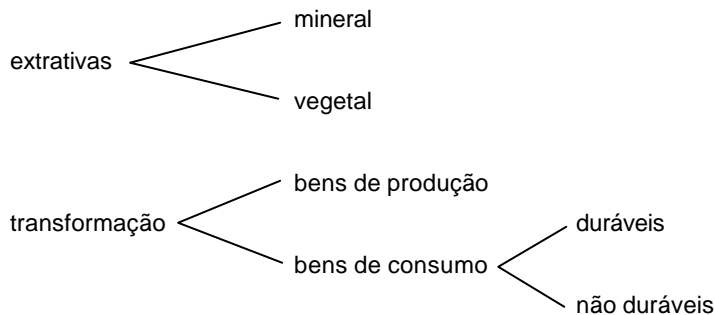
PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA

% por setores

- | | |
|----------------|--------------|
| 1. China | 5. Japão |
| 2. ex-URSS | 6. Brasil |
| 3. EUA | 7. Hungria |
| 4. Reino Unido | 8. Argentina |

Tipos de Indústria

De um modo geral, as indústrias podem ser divididas em:



a) Indústrias extrativas: extraem produtos sem alterar suas características.

b) Indústrias de transformação: são as que convertem as matérias-primas obtidas da natureza em objeto útil para o homem. Dividem-se em bens de produção e bens de consumo.

c) Indústrias de tecnologia de ponta e a bélica: envolve robótica, informática e armamentos.

d) De base ou pesada:

Quando se preocupa em obter bens de produção ou de capital. São exemplos deste tipo de indústrias as máquinas, geradores, turbinas, etc.

e) Leve ou de bens de consumo:

Duráveis e não-duráveis.

Bens de Produção

São também chamados de bens de capital, bens de equipamento, indústrias pesadas e indústrias de base. São indústrias que produzem "produtos" (matérias-primas e equipamentos) para outras indústrias. Exigem grande investimento. Ex.: siderurgia, metalurgia, mecânica, naval, etc.

Bens de Consumo

São indústrias que produzem "produtos" voltados diretamente para o consumo da população. Essas indústrias produzem bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, eletrônicos, móveis, etc.) e não-duráveis (remédios, bebidas, alimentos, vestuário, etc.).

FONTES DE ENERGIA

As fontes de energia são elementos que podem contribuir para a realização do trabalho. O homem utilizou para isso o seu esforço muscular ou animais domesticados, posteriormente, a energia do vento (eólica) e a hidráulica (aproveitando os rios). Foi com a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII e no século XIX, que surgiram as máquinas modernas movidas a energia elétrica obtida da queima do carvão, do petróleo (usinas termelétricas), da força das águas (hidrelétricas) e, mais tarde, da fissão do átomo (usinas nucleares). Finalmente, outras fontes alternativas foram surgindo, temendo-se o esgotamento das fontes não-renováveis. Devemos destacar que as fontes de energia estão relacionadas ao tipo de economia, pois quanto mais industrializada for, maior será o seu consumo energético. A expansão econômica e social verificada no País, no decorrer das últimas décadas, vem exigindo importante desenvolvimento da nossa infra-estrutura, notadamente do setor energético.

Petróleo

64%	13%	7%	4%	4%	4%	2%
Oriente Médio	América Latina	África	Rússia	América Do Norte	Ásia e Oceania	Europa

A pesquisa de jazidas petrolíferas é feita no Brasil desde meados do século passado, por iniciativa privada. Só em 1907, com a criação do Serviço Geológico e Mineralógico, o governo começou a se preocupar com este programa, passando, a partir de 1919, a fazer pesquisas infrutíferas, por serem realizadas com técnicas e equipamentos deficientes. Na década de 30, alguns resultados começaram a surgir, principalmente com a perfuração do poço Lobato, na Bahia, o primeiro aberto no País.

Em vista das condições políticas nacionais e da grande importância do petróleo, em 1938 foram nacionalizadas as jazidas petrolíferas. Nesse mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), principalmente na Bahia, iniciando-se a fase de comercialização.

Em 1953, foi criada pelo governo a organização Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). É uma sociedade mista, com participação estatal de 51%.

Passaram, dessa data em diante, a ser monopólio da Petrobras:

- pesquisa e exploração das jazidas;
- refinação (com exceção das refinarias particulares já instaladas);
- transporte de petróleo bruto e dos oleodutos;
- importação de petróleo bruto e derivados.

A partir de 1953, a Petrobras conseguiu desenvolver-se gradativamente em todos os setores petrolíferos: pesquisa, exploração, refinação, transporte e distribuição. Em 1976, com a assinatura de contratos de risco com a Shell, Elf, British Petroleum e Exxon, o setor de pesquisa e exploração foi aberto à participação de empresas privadas.

Exploração

As bacias de possível exploração de petróleo no Brasil são:

- Bacia Amazônica;
- Bacia Litorânea;
- Bacia Paranaense;
- Bacia Recôncavo Baiano.

Principais áreas produtoras continentais:

- **BA** - Recôncavo Baiano: poços de Miranga, Água Grande, Buracica, D. João, Taquipe, Candeias;
- **AL** - Poços de Coqueiro Seco e Tabuleiro do Martins;
- **SE** - Poços de Carmópolis, Brejo Grande, Riachuelo e Treme;

- **MA** - Barreirinhas;
- **AM** - Vale Médio do rio Amazonas.

Produção no Brasil

Em 1996 a produção foi de, em média, 850 mil barris por dia. Isso representa aproximadamente 60% do petróleo consumido diariamente; o restante é importado.

Atualmente, cerca de 70% do petróleo extraído no Brasil vem das plataformas marítimas, sendo a principal área produtora, a Bacia de Campos. No continente, é a do Recôncavo Baiano.

Refinação

Atualmente, a Petrobras tem onze unidades de refino, com capacidade para processar 1,4 milhões de barris/ dia.

Embora a Petrobras, com a Lei n.º 2.004, tenha recebido o monopólio do refino, o Governo manteve as autorizações concedidas a grupos privados antes daquela lei. A atual quebra do monopólio permitirá que outras empresas do ramo possam participar de todo o processo petrolífero. O objetivo principal da quebra do monopólio é buscar a auto-suficiência do produto, objetivo traçado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo).

Eis a razão da existência de duas refinarias particulares: Ipiranga (RS) e Manguinhos (RJ), ambas de pequeno porte.

As principais refinarias da Petrobras são:

- Mataripe - Landolfo Alves (BA);
- Cubatão - Presidente Arthur Bernardes (SP);
- Duque de Caxias - Duque de Caxias (RJ);
- Betim - Gabriel Passos (MG);
- Canoas - Alberto Pasqualini (RS);
- Paulínea - Replan (SP);
- Manaus - Reman (AM), na qual a Companhia Estatal de Petróleo do Peru, a Petroperu, tem refinado parte de sua produção;
- Araucária - Refar(PR) - Refinaria Getúlio Vargas;
- Henrique Lage - REVAP (S. José dos Campos - SP);
- União - Capuava (SP);
- ASFOR - Fábrica Nacional de Asfalto de Fortaleza (CE).

Observação:

A Petrobras exporta diversos derivados de petróleo, como: óleo combustível, gasolina, querosene para avião, óleo diesel e outros, principalmente para Nigéria, EUA, Argentina, Holanda e outros países.

Transporte - Oleodutos

- Transporta o óleo bruto da jazida à refinaria. Exemplo: Aracaju - Bahia.
- Transporta o óleo dos terminais marítimos à refinaria. Exemplo: São Sebastião - Cubatão.
- Transporta os produtos já refinados, até os postos de armazenagem para distribuição. Exemplo: Cubatão - Capuava (SP).

Neste último caso, por um único oleoduto são transportados dois ou três produtos, desde que apresentem densidades diferentes.

Esse transporte é feito por bombeamento controlado por "casas de bombas" que se comunicam com a refinaria e levam, assim, o produto ao local destinado. Essas casas estão distribuídas a cada quilômetro, de acordo com a topografia do local, mas ou menos acidentada, em maior ou menor número de casas.

O custo operacional dos oleodutos é muito baixo, por isso outros estão sendo programados.

- FRONAPE: Frota Nacional de Petroleiros, contando atualmente com 69 navios.
- Esses navios atendem ao comércio interno, transportando petróleo dos países exportadores e fazem fretes para terceiras bandeiras, se bem que sejam em pequeno número.
- Os portos que comercializam o petróleo são os terminais marítimos, que já possuem oleodutos para a condução do produto até o local desejado dentro do País. No Brasil, seis são importantes:
- Bahia - Terminal Alves Câmara;

- São Paulo - Terminal Almirante Barroso (São Sebastião);
- Rio de Janeiro - Terminal Almirante Tamandaré;
- Sergipe - Terminal de Atalaia Velha;
- Rio Grande do Sul - Terminal Soares Dutra;
- Santa Catarina - Terminal de São Francisco do Sul.

Distribuição

O setor de distribuição dos derivados não é monopólio da Petrobras. Existem várias empresas nacionais e estrangeiras operando neste setor.

A participação da Petrobras neste ramo é de aproximadamente 20%, com uma rede de postos de distribuição muito grande e quatro companhias nacionais com um número de postos muito inferior.

As principais empresas estrangeiras são:

- Esso Brasileira de Petróleo S.A.;
- Shell do Brasil S.A.;
- Texaco do Brasil S.A. Produtora de Petróleo;
- Cia. Atlantic de Petróleo.

Observação:

Os postos estão distribuídos por todo o Brasil.

As principais empresas nacionais são:

- Petrobras Distribuidora S.A.;
- Distribuidora de Petróleo Ipiranga;
- Petrominas;
- Cia. São Paulo Distribuidora de Derivados de Petróleo.

Consumo

No início de 1992, o consumo diário era de 1.200.000 barris/dia; em 1999, o nosso consumo atingiu a cifra de 1,4 milhão de barris/dia, enquanto a nossa produção se aproximou de 1,1 milhão de barris/dia.

Carvão mineral

Sabemos que o hemisfério sul é pobre em carvão mineral, se comparado ao hemisfério norte. Essa desigualdade está ligada a fenômenos geológicos. Assim, o Brasil não faz exceção nesse aspecto. É também pobre em jazidas carboníferas (pelo menos considerando-se as jazidas conhecidas até hoje).

As nossas principais jazidas estão localizadas no Sul do País, numa formação que data do permocarbonífero, entre o cristalino da Serra do Mar e a Bacia Sedimentar Paranaense.

Brasil: Produção de Carvão Mineral

Santa Catarina	61%
Rio Grande do Sul	36%
Paraná	3%

Fonte: IBGE - 1994

Principais Depósitos

• Santa Catarina

1.205.000.000 toneladas, localizadas no vale do rio Tubarão e proximidades.

• Rio Grande do Sul

1.932.000.000 de toneladas, localizadas no vale do Jacuí e proximidades.

Foi localizada uma jazida de linhito no Alto Amazonas, mas ainda não foi avaliada.

A exploração do carvão mineral, no Brasil, efetivou-se a partir de 1942, em Santa Catarina, quando foi iniciada a instalação da Cia. Siderúrgica Nacional (primeiro alto-forno a coque no Brasil), em Volta Redonda.

A partir dessa data, a nossa produção tem crescido de forma bastante lenta, devido a uma série de problemas já citados.

Principais áreas Produtoras

• Santa Catarina

A produção catarinense provém das minas de Lauro Muller, Urussanga, Criciúma (Bacia do Tubarão) e Araranguá. Parte dela é consumida no próprio Estado e parte é escoada até o porto de Laguna (Henrique Lages), pela Estrada de Ferro Teresa Cristina.

Dos depósitos brasileiros, o único que possui carvão coqueificável é o de Santa Catarina, cuja composição é a seguinte:

- Carvão metalúrgico - 45%
- Carvão vapor - 30%
- Rejeitos - 25%

A principal compradora deste carvão é a Cia. Siderúrgica Nacional.

• Rio Grande do Sul

Os depósitos desse Estado aparecem de 30 a 120 metros de profundidade. A exploração ocorre no Vale do Jacuí (São Jerônimo e Butiá), Bagé e Leão. O carvão é de baixa qualidade, não sendo coqueificável, com a utilização das técnicas atuais.

A produção é consumida no próprio Estado, para geração de termelétricidade e transportes (Viação Férrea do Rio Grande do Sul).

• Paraná

É explorado no Vale do Rio Peixe e no Vale do Rio das Cinzas, sendo consumido para transporte.

Problemas de Exploração

Vários são os problemas que dificultam o aumento da exploração:

- depósitos relativamente pequenos;
- pequena espessura dos horizontes carboníferos, dificultando a exploração;
- baixa qualidade do carvão, reduzindo até 18% de cinzas;
- baixo nível técnico das minas e equipamentos deficientes, encarecendo o produto;
- distância dos depósitos em relação aos centros consumidores;
- alto custo dos transportes.

Em relação ao carvão metalúrgico, o importado sai mais barato que o nacional. Daí a tendência das empresas para consumirem carvão importado, mais barato e de melhor qualidade (produz 4% a 5% de cinzas, contra 16% a 18% do carvão nacional). Para defender a produção brasileira, principalmente de Santa Catarina, o governo instituiu o uso obrigatório do carvão nacional na proporção de 40% do consumo nas siderúrgicas.

Eletricidade

A energia elétrica é um dos fatores básicos para o desenvolvimento de um país. Isto é tanto verdade que, se observarmos os países desenvolvidos, notaremos que o consumo de energia elétrica por pessoa será bastante alto em relação aos países menos desenvolvidos.

A energia elétrica pode provir de usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares. As usinas hidrelétricas aproveitam energia potencial da água (queda de água). As usinas termelétricas aproveitam a energia resultante da queima de óleos, carvão mineral, carvão vegetal, lenha, etc., e as nucleares utilizam urânio, tório, etc.

O Brasil, tendo constituição hidrográfica importante e em sua maioria rios de planalto, evidentemente possui um alto potencial hidrelétrico, que é de 150.000.000 kw, colocando-se em 3º lugar nesse particular, após Rússia e Canadá. A distribuição do potencial hidrelétrico por bacia hidrográfica apresenta-se na seguinte ordem:

BACIA	POTENCIAL CONFIRMADO	ESTIMADO
Amazônia	16.799,4	36.993,5
Prata	10.819,1	6.530,5
São Francisco	3.058,8	1.255,5
Tocantins	9.284,2	1.525,4

Embora esse potencial fosse alto, a capacidade de produção instalada era de 8.828.400kw (1970), passando para 31.725.000kw, em 1980.

Quanto à termelétricidade, o Brasil possui capacidade instalada de 4.249.000kw (1980), aproveitando como matéria-prima o petróleo, o carvão mineral e a lenha.

Essa predominância de usinas hidrelétricas é fácil de compreender, se atentarmos para os grandes recursos hidrográficos do Brasil de um lado, e os pequenos recursos em petróleo e carvão mineral, de outro; se bem que a opção para se instalar uma usina leva em consideração outros fatores, tais como: tipo de consumo de eletricidade durante o ano, quantidade de consumo, custo de instalações, etc.

O elevado potencial hidrelétrico dos rios brasileiros explica por que a geração de eletricidade no País é proveniente, principalmente, de usinas hidrelétricas (93%) em menor escala de origem termelétrica (6,3%).

Principais Empresas ligadas à Produção de Energia Elétrica

- Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.)

Subsidiárias:

- Centrais Elétricas de Furnas
- CHESF (Cia. Hidrelétrica do São Francisco)
- Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul)
- Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte)

Empresas estaduais:

- CESP (SP), CEMIG (MG), COPEL (PR), CEEE (RS), CELG (GO), CELF (RJ), etc.

Principais Usinas Hidrelétricas

RIO	USINA
Tocantins	Tucuruí e Serra da Mesa
Xingu	São Félix
Curuá-Una	Curuá-Una
Araguari	Coaracy Nunes ou Paredão
Parnaíba	Castelo Branco (ex - Boa Esperança)
São Francisco	Três Maria, Paulo Afonso e Sobradinho
Paranaíba	Cachoeira Dourada, São Simão, Itumbiara
Grande	Furnas, Estreito, Jaguará, Marimbondo, Água Vermelha
Paraná	Jupiá, Ilha Solteira, Itaipu
Tietê	Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão, Avanhadava
Paranapanema	Jurumirim, Xavantes
Iguaçu	Foz da Areia, Salto Santiago
Paraíba do Sul	Nilo Peçanha, Funil
Pardo	Caconde, Euclides da Cunha
Pedras (Cubatão)	Henry Borden I e II

Xisto Pirobetuminoso

O xisto pirobetuminoso é também encontrado em formações sedimentares, sendo composto de matéria orgânica pressurizada por milhares de anos. Para transformá-lo em óleo, é necessário o aquecimento a altas temperaturas, e a tecnologia não é das mais avançadas, encarecendo muito o produto. O Brasil conta com grandes reservas desta matéria-prima, localizadas na região de São Mateus do Sul (PR) e no Vale do Paraíba (SP). A Petrobras desenvolveu sistema próprio para obtenção do óleo de xisto (petrosix), mas que também é inviável economicamente, sendo ainda utilizado basicamente como forma de pesquisa.

Gás natural

Este combustível tem sido apontado como a fonte de energia do futuro, pois, entre outras qualidades, não é poluente. A cidade de São Paulo tem feito experiências bastante interessantes a respeito, e muitos ônibus e táxis estão rodando com esse combustível pela cidade. O gás natural pode ser considerado como petróleo em estado gasoso e, portanto, pode substituir qualquer combustível originado dessa matéria-prima com algumas vantagens, pois, além de não poluir, encontra-se disponível em consideráveis reservas no Brasil, passando a ser uma das prioridades da Petrobras. Até mesmo na retirada de petróleo das jazidas mais profundas, o gás natural pode ser um auxiliar, injetando-o no poço para empurrar o petróleo para cima.

Álcool

A substituição da gasolina pelo álcool trouxe algumas vantagens e desvantagens. As principais vantagens referem-se ao menor nível de poluição atmosférica e ao fato de tratar-se de um recurso renovável. No entanto, as terras aráveis de melhor qualidade de algumas regiões do Sudeste são plantadas com cana, e não com os tradicionais produtos alimentícios. Os custos do álcool, maiores que os da gasolina, exigem subsídios governamentais. A previsão para o álcool é que se torne apenas uma fonte complementar, pois poucos países teriam extensões de terras suficientes para os imensos canaviais necessários para suprir o consumo industrial em larga escala.

Energia Solar

Esta é, sem dúvida, a mais limpa e mais barata forma de obtenção de energia. Mas, infelizmente, com a tecnologia atualmente disponível é completamente inviável o grande consumo industrial, pois não se consegue obter este tipo de energia em larga escala, ainda que, segundo alguns cálculos, a energia solar que atinge a Terra em apenas sete dias seja equivalente a toda energia acumulada nas reservas minerais fósseis do planeta. Estamos, por enquanto, restritos a calculadoras e pequenos instrumentos. Nos EUA, um pequeno avião para um único tripulante, construído em fibras sintéticas e movido a energia solar, conseguiu percorrer uma longa distância voando a poucos metros acima do solo. Atualmente, a Austrália promove uma corrida de automóveis solares que, se não podem ser comparados ao rendimento dos modelos tradicionais, têm apresentado sensíveis progressos nos últimos eventos.

Por que a participação do Brasil no setor nuclear?

Apesar de o Brasil dispor de um imenso potencial hidráulico e, no momento, utilizar apenas 10% a 15% desse potencial, e a despeito, também, do excedente de energia elétrica que ocorre no momento, apontam-se as seguintes justificativas para sua participação no setor nuclear:

- a partir deste ano, as fontes hidráulicas deverão estar prestes a se esgotarem, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, onde o consumo é mais elevado.
- em vista de nossa insuficiência de combustíveis fósseis e dos reflexos da crise do petróleo, haverá necessidade de complementação da energia hidráulica com a energia nuclear.

O Governo Federal decidiu se engajar num programa nuclear para adquirir experiência na instalação e operação de centrais nucleares e, ao mesmo tempo, propiciar à engenharia e à indústria nacional a oportunidade de participar e desenvolver este tipo de tecnologia.

O II PND, criado para o período de 1975 a 1979, no Governo Geisel (já falecido), assinala a importância do Programa Nuclear Brasileiro e a necessidade de preparar o País para os anos 80, quando a energia nuclear já deveria representar parte significativa da energia elétrica gerada no País e no mundo. Além disso, visava ao desenvolvimento de outras aplicações da ciência nuclear, como o uso dos isótopos na agricultura, medicina e indústria.

O Acordo Nuclear Brasil - República federal da Alemanha

No dia 27/6/75, em Bonn, foram assinados dois documentos definindo e implementando um programa de cooperação entre Brasil e a RFA: o acordo de cooperação sobre os usos pacíficos da energia nuclear e a declaração dos governos do Brasil e da RFA relativa à implementação do mencionado acordo.

O objetivo geral do programa consiste na implantação, em nosso País, de uma capacidade industrial em todas as áreas do uso pacífico da energia nuclear e na transferência de tecnologia, bem como o fornecimento de urânio do Brasil para a RFA.

Atualmente o acordo nuclear Brasil - Alemanha está bastante esvaziado, pois a Alemanha já anunciou para o mundo que pretende desativar todas as usinas nucleares em seu território até o ano de 2010, como resultado das pressões de sua sociedade e da unificação territorial em 1990.

Hoje a Alemanha não se dispõe a fornecer aparelhos, máquinas, instrumentos e nem em transferir tecnologia para o Brasil. O governo brasileiro levantou a possibilidade de cobrar indenizações ao governo da Alemanha, por não cumprimento de contrato. Enfim, o projeto nuclear brasileiro encontra-se esvaziado, até porque, das 8 usinas previstas, só foi concluída, e já obsoleta, a usina de Angra dos Reis I, a usina Pirlampo, pois fica mais tempo desligada do que produzindo energia.

As Vantagens e Desvantagens do Uso de Energia Nuclear

Vantagens:

- permite grande concentração energética;
- independe dos fatores meteorológicos;
- flexibilidade na localização das usinas;
- reduzida poluição atmosférica.

Desvantagens:

- auto custo inicial na implantação;
- segurança - perigos de defeitos técnicos, sabotagens, etc.;
- resíduos radiativos (lixo nuclear);
- elevado preço da energia.

O GATT E A OMC

O GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, que entrou em vigor em 1º/1/48, apesar da oposição dos EUA, e de não significar uma organização oficial, foi de elevada utilidade para coordenar o comércio do bloco capitalista no período da bipolarização. Mas com as mudanças do câmbio, a chegada dos megablocos, as novas tecnologias e a atual desregulamentação do comércio mundial, deixou a desejar na fase atual de multipolarização e está sendo substituído pela OMC - Organização Mundial do Comércio, que já foi criada, mas não foi estruturada, até porque, a desregulamentação da economia está favorecendo, e muito, os países do Norte, detentores das tecnologias de ponta.

1985 - rodada do Uruguai:

- Os países decidem que o GATT não atende mais as necessidades devido aos avanços no comércio internacional, e que o ideal seria a criação de uma nova organização que deveria vir acompanhada de uma nova regulamentação do comércio internacional.

1º/1/95 - Como resultado da Conferência do Uruguai:

- É extinto o GATT e criada a OMC.

1º/12/99 - Reunião de Seattle (EUA).

Esta reunião aconteceu, mas não funcionou devido aos movimentos organizados, inclusive com o uso da Internet, das ONGs - Organizações Não-Governamentais, contra o processo de globalização, demonstrando que a nova fase mundial estava afetando também a qualidade de vida de boa parte das populações dos países ricos.

É a fase da globalização, do desemprego estrutural, pois a produção, a produtividade e a diversidade de produtos para o consumo mundial estão aumentando rapidamente. As novas máquinas estão gerando desemprego, desconcentração da produção para o Terceiro Mundo, provocando o retorno do nacionalismo extremista com possibilidades da ultra-direita voltar ao poder na Europa. É o ressurgimento do xenofobismo, do etnocentrismo, pondo em risco a segurança das minorias étnicas e dos "novos bárbaros" do Sul que estão invadindo os países do Norte. É o esgotamento do welfare state - o estado do bem-estar social - que durante décadas fez com que o Estado sustentasse a elevada qualidade de vida das populações nos países do Norte.

Em janeiro de 2001, autoridades, megainvestidores e megaempresários reuniram-se na cidade de Davos, na Suíça, com exceção dos EUA, com o novo governo republicano. A maioria dos países enviaram seus representantes para o famoso Fórum Econômico Mundial, onde os mandatários do Mundo Globalizado estão reunidos para discutirem os resultados atuais da Nova Ordem Mundial, e o que pretendem que aconteça ou não nas próximas etapas deste processo liberal.

Um bom exemplo do nível de discussões neste fórum foi o destaque dado pela imprensa internacional quanto aos protestos dos representantes da China popular, ao alertarem o Mundo quanto à perda de identidade das etnias menos favorecidas do planeta, pois a globalização, além de econômica, também gera uma antropofagia cultural de globalização com exclusão, a América Latina corre o risco de sofrer uma pressão externa que poderá criar a famosa Síndrome de Africanização, isto é, deteriorar a tão deteriorada qualidade de vida de sua população, como vem ocorrendo no continente africano - o excluído do processo global atual. Inclusive com as tentativas de provocar uma corrida armamentista na América do Sul, devido à pressão pela Internacionalização da Amazônia, ou devido aos combates ao narcotráfico, a exemplo da atual Operação Colômbia, financiada pelos EUA, onde já se comenta quanto à possibilidade do uso de armas químicas e biológicas.

A produção de alimentos e a fome no mundo

Não há dúvidas: a fome que se alastra pelo mundo é uma questão mais política, ideológica e econômica do que as próprias condições naturais oferecidas para a prática agrícola. Senão, vejamos:

- de acordo com dados da FAO (ONU), o mundo, hoje, produz 10% a mais do que o mínimo necessário para alimentar toda a população, que é em média de 2.400/2.600 calorias/dia, e que ainda existem imensos espaços para serem ocupados;
- com o processo da "Revolução Verde", a produção de alimentos vai perdendo cada vez mais o cunho social, e os interesses capitalistas avançam pelas atividades primárias. Portanto, o objetivo do lucro prioriza as monoculturas exportadoras em detrimento da produção diversificada para alimentar a população local. Além de acelerar o desmatamento, as queimadas, a erosão, com perda de solos férteis, o assoreamento dos rios e principalmente a perda da biodiversidade da fauna e da flora devido às monoculturas e o uso absurdo dos agrotóxicos;
- nos últimos anos essa situação se agravou com os avanços biológicos, onde os processos de sementes selecionadas e vegetais híbridos das últimas décadas começaram a ser substituídos pelos produtos transgênicos, que aumentam o poder econômico e tecnológico das multinacionais, pois são donas desses novos produtos, com

direitos de patentes (know how) e exclusividades na sua criação e produção. Voltando à velha discussão: "até que ponto o ser humano pode alterar a natureza?" com a transgenia e o processo de clonagem.

O contexto histórico não pode ser esquecido, pois é certo que antes da expansão marítima européia, não há registro da existência da fome em escala significativa na América, África, Ásia e Oceania, pois nessa época a produção era comunitária e de subsistência na maioria das sociedades existentes nesses continentes.

Os **colonizadores** introduziram a propriedade privada e a cobrança de impostos absurdos nas áreas dos colonizados e ainda obrigaram a mudança no tipo de produtos, pois o que interessava aos dominadores eram produtos como oleaginosas, fibras têxteis e frutos tropicais para atender às necessidades do consumo industrial e da população européia. Quem nunca ouviu falar das mortes de escravos e índios - de fome - no meio dos grandes canaviais, no litoral do Nordeste? O governo português não permitia a plantação de outros vegetais, só era permitido o plantio de cana-de-açúcar, que dominava até 120 léguas para o interior.

Não há dúvida que os problemas da fome - subnutrição, desnutrição crônica - podem ser resolvidos. Atualmente, o problema todo é que a produção de alimentos se transformou numa "arma poderosa", que é utilizada pelos países do Norte no domínio mundial. O controle das multinacionais sobre a produção de alimentos demonstra que o controle sobre onde, como, quanto, o quê, por quanto e para quem deverão ser produzidos os alimentos não depende mais de quem dispõe das terras. Basta ver o exemplo brasileiro, onde mais de 40% de nossa produção é exportada e menos de 15% é utilizada na alimentação interna. Outro exemplo interessante é ver que pastagens artificiais, isto é, o espaço agrícola ocupado e cuidado pelo homem para alimentar os rebanhos no Brasil, se somado com as perdas devido ao processo de colheita, transporte, armazenagem, comercialização e os parceiros do homem (ratos, insetos, etc.), superam a produção para o consumo interno; não podendo esquecer que a cada 7 calorias vegetais produzidas para alimentar os rebanhos e aves, só uma caloria retorna para a alimentação humana.

As crises econômicas atuais

O capital volátil - O mesmo que capital especulativo, rotativo, hot money e over night.

Função - como o próprio nome indica, o capital volátil não é regulamentado, servindo somente ao processo da ciranda ou especulação financeira. Se um país tenta regulamentar ou reduzir seus lucros nas bolsas de valores ou entra em crise econômica ou política, rapidamente este tipo de capital desaparece de sua economia.

O capital volátil cresceu muito nas últimas décadas, devido à queda nos investimentos e nos lucros que eram obtidos com a corrida armamentista. Muito do capital investido nesta área foi deslocado para atividades normais da economia.

É óbvio que os paraísos fiscais facilitaram para que o capital das máfias do narcotráfico, da venda ilegal de animais silvestres, da corrupção e do contrabando de riquezas naturais como o ouro, diamantes, etc., se legalizassem e se transformassem em capital volátil.

Para um país manter este capital em sua economia e transformar em capital de produção, é obrigado a manter seus juros internos elevados e lucrativos para os especuladores, só que acaba prejudicando as empresas nacionais e sua população. Favorecendo o capital volátil, o país é obrigado a abrir sua economia de acordo com os interesses dos países desenvolvidos.

Resultando em:

- O efeito dominó, ou porque as crises econômicas atuais não são mais localizadas, e sim, afetam a economia mundial num processo de cascata.
- A maior internacionalização da economia com enfraquecimento dos Estados e das elites nacionais em consequência da globalização.
- O capital volátil passou a dominar a economia dos países emergentes, como o Brasil, e a maior dependência destes às imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A melhor forma para desenvolver e explicar estes questionamentos é utilizar um modelo prático como laboratório. Para nós, brasileiros, o melhor modelo é o Plano Real desenvolvendo suas etapas de implantação.

Estava claro que a sociedade não aceitava mais os planos econômicos ortodoxos, com mero congelamento de preços e salários. Era preciso ser diferente, pelo menos na aparência, em relação aos Planos Cruzado, Bresser e Collor. E o mundo exigia a abertura da economia brasileira, isto é, ou adota o neoliberalismo, ou continuará isolado das relações econômicas e do comércio mundial.

Como o Mundo impõe a abertura econômica nos países do Terceiro Mundo?

1) Os Estados Unidos elaboram a famosa Lei Super 301, onde as autoridades norte-americanas são obrigadas a defender suas empresas multinacionais, combatendo qualquer forma de obstáculos que elas venham sofrer em qualquer local do planeta.

2) O BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento passa a não exigir que os países pobres que necessitam de seus empréstimos elaborem projetos de viabilidade econômica em relação aos valores solicitados, desde que atendam às exigências prescritas no famoso Plano de Reformas Estruturais (1980), isto é, desde que os países do Terceiro Mundo implantem as reformas - tributária, fiscal, jurídica, orçamentária, política, previdenciária e trabalhista em conjunto com um projeto de privatização de suas empresas estatais.

Em 1983, o BIRD desenvolveu um novo plano, o também famoso Plano de Reformas Setoriais Estruturais, obrigando os países do Terceiro Mundo a liberalizarem a agricultura, bem como a privatizarem setores

estratégicos, como o Sistema Energético, a área de comunicações, os bancos do Governo e os serviços urbanos, como o serviço de limpeza, coleta de lixo, tratamento de água, esgoto, etc.

3) O FMI, que havia perdido muito de suas funções a partir de 1971, devido aos Estados Unidos terem mudado seu sistema cambial, passa a exercer novas funções, muito atreladas, e até mesmo conflitantes, com o papel do Banco Mundial. Isto não quer dizer que entram em choque, ou provoca perda de identidade. Na verdade, é facilmente percebido que estas duas organizações trabalham em conjunto, na tentativa de implantarem as idéias neoliberais nos países periféricos.

O FMI fiscaliza, coordena e exige que os países do Terceiro Mundo e, mais recentemente, os países remanescentes do ex-bloco socialista, como os do Leste Europeu, implantem as medidas impostas pelos Planos de Reformas Estruturais do BIRD. Caso o país aceite, o FMI ajuda e autoriza que o BIRD faça os empréstimos.

A desintegração do Bloco Socialista

Imaginar ou criar uma data para indicar o momento exato que identifique o término da URSS e o fim do socialismo real no Leste Europeu e no Continente Asiático, serve como referencial didático, mas não é útil para quem deseja entender todo o processo que culminou com o término da bipolarização. Dizer que a URSS foi extinta, e que o capitalismo norte-americano saiu vitorioso, também não é totalmente verdade, pois se fosse correto, estaríamos vivendo uma monopolização, parecida com o período do império britânico, mas isto não ocorreu, pois estamos vivendo a multipolarização.

A necessidade de manter um confronto ideológico com o mundo ocidental, acabou forçando a URSS a direcionar a maior parte de seus recursos na preparação de várias gerações de técnicos e cientistas, espionagem, contra-espionagem, manutenção de uma força armada altamente dispendiosa, direcionando-se para áreas específicas da física nuclear, aeroespacial, mecânica, etc. Com isso, a produção de bens de consumo para a população do bloco socialista não significou preocupação pelos governantes da época, principalmente nas décadas de 30 a 70, quando predominou a "ditadura do proletariado" ou o período **stalinista**.

Na década de 80, a crise estava bem clara para o mundo, pois nem a URSS, nem os EUA, a nível de poder, suportam mais os desgastes da Guerra Fria.

O processo acelerou com a chegada de Gorbachev ao poder, que tinha a função de superar as distorções e fazer com que a URSS sobrevivesse, isto é, a proposta de mudar, mas sobre o controle e manutenção do Estado soviético.

As propostas eram:

1) Reestruturação da economia - perestróika.

Medidas:

- fechamento das empresas ociosas;
- privatização das estatais;
- devolução e/ou venda das propriedades rurais;
- abertura da bolsa de valores;
- entrada das multinacionais;
- entrada do capital volátil;
- formação de bancos e sistema financeiro privado.

Conseqüências:

- desemprego em larga escala, principalmente do sexo feminino;
- fortalecimento das organizações ilegais, que compraram várias empresas formais; era a ascensão das máfias;
- queda do poder aquisitivo da população;
- aceleração do processo inflacionário.

2) Transparência política - Glasnost.

Medidas:

- maior liberdade de credo religioso;
- criação de organizações sociais e políticas sem o controle do Estado;
- as repúblicas conquistam o direito de elegerem seus parlamentares e presidentes, conquistando maior autonomia político - administrativa;
- há uma política de aproximação com o mundo ocidental;
- provoca um esvaziamento da KGB, da espionagem internacional e da repressão interna.

Conseqüências:

- A URSS declara que não é mais expansionista e nem militarizada;
- Inicia um processo de desmonte unilateral dos mísseis com ogivas nucleares;
- Não sustenta mais os países satélites como Cuba, Vietnã, Coreia do Norte, facilitando também os movimentos libertários no Leste Europeu.

Observação:

Na prática, estas medidas significam o término da corrida armamentista, pois fica claro que se acontecesse outra guerra como a das Coreias, do Vietnã, de Angola, etc., a URSS não se candidataria a sustentar grupos contrários aos interesses dos EUA.

A "neurose nuclear" estava diminuindo, principalmente na Europa, resultando nas rápidas mudanças do Leste Europeu, rompendo com a Cortina de Ferro, unificando as Alemanhas, desmembrando a Iugoslávia, acarretando a Revolução do "Veludo" na Tchecoslováquia, etc.

É a fase da migração em larga escala do leste para o oeste europeu, coincidindo com os avanços da União Européia e a terceira revolução tecnológica, isto é, maior oferta de mão-de-obra com menor necessidade da mesma. Surge o "desemprego estrutural", pois a produção e a produtividade aumentam graças às novas tecnologias, mas o desemprego aumenta. Estavam criadas as condições para o retorno do xenofobismo e o etnocentrismo.

O Declínio do Império Socialista

Dizer que em dezembro de 1991, oficialmente, a URSS deixa de existir como Estado é correto, mas não é certo acreditar que tudo aconteceu de repente, que antes existia a URSS e, logo depois ela se desmembrou em 15 repúblicas, e pronto.

A pergunta chave é: por que a URSS se desintegrou no final da década de 80 e início de 90? Por que isto não aconteceu antes? Por que não continuou existindo?

A resposta para este questionamento resulta de uma análise no tempo e no espaço, de fatores internos e externos, que vão se somando até resultar numa dinâmica de transformação que leva décadas para se completar.

A burocratização, o caldeirão étnico, o baixo avanço tecnológico em algumas áreas da economia, a política do emprego pleno com resultados cada vez menores na produção/produtividade dos indivíduos, a política centralizadora do Estado cedem espaço para uma fase de estagnação econômica, aumentando cada vez mais da década de 70 para 80, após uma explosão econômica nas décadas de 30/40, principalmente na reconstrução do pós-Segunda Guerra.

Somando estas questões com a derrota técnico-científica do bloco socialista em relação ao ocidente capitalista, verificamos que a terceira revolução tecnológica se transformou no fato acelerador, responsável pela desintegração do Bloco Soviético.

Portanto, a implantação da perestroika (reestruturação econômica) e da glasnost (transparência política), por Gorbachev, quando é indicado para secretário-geral do PCUS, notamos que são propostas de mudanças "lentas e graduais". Isto é uma última tentativa de manter a existência da URSS. Em nenhum momento Gorbachev propôs a extinção do Estado soviético, até porque, extinguir a URSS seria extinguir o seu próprio cargo com a perda imediata do poder.

Com a abertura política e econômica, a primeira situação crítica que desponta são as divergências étnico-culturais, resultando em movimentos unificadores e/ou separatistas na parte leste da Cortina de Ferro, isto é, na Europa Oriental ou socialista, e com as eleições nas exrepúblicas da URSS, que começam a romper com o poder centralizador de Moscou.

A fase de mudanças rápidas (Década de 80)

Enquanto estava no poder, Gorbachev ficou sob fogo cruzado internamente, pois quando avançava nas reformas, contrariava os interesses do PCUS (militares, burocratas, KGB, etc.), mas se não avançava nas mudanças, comprava briga com os presidentes e parlamentares eleitos nas 15 Repúblicas, sob o comando de Boris Iéltsin, presidente da Rússia, a principal República. Externamente, o mundo capitalista ocidental, principalmente o Grupo dos 7 (G-7) mais poderosos do mundo, fazia suas jogadas para desintegrar a URSS, bloqueando a ajuda econômica e tecnológica.

Era uma situação onde todo mundo percebia a dificuldade de durar muito tempo. Em agosto de 1991, os oficiais militares invadem o Parlamento, prendem Gorbachev na península da Criméia e declaram um golpe de Estado. Golpe fracassado, pois a população reage e Boris Iéltsin e seu grupo comandam este movimento, derrotando os militares e retornando Gorbachev (de forma figurativa) ao comando da URSS.

Em 22 de dezembro, cercado pelos principais líderes da "nova era", Gorbachev assina documento declarando que a partir de 25 de dezembro de 1991, a superpotência, o centro do socialismo real, estava declarada extinta.

CONFLITOS EUROPEUS

Cabe observar que a heterogeneidade étnica em espaços definidos na Europa sempre existiu, só que no período da guerra fria a maioria das insatisfações eram reprimidas. Com o advento da globalização eles encontram espaço para suas reivindicações de autonomia.

Iugoslávia

- Estado criado em 1922, pós-Primeira Guerra, devido à extinção dos Impérios Austro-Húngaro, Bizantino e Turco-Otomano no Leste Europeu.

- A partir de 1944, com o término da Segunda Guerra Mundial, era provável que o País viesse a se desmembrar, pois era caracterizado por um "Caldeirão Étnico". Mas a criação de um herói nacional, apesar de Croata, atendia aos interesses dos novos mandatários mundiais, pois era interessante, tanto para os EUA, como para a URSS, que o território geoestratégico deste país funcionasse como um corredor, separando a URSS da Europa; estavam montadas as condições para a implantação de uma "Gerontocracia", onde o marechal Jozip Tito governaria até a sua morte.

Como foi montado o governo

- a) Executivo colegiado.
- b) Parlamento onde cada etnia teria um número de representantes proporcional ao seu número na população.
- c) Sistema Socialista, mas não aliado à URSS.
- d) Não participava oficialmente do Comecom (Tatue) e do Pacto de Varsóvia.
- e) Recebeu ajuda do Plano Marshall (EUA).

Dinâmica de Mudanças

Na década de 80, ocorre um desencadeamento de mudanças que afetam a forma de funcionamento do Estado iugoslavo. Os sérvios-cristãos - apoiados pelos russos - detêm o controle sobre as Forças Armadas. Em 1982, ocorre a morte de Tito e em 1985 a URSS inicia as mudanças políticas e econômicas - Glasnost e Perestroika, respectivamente. Tudo isto vem favorecer os movimentos étnico-separatistas nas repúblicas iugoslavas.

Em 1991, as Repúblicas da Eslovênia (parque industrial) e da Croácia (petróleo e balneário turístico) declaram suas independências que não são reconhecidas pelas organizações mundiais, mas a Alemanha reunificada imediatamente reconhece e passa a apoiar estas repúblicas. Era o retorno da potência centro-européia alemã.

Alegando a perda da saída marítima os sérvios tentam impedir esta independência das Repúblicas, gerando a Primeira Guerra Civil na Iugoslávia.

Em 1993, as Repúblicas da Bósnia-Herzegovina - a famosa "Iugoslávia em miniatura" devido à heterogeneidade étnica, e da Macedônia também declaram suas independências.

Esta Segunda Guerra Civil tem um fator altamente explosivo, pois envolve povos islâmicos do antigo Império Turco-Otomano e Cristãos. Estava caracterizado o fator "fundamentalismo", que acaba gerando um retorno de comportamento semelhante ao da Segunda Guerra Mundial, devido aos genocídios.

Fato curioso a ser observado é que as entidades internacionais não pressionaram pelo término desta guerra até 1995, pois os sérvios estavam vencendo os islâmicos.

Com a reviravolta em 95, os islâmicos passam a eliminar os sérvios, as entidades internacionais, terminando com a guerra.

Os novos países

- Eslovênia - Croácia
- Bosnia-Herzegovina
- Macedônia

A nova Iugoslávia

- Sérvia
- Montenegro
- Voivodina
- Kosovo

Se antes os sérvios já eram maioria étnica, na nova Iugoslávia eles passam a ser mais hegemônicos.

Mesmo assim os problemas não estavam totalmente resolvidos, pois a única saída marítima era em Montenegro e Kosovo, apesar de ser o ponto de origem do povo sérvio, desde o Período Otomano tinha maioria de islâmicos, mais identificados com a população da Albânia, gerando novo conflito entre cristãos e islâmicos, até nova intervenção das forças da OTAN e transformação de Kosovo em estado autônomo.

5/10/2000 - Após o primeiro turno das eleições, o presidente Slobodan Milosevic é deposto por um movimento popular que leva 500.000 pessoas às praças em Belgrado, capital da Iugoslávia.

Por último, em junho de 2001, o governo da nova Iugoslávia entrega o ex-presidente para ser julgado em um tribunal internacional, com a acusação de tentativa de etnocídios, durante as guerras civis na ex-Iugoslávia. Ficou bem claro para o mundo, que ou o governo tomava esta atitude, ou não teria ajuda internacional para reconstruir sua sociedade.

A UNIFICAÇÃO DAS ALEMANHAS

Com a derrubada do Muro de Berlim em 1989, não era difícil prever que o Tratado de Potsdam estava com os seus dias contados. Em 1990 a RDA (Socialista-Oriental) declara extinto o seu Estado (Constituição, Força Armada, Moeda, etc.), e seu território é transformado em 5 Estados Federados (Landers) e oficialmente incorporado à RFA (Capitalista-Occidental).

Conseqüências da reunificação alemã

- O povo é unificado num só Estado-Nação.
- Mas o território não é o mesmo, pois a região da Silésia e de Gdanski na Polônia e a Bielo Rússia, não voltam a ser território da nova Alemanha.
- Antes da reunificação a RFA (Occidental) já era a terceira potência econômica do mundo, após os EUA e o Japão, mas passa a investir em larga escala na recuperação da parte leste e na ajuda aos vizinhos que estão surgindo.
- O marco alemão substitui o rubro da ex-URSS, nos investimentos para recuperar as novas áreas capitalistas que estão surgindo.
- A Alemanha recupera a posição de potência Bifronte Centro-européia, pois é o ponto de contato entre o leste pobre e o oeste rico. Na prática é o fim dos tratados do pós-Segunda Guerra. E o fim da Cortina de Ferro Ideológica, permanecendo a cortina socioeconômica entre o leste e o oeste do continente.

REVOLUÇÃO DO VELUDO

Na Tchecoslováquia não houve revolução, e sim combinações políticas; pois após se livrarem da pressão soviética, ocorrem eleições onde a maioria nacionalista domina o parlamento da Tchecoslováquia e decidem pela separação geográfica das etnias dominantes, criando dois novos países: a República Tcheca, menos populosa e mais desenvolvida a oeste, e a República da Eslováquia na parte leste, por isto é que a chamamos de Revolução do Veludo, pois foi um processo pacífico, apesar dos problemas das minorias étnicas até hoje, principalmente dos ciganos.

RÚSSIA - HERDEIRA DA URSS

Não foi de graça que Boris Iéltsin permitiu a manutenção de Gorbachev no poder até dezembro de 91, após a fragorosa derrota do PCUS, no golpe de agosto/91. Neste intervalo de tempo Boris Iéltsin estava negociando a melhor forma de extinguir a URSS e a manutenção da Rússia como potência regional aliada dos EUA.

Nota: Não esqueça da Nova Alemanha.

Com o que a Rússia ficou

- 1) O Banco Central e o Banco do Comércio Exterior.
- 2) Com todas as embaixadas e o lugar no Conselho de Segurança da ONU.
- 3) A moeda, o rubro, volta a ser somente russo.
- 4) O controle do arsenal nuclear e das armas químicas e biológicas.

Obs.: Com as privatizações as máfias russas emergem e passam a dominar boa parte da economia legal do país, entrando em choque com o capital externo.

A questão da Chechênia é interna, pois este território faz parte da República Russa, portanto a Rússia não está assumindo posições expansionistas; é certo que na Chechênia a maioria da população é islâmica. mas por trás disto há a questão do petróleo nesta área.

A QUESTÃO BASCA

Esta história é tão antiga que até os bascos, localizados no norte da Espanha e sul da França, têm dificuldades para identificar sua origem; alguns acreditam que tenham vindo do Leste Europeu.

É certo que os bascos formam um povo distinto no território espanhol, portanto, sofrem uma diáspora. Alguns lutam pela sua independência através do ETA - Pátria Livre Basca, uma organização separatista. Hoje a facção mais atuante é o ETA - Militar, enquanto o ETA - Político/Militar procura fazer negociações de paz.

A IRLANDA CATÓLICA

O maior arquipélago europeu há séculos é dominado pelo Império Britânico, inclusive a Ilha da Irlanda que foi colônia com aspectos de exploração dos ingleses do mesmo modo que a Escócia e o País de Gales.

As principais ilhas são a Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales e Escócia), e a Ilha da Irlanda, hoje dividida em Irlanda do Norte ou Ulster, com povos (protestantes) de outros lugares do Reino Unido, e uma minoria de irlandeses católicos. Atualmente estes últimos apresentam um crescimento demográfico superior aos protestantes, apesar do tratamento diferenciado feito pelo exército britânico, privilegiando os primeiros.

A República da Irlanda (Eire), hoje, é independente do Reino Unido e sua maioria populacional é formada por católicos.

Obs.: Na visão do dominador (ingleses), os protestantes são considerados "Unionistas", pois defendem a permanência do Ulster integrado ao Reino Unido, e os católicos são denominados de "separatistas", pois defendem a extinção do Ulster, com unificação total da ilha sob o comando dos irlandeses católicos.

Os irlandeses católicos sempre lutaram pela sua independência em relação ao Império Britânico e suas conquistas acompanharam o enfraquecimento do expansionismo inglês. Na década de 20 (pós-Primeira Guerra), conquistaram autonomia política do Eire, e na década de 60 (pós-Segunda Guerra), é que conquistaram a sua independência.

Foi na década de 60 que a discriminação contra a minoria católica do Ulster se agravou, com a criação de bairros separados (guetos). Torturas e massacres praticados pelo exército inglês fez surgir o IRA - Exército Republicano Irlandês, responsável pelo armamento dos católicos e a prática de atos terroristas no Reino Unido. Na Irlanda do Norte (Ulster) protestante, foi criado o Sinn Féin (Somente Nós), braço político do IRA que procurava defender os católicos.

ORIENTE MÉDIO

Dizer que os conflitos existentes no Oriente Médio são exclusivamente religiosos e que só eclodiram nas últimas décadas é, no mínimo, desconsiderar os milhares de anos de história das civilizações que aí se desenvolveram ou que dominaram o Oriente Médio, na forma de grandes impérios.

As questões geoestratégicas, como ponto de ligação entre os continentes - Asiático, Europeu e Africano -, facilitada pela integração por via marítima e terrestre, vieram a se somar nas últimas décadas à descoberta e exploração da maior reserva, até agora conhecida, de petróleo, em seu subsolo (Golfo Pérsico).

À carência de espaço ecúmeno deve ser adicionado o elevado crescimento demográfico das populações, demonstrando que não é de hoje que não há espaço disponível para todos nessa região.

AS RELIGIÕES IMPERIAIS - FUNDAMENTALISTAS E MONOTEÍSTAS

O Judaísmo

Fundamenta-se nos livros antigos, que serviram de base para a elaboração do Velho Testamento e não tem o aspecto missionário, portanto a expansão do Judaísmo tem como fator principal a dispersão (diáspora) do povo judeu. O número de seguidores não ultrapassa 20 milhões. Atualmente, estão vivendo no ano 5.762, de acordo com o calendário judaico.

O Cristianismo

Nasceu entre os povos dominados pelo Império Romano, há cerca de 2 mil anos. Além de partilharem com a tradição judaica, respeitando o Velho Testamento, o Cristianismo, ao contrário dos primeiros, acredita que Cristo é o Filho de Deus, enviado à Terra para salvar a humanidade, somando aos livros antigos os ensinamentos do Messias por meio do Novo Testamento, com aspecto social, por isto mais dinâmico e atualizado. Tem sua base de sustentação no aspecto missionário e, por ter se ocidentalizado mediante o Império Romano, a religião cristã se espalhou pela Europa e posteriormente foi um dos alicerces de sustentação na expansão colonial para os novos continentes.

Com o passar dos tempos, o cristianismo foi se subdividindo e, hoje, além da religião católica apostólica romana, o protestantismo é seguido por milhões de fiéis, como resultado direto do luteranismo alemão, o calvinismo francês e o anglicanismo inglês. Hoje, o cristianismo é a fé que reúne maior número de fiéis no planeta, mas está perdendo espaço para o Islamismo.

O Islamismo

Nasceu dos ensinamentos do profeta Maomé (570/ 632).

Maomé combatia a prática do politeísmo existente entre os povos árabes, pois esse era um fator desagregador que facilitava o domínio da região por povos numericamente inferiores, mas superiores na organização econômica, política, social e militar, graças à prática monoteísta. O grande profeta do Islã sofreu forte oposição das tribos guardadoras da Caaba - a pedra negra - que praticavam o politeísmo na cidade de Meca, sendo expulso para Iatreb (atual Medirra - Cidade do profeta).

O ano da Hégira marca o início do calendário Islâmico, portanto eles estão vivendo no ano de 1381.

Com a morte do profeta (632), o Islã se dividiu em duas correntes devido a briga pela sucessão da liderança Islâmica. O **Xiismo** reconhece o direito de liderança apenas aos descendentes diretos do grande profeta, como exemplo os **Aiatolás**. O **Sunismo**, um conflito de normas (direitos) islâmicas organizadas, segundo os exemplos do profeta, reconhece o poder temporal, criando lideranças independentes dos laços familiares com Maomé, como exemplo os **Califas**.

Com a implantação do Islã na forma de um Império Teocrático, rapidamente ele espalhou seu poder imperial para o ocidente e o oriente, e hoje somente 20% de seus fiéis são árabes, demonstrando sua expansão demográfica, que já ameaça o cristianismo como a religião de maior número de seguidores no planeta.

QUESTÃO ÁRABE-ISRAELENSE

A questão árabe-israelense está diretamente ligada à criação do Estado de Israel pela ONU, em 1947. O movimento sionista acelerou a transferência de judeus dispersos pelo mundo de volta à região da Palestina. Já no período da Primeira Guerra Mundial, o fluxo de judeus era significativo e os incidentes com os árabes-palestinos começavam a se tornar frequentes.

A Inglaterra, que com a queda do Império Turco-Otomano, administrava a Palestina desde a Primeira Guerra, propõe novamente, ao final da Segunda Guerra Mundial, a criação de um "lar nacional" para os judeus no território da Palestina.

Os países árabes da região se opunham à criação do Estado de Israel, fato que levou posteriormente à formação da República Árabe Unida (RAU), da qual participavam Síria, Egito, Líbano, Jordânia e Iraque, com o objetivo de destruir Israel e dar suporte aos palestinos para a instalação do Estado da Palestina.

CONFLITOS

Guerra de Independência de Israel.

Em 1948/49, o recém-criado Estado de Israel foi atacado pelo Egito, Síria, Líbano, Iraque e Jordânia (RAU), porém os venceu. As milícias israelenses aumentaram em 50% o território do Estado de Israel, e os maiores perdedores foram os "palestinos", pois ficaram basicamente sem território independente. O Egito ocupou a **Faixa de Gaza** e a Jordânia ocupou a **Cisjordânia**.

Guerra pelo Canal de Suez (1956)

Ocorreu entre Israel e Egito, sendo que a França e a Inglaterra apoiavam Israel, pois tinham interesses em internacionalizar o Canal de Suez visando encurtar a rota do petróleo para o Ocidente. O Egito era apoiado pela ex-URSS, e o presidente Gamal Abdel Nasser anunciou a nacionalização do canal que foi construído com capital anglo-francês. A ex-URSS exigiu a retirada das tropas israelenses, francesas e inglesas e o canal foi nacionalizado.

Guerra dos Seis Dias (1967)

Foi o conflito mais importante ocorrido na região, cujos desdobramentos estão presentes até os dias atuais. Serviu para mostrar a superioridade militar de Israel frente a seus vizinhos árabes. Ocorreu entre Israel e as forças da RAU (Síria + Egito + Jordânia). O serviço secreto das Forças de Defesa Israelenses - o Mossad - descobriu um novo plano da RAU para atacar Israel, por isso o governo israelense decidiu atacar primeiro numa operação que durou seis dias e permitiu a conquista dos seguintes territórios:

- **Colinas do Gólan**, pertencentes à Síria, porém de grande valor estratégico, pois ficam em elevadas altitudes. Não foram ainda devolvidas, porque a Síria não aceita os termos da devolução.
- **Faixa de Gaza**, que estava sob o controle do Egito desde a guerra de 1948.
- **Cisjordânia**, que estava sob o controle da Jordânia desde a guerra de 1948.
- **Península do Sinai** pertencente ao Egito.
- **Lado Leste de Jerusalém**, sob o controle da Jordânia. Talvez este seja o maior problema na questão de um acordo de paz no "Oriente Médio".

Guerra do Yom Kipur -1973 - (Dia do Perdão)

Ocorreu entre a RAU e Israel quando o Egito e a Síria atacaram o território israelense de surpresa, tentando revidar a Guerra dos Seis Dias, porém foram derrotados. O governo de Israel planejava invadir o Cairo e Damasco, mas os EUA e a ex-URSS exigiram o recuo de Israel. O presidente egípcio Anuar Sadat havia

expulsado os conselheiros soviéticos e iniciou uma política de reaproximação com os EUA, favorecendo Israel. Em 1975, o Egito conseguiu a abertura do Canal de Suez. Sadat fez o Acordo de Camp David em 1979, pelo qual Israel devolveu a Península do Sinai e o Egito se comprometia a não mais participar de ataques ao território israelense. O presidente Sadat foi assassinado por fundamentalistas islâmicos em 1981, por ter feito o acordo com Israel.

Com a Guerra do Yom Kipur ficou claro para o mundo ocidental que não era mais vantajoso o conflito entre o Estado de Israel (judeu) e o mundo islâmico, tanto que não foi mera coincidência, pois no mesmo ano de 1973 ocorreu a primeira crise mundial do petróleo, quando a OPEP conseguiu reduzir em um terço a produção de seus países-membros, gerando carência de petróleo com elevação muito rápida do preço do barril no mercado mundial.

Terminados os conflitos oficiais entre Israel e o mundo islâmico (principalmente árabes), teve início uma nova etapa dos conflitos no Oriente Médio, pois o mais importante é o petróleo e não a região da Palestina.

O local que interessa chama-se Golfo Pérsico e esse lugar é território ocupado pelos povos islâmicos.

CAPITALISMO MONOPOLISTA OU FINANCEIRO DÉCADAS DE 40 A 70

Bipolarização

- Guerra Fria.
- Corrida armamentista.
- Corrida espacial, nuclear.
- Avanços na bioquímica.
- Formação dos trustes e cartéis, com as multinacionais dominando a economia mundial.
- Fortalecimento do Estado.
- Período da coexistência pacífica entre o Ocidente (capitalista) e o Oriente (socialista). USA x URSS. - Regimes autoritários e endividamento no Terceiro Mundo.
- Guerras e conflitos localizados:
 - Coréia.
 - Cuba.
 - Vietnã.
 - Afeganistão.
 - Angola, Moçambique.
 - Revolução na China.
 - Crise dos mísseis, etc.

DÉCADAS DE 70 A 90

Globalização

- Além do poderio bélico, sinônimo de potência e tecnologia de ponta, produção, produtividade e competitividade no mercado mundial.
- Extinção do Segundo Mundo, 25/12/91 ex-URSS.
- Avanços na biotecnologia, nanotecnologia, microeletrônica, robótica, informática, automação, etc.
- Produtos transgênicos e a clonagem como símbolos de avanço científico.
- Projeto Genoma.
- O capital volátil substitui boa parte dos capitais provenientes dos órgãos tradicionais como BIRD, BID, Grupo de Paris, Bancos Centrais, etc.
- O mundo exige nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT).
- Formação dos megablocos e blocos econômicos na nova forma de **regionalização**.
- Internacionalização das economias, desemprego estrutural, planos econômicos.
- Crises com efeito dominó ou cascata.
- Processo de fusão (truste) nas multinacionais, com avanços na prática do dumping.
- Redemocratização e privatização das estatais nos países do Terceiro Mundo.

A NOVA ORDEM MULTIPOLAR

Globalização regionalizada - principais blocos econômicos mundiais

Os países podem constituir diversos tipos de **integração econômica**, como:

- **Acordo Bilateral.**

- **Zona de Livre Comércio:** os países associados eliminam as barreiras incidentes sobre os produtos comercializados entre eles. Cada país possui, porém, ampla liberdade no que se refere à sua política interna e no tocante à política comercial com os países-membros.

- **União Aduaneira:** além da eliminação das barreiras comerciais entre eles, os países-membros adotam política comercial uniforme em relação aos países externos à União. Adota-se uma pauta aduaneira comum em relação a esses outros países.

- **Mercado Comum:** além das características da união aduaneira, fica permitido o livre trânsito de pessoas e de capitais entre os países. É adotada uma política comercial comum e a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. Pode requerer a harmonização das legislações nacionais.

- **União Econômica e Monetária:** adoção de políticas macroeconômicas setoriais e sociais comuns e adoção de uma moeda comum.

- **Integração econômica total:** as políticas monetária, fiscal e social são uniformes, sendo instituída uma autoridade supranacional para a administração dessa integração.

Posição do Brasil no Mercosul

A recessão generalizada e a conseqüente carência de capitais representavam entraves para os investimentos infra-regionais. O surgimento do Mercosul foi resultado da modificação desse panorama. Brasil e Argentina, através de acordos prévios de integração bilateral firmados entre os dois países, visavam ao desenvolvimento tecnológico complementado por uma integração comercial, por meio de acordos nas áreas nuclear, financeira, industrial, aeronáutica e biotecnológica.

O Tratado de Assunção, que definiu os contornos do Mercosul, enfatiza o projeto de integração comercial. No entanto, temos uma realidade de grandes diversidades geográficas, demográficas e econômicas que impõe políticas decorrentes das peculiaridades de cada país; portanto, não é aceitável uma estrutura rígida para o Mercosul. Esta impediria não só suas políticas nacionais, como também o prosseguimento de sua afirmação como países capazes de desenvolver-se tecnologicamente e alcançar condições que lhes permitam atingir a importância internacional que suas dimensões justificam.

O Mercosul tem por objetivo a implantação do livre comércio entre os seus países. Para atingir esse objetivo, as tarifas - (impostos ou taxas) aplicadas sobre os produtos importados de cada um dos países-membros devem sofrer reduções gradativas, até a completa eliminação.

Existe uma crítica à formação de blocos econômicos regionais e sub-regionais na América. Acredita-se que um projeto lançado em 1989, pelo ex-presidente dos Estados Unidos, George Bush, chamado de "Iniciativa pelas Américas", que busca a formação de uma vasta zona econômica livre, que se estenderia do Alasca até a Terra do Fogo, isto é, por toda a América, na tentativa de concorrer com a Europa, que já formou e colocou em prática, desde 1º de janeiro de 1993, o Espaço Econômico Europeu, considerado o maior bloco comercial do mundo.

Na Cúpula de Miami, em 1994, decidiu-se que o bloco continental ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) terá vigência somente a partir de 1º/1/2006. Desde 1997, tem aumentado a pressão dos EUA para a consolidação da ALCA.

Na Terceira Cúpula das Américas, nos dias 20,21 e 22 de abril de 2001, na Confederação do Canadá, província de Quebec, cidade de Montreal, ficou decidido por votação em plenário pelos 34 países membros que a ALCA terá seu início de implantação oficial a partir de 1º/1/2006, continuando como não participante Cuba.

POPULAÇÃO

O crescimento demográfico, a realidade econômica e política atuais

Em outubro de 1999, de acordo com a ONU, o crescimento demográfico alcançou o número de 6 bilhões de habitantes no planeta.

Detalhando este assunto, chegamos ao seguinte resultado:

- 1,5 bilhão de pessoas estão nos países do Primeiro Mundo;
- 4,5 bilhões de pessoas estão nos países do Terceiro Mundo.

Nas últimas décadas permaneceu um elevado crescimento populacional nos países pobres, enquanto os países ricos adotaram a política demográfica neomalthusiana. Com isso, há uma tendência de ficar cada vez mais desequilibrada a relação numérica e qualitativa entre os dois blocos de países.

Como não é interessante para a economia mundial a quantidade, mas sim a qualidade dos consumidores, para os novos produtos, as ameaças de revoltas e de invasões das populações do Terceiro Mundo nos territórios dos países do Primeiro Mundo, os governantes mais importantes do planeta começam a elaborar um projeto para reduzir a taxa de natalidade no Terceiro Mundo.

Em 1995 ocorreu a Conferência do Cairo (Egito) para a discussão sobre o processo de desenvolvimento e crescimento das populações, é óbvio, do Terceiro Mundo.

Em resumo, nessa Conferência os países mais ricos, principalmente o Grupo dos 7 (G-7), donos de 65% da economia do planeta, se ofereceram para financiar a implantação de um projeto para conter a taxa de natalidade no mundo.

No fundo era o interesse desses países:

- reduzira fecundidade e a fertilidade das mulheres;
- provocar um aumento na qualidade de vida das famílias mais pobres;
- que fosse diminuir o excedente populacional no Terceiro Mundo, que automaticamente reduziria os custos dos países ricos em doações humanitárias, nos empréstimos e financiamentos de riscos e nas imigrações;
- aumentar a capacidade de consumo das populações da América Latina, África e Ásia Tropical, aumentando o lucro das transnacionais e de suas filiais. Não é de graça que surgem os discursos condenando a pobreza.

Obs.: É a partir dessa Conferência que despontam as idéias dos ecomalthusianos, uma dissidência dos neomalthusianos.

Oficialmente, essa proposta não é aprovada na Conferência do Cairo, pois os fundamentalismos religiosos (Vaticano, Islã) se juntam e derrotam a proposta do G-7.

Proposta derrotada, proposta implantada, pois os países ricos atrelam a ajuda econômica, financeira e tecnológica para o Terceiro Mundo, às imposições de que estes últimos implantem medidas de proteção e preservação ambiental, contenção do crescimento demográfico e facilitem a entrada do capital, das empresas e dos bancos internacionais.

Obs.: Em 1999 aconteceu, no Uruguai, a Cairo 5, que também fracassou nessa proposta.

Na reunião do G-8, em Gênova, ficou decidida a ajuda de bilhões de dólares para socorrer os países mais pobres quanto aos avanços das doenças endêmicas e pandêmicas, principalmente para a África e a Ásia tropical. Não é o suficiente, mas pela primeira vez, os países mais ricos se reúnem e tomam decisões de cunho social.

Características gerais

Dados IBGE – censo de 2000/2001

Tabela – população residente, em valores absolutos e relativos, total, em situação urbana na sede municipal, área total e densidade demográfica, segundo as Unidades da federação e Municípios.

Unidade da Federação e Municípios	População residente						Área total km ² (2)	Densidade demográfica (hab/km ²)
	Valores absolutos			Valores relativos				
	Total	Urbana		Total	Urbana			
		Total	Na sede municipal (1)		Total	Na sede municipal (1)		
Brasil (3)(4)(5)	169.590.693	137.755.550	123.460.941	100	81.23	728	8.514.215,3	19.92

Fonte Censo Demográfico 2000.

(1) Exclusive a população residente nas áreas urbanas isoladas.

(2) Valores incluindo as águas interiores.

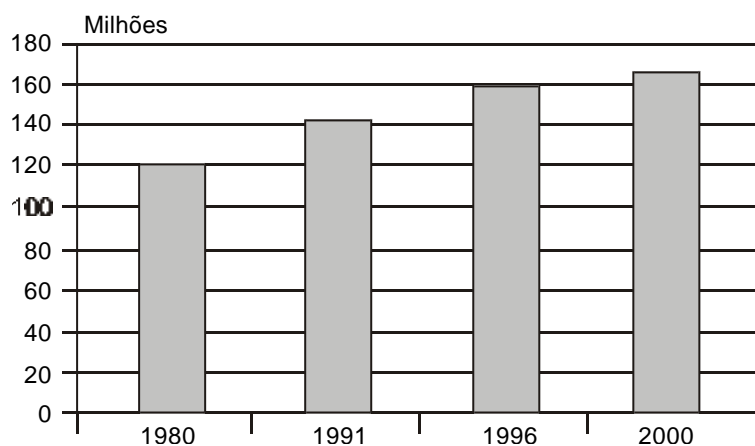
(3) Valores sujeitos a alteração em fase de atualizações de natureza cartográfica ou político-administrativa.

(4) Inclusive as áreas das Ilhas de Trindade e Martin Vaz.

(5) Inclusive 2977,4 km² referentes à área a ser demarcada, em litígio, entre os Estados do Piauí e Ceará.

(6) Inclusive 10091,4 km² e 2806,1Km² referentes às Lagoas dos Patos e Mirim, incorporadas à área do Estado do Rio Grande do Sul segundo a Constituição Estadual de 1988, não constituindo área municipal.

População Total - 1980 - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População 1996.

Em 1872, o Brasil resolveu fazer o primeiro recenseamento dos dados da população brasileira e descobriu-se que somávamos mais de 10 milhões de habitantes. Quase 120 anos depois, atingimos a marca de 167,8 milhões de habitantes (95). Tornamo-nos um dos países mais populosos do mundo, ocupando a quinta posição mundial e a segunda no continente americano, após os EUA.

Distribuição da população

É importante lembrar que, apesar do Brasil ser um país populoso, possui baixa densidade demográfica ($19,3 \text{ hab/km}^2$), ou seja, um país pouco povoado. Apresenta uma irregular distribuição populacional pelo território. Há forte concentração de pessoas na faixa litorânea (Região Sudeste). No Rio de Janeiro, a densidade passa de 300 hab/km^2 . No interior, a densidade torna-se gradualmente menor, principalmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste, onde encontramos $1,1 \text{ hab/km}^2$, como em Roraima e $1,4 \text{ hab/km}^2$, no Amazonas. De forma geral, as maiores concentrações populacionais estão próximas ao litoral, numa faixa de aproximadamente 300 km^2 , onde a densidade ultrapassa 100 hab/km^2 em algumas áreas. Toda essa faixa possui densidade acima de 10 hab/km^2 .

Além dessa faixa, para o interior a população torna-se paulatinamente mais escassa, passando por uma densidade que seria mediana no Brasil. Esta faixa, com densidade de 1 a 10 hab/km^2 , abrange desde o Maranhão e o Pará até o Mato Grosso do Sul. Temos, ainda, áreas com densidades inferiores a 2 hab/km^2 , que correspondem ao Amazonas, Amapá e Roraima.

Áreas Densamente Povoadas

Zona da Mata Nordestina, Encosta da Borborema, Agreste (PE e PB), Recôncavo Baiano, Zona Cacaueira (BA), Sul de Minas Gerais e Zona da Mata Mineira, Sul do Espírito Santo, Grande parte do Rio de Janeiro e São Paulo, Zonas Coloniais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.

Obs.: A Região Sudeste é a que apresenta a maior população absoluta, seguida da Região Nordeste. A Centro-Oeste é a de menor participação no total.

Crescimento Populacional

Popclock - IBGE

Estimativas da População

no dia 25/2/2002 às 12 horas e 22 minutos

Somos agora no Brasil: 173.701.180 habs.

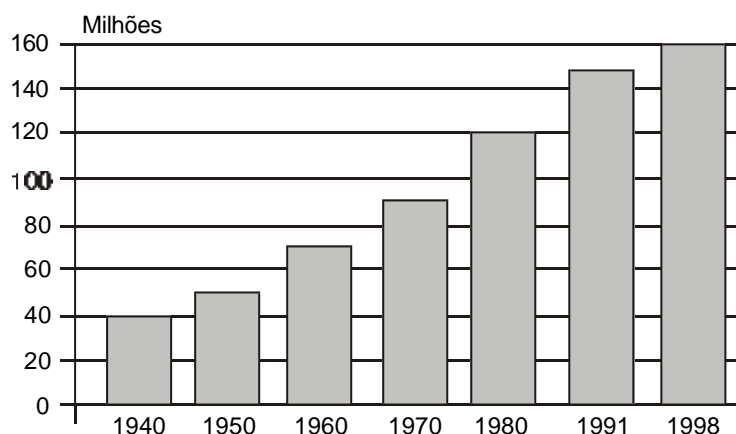
Somos agora no mundo: 6.207.856.214 habs.

O primeiro recenseamento oficial da população brasileira foi realizado somente em 1872. Antes desta data só existiam estimativas, não muito precisas, a respeito da população.

A partir de 1872, foi possível ter-se um melhor controle e conhecimento a respeito da evolução do crescimento populacional.

Observe, a seguir, a relação dos recenseamentos oficiais.

Evolução da População (1940 - 1998)



Dados Históricos dos Censos

População residente, por situação do domicílio e por sexo – 1940 - 1996

Anos	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940 (1)	20.614.008	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950 (1)	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	79.627.298	59.716.389	63.360.442	17.726.476	16.266.856

População Presente

Bibliografia:

Estatísticas Históricas do Brasil/volume 3, Rio de Janeiro: IBGE, 1987;
 Armário Estatístico do Brasil/IBGE - Rio de Janeiro, volume 56, 1996;
 Contagens da População 1996/Rio de Janeiro, IBGE, 1997, volume 1.

Atualmente (censo de 2000/2001), a taxa de natalidade está em 20 por mil habitantes/ano (20‰) e a taxa de mortalidade em 6,8 por mil hab./ano, como a migração líquida (emigração ± imigração) é mínima não afetando o crescimento demográfico; portanto o crescimento líquido está em torno de 13,2 por mil hab./ano (1,32‰).

De acordo com a tabela apresentada, notamos que o crescimento da população brasileira foi muito grande no período 1872/1990, passando de 10 milhões para 146 milhões de habitantes, o que significa um acréscimo de 136 milhões de pessoas, em pouco mais de um século. Quais os fatores responsáveis por este grande e rápido crescimento populacional ocorrido no Brasil? Os fatores são basicamente dois: o crescimento vegetativo ou natural (fator principal) e a imigração (fator secundário) hoje, mas de importância histórica.

De acordo com o censo realizado em 1991, houve uma diminuição na taxa de crescimento populacional brasileiro, provocada principalmente, segundo o IBGE, pela queda acentuada da taxa de natalidade e pelo aumento das migrações internas, resultantes das dificuldades provocadas pelo atual quadro socioeconômico do País.

O crescimento vegetativo ou crescimento natural da população é a diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade, ou seja:

$$CV = \text{Nat} - \text{Mort}$$

Observa-se uma redução da natalidade, a partir de 1972.

Essa redução, embora lenta, foi provocada por diversos fatores, como urbanização, elevação do padrão socioeconômico da população, casamentos tardios e maior adoção de métodos anticoncepcionais.

Regionalmente, observam-se diferenças significativas no tocante à natalidade, sendo que as taxas mais elevadas são encontradas nas Regiões Nordeste e Norte, enquanto as mais baixas estão nas Regiões Sudeste e Sul.

A taxa de mortalidade, embora tenha sido bastante elevada até a década de 30, sofreu forte redução a partir de 1940 (2ª Guerra Mundial). A redução acentuada da mortalidade, após 1940, (leve-se a fatores como o progresso da Medicina e da Bioquímica (antibióticos, vacinas), melhoria da assistência médico-hospitalar, das condições higiênico-sanitárias e urbanização da população. Quanto às variações das taxas de mortalidade, verificamos que as mais elevadas são encontradas nas regiões Nordeste e Norte, e as menores, nas regiões

Sudeste e Sul; são mais elevadas nas zonas rurais que nas urbanas, e a mortalidade masculina é maior que a feminina.

Portanto, a persistência de elevadas taxas de natalidade, aliada a uma redução acentuada da mortalidade, explica o elevado crescimento da população brasileira até 1980, sendo, no caso, o crescimento vegetativo o fator principal, e a imigração, o fator secundário. A partir de 1970, a queda da taxa de natalidade foi mais acentuada que a queda na taxa de mortalidade. Portanto, a tendência atual é a de se reduzir o crescimento vegetativo.

A mortalidade infantil continua declinando no Brasil, situando-se em torno de 37 por mil em 2000/2001.

ESTRUTURA ETARIA E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO

Estrutura etária da população

O Brasil sempre foi considerado um país jovem. No entanto, de acordo com o último censo, realizado em 1991, o perfil etário da população tem apresentado mudanças. A taxa de natalidade está se reduzindo de maneira significativa nos últimos anos e isto apresenta reflexo imediato na construção da pirâmide etária.

Pirâmide etária é a representação gráfica da composição de uma população segundo o sexo e a idade. Na construção da pirâmide, representam-se: homens do lado esquerdo e mulheres do lado direito da linha vertical. A escala vertical representa os grupos etários. Nas abscissas temos os totais absolutos ou relativos da população. A base da pirâmide representa a população jovem, a parte intermediária, os adultos, e o ápice, os idosos.

O Brasil é considerado um país subdesenvolvido e, como tal, sempre apresentou a pirâmide com base larga e ápice estreito. Mas, de acordo com o censo de 91, houve uma mudança deste quadro, pois a população adulta passou a predominar em relação à jovem. Caracteriza, assim, uma transição demográfica.

Este fenômeno ocorreu porque o Brasil passou a ser um país urbano-industrial e nestas condições as taxas de natalidade são naturalmente mais baixas.

Nota-se que as regiões de maior dinamismo econômico são justamente as que apresentam maiores proporções de adultos, indicando fatores como menores taxas de natalidade ou mesmo forte migração interna.

Censo Demográfico 2000

População continua envelhecendo, mas a metade ainda tem até 24 anos

A idade mediana da população brasileira (idade que separa os 50% mais jovens dos 50% mais velhos) aumentou dois anos e meio em nove anos, alcançando, em 2000, o patamar dos 24,2 anos, sendo de 23,5 anos para os homens e 24,9 anos para as mulheres. A idade mediana em 1991 era 21,7 anos.

Esses dados, que acabam de ser divulgados, fazem parte das perguntas respondidas por toda a população no Censo 2000.

O Estado do Rio de Janeiro tem a maior das idades medianas (28,1 anos) e o do Amapá, a menor delas (18,3 anos). Em quase todas as unidades da federação houve um diferencial da idade mediana de homens e mulheres, explicado pela maior expectativa de vida das mulheres.

Na composição por idade, no País como um todo, a contribuição do segmento de crianças de 0 a 14 anos no total da população caiu de 34,73%, em 1991, para 29,60%, em 2000. O grupo de idosos de 65 anos ou mais, por sua vez, seguiu, no mesmo período, trajetória ascendente: 4,83%, em 1991, contra 5,85%, em 2000.

A Região Nordeste se destaca pela maior redução do contingente de crianças (-16,32%) e pelo maior aumento (10,15%) na proporção de pessoas entre 15 e 64 anos, consideradas potencialmente ativas na Região Centro-Oeste se destaca pelo maior crescimento relativo (30,58%) na proporção de pessoas de anos ou mais.

Estrutura por sexos

O Brasil, bem como a maioria dos países ocidentais, apresenta um ligeiro predomínio de mulheres. Nos estados nordestinos, onde a saída da população masculina é bem mais acentuada, encontramos predomínio feminino, enquanto nos estados de migrações recentes das Regiões Centro-Oeste e Norte há o predomínio de homens.

Formação étnica da população brasileira

Três grupos deram origem à população brasileira: o indígena, de provável origem paleoasiática, por isso também classificado como amarelo; o branco, principalmente o atlântico-mediterrâneo (portugueses, espanhóis e italianos), além dos germanos (alemães, suíços, holandeses), eslavos (poloneses, russos e ucranianos) e asiáticos (árabes e judeus) e negros, principalmente bantos e sudaneses. No século atual, mais um grupo veio integrar a população brasileira: o amarelo, de origem asiática recente, principalmente os japoneses e, em menor quantidade, os chineses e coreanos.

A miscigenação da população ocorreu de forma intensa, desde o início do processo colonial, no século XVI, quando os colonos portugueses se relacionavam com escravas negras e indígenas, muitas vezes à força, dando origem aos mestiços (mulatos e caboclos ou mamelucos), assim como o relacionamento entre negros e indígenas deu origem ao cafuzo. As estimativas sobre o número de indígenas presentes no Brasil no início da

colonização e o número de escravos africanos ingressos durante a escravatura são muito elásticas e imprecisas, variando entre 2 milhões a 10 milhões para os indígenas, e cerca de 6 milhões de escravos africanos. Por outro lado, os portugueses ingressos ainda no período colonial alcançaram uma cifra de aproximadamente 500 mil, e após a independência, cerca de 5 milhões, dos quais aproximadamente 2,5 milhões retornaram a Portugal. Já dos imigrantes ingressos no País após 1850, cerca de 4,2 milhões permaneceram no Brasil. Assim, podemos deduzir que, em termos étnicos, a maioria da população brasileira é mestiça. No entanto, as pesquisas levantadas pelos últimos recenseamentos procuram enfatizar apenas a cor da pele da população, com base na informação geralmente não muito precisa do entrevistado. A população indígena encontra-se reduzida a aproximadamente 0,6% da população brasileira, refletindo o etnocídio a que foi submetida, com a extinção de inúmeras nações indígenas, quer seja pelo seu extermínio físico, quer seja pelo desaparecimento de sua cultura, em função da "integração" com a sociedade global. Os negros foram reduzidos a cerca de 5% da população total, enquanto os brancos representam cerca de 54,3%, e os mestiços, genericamente denominados de pardos nos atuais recenseamentos, atingiram o índice de cerca de 40,1%. Obviamente que esses índices não representam especificamente a formação étnica da população brasileira, porém, apenas uma classificação quanto à cor da pele. Contudo, o que mais se evidencia nos dados coletados é o constante crescimento da miscigenação, representada pelo crescimento da população mestiça e redução percentual dos 3 grupos básicos,

Brasil - Grupos Étnicos no População Total

COR DA PELE	% DA POPULAÇÃO EM 1950	% DA POPULAÇÃO EM 1980	% DA POPULAÇÃO EM 1996
Branco	61,7	54,7	54,5
Negro	11,0	5,9	4,9
Pardo	26,5	38,5	40,1
Amarelo	0,6	0,6	0,6
Não declarados	0,3	0,3	0,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - 1950, 1980 e 1996.

População Economicamente Ativa - PEA

Dentre os aspectos relevantes que caracterizam a estrutura de uma população, ressaltam-se, pela sua influência no desenvolvimento do País, as atividades principais exercidas pela população.

Segundo um critério hoje universalmente aceito, agrupamos as atividades humanas em três classes principais, assim denominadas:

- Setor Primário: agricultura, pecuária, silvicultura e pesca;
- Setor Secundário: indústria de transformação;
- Setor Terciário: comércio, serviços e profissões liberais.

A população ativa no Brasil, em 1991, era de 43%, o que, conjugado ao baixo nível tecnológico dos diversos setores de atividades, acarreta um baixo nível de produção econômica.

Apesar de sua diminuição progressiva, o setor predominante sempre foi o primário; porém, a partir de 1976, o terciário passou a ser o setor de maior absorção de ativos, enquanto o secundário sofre um grande aumento de 1970 para 1991, passando de 17,8% para 22,7%.

Dentre as regiões brasileiras, a Norte e a Nordeste são as que apresentam maiores concentrações no setor primário, enquanto a Sudeste e a Sul são as regiões de menores concentrações.

Na década de 70, o crescimento do setor secundário foi maior, uma vez que o país atravessou uma fase de grande desenvolvimento industrial ("Milagre Brasileiro").

Evidentemente, a população ativa utilizada no setor secundário concentra-se fortemente no Sudeste, já que a grande maioria da nossa indústria de transformação encontra-se nessa região.

O grande aumento do terciário ocorreu devido ao desenvolvimento do País, juntamente com a urbanização da população, que passou a exigir mais intensamente as atividades de serviços.

Temos observado, nas últimas décadas, uma importante transferência da população economicamente ativa do setor do primário para o setor terciário. Este fenômeno explica-se pela importante urbanização verificada nas últimas décadas, principalmente no Sudeste, somada às transformações verificadas na zona rural.

A região de maior participação da população feminina na população economicamente ativa é a Sudeste.

A maior participação da população feminina ocorre em atividades sociais e de prestação de serviços. Nestas áreas, a participação feminina chega a superar a masculina.

Ranking da Qualidade de Vida - 1996

Melhores Estados	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de Alfabetização dos adultos	PIB – per capita (em U\$)	IDH
Rio Grande do				

Sul	74,6	89,9%	5.168	0,871
Distrito federal	70,1	90,8%	5.263	0,858
São Paulo	68,9	89,8%	5.243	0,850
Santa Catarina	70,8	90,1%	4.114	0,842
Rio de Janeiro	68,8	90,3%	5.201	0,838
Piores Estados	-	-	-	-
Paraíba	53,7	58,3%	1.915	0,466
Alagoas	55,7	54,7%	5.413	0,500
Piauí	65,1	58,3%	1.339	0,502
Ceará	56,8	62,6%	2.203	0,506
Maranhão	62,7	58,6%	1.695	0,512

Fonte: IPEA - 1996.

Distribuição do Renda no Brasil

	Participação nos rendimentos %			
	1960	1970	1980	1995
Os 50% mais pobres	17,4	14,9	12,6	13,1
Os 40% intermediários	43,0	38,4	36,5	38,7
Os 10% mais ricos	39,6	46,7	50,9	48,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - 1995.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS

Introdução

Entre outras explicações que se podem aventar para o fraco interesse que os homens públicos de nosso país têm demonstrado para o problema da migração nos últimos anos, destaca-se a importância assumida pelas correntes de migração interna. Correntes orientadas de uma região para outra no interior do País ou entre estados de uma mesma região, ou dos campos para as cidades (êxodo rural), têm permitido, pela sua intensidade, substituir a presença do elemento estrangeiro. Os principais movimentos migratórios ocorridos no Brasil foram:

- a) Migração de nordestinos da Zona da Mata para o sertão, séculos XVI e XVII (gado);
- b) Migrações de nordestinos e paulistas para Minas Gerais, século XVIII (ouro);
- e) Migração de mineiros para São Paulo, século XIX (café);
- d) Migração de nordestinos para a Amazônia, século XIX (borracha);
- e) Migração de nordestinos para Goiás, década de 50 (construção de Brasília); e
- f) Migrações de sulistas para Rondônia e Mato Grosso (década de 70).

As áreas de repulsão populacional são aquelas que perdem população por diversos fatores, como por exemplo, a falta de mercado de trabalho, ou a dificuldade das atividades econômicas em absorver ou manter as populações locais.

As áreas de atração populacional são aquelas que exercem atração sobre as populações de outras áreas, pois oferecem melhores condições de vida.

Migração de campo-cidade ou êxodo rural

Consiste no deslocamento de grande parcela da população da zona rural para a zona urbana, transferindo-se das atividades econômicas primárias para as secundárias ou terciárias. Esse é na atualidade o mais importante movimento de população e ocorre praticamente no mundo todo.

Nos países subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento, a migração do campo para a cidade é tão grande que constitui um verdadeiro êxodo rural. Ela intensificou-se a partir do surto industrial do Sudeste, iniciado na década de 40.

Entre as causas do êxodo rural, destaca-se, de um lado, o baixo nível de vida do homem do campo, ocasionado pelos baixos salários recebidos pelo trabalhador rural, pela falta de escolas, de assistência médica; de outro, a atração exercida pela cidade, onde parece haver oportunidade de alcançar melhor padrão de vida.

Na prática, não aconteceu por dois motivos:

- a) o mercado de trabalho não cresce no mesmo ritmo da oferta de mão-de-obra;
- b) o baixo grau de qualificação dessa mão-de-obra, sem nenhum preparo para atender às necessidades dos setores secundário e terciário.

As pessoas vindas do campo acabam por engrossar as fileiras do subemprego ou mesmo do desemprego, sofrendo sérios problemas socioeconômicos. Um dos reflexos desse fato é a ampliação desordenada e incontrolável das favelas, que cobrem grandes áreas, principalmente nas regiões menos valorizadas das cidades.

Na zona rural, a maior conseqüência da migração para as cidades é o despovoamento, que, sem ser compensado pela mecanização e aliado a outros problemas, ocasiona queda da produção e elevação do custo de vida.

O Estatuto do Trabalhador Rural, em 1964, foi criado com a intenção de beneficiar o homem do campo, obrigando os proprietários de terras a encargos trabalhistas, como salário mínimo, décimo terceiro salário, férias, etc. No entanto, não podendo ou não querendo assumir tais encargos, muitos proprietários preferiram dispensar boa parte de seus empregados, o que acabou por intensificar o êxodo rural. Nas cidades do interior, os trabalhadores dispensados transformam-se em bóias-frias, os diaristas, que trabalham apenas em curtos períodos, sem nenhuma garantia.

Em síntese, as principais causas e conseqüências do êxodo rural são:

Causas repulsivas:

- a) excedentes populacionais que acarretam um desequilíbrio entre mão-de-obra disponível e a oferta de emprego;
- b) mecanização de agricultura;
- c) secas, inundações, geadas;
- d) erosão e esgotamento do solo;
- e) falta de assistência médica e de escolas;
- f) baixa remuneração no trabalho;
- g) concentração das terras, em mãos de poucos;
- h) Estatuto do Trabalhador Rural.

Causas atrativas:

Melhores condições e oportunidades de vida que as cidades oferecem:

- a) empregos;
- b) escolas;
- c) moradia;
- d) profissionalização;
- e) assistência médica.

Conseqüência do êxodo rural

- a) zonais rurais: perda da população ativa e queda geral da produção ou estagnação econômica das áreas rurais, quando a saída de trabalhadores não é compensada pela mecanização.
- b) zonas urbanas: rápido aumento da população; maior oferta de mão-de-obra nas cidades, com salários baixos, falta de infra-estrutura das cidades; desemprego; formação de favelas; delinqüência; mendicância.

Hoje: a atração dos centros regionais

Na década de 90, devido à crise econômica, ocorreram duas situações:

- 1) A migração de retorno, em que milhares de nordestinos, expulsos do mercado de trabalho em contração, retornam às suas cidades de origem.
- 2) O crescimento nas áreas industriais e agroindustriais das capitais regionais, cidades com forte atração dos migrantes brasileiros.

A década de 90 registra o fim das grandes correntes migratórias, como a dos nordestinos ou a dos paranaenses. Hoje, os movimentos migratórios são pequenos e bem localizados, em geral, em direção a capitais regionais. Agora, em vez de mudar para São Paulo, os nordestinos preferem buscar empregos e oportunidades nas próprias capitais nordestinas ou em cidades médias da região, transferindo para o NE problemas que antes eram típicos das grandes metrópoles do Centro-Sul.

O próprio governo assume que o êxodo rural é um movimento que está sendo esvaziado no País, pois já somos 83% urbanos, e a maior migração atual é urbano x urbano, com crescimento das cidades médias.

1970-1990: a nova Fronteira agrícola do Brasil

A partir da década de 70, a Região Sul passou a ter importância como área de saída populacional em direção à nova fronteira agrícola brasileira (MT/RO). O desenvolvimento na Região Sul, o aumento das culturas mecanizadas, a geada negra que atingiu a cafeicultura e o crescimento do tamanho médio das propriedades foram fatores que colaboraram para a expulsão dos trabalhadores rurais e dos pequenos proprietários.

O PR registrou a maior saída de migrantes no Sul. A população do Centro-Oeste cresceu 73% na década de 70 enquanto a da Região Norte obteve maior crescimento na década de 80. Nessas duas regiões o crescimento deu-se devido ao forte fluxo migratório, favorecido pelo projeto de colonização e pela abertura de novas rodovias. Atualmente não existe política de fronteira agrícola oficial.

Rondônia registrou grande crescimento migratório, pois sua população aumentou 342% na década de 70.

Migrações Internas Recentes

Áreas de forte atração populacional:

- Brasília e periferia;
- áreas metropolitanas de caráter nacional e regional;
- áreas de ocupação recente do oeste paranaense e catarinense;
- RO, AP e PA;
- áreas pioneiras ao longo da rodovia Belém-Brasília, como Capitão Poço e Paragominas, no Pará;
- áreas madeireiras e mineradoras da Amazônia;
- áreas de colonização baseada em médias e pequenas propriedades no Pará; e
- áreas de expansão da pecuária de corte em manchas de cerrados no Centro-Oeste.

Áreas de Evasão Populacional:

- áreas onde a cultura do café vem sendo substituída pela pecuária de corte: Colatina e Alto São Mateus, no ES; Mantena e Manhuaçu, em MG;
- áreas onde a cafeicultura vem sendo substituída por outras culturas comerciais ou pela pecuária, como a região da Borborema, na Paraíba;
- áreas de economia estagnada pela pecuária extensiva: Baixo Balsas no MA e Alto Parnaíba no PI.

Migrações diárias

Podemos citar outros fluxos migratórios internos pela sua temporariedade, apresentando ritmos, dimensões e objetivos variados e que são chamados migrações pendulares.

Os principais são:

• Deslocamentos dos Bóias-Frias

Morando na cidade, dirigem-se diariamente às fazendas para trabalhos agrícolas, conforme as necessidades dos fazendeiros. Trata-se de um movimento urbano-rural.

• Deslocamentos dos Habitantes de Cidades-Dormitórios

Movimentos pendulares diários inconstantes dos núcleos residenciais periféricos em direção aos centros industriais. Relacionado às imigrações de trabalho próprias das áreas metropolitanas, tais como: SP, RJ e Belo Horizonte. Nas grandes metrópoles, a especulação imobiliária, aliada aos baixos salários, empurra o trabalhador para longe do seu trabalho, obrigando-o a se utilizar de transporte coletivo, na maior parte precário ou insuficiente para atender ao enorme fluxo populacional.

URBANIZAÇÃO

Definição

É um processo e ocorre quando o crescimento da população nas cidades é superior ao crescimento demográfico do País.

Em situações normais é acompanhada do processo de industrialização.

Provoca o êxodo rural.

Não há dúvidas de que resulta em mudanças significativas na forma de organização de uma sociedade, inclusive em seus valores políticos, sociais, culturais e econômicos, além da localização espacial. Portanto, altera as características do espaço geográfico.

Hábitat

Refere-se à natureza do local em que os grupos humanos vivem. Em decorrência dessa ocupação e do reflexo do seu gênero de vida, a paisagem natural sofre diversas alterações.

De acordo com a situação geográfica, o hábitat pode ser rural ou urbano.

Hábitat Rural

Relativo ao modo de ocupação do solo no espaço rural, e a sua exploração às relações entre os habitantes.

Hábitat Urbano

Relativo às cidades e sua ocupação: nelas, as atividades predominantes originam-se do setor econômico secundário e do terciário (serviços).

A sociedade rural apresenta contrastes com a urbana, tais como:

- a dimensão dos núcleos de povoamento;
- o grau homogêneo de cultura e etnia;
- a estabilidade social e ocupacional;
- o modo de viver de ambos os grupos é diferente.

Atualmente, no entanto, nenhuma sociedade é inteiramente rural ou completamente urbana, cidade e campo; hoje, não estão inteiramente em oposição como local de residência, ocupação ou modo de vida, pois cada vez mais se relacionam, sendo difícil separar o rural do urbano, uma vez que a sociedade vem se tornando menos rural e mais urbana à medida que passa de fazendas isoladas para estágios representados pelas aldeias, vilas (hábitat urbano), cidades comerciais, grandes cidades e, finalmente, metrópoles.

Assim, as definições de rural e urbano variam muito entre os países, tornando difíceis as comparações internacionais.

O tamanho do povoado é o tipo de distinção mais respeitado entre o urbano e o rural e é o critério entre as Nações Unidas em suas publicações. Isto, no entanto, não resolve o problema da linha divisória, uma vez que a contagem da população urbana é subestimada e a rural exagerada, pois os cidadãos que vivem fora dos limites da cidade vêm se tornando muito numerosos.

Cidade é um "organismo material fechado que se define no espaço pelo alto grau de relações entre seus habitantes, pelas suas relações com um espaço maior e pela independência de suas atividades em relação ao solo onde está localizada".

As definições de cidade são diferentes, mas a maioria delas concorda num ponto: trata-se de um aglomerado humano, variando em número e na sua relação com o espaço (sua área).

No Brasil, a partir de uma lei em 1938, utiliza-se o critério político-administrativo para se definir a cidade, sendo assim considerada toda sede de Município, não importando sua população nem expressão econômica.

Município é uma sociedade capaz de autogoverno e auto-administração dos serviços que lhe são peculiares. Ao Município, em colaboração com o Estado, compete zelar pela saúde, higiene e segurança da população.

Classificação dos Cidades quanto à Origem

Cidades espontâneas ou naturais

Aquelas que surgiram naturalmente, a partir da expansão de antigos habitats rurais aglomerados nas diversas fases do desenvolvimento da economia brasileira:

a) Feitorias (escalas de expedições marítimas para defender e explorar as terras coloniais) - Cabo Frio (RJ), Santa Cruz de Cabrália (BA);

b) Defesa (fortificações) - Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN);

c) Missões religiosas - São Paulo, Guarapari (ES);

d) Mineração - Ouro Preto (MG), Cuiabá (MT);

e) Entroncamento Ferroviário - Bauru, Mairinque (SP);

f) Núcleo de Colonização - Londrina, Maringá (PR), Blumenau, Joinville (SC), Caxias do Sul, Bento Gonçalves (RS);

g) Arraiais do Bandeirismo Minerador - (as chamadas corrutelas das áreas diamantíferas) - Poxoréo (MT), Aragarças (GO).

Cidades planejadas ou artificiais

Criadas a partir de um plano previamente estabelecido. No Brasil, temos:

Teresina (PI)	1851
Aracaju (SE)	1858
Belo Horizonte (MG)	1898
Goiânia(GO)	1937

Quanto à evolução urbana, convém observar que possuímos **idades-mortas**, felizmente sendo raros os exemplos de morte absoluta, de desaparecimento total, porque estamos livres de erupções vulcânicas ou terremotos e nunca sofremos os flagelos das guerras de extermínio ou de invasões arrasadoras; apenas a construção de barragens e o represamento de águas fluviais para produção de energia hidrelétrica têm sido responsáveis por tais mortes, como aconteceu com mineração do ouro e das pedras preciosas.

Classificação das Cidades Quanto ao Sítio Urbano

O sítio urbano é a área em que o aglomerado está assentado. É o "assoalho" da cidade. Assim, temos:

- a) **Acrópole ou Colina** (geralmente com objetivos defensivos) - Salvador (BA), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ);
- b) **Planície** - Manaus (AM), Belém (PA) e Santarém (PA);
- c) **Planalto** - Brasília (DF) e Cuiabá (MT);
- d) **Montanhas** - Ouro Preto (MG), Campos do Jordão (SP) e Belo Horizonte (MG);
- e) **Insular** - São Luís (MA), Vitória (ES), Florianópolis (SC) e Guarujá (SP).

Observação

As cidades de São Luís, Vitória, Santos e São Francisco não podem ser consideradas cidades insulares típicas, já que apresentam íntimo contato com o continente e mal se percebe a passagem deste para a ilha. Já no caso de Florianópolis, por exemplo, a insularidade é marcante.

Classificação das Cidades Quanto à Posição Geográfica

A situação da cidade em relação aos elementos do meio físico que lhe são próximos explica a sua evolução e permite a seguinte classificação:

Fluvial:

- Juazeiro (BA)
- Manaus (AM)

Grande é o número de cidades brasileiras localizadas junto a rios ou em suas proximidades. Destacam-se da Amazônia (nos "tesos" ou "baixos" - platôs), do médio e baixo São Francisco, do alto-médio Paraguai.

Dessas cidades, umas poucas são localizadas em estuários, sendo raras as que se assentam junto a deltas (como é o caso de Parnaíba, no Piauí). Por vezes, prolongam-se para outra margem, fazendo nascer bairros autônomos, que no Meio-Norte denominavam-se "trezidelas". Noutros casos, deixam os rios a certa distância, fixando-se no vale fluvial, em terrenos livres das inundações, sobre "terraços", como se verifica no Vale do Paraíba do Sul, no âmbito da planície terciária.

Marítima

- Rio de Janeiro (RJ)
- Natal (RN)

Litorânea (não banhada pelo mar)

- Cubatão (SP)
- Itabuna (BA)

Interiorana

- Campinas (SP)
- Bauru (SP)

Classificação das Cidades Quanto à função Urbano

A atividade básica em função da qual vive a cidade e da qual se origina o seu Produto Interno Bruto permite a seguinte classificação:

Comercial

- São Paulo (SP)
- Campina Grande (PB)

Industrial

- Volta Redonda (RJ)
- Santo André (SP)

Religiosa

- Aparecida do Norte (SP)
- Bom Jesus da Lapa (BA)

Estação de saúde

- Campos do Jordão (SP)
- Araxá (MG)

Turística (balneária)

- Guarujá (SP)
- Camboriú (SC)

Militar estratégica

- Resende (RJ)
- Vila dos Remédios (RN)

Turística (histórica)

- Ouro Preto (MG)
- Parati (RJ)

Portuária

- Santos (SP)
- Paranaguá (PR)

Administrativa

- Brasília (DF)
- Florianópolis (SC)

Classificação dos Cidades quanto à Hierarquia Urbano

É expressa pela rede urbana que a cidade apresenta e sua posição de polarização sobre as demais.

Metrópole nacional

Aquela cuja área de influência abrange todo o território nacional. Ex.: São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

Metrópole regional

Aquela cuja área de influência abrange uma região do País, polarizando esta área através de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Capital regional

O espaço regional polarizado é menor e representa uma posição hierárquica intermediária entre o centro regional e a metrópole regional. Ex.: Campinas (SP), Sorocaba (SP), Goiânia (GO), Santos (SP) e São José dos Campos (SP).

Centro regional

Diretamente influenciado pela capital regional e que polariza um subespaço dentro da área de influência da capital regional. Ex.: Americana (SP), Itapetinga (SP), Anápolis (GO), Cubatão (SP) e Jacareí (SP).

Urbanização

É um processo de criação ou de desenvolvimento de organismos urbanos. Certos períodos foram especialmente favoráveis ao desenvolvimento da vida urbana. No Brasil, o desenvolvimento da urbanização teve um incremento a partir de 1930, quando o desenvolvimento industrial se intensificou, acarretando o crescimento rápido das cidades, principalmente do Sudeste, por receberem a população do campo atraída pela indústria.

Recentemente, o processo abrange quase todas as partes do país, não só pela indústria, mas por outras atividades econômicas ou expansão de serviços.

Em 1970, o Brasil atingiu um total de 3.951 cidades. Dentre estas, nove transformaram-se em grandes aglomerados urbanos, denominados metrópoles, constituídos pela cidade principal e por núcleos urbanos de maior importância, situados à sua volta em sua função.

Causas e conseqüências da urbanização:

- processo de industrialização a partir de 1930;
- êxodo rural: precárias condições no campo e atração das cidades;
- concentração rápida no Sudeste;
- crescimento rápido e caótico das cidades.

Megalópoles

Correspondem à conurbação de várias metrópoles, com fusão de sítios urbanos, gerando gigantescos aglomerados que ocupam extensas áreas. Exemplo: a região que se estende de Boston até Washington, tendo como centro Nova Iorque.

Alguns autores consideram que há um processo de formação de uma megalópole, unindo São Paulo ao Rio de Janeiro pelo Vale do Paraíba.

A Grande São Paulo

A região da Grande São Paulo é definida e regulamentada pelos Decretos nº 48.163, de 3 de julho de 1967 e nº 50.096, de 30 de julho de 1968, do Governo do Estado de São Paulo. Essa definição está vinculada ao processo de institucionalização de áreas e entidades metropolitanas no Brasil.

A região possui 15.992.170 habitantes (1993), numa superfície de 7.951 km², com 39 municípios. Tal população é equivalente à da Venezuela (912.050 km²), Arábia Saudita (2.240.000 km²), Holanda (33.936 km²) ou, ainda, de Moçambique (799.380 km²). A ela correspondia, em 1980, 68% do valor da produção industrial do Estado de São Paulo e 39% do Brasil. Em 1967, foi criado o GEGRAM - Grupo Executivo da Grande São Paulo - órgão técnico da Secretaria de Economia e Planejamento desse estado, para enfrentar os grandes problemas ainda existentes.

Esta região assume importância nacional, não apenas por sua grande população (15,9 milhões de habitantes - 1993), mas por se constituir em um pólo de desenvolvimento para o crescimento do Brasil. Contudo, essa área apresenta grandes problemas a serem resolvidos, como os de habitação, transportes, assistência médico-hospitalar, educação, abastecimento de água, rede de esgotos, etc.

Conceitos Importantes

Região Polarizada

Constituição da região planejada em torno de metrópoles. O regionalismo leva à formação de diversas grandes cidades que podem atingir vários milhões de habitantes e onde cada uma delas pode alcançar caráter metropolitano internacional e, como pólos, organizar regiões em torno de si, onde a população gradativamente adquire consciência regional. O estudo das regiões polarizadas nos leva à divisão de estados em regiões administrativas e, estas, em sub-regiões.

Malha Urbana

Diz-se da forte concentração de cidades em uma determinada área do país, como, por exemplo, a região Sudeste, em determinadas partes. Na região Sul, a malha urbana caracteriza-se por maiores concentrações em alguns pontos, por exemplo, as áreas próximas a Porto Alegre, Curitiba e leste catarinense.

Rede Urbana

Sistema de cidades distribuídas numa região, encaradas como um complexo sistema circulatório entre núcleos e funções diferentes, mantendo relações entre si e dependentes de um centro principal que comande a vida regional. Existem redes urbanas mais e menos organizadas, estando em permanente processo de transformação.

Áreas metropolitanas

Conjunto de municípios contíguos e integrados com serviços públicos de infra-estrutura comuns. Grandes espaços urbanizados que se apresentam integrados, seja quanto aos aspectos físicos ou funcionais de uma metrópole que exerce o papel dirigente. É unia conurbação.

Conurbação

Reunião de duas ou mais cidades de crescimento contínuo formando um único aglomerado urbano. Ex.: Região do SP + ABCDOM, mantendo a autonomia político-administrativa.

Regiões funcionais urbanas

Divisão regional tendo por base a influência das cidades sobre o espaço ou sua polarização.

Macrocefalismo

Quando a população cresce em nível superior a infra-estrutura, acaba provocando um inchaço urbano com hipertrofia na atividade terciária tendo como conseqüências:

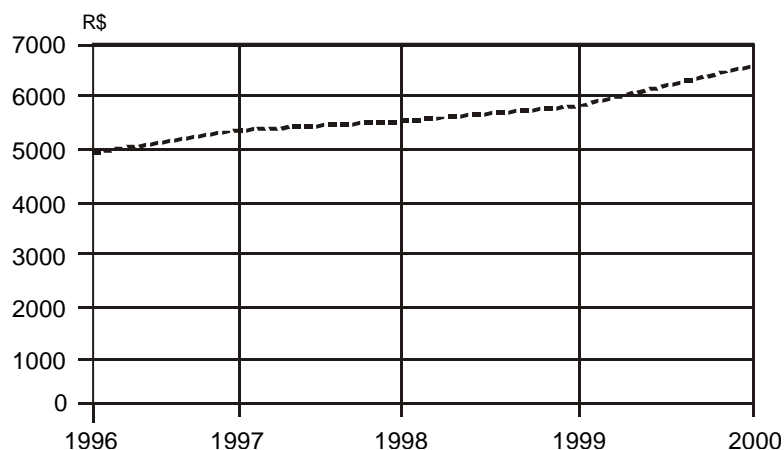
- elevação do desemprego e subemprego;
- elevação da economia informal e ilegal;
- criação de um exército de reserva e o achatamento salarial;
- ocupações irregulares com degradações ambientais.

Crescimento acentuado e desordenado das cidades. Aumento da população além da infra-estrutura socioeconômica.

Subemprego

Atividade gerada pelo inchaço do setor terciário, com atividades tais como cuidador de carros, vendedores de semáforos, biscateiros; surgem para desafogar a falta de trabalho, gerando hipertrofia no setor terciário.

Tabela do IBGE composição do PIB da renda - 1996 - 2000
Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa. Departamento de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais – 1998/2000.

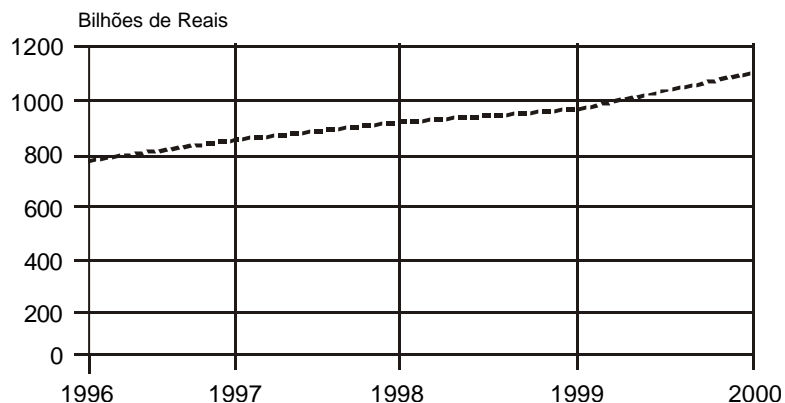
Nota: os dados do PIB per capita foram revisados para incorporar as novas projeções da população do Brasil compatíveis com os resultados do Censo Demográfico 2000.

De acordo com o apresentado pela tabela, o PIB brasileiro ultrapassou o valor de um trilhão de reais. Infelizmente a desvalorização de nossa moeda, devido à adoção do câmbio flutuante a partir de janeiro de 1999, comparando com a moeda norte-americana e, respeitando a oscilação diária entre as duas moedas, nosso PIB, hoje, é inferior a 500 bilhões de dólares.

Observe que a Renda Nacional Bruta é quase que coincidente com o Produto Interno Bruto, quanto a valores em reais.

**Tabela do IBGE - Produto Interno Bruto -
per capita - 1996 - 2000**

Produto Interno Bruto - Valor - 1996/2000

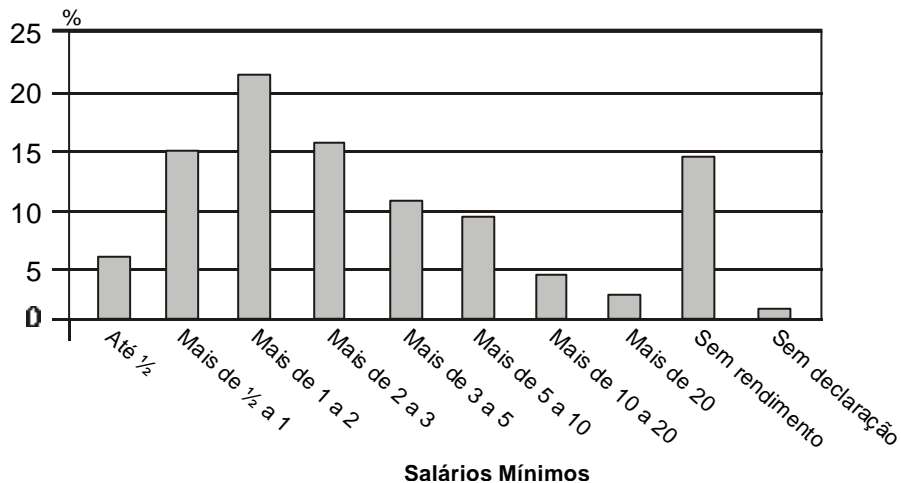


Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisa. Departamento de Contas Nacionais. Sistema de Contas Nacionais – 1998/2000.

Nossa renda per capita aproxima-se de R\$ 6500,00, permitindo a mesma forma de análise feita para o PIB geral. Comparando com a moeda internacional, nossa capacidade de consumo despencou nos últimos dois anos.

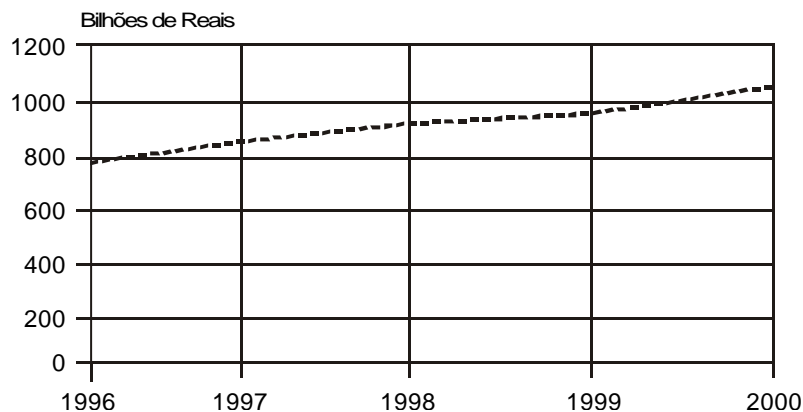
**Tabela por Classe de Rendimento
no Trabalho Principal**

**Distribuição das pessoas ocupadas de 10 ou mais, por
classe de rendimento no trabalho principal**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999.

Renda Nacional Bruta - 1996/2000

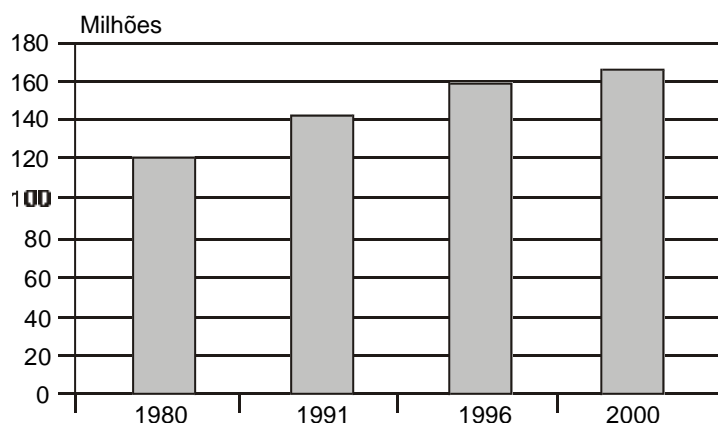


Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisa. Departamento de Contas Nacionais. Sistema de Contas Nacionais – 1998/2000.

Observe que, aproximadamente 60% da PEA - População Economicamente Ativa, concentra-se na faixa de rendimento entre meio a, no máximo, três salários mínimos, enquanto que menos de 2% da PEA possuem rendimentos iguais ou superiores a 20 salários mínimos, comprovando que o Brasil é um dos países de maior concentração de riquezas no mundo, podendo até, se voltarmos às tabelas anteriores - PIB, PIB per capita - que são meramente estatísticas, comprovar tanto a concentração de riquezas, como a forma mascarada como dados e/ou tabelas meramente estatísticas conseguem esconder muito de nossa realidade econômica e, por tabela, as condições precárias de significativa parcela de nossa população.

Não esquecendo que o próprio Estado assume que: próximo de um terço da população possui renda mensal inferior a 80 reais/mês/pessoa. E que esta renda é inferior às necessidades básicas desta população. Portanto, elevado número de pessoas está localizada abaixo da linha de pobreza, de acordo com o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

População Total - 1980 - 2000

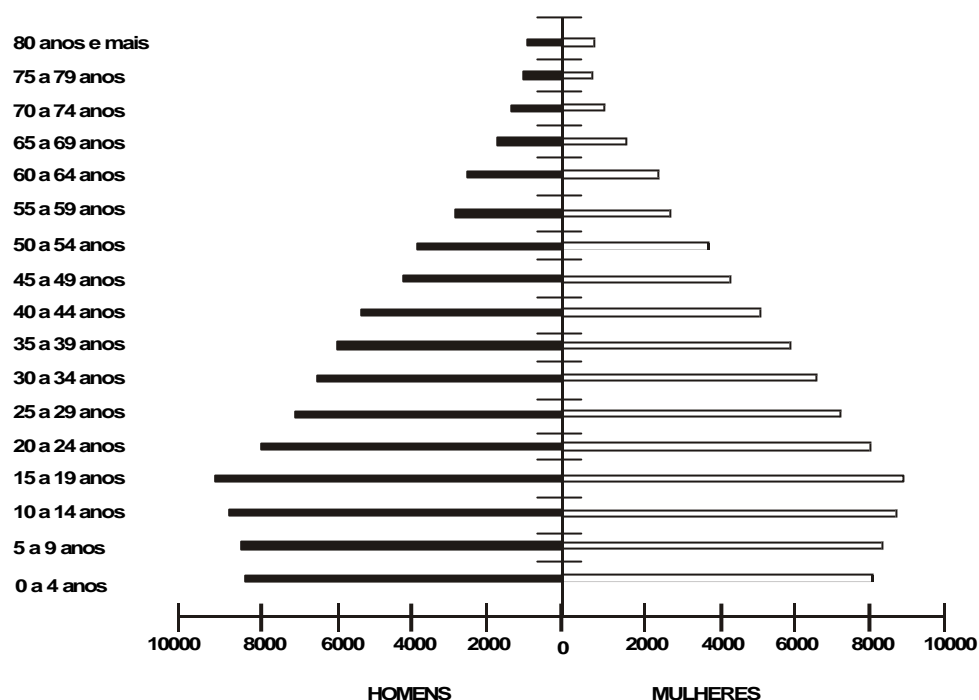


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População 1996.

Pela previsão anterior do IBGE, chegaríamos aos 200 milhões de habitantes no ano 2000, mas houve uma queda no crescimento demográfico da população brasileira; portanto chegamos ao ano 2000, com 30 milhões, a menos, em relação ao previsto inicialmente. Que o crescimento demográfico está caindo é certo, reduzindo, assim, a disparidade refletida nas décadas anteriores, onde o crescimento econômico ficava muito distante do aumento populacional. Mas isto não quer dizer que estamos caminhando para o equilíbrio no crescimento socioeconômico, basta notar que a porcentagem de crescimento atual é menor, mas em relação a um número maior de habitantes. Concluindo: o crescimento demográfico diminuiu, mas a quantidade de brasileiros que são acrescentados, por década, em nossa população, continua superior a 20 milhões, enquanto o crescimento econômico vem ocorrendo de forma muito mais lenta, combinando esta realidade com o baixo rendimento da maioria da PEA e a alta concentração de riquezas percebe-se a desigualdade socioeconômica que ainda caracteriza nossa sociedade.

Tabela - Pirâmide de Idades

Pirâmide etária absoluta - 2000



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisa. Departamento de População e indicadores Sociais. Contagem de População de 1996.

O início de estreitamento apresentado na base da pirâmide indica a queda ocorrida na taxa de natalidade. Note que nos últimos 20 anos, a taxa de natalidade vem diminuindo e isto indica muitas mudanças quanto às características gerais de nossa população, entre estes fatores, os principais são: queda na taxa de fecundidade, isto é, a cada geração está diminuindo o número de filhos por mulheres, tendo como causas principais: casamento tardio, maior instabilidade nas relações familiares, maior independência do sexo feminino, uso da mão-de-obra feminina, devido ao processo de terciarização da economia, maior consciência e nível de informações da população, bem como maior uso de métodos anticonceptivos e abortivos.

Ao dividirmos a população por faixa de idade verificamos que não é mais verdade que o país é formado por jovens, pois a maioria é formada por adultos, de forma mascarada, pois a maioria encontra-se com idade abaixo dos 30 anos. Enfim, há uma tendência muito forte da população acelerar seu processo de envelhecimento nas próximas décadas, aumentando o número de velhos e reduzindo o número de jovens no total da população.

A pirâmide etária da população demonstra que estamos iniciando um processo de transição, típica, antes ocorrida nos países desenvolvidos, desde que não seja confundido, que os meios utilizados pelos países ricos foram bem distintos dos que hoje estão sendo usados nos países subdesenvolvidos, pois nos primeiros, a queda na taxa de natalidade e o conseqüente envelhecimento da população foram resultado de planejamento familiar, resultando no Estado do Bem-Estar Social (Welfare State), onde houve uma melhoria significativa na qualidade de vida da população. Agora, no Terceiro Mundo a situação se modifica quanto aos meios, inclusive com a questão de esterilização em grande escala, tanto feminina como masculina.

Tabela de Proporção da População Por Sexo – 1980 - 2000

População por sexo, segundo as Unidades da Federação - 2000

UF	Total	Homens	Mulheres
Brasil	169.799.170	83.576.015	86.223.155
Rondônia	1.379.787	708.140	671.647
Acre	557.526	280.983	276.543
Amazonas	2.812.557	1.414.367	1.398.190
Roraima	324.397	166.037	158.360
Pará	6.192.307	3.132.768	3.059.539
Amapá	477.032	239.453	237.579
Tocantins	1.157.098	591.807	565.291
Maranhão	5.651.475	2.812.681	2.838.794
Piauí	2.843.278	1.398.290	1.444.988
Ceará	7.430.661	3.628.474	3.802.187

Rio Grande do Norte	2.776.782	1.359.953	1.416.829
Paraíba	3.443.825	1.671.978	1.771.847
Pernambuco	7.918.344	3.826.657	4.091.687
Alagoas	2.822.621	1.378.942	1.443.679
Sergipe	1.784.475	874.906	909.569
Bahia	13.070.250	6.462.033	6.608.217
Minas Gerais	17.891.494	8.851.587	9.039.907
Espírito Santo	3.097.232	1.534.806	1.562.426
Rio de Janeiro	14.391.282	6.900.335	7.490.947
São Paulo	37.032.403	18.139.363	18.893.040
Paraná	9.563.458	4.737.420	4.826.038
Santa Catarina	5.356.360	2.669.311	2.687.049
Rio Grande do Sul	10.187.798	4.994.719	5.193.079
Mato Grosso do Sul	2.078.001	1.040.024	1.037.977
Mato Grosso	2.504.353	1.287.187	1.217.166
Goiás	5.003.228	2.492.438	2.510.790
Distrito Federal	2.051.146	981.356	1.069.790

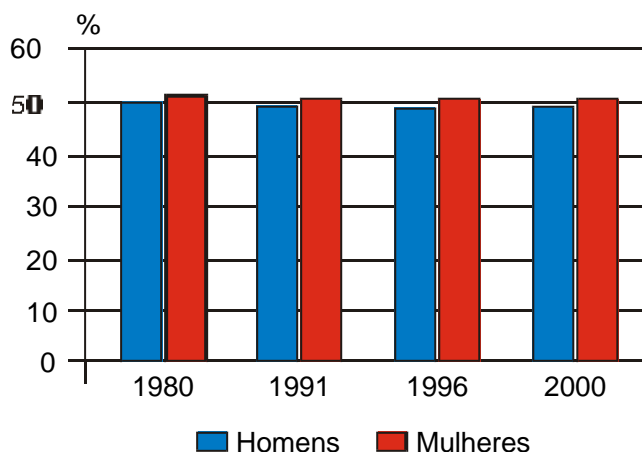
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000, resultados do Universo.

No Brasil, já virou lugar comum as pessoas dizerem que há várias mulheres para cada homem no total da população; na verdade, a própria história comprova que isto não é verdadeiro, pois não tivemos nenhuma perda significativa de um dos sexos que viesse a refletir no total da população. Qual foi a última, por sinal, a única guerra, onde tivemos perdas significativas do sexo masculino? Foi na guerra do Paraguai, acontecimento superior a mais de um século, portanto não interferindo mais na nossa realidade populacional quanto à porcentagem por sexo.

É verdade que o aumento na expectativa de vida provoca um aumento da população feminina, pois a taxa de mortalidade masculina em idade mais baixa é mais elevada. Mas, comparando com os países desenvolvidos, nossa expectativa de vida ainda é muito baixa, portanto a diferença a mais de sexo feminino no total da população é muito pequena para que seja exaltada a supremacia numérica das mulheres em relação aos homens. É certo que em nível regional e até local, existem lugares no país onde a maioria de mulheres fica bem mais perceptível, mas isto é um resultado da realidade socioeconômica, com áreas de expulsão e áreas de repulsão da mão-de-obra.

Na verdade, não passa de 2% o percentual a mais de sexo feminino, em relação ao sexo masculino.

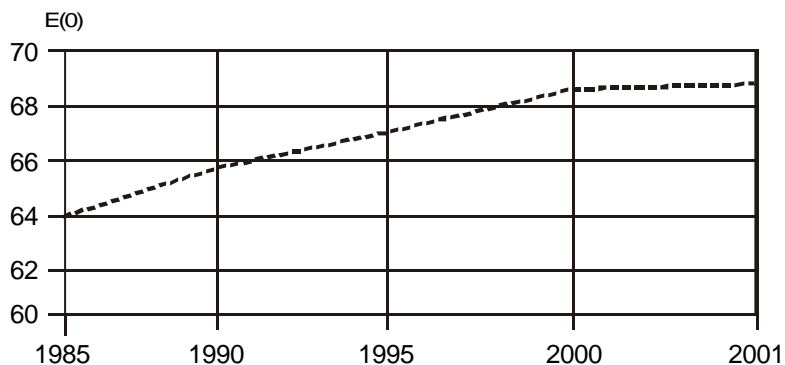
Proporção da População por Sexo - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População 1996.

Verifique na tabela, como estados da Região Norte, mais parte do Centro-Oeste possuem mais sexo masculino que feminino, e que em partes do Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste há uma maioria de sexo feminino.

Tabela - Esperança de Vida ao Nascer - 1985-2001



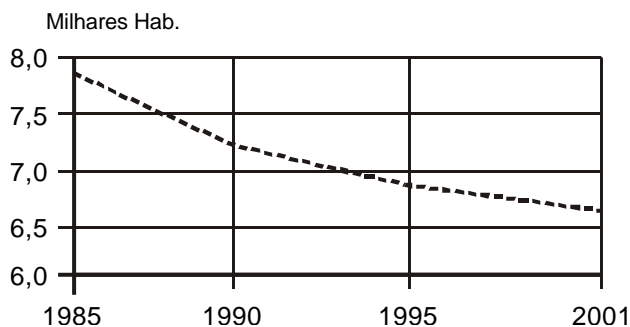
Fonte: IBGE, Projeção preliminar da população do Brasil - Revisão 2000.

No prazo de 15 anos, nossa expectativa de vida elevou-se de forma significativa, se compararmos com o aumento em outros países do Terceiro Mundo, mas ainda está muito distante dos 85 anos, em média, que caracterizam a esperança de vida nos países desenvolvidos.

Outro fator relevante que a tabela não demonstra, mas que deve ser muito bem considerado, é a diferença de esperança de vida entre a parte da população de baixa renda, quando comparada com a parte, menor em quantidade, é claro, da população de elevada renda. Novamente, fica o alerta para que ao estudar, analisando tabelas, gráficos ou modelos sistematizados, devemos sempre ter em mente que se tratam de demonstrações gerais, que na maioria não demonstram ou até escondem a realidade socioeconômica de uma certa população. Basta lembrar que os 10% mais ricos do país concentram quase que a metade da riqueza e possuem uma esperança de vida superior aos 73 anos, enquanto os 10% mais pobres, concentram menos de 0,8% das riquezas do país e possuem uma esperança de vida próxima dos 57 anos, isto, sem considerar as diferenças de esperança de vida, estatura, peso, índice de nutrição, taxa de mortalidade geral, infantil e etc, muito diferenciada entre a população do Norte, Nordeste em relação ao famoso Centro-Sul, mais desenvolvido.

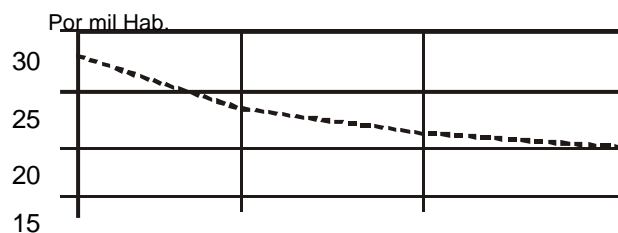
Tabelas de Natalidade e de Mortalidade

Taxas Brutas de Mortalidade - 1985/2001



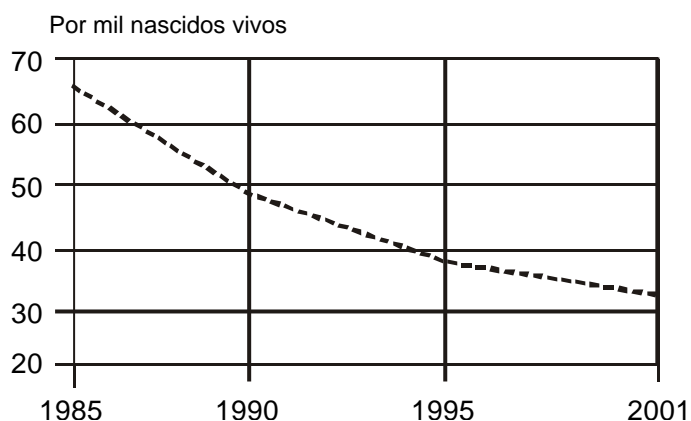
Fonte: IBGE, Projeção preliminar da população do Brasil - Revisão 2000.

Taxas Brutas de Natalidade - 1985/2001



Fonte: IBGE, Projeção preliminar da população do Brasil - Revisão 2000.

Taxas de Mortalidade Infantil - 1985-2001



Fonte: IBGE, Projeção preliminar da população do Brasil - Revisão 2000.

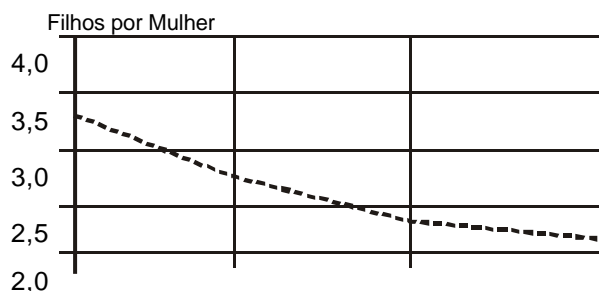
Como a taxa de mortalidade vem declinando desde o final da 2ª Guerra Mundial, hoje ela está próxima dos 6,8 em relação a mil habitantes, demonstrando que há um aumento na esperança de vida, e conseqüente envelhecimento da população.

A manutenção da elevada taxa de natalidade, pois seu declínio foi mais lento do que a queda da taxa de mortalidade, nas décadas de 30/70, provocou um desequilíbrio, que favoreceu a um tipo de boom ou aumento demográfico.

Da década de 80 em diante, a taxa de natalidade começa a declinar mais rápido, enquanto a mortalidade começa a estacionar entre os índices de 7 a 8 por mil habitantes, permitindo uma reaproximação entre as duas taxas, e o conseqüente declínio no crescimento demográfico. A taxa de natalidade atual é próxima dos 20 por mil habitantes e, como a migração líquida (diferença entre a emigração e a imigração) atualmente pouco interfere no resultado final do crescimento populacional, podemos concluir que o crescimento atual da população brasileira está situado abaixo de 15 por mil ao ano, ou seja, menos de 1,5% ao ano.

Obs: Novamente, precisamos lembrar que estes dados são estatísticos e gerais, não refletindo nossa realidade, principalmente nossas disparidades regionais e socioeconômicas. Basta lembrar do quanto de crianças que não eram registradas pelas famílias mais pobres enquanto não completavam cinco anos, os "anjinhos" só eram registrados se sobrevivessem a esta primeira fase de suas vidas. É ruim lembrar que a principal causa do não registro destas crianças era o custo para registro em cartórios, era caro e difícil para a população mais pobre tirar uma certidão de nascimento de seus filhos. Portanto os pais esperavam os primeiros anos de vida da criança. Se sobrevivesse até os cinco anos de idade é que elas eram registradas.

Taxas de Fecundidade Total - 1985/2001

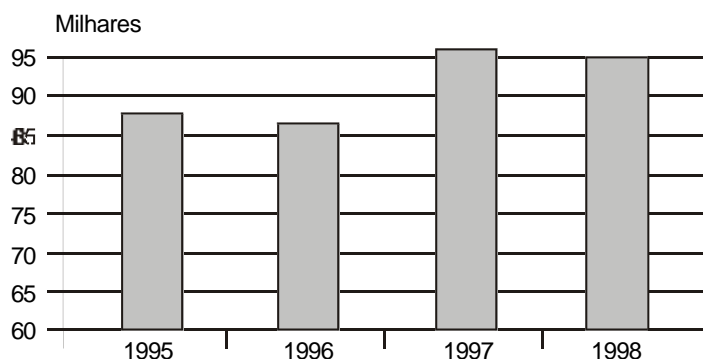


Fonte: IBGE, Projeção Preliminar da população do Brasil - Revisão 2000.

A taxa de fecundidade representa o número de filhos por cada mulher numa geração. Sua queda acompanhou o processo de mudanças na estrutura de organização e da localização espacial da sociedade, isto é, o processo de urbanização e industrialização provoca mudanças de comportamento na sociedade, principalmente nas mulheres, onde as dificuldades em conjunto com uma maior conscientização quanto aos custos econômicos e afetivos resultam na necessidade de reduzir o número de filhos por casal. Hoje temos quase que um casal para dois filhos, de novo demonstrando uma tendência, no futuro próximo de ser atingido um equilíbrio maior entre o crescimento populacional e a condição socioeconômica.

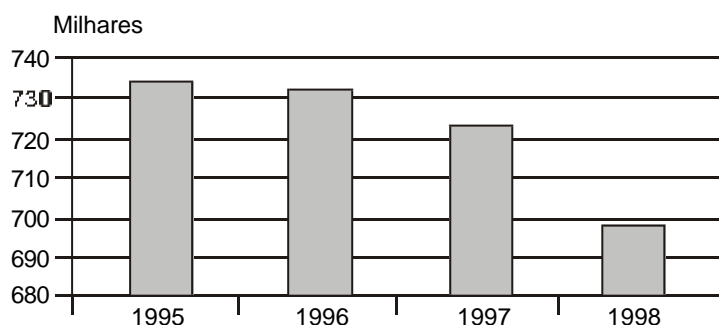
Tabelas de Casamentos e Separações Judiciais

Separações Judiciais - 1995/1998



Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil.

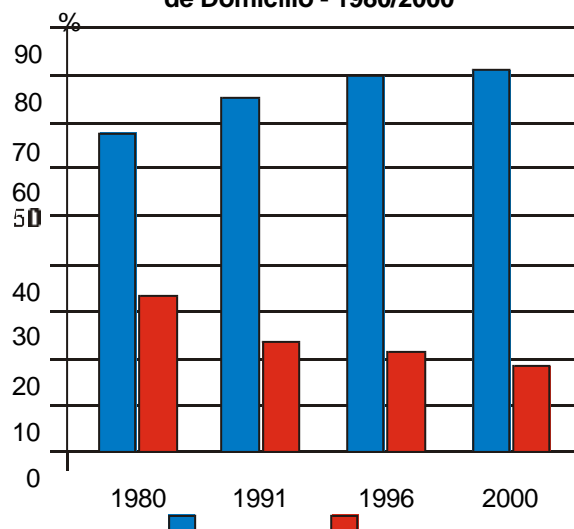
Casamentos - 1995/1998



Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil.

Numa demonstração clara quanto às dificuldades econômicas e as mudanças nas características do meio familiar, os casamentos oficiais estão declinando de forma muito rápida, isto não quer dizer que as pessoas não estão se unindo e formando famílias, o que se percebe é que os valores da sociedade estão mudando de forma muito rápida. O próprio Estado passa a reconhecer outras formas de união familiar, numa demonstração clara que a sociedade o está forçando a mudar de comportamento. Já o número de separações ficou estabilizado na faixa de 90 por mil ao ano, após a explosão que tivemos na década de 80, depois da legalização do divórcio pelo Congresso Nacional.

Proporção da População por Situação de Domicílio - 1980/2000

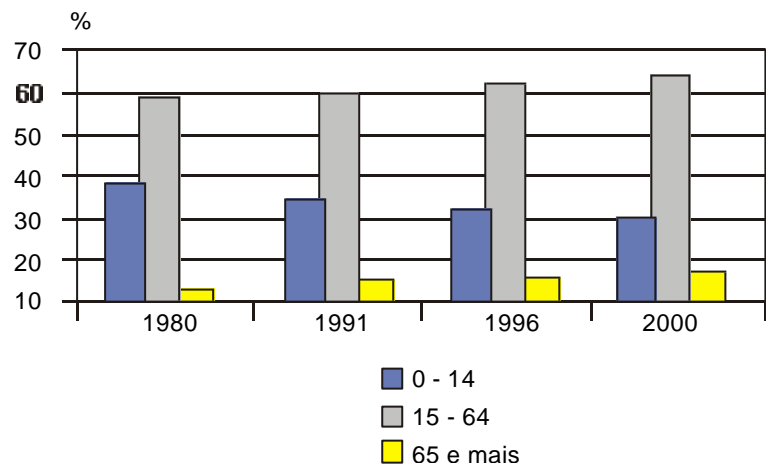


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População 1996.

O próprio Governo assumiu recentemente que o êxodo rural estava sendo esvaziado. Se isto é verdadeiro, é correto dizer que a época das megacidades também está esgotada; basta lembrar do alto custo de vida, do índice de desemprego, das ocupações irregulares, da falta de infra-estrutura sociocultural, das questões ambientais e principalmente da incapacidade do Estado de gerar segurança para a população, principalmente nos grandes centros urbanos. Enfim a urbanização superou o índice de 83%; este índice é superior ao de muitos países desenvolvidos, tendo como consequência o processo de Macrocefalismo ou inchaço urbano, aonde o aumento populacional não veio acompanhado do crescimento de infra-estrutura socioeconômica, faltando leitos hospitalares, habitação, salas de aula, empregos, transporte público, áreas de lazer, etc., que atendessem às necessidades da população concentrada nas metrópoles. Não é de todo errado dizer que há um tipo de "guerra civil" nos grandes centros urbanos, e que, o Estado encontra-se em posição desfavorável em relação aos grupos paramilitares que sustentam o narcotráfico, os grupos de extermínio, sequestros, assaltos e etc.

Tabela da População por Idade

Proporção da População por Grandes Grupos de Idade - 1980/2000

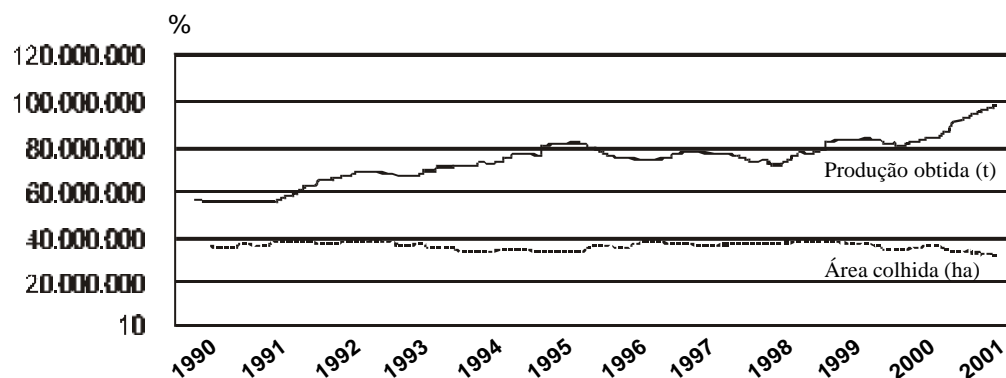


Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 - Contagem da População 1996.

O mais importante de ser analisado nesta tabela é a queda gradual do número de jovens, o crescimento de adultos e que, é óbvio, uma hora estes adultos vão envelhecer. De acordo com as previsões do Governo, podemos chegar em poucas décadas a índices superiores a 30% de habitantes com mais de 60 anos.

Tabela da Produção Agrícola

Cereais, leguminosas e oleaginosas - Brasil



Como o Governo não tem mais política de fronteira agrícola, o gráfico demonstra que atualmente há uma pressão para que ocorra uma ocupação mais racional do espaço agrícola já existente. O caráter típico de produção extensiva, com terra barata, está sendo substituído por atividade mais capitalista, com interesse na exportação, aumentando a produtividade, graças ao uso de insumos - sementes selecionadas, agrotóxicos, mecanização e etc. Basta notar o aumento na produção sem aumentar a área ocupada pela atividade agrícola, como o próprio gráfico demonstra. Estamos chegando ao patamar de 100 milhões de toneladas/grãos, sendo que a Região Sul, a menos extensa, permanece como o grande celeiro agrícola do país, apesar do alto crescimento da Região Centro-Oeste.

A QUESTÃO AMBIENTAL GEOPOLITICA E QUESTÃO AMBIENTAL

Introdução

A economia mundial continua sendo uma das forças motrizes da degradação ambiental, tanto quando se trata da perda da floresta tropical, como pelo aquecimento da Terra por milhões de toneladas de gases que são despejados na atmosfera por veículos e fábricas. Os pobres são os mais prejudicados, simplesmente porque têm menos recursos para sobreviver. Essa disparidade manifesta-se de modo mais evidente na expectativa de vida: 73 anos nos países desenvolvidos e 60 anos nos países pobres.

Em geral, o crescimento econômico nos anos 80 foi mais lento que nos anos 70. Para muitos países pobres os anos 80 foram uma década perdida, em vários sentidos. A dívida externa disparou, os preços das suas matérias-primas baixaram, as políticas de ajuste não funcionaram e 1/3 de sua população - 1 bilhão e 200 milhões de habitantes - vive abaixo do limite da pobreza, estimado em 370 dólares anuais per capita. As reformas econômicas impostas pelos governos não trouxeram benefícios para essa população pobre e, em muitos casos, pioraram a situação.

Muitos governos de países pobres se preocuparam unicamente com a crise econômica e política a curto prazo. A administração e conservação dos recursos ambientais ocuparam um lugar de pouco destaque nas listas de prioridades.

A oposição Norte-Sul

Segundo o Banco Mundial, dos 49 países que tiveram redução no seu Produto Interno Bruto (PIB) nos anos 80, quase todos têm economias predominantemente agrárias, baixa renda, rápido crescimento populacional e passam por um processo acelerado de degradação ambiental. O desnível de renda entre o Norte e o Sul se traduz no acesso desigual aos produtos do progresso material. Atualmente, os países desenvolvidos, que concentram menos de um quinto da população mundial, consomem 80% dos recursos naturais (alimentos e matérias-primas) produzidos no planeta. Os 20% restantes são disputados por mais de 4 bilhões de pessoas, das quais mais de um bilhão situam-se abaixo dos níveis de miséria absoluta. A maioria, cerca de 60%, vive no chamado cinturão tropical, justamente onde se localizam 58% das terras cultiváveis do planeta.

A diferença entre o Norte e o Sul tende a aumentar devido ao tipo de trocas internacionais. Os produtos oferecidos pelos países pobres no mercado mundial - matérias-primas e produtos semi-elaborados - vêm perdendo valor frente à produção dos países ricos, centrada na inovação tecnológica. Para compensar essa tendência, os países pobres tentam aumentar a produção dirigida para a exportação. Para isso, passam a incorporar novas áreas já ocupadas e vêm substituindo a produção voltada para o mercado interno por artigos de grande demanda internacional. Isso resulta em aumento do preço dos alimentos em seus mercados internos e aumento da fome, além de uma ocupação desordenada das áreas de florestas e uma superexploração dos solos, o que demonstra a intensa deteriorização do meio ambiente.

ECO-92

A Conferência do Rio

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais comumente chamada de "Fórum Global", realizou-se no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992. O seu desafio principal, segundo o secretário geral Maurice Strong, era o de "estabelecer a fundação de uma associação global entre os países em vias de desenvolvimento e os países mais industrializados, tendo como base as suas necessidades mútuas e os seus interesses comuns, com o intuito de assegurar o futuro do planeta". A questão subjacente foi a de se encontrar um "equilíbrio justo e viável entre o meio ambiente e o desenvolvimento". Delegações de 178 Estados participaram desse encontro, quase sempre representados pelos seus chefes de Estado. Diversas manifestações se realizaram à margem da reunião política, congregando representantes de organizações não-governamentais (ONGs), cientistas e industriais. Os primeiros, estimados em 2.000, elaboraram 33 tratados "alternativos".

Os principais assuntos tratados foram:

- A promoção de um desenvolvimento que não destrua a natureza.
- Criação de um fundo de ajuda para os países pobres para defender o meio ambiente.
- Solução para a relação consumo/demanda que força os países pobres a esgotarem seus recursos naturais.

- Preservação da biodiversidade.

PROTOCOLO DE KYOTO

Na reunião de Kyoto, no Japão (1997), os países chegaram a triste conclusão que os principais poluidores mundiais não estavam obedecendo às propostas e projetos da ECO-92; pelo contrário, os índices de degradação ambiental haviam e continuavam aumentando.

Com isto elaboraram o protocolo de Kyoto, que exigia uma redução de 5% na poluição atmosférica, tendo como base a poluição provocada em 1991. Com elevadas multas para quem não cumprisse as exigências do protocolo de Kyoto.

É claro que os países-potências não concordaram com Kyoto.

Em agosto de 2001, na terceira reunião sobre clima, na Alemanha, o protocolo de Kyoto foi reformulado reduzindo para 2% a poluição provocada em 1991 e os valores das multas. Com isto os principais países aceitaram assinar o protocolo, exceto os EUA, com a alegação de que o protocolo de Kyoto prejudicava seu crescimento econômico.

Em fevereiro de 2002, o presidente dos EUA apresenta uma proposta alternativa do protocolo de Kyoto, proposta essa, imediatamente combatida por outras nações ricas, como o Japão e a Grã-Bretanha, pois a proposta dos EUA não exige muito; pelo contrário, deixa a critério dos agentes poluidores se querem ou não reduzir a poluição do planeta.

Em 4/3/2002, a União Européia assina o protocolo de Kyoto, com a proposta de reduzir a poluição em 5,8%, tendo como base o ano de 1990. Mas é necessário que cada país europeu assine o protocolo individualmente.

DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS

São entendidos como a combinação ou síntese dos diversos elementos da natureza, caracterizando ou individualizando uma determinada porção do território. A paisagem natural é constituída por vários elementos-estrutura geológica, clima, relevo, solos, vegetação e hidrografia - que se influenciam mutuamente, cada um deles interligado aos demais e definindo um conjunto.

Dentre esses elementos, destacam-se, principalmente, o clima e o relevo como fundamentais pela influência que exercem sobre o meio ambiente.

Desde a sua formação (\pm 4,5 bilhões de anos), a Terra sofreu várias modificações em seu clima, com períodos de aquecimento e resfriamento, elevação ou diminuição de chuvas, sendo algumas em escala global e outras de dimensão local. As alterações ocorridas nos últimos 2 milhões de anos são as que deixaram vestígios mais evidentes: nos períodos frios, ocorreu o aumento das geleiras polares e das áreas montanhosas, que diminuíram seus limites quando a temperatura média da Terra voltou a elevar-se. As médias e altas latitudes foram as mais afetadas por esses fenômenos.

Já nas baixas latitudes ocorreram, paralelamente, fases chuvosas e secas, durante as quais os domínios naturais se modificaram, com avanços e recuos de florestas tropicais, savanas e desertos.

Assim, o clima atuou como modificador do meio ambiente e ainda hoje, devido às alterações mais recentes provocadas sobretudo pela ocupação humana, continua a provocar transformações ambientais.

Quanto ao relevo, as forças endógenas comandam sua formação através do condicionamento estrutural; epirogêneses, vulcanismos e terremotos provocam o surgimento de diferentes tipos de rochas que têm desigual resistência aos processos de desgaste provocados pelas forças exógenas, que modelam as formas do relevo (intemperismo, águas correntes, gelo, etc.). Dependendo da forma de relevo, encontramos solos e vegetações diferenciados em cada domínio espacial.

As grandes modificações que o homem vem produzindo com as atividades econômicas diversas e, sobretudo, com a construção de cidades, também têm contribuído grandemente para as transformações das formas de relevo e, conseqüentemente, do meio ambiente.

Os grandes domínios morfoclimáticos são delimitados, portanto, por essas caracterizações gerais a partir do clima, tipo de relevo e paisagem vegetal - climas polares, climas temperados e climas tropicais, cada qual com um processo de modificação dinâmica das rochas que formam o relevo e que são o substrato para ocupação de biomas vegetais.

Não é sempre que um mesmo elemento natural é o determinante da paisagem, da mesma forma que não há delimitação precisa ou rigorosa entre um domínio e outro, pois é muito difícil determinar com precisão tais limites. Daí existir entre um domínio e outro as chamadas áreas ou faixas de transição. Como exemplo, podemos citar a sub-região do meio-norte (MA/PI), onde predomina a mata dos cocais ou babaçuais, sendo esta uma área de transição entre os domínios amazônicos a oeste e da caatinga do lado leste.

Principais domínios do Brasil

Devido a sua grande extensão territorial (8,5 milhões de km²) e marcado por uma grande diversidade de aspectos naturais, o Brasil apresenta seis principais domínios morfoclimáticos e diversas áreas não-individualizadas, denominadas como de transição.

a) Amazônico

Este domínio é também chamado de terras baixas florestadas equatoriais. Domínio marcado pelo predomínio de terras baixas sedimentares (planícies) com clima equatorial quente e úmido o ano todo. Apresenta imensa floresta úmida e heterogênea e a mais vasta bacia fluvial do mundo. O peso da natureza é marcante. A floresta amazônica abriga uma grande variedade de espécies. É latifoliada, pois apresenta uma folhagem diversificada na qual predominam as folhas largas que permanecem verdes durante todas as estações do ano. A riqueza e a exuberância dos ecossistemas florestais contrastam com a pobreza de grande parte dos solos da região: mais de 70% do domínio amazônico é constituído por solos ácidos e intemperizados, de baixa fertilidade. Apenas algumas planícies aluviais inundadas pelo Rio Amazonas apresentam solos ricos em nutrientes. Esse contraste revela a fragilidade do ecossistema amazônico. A reciclagem dos nutrientes orgânicos e minerais necessários à manutenção dos ecossistemas regionais não é feita pelos solos, mas pela própria floresta. Os solos são responsáveis pela presença de pequenas manchas de vegetação extraflorestal dentro da hiléia. As toneladas de folhas, frutos e flores que caem anualmente sobre o solo, se transformam em material orgânico e mineral consumido pela vegetação. Isto é, a vegetação se nutre dela mesma.

b) Cerrado

Domínio marcado por extensos planaltos com chapadões sedimentares, clima tropical típico com duas estações bem definidas (verão chuvoso e inverno seco), vegetação arbustiva e herbácea (cerrado), na maior parte, e matas de galerias ou ciliares junto aos rios. Apresenta solos pobres e ácidos. É o domínio que caracteriza o Centro-Oeste.

As características climáticas são, em parte, responsáveis pela baixa fertilidade dos solos desse domínio. No verão, as chuvas abundantes "lavam" o solo, retirando seus nutrientes; no inverno, a seca prolongada tem como consequência altas taxas de evaporação, o que provoca acúmulo do ferro e do alumínio, responsáveis pela toxidez e acidez dos solos.

O cerrado, vegetação dominante, é composto principalmente por dois estratos: o arbóreo-arbustivo, de caráter lenhoso, e o herbáceo-subarbustivo, formado pelas gramíneas e outras ervas.

c) Caatinga

Domínio que caracteriza o sertão nordestino, marcado por um relevo planáltico, onde aparecem áreas deprimidas (depressões), delimitadas por planaltos e chapadas. O clima é semi-árido (quente e seco); a vegetação a ele adaptada é pobre e arbustiva, com presença de cactáceas ou xerófitas. Os solos são rasos e pobres em matéria orgânica, mas ricos em sais minerais.

A caatinga, vegetação dominante, é uma formação vegetal adaptada ao calor e à aridez. Suas espécies dominantes possuem folhas pequenas e hastes espinhentas. Nas áreas de maior altitude, que recebem chuvas de relevo, encontram-se alguns trechos de matas úmidas, conhecidas regionalmente como brejos.

O domínio macroecológico da caatinga se caracteriza pela irregularidade das precipitações e, principalmente, pela incapacidade de retenção da umidade.

d) Mares de morros

Domínio que corresponde à área do planalto atlântico, principalmente no sudeste, onde o clima tropical úmido modelou um relevo bem característico, com morros arredondados do tipo meia-laranja, conhecido como "mares de morros". As florestas originais que cobriam esta região foram quase totalmente devastadas pelo homem.

A ação dos agentes do modelado sobre a estrutura geológica, predominantemente cristalina, produziu um relevo típico de morros arredondados. Além dos "mares de morros", compõem a morfologia da região as escarpas planálticas que separam o planalto cristalino da planície costeira.

Originalmente, a floresta tropical úmida, conhecida como Mata Atlântica, recobria cerca de 95% desse domínio; trata-se de uma formação florestal densa e heterogênea, extremamente rica em espécies vegetais. Hoje restam menos de 4% da cobertura vegetal primária, verdadeiras ilhas florestais em alguns trechos montanhosos das escarpas planálticas.

e) Araucária

Este domínio ocupa os planaltos sedimentares-basálticos da porção oriental da bacia do Rio Paraná, nos quais a altitude média varia entre 850 metros e 1.300 metros. Originalmente, esse domínio era revestido por uma floresta subtropical conhecida como mata das araucárias e por manchas de vegetação herbácea e arbustiva.

A devastação da mata das araucárias teve início com a colonização alemã e italiana. Nas primeiras décadas do século, os colonos utilizavam a madeira para a construção de casas, móveis e artefatos domésticos. Também desatavam pequenos trechos para a prática da policultura de alimentos.

Este domínio aparenta relevo de cuesta, solo fértil (terra roxa) e elevado potencial hidráulico da bacia do Paraná. O clima é do tipo subtropical com inverno e verão rigorosos.

f) Pradarias ou campos (pampas)

Este domínio abrange a região conhecida como Campanha Gaúcha. Nele destaca-se a presença de um relevo suavemente ondulado na forma de colinas, conhecidas como "coxilhas". As colinas são recobertas por vegetação campestre. Este domínio é, na verdade, um prolongamento do pampa argentino e uruguaio no sul do Brasil.

Trata-se de uma extensa área com predomínio de terras baixas, onde se sobressai a vegetação herbácea. A pecuária extensiva com suas estâncias (fazendas de gado) e a rizicultura são as principais atividades econômicas nesse domínio.

DEGRADAÇÕES AMBIENTAIS

É importante lembrar que existem duas maneiras de alterações nos ecossistemas, sendo:

- a) degradações naturais - na relação endógena do planeta como vulcanismo, terremotos, tsunamis, secas, enchentes, incêndios, maré vermelha, eutrofização, chuva ácida, etc., ou na relação exógena, isto é, planeta em relações com o espaço sideral, como as colisões com outros astros;
- b) degradações antrópicas - são as alterações provocadas pela humanidade, criando a segunda natureza como as ilhas de calor, lixo tóxico e radioativo, maré negra com o petróleo;
- c) fenômenos naturais - alguns fenômenos são confundidos pela imprensa, deturpando seu sentido para as sociedades. Alguns fenômenos são essenciais para a existência da vida no planeta como o efeito estufa, a camada de ozônio e a inversão térmica.

O problema é que nos últimos séculos o ser humano vem agravando algumas degradações naturais e, inclusive fenômenos como o efeito estufa, ação do el Niño, a ninã, rompendo a camada de ozônio, aumentando a eutrofização nas águas paradas continentais (meio lântico) e elevando a acidez das precipitações atmosféricas além da sua atuação com alterações químicas, biológicas e nucleares.

Poluição atmosférica

A poluição associa-se à ideia de modificação, tanto na estrutura quanto na composição dos ecossistemas, causando prejuízo aos seres vivos. Neste contexto está a atmosfera, que mais e mais sofre alterações devido à emissão de resíduos sólidos e gasosos em quantidade superior à sua capacidade de absorção. Essa poluição deriva de várias fontes:

- dos meios de transporte, que nas cidades são responsáveis pela maior parte da poluição atmosférica, pois emitem gases como o monóxido e o dióxido de carbono, óxido de nitrogênio, dióxido de enxofre, derivados de hidrocarbonetos e chumbo;
- das indústrias que, além do gás carbônico, também emitem enxofre, chumbo e outros metais pesados e diversos resíduos sólidos;
- das queimadas das matas e capoeiras, que também geram altos índices de gás carbônico;
- da incineração de resíduos sólidos;
- da poluição natural provocada pelas erupções vulcânicas.

A alta concentração desses poluentes eleva na atmosfera a quantidade de microorganismos que provocam doenças como: distúrbios respiratórios, alergias, lesões degenerativas no sistema nervoso, câncer e outras.

A poluição atmosférica tende, portanto, a modificar profundamente as funções da atmosfera gerando consequências inesperadas, tais como destruição da camada de ozônio, o efeito estufa, as chuvas ácidas, os desequilíbrios climáticos, etc.

Destruição da camada de ozônio

O ozônio é um gás encontrado na estratosfera, entre 20 e 35 km de altitude, formando uma camada de 15 km aproximadamente. Essa camada funciona como um filtro que protege a Terra da radiação ultravioleta emitida pelo Sol. Esse tipo de radiação é nocivo à saúde e provoca principalmente câncer de pele e doenças oculares.

Em decorrência da ação de poluentes no planeta, cientistas vêm alertando sobre a redução da camada de ozônio, decorrente, sobretudo, do uso do CFC, ou seja, compostos gasosos de carbono contendo cloro e flúor, também chamados de clorofluorcarbonetos. Esses gases são utilizados principalmente como substâncias refrigerantes em geladeiras, condicionadores de ar e como propelente em frascos de aerossóis.

Efeito estufa

Consiste no aquecimento da Terra em virtude da presença, em excesso, de certos gases, tais como: gás carbônico, metano, entre outros.

Esses gases funcionam como vidro das estufas agrícolas. Deixam penetrar a luz e não deixam sair o calor, provocando o aquecimento da atmosfera.

Estudos revelam uma elevação progressiva na temperatura do nosso planeta. Nos últimos 100 anos, a Terra sofreu uma elevação de 0,5°C. Se a emissão de gases-estufa continuar em ritmos crescentes, as consequências poderão comprometer seriamente a vida na Terra. Nesse caso, as principais consequências seriam as mudanças climáticas capazes de:

- modificar a distribuição da flora e da fauna na superfície terrestre;

- alterar o perfil dos continentes por elevação do nível dos oceanos;
- destruir, por alagamento, centros urbanos localizados à beira-mar, etc.

A chuva ácida

A presença de componentes estranhos na atmosfera (principalmente óxido de nitrogênio e de enxofre) tem sido responsável pela ocorrência das chuvas ácidas. Na atmosfera, essas substâncias reagem quimicamente e produzem os ácidos sulfúrico e nítrico.

Esses gases, ao atingirem a Terra sob a forma de precipitações, alteram também a composição química do solo e das águas prejudicando as formações florestais e as lavouras. Além disso, a ação corrosiva dos ácidos sulfúrico e nítrico atingem fortemente as estruturas metálicas, as edificações, além de provocar sérios problemas à saúde da população.

Poluição hídrica

O volume total de água na Terra está estimado em 1 trilhão e 386 bilhões de quilômetros cúbicos, sendo a maior parte - 97,2% desse total - formada pela água salgada dos mares e oceanos. Os lagos, rios, oceanos e mares se tornaram verdadeiras latas de lixo do mundo, onde a atitude reinante ainda é "longe da vista, longe do coração". Vejamos as principais fontes da poluição hídrica:

Esgotos

Após a Revolução Industrial, o acelerado crescimento da população terrestre e a conseqüente urbanização provocaram o surgimento de grandes concentrações urbanas, na maioria das vezes, mal planejadas. Conseqüentemente, a produção de água contaminada e seu despejo, sem adequados tratamentos, nos corpos hídricos aumentou muito. Os esgotos contêm, além de fezes humanas, restos de alimentos, sabões e detergentes, sendo considerados o principal fator poluente das águas em regiões densamente povoadas.

A contaminação das águas pelos esgotos urbanos resulta de dois graves processos:

- a contaminação por bactérias patogênicas, como os coliformes fecais, que podem causar doenças como a amebíase, a cólera, a esquistossomose, a febre tifóide, a hepatite virótica, a leptospirose e a poliomielite;
- a contaminação por substâncias orgânicas degradáveis, principalmente por nitrogênio e fósforo dos detergentes, que provocarão a **eutrofização** das águas.

Agricultura

A intensidade das práticas agrícolas tem provocado um alto nível de poluição das águas, tanto superficiais como subterrâneas. Esta poluição ocorre, basicamente, de duas formas:

- despejo de substâncias eutrofizantes, através de fertilizantes químicos à base de nitrogênio e fósforo, e também de detritos animais, nas águas superficiais e subterrâneas, devido à ação das chuvas;
- despejo de substâncias tóxicas, utilizadas no controle das lavouras e no aumento da produtividade, como os inseticidas, herbicidas, fungicidas e praguicidas. A utilização exagerada e sem critério dessas substâncias tem comprometido seriamente o meio ambiente, pois grandes quantidades são levadas pelas chuvas até os rios e destes até o mar.

Águas industriais

A negligência no tratamento dos resíduos industriais tem representado significativa fonte de poluição hídrica. A poluição de origem industrial pode ser dividida em dois Grupos:

- os compostos orgânicos - representados, principalmente, pelo petróleo e seus derivados; quando lançados nas águas, formam uma película de óleo, provocando uma sensível diminuição no teor de oxigênio, o que impede a respiração e a fotossíntese das plantas flutuantes, prejudicando também os peixes e as aves aquáticas. As águas subterrâneas também podem ser contaminadas pelo petróleo, no caso da ruptura de oleodutos e durante a perfuração de poços petrolíferos. Nesse caso há, também, um enorme prejuízo, pois um litro de petróleo inutiliza cerca de 1 milhão de litros de águas subterrâneas;
- os compostos inorgânicos - representados pelos metais pesados, são despejados nas águas pelas indústrias químicas, farmacêuticas, elétricas, madeireiras, de papel ou de cosméticos, além das atividades mineradoras. Os metais pesados mais prejudiciais são:
 - mercúrio → acumula-se no sistema nervoso, principalmente no cérebro, na medula e nos rins. Provoca perda da coordenação dos movimentos, dificuldades ao falar, comer e ouvir, além de atrofia e lesões renais;
 - cádmio → semelhante ao mercúrio, afeta o sistema nervoso e rins. Provoca perda do olfato, formação de um anel amarelo no colo dos dentes, redução da produção de glóbulos vermelhos e remoção de cálcio dos ossos;
 - chumbo → apesar de menos agressivo na água que no ar, deposita-se nos ossos, musculatura, nervos e rins, provocando estados de agitação, epilepsia, tremores, perda da capacidade intelectual e anemias.

Contaminação térmica

As indústrias e principalmente as usinas termoelétricas necessitam de grandes quantidades de água para o seu resfriamento. Quando esta água quente, utilizada no resfriamento, é despejada em um rio, o que eleva sua temperatura, agravando a poluição, uma vez que as necessidades fisiológicas dos organismos aumentam. Assim a necessidade de oxigênio de certas espécies de peixes pode duplicar e até triplicar. A falta desse oxigênio, em condições ideais, leva à morte das espécies aeróbias. A poluição térmica pode provocar o crescimento exagerado de certas plantas, prejudicando a navegação, e ainda provocar o aumento da atividade de poluentes químicos, agravando a poluição hídrica.

Poluição radioativa

O grande risco da poluição radioativa encontra-se nos acidentes provocados pelo uso inadequado, como o ocorrido em Goiânia, em setembro de 1987, e nos acidentes em usinas nucleares, como o de Chernobyl em 1986. Veja os dois casos:

O acidente de Goiânia

Em setembro de 1987, em Goiânia, capital de Goiás, desapareceu do Instituto Goiano de Radioterapia um aparelho de radioterapia pesando mais de 800 quilos e contendo uma cápsula com cerca de 100 gramas de célio 137 (o Instituto se mudara, abandonando no local alguns equipamentos), que acabou vendido a um ferro-velho como sucata. Ao tentar abrir a cápsula, o dono do ferro velho liberou o pó radioativo, que atingiu sua família e pessoas que freqüentavam o local; pouco tempo depois, essas pessoas começaram a apresentar os sintomas básicos de contaminação: queimaduras por todo o corpo, vômitos e diarreias. Resultado do acidente: dezesseis pessoas internadas imediatamente, em estado grave (quatro faleceram), de um total de 110 vítimas contaminadas.

O acidente de Chernobyl

Em abril de 1986, na Central Nuclear de Chernobyl, cidade de Pripjat, próxima à Kiev, na União Soviética, um erro de operação ou acidente (como a entrada, anormal de oxigênio) provocou o aumento da temperatura da câmara do reator atômico de 2.204 graus centígrados para 3.000 graus centígrados, danificando a cobertura de grafite que envolve o urânio atômico e que, em contato com o oxigênio, começou a queimar. Em consequência, o próprio núcleo de urânio do reator começou a derreter. Essa fusão do urânio 235 liberou altas doses de radioatividade, que escapou, junto com gases e poeira, para a atmosfera. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas morreram, mas os números mais aceitos são 80, no momento da explosão, e outras 2.000, ao serem levadas para os hospitais de Kiev. Além disso, supõe-se que o acidente poderá provocar câncer em cerca de 10.000 pessoas, no prazo de 5 anos, e mutações genéticas em seus descendentes nos próximos 150 anos.

Além do problema dos acidentes, outro grande risco é o destino dos resíduos nucleares, ou seja, o lixo atômico. Atualmente o lixo atômico vem sendo acondicionado em tambores ou blocos de cimento ou vidro, que são deixados em minas de sal abandonadas ou em profundidades marinhas superiores a 2.000 metros.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir do momento em que o ser Humano foi forçado, pela carência de recursos naturais, a se fixar num determinado espaço físico, teve início o desenvolvimento das primeiras atividades econômicas, como a agricultura, a pecuária e a criação de animais domésticos. Sua relação com a natureza se tornou predatória, afetando a biodiversidade e degradando cada vez mais as três camadas globais, levando a uma possível destruição total do planeta. A física nuclear, a bioquímica, a ciência espacial, a petroquímica, etc. estabelecem o "equilíbrio do terror", racionalizando a teoria da "destruição mútua assegurada". E a fase das guerras localizadas no Terceiro Mundo, como as guerras das Coreias, Vietnã, Cuba, Nicarágua, etc. Essa situação perdurou até a década de 70, onde os castos com a corrida armamentista atingem um nível insuportável, inclusive e principalmente para os países do 3º Mundo.

Em 1972, ocorre a Primeira Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente em Estocolmo que, em resumo, procura alertar o mundo, principalmente as superpotências da época, quanto à forma de desenvolvimento econômico e tecnológico que estava sendo implantado nas últimas décadas e seus resultados devastadores em relação às condições naturais do planeta. A fase da "neurose nuclear" e das armas químicas e biológicas começa a despertar uma consciência ambiental. Pela primeira vez, de forma mais organizada, o ser humano torna conhecimento sobre assuntos e palavras como ecologia, biodiversidade, consciência ecológica ou ambiental e surgem as primeiras Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Os próximos anos seriam de um avanço nos estudos sobre as degradações ambientais inimagináveis nas décadas anteriores; o efeito estufa, a ruptura na camada de ozônio, as chuvas ácidas, o envenenamento dos solos e das águas, a maré vermelha, a maré negra, as ilhas de calor, a inversão térmica alcançam destaque na imprensa mundial e passam a ser assuntos obrigatórios nos currículos escolares.

Na conferência da Suécia ficou bem claro o antagonismo de idéias entre aqueles que defendiam o "desenvolvimento zero" e aqueles que defendiam o "desenvolvimento a qualquer custo". O tempo veio mostrar que os extremismos não correspondiam à realidade mundial.

As principais resoluções de Estocolmo foram:

- o direito a um ambiente sadio e equilibrado e à justiça social;
- planejamento ambiental;
- alerta aos riscos da urbanização descontrolada;
- a busca de fontes alternativas de energia;
- a ciência deve estar aliada à preservação do meio ambiente; e
- a importância da educação ambiental.

Em 1980, como resultado da 1ª Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente, surge a "estratégia mundial para a conservação", onde se destacam os seguintes tópicos:

- Desenvolvimento Sustentável – significa continuar produzindo, porém com o uso racional e controlado dos recursos naturais, isto é, um sistema de exploração mais racional dos recursos naturais, que preserve o equilíbrio ecológico, reduzindo os danos ao meio ambiente.

Esta posição é muito combatida pelos ambientalistas, que acreditam que os adeptos ao Capitalismo utilizam esta expressão para continuar degradando a natureza, enganando e fugindo das pressões exercidas pela sociedade.

- Nosso Futuro Comum - pela primeira vez, há um estudo que demonstra as desigualdades na distribuição da renda e a pobreza em relação à destruição do meio ambiente.

E através desta idéia que surgem os "ecomalthusianos" como dissidência dos "neomalthusianos" do período da Guerra Fria.

Os **ecomalthusianos** alegam que o crescimento demográfico das populações nos países pobres poderá tornar irreversível a recuperação do meio ambiente degradado.

- Os países pobres passam a ser pressionados pelo grande capital e pelos países-potências. numa forma de transferência de responsabilidade, esquecendo que esses países ricos foram os que mais degradaram o meio ambiente para se desenvolverem, se tornaram os maiores devastadores da natureza, sendo responsáveis pela maior parte dos desequilíbrios ambientais até agora existentes.

Vinte anos após Estocolmo, acontece na cidade do Rio de Janeiro a segunda conferência mundial para o meio ambiente, a Rio ou Eco 92. Marcada pelas divergências entre os interesses do "norte" em relação aos países do "sul", esta conferência teve como base o "relatório Brundtland", que defendia alterações no modelo consumista atual propondo a sua troca por um modelo mais sustentável ecologicamente, resultando em cinco propostas:

- A Carta da Terra - os países ricos são os principais responsáveis pela degradação ambiental, portanto, devem investir mais em sua preservação.
- Agenda 21 - exige o cumprimento da Carta da Terra até a virada do século.
- Convenção para a Biodiversidade - o compromisso dos países em manter a diversidade biológica presente nos ecossistemas naturais.
- Convenção do Clima - redução dos elementos que poluem a atmosfera e alteram a dinâmica climática do planeta.
- Convenção das Florestas - todo país é soberano sobre o uso de suas florestas, ao mesmo tempo que elimina as barreiras comerciais para a madeira e a borracha natural, desde que a exploração seja feita de forma racional.

Infelizmente, os EUA não assinaram os principais compromissos resultantes da ECO 92.

Como resultado da pressão exercida pelas sociedades mais desenvolvidas, principalmente dos consumidores do "norte" e das Organizações Não-Governamentais (ONGs), ao menos como propostas, os governos, principalmente os do "sul", são obrigados a tomarem algumas medidas concretas sobre o meio ambiente e a preservação dos seus recursos naturais, como por exemplo:

- ISO 9.000 - são produtos cujas empresas apresentam preocupações e/ou inovações no uso mais racional dos recursos naturais e na **qualidade do ambiente** para seus trabalhadores;
- ISO 14.000 - além da qualidade ambiental, estas empresas expõem uma estrutura de funcionamento, onde seu projeto apresenta proposta de **gestão ambiental**;
- todo projeto de produção econômica ou de ocupação de novos espaços naturais deve apresentar estudos sobre o meio ambiente, que deve passar pela análise e aprovação dos órgãos ambientais;
- EIA - Estudo de Impacto Ambiental - é um relatório técnico sobre as características naturais da área a ser ocupada;
- RIMA - Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente - é um estudo que procura descrever o nível de alterações ambientais que a área irá sofrer, as medidas técnicas que devem ser tomadas para reduzir estas alterações e as formas de como recuperar o máximo possível a área que será modificada, pois desenvolvimento sustentável significa mudar o comportamento consumista das sociedades e as formas de produção, isto é, mudar o sistema socioeconômico, enfim, a forma como está funcionando o capitalismo.

É fácil de perceber que medidas ambientais estão sendo exigidas cada vez mais pelas sociedades e que, ao menos nos discursos, os empresários e as autoridades governamentais concordam com estas cobranças. Não podemos esquecer que esta consciência ecológica varia de cultura para cultura e que mudar um modelo econômico, Político e social demanda elevados gastos, renovações tecnológicas e um certo espaço de tempo. Com isto, na prática, percebemos que as preocupações ambientais aumentaram, mas mudanças práticas no comportamento humano pouco aconteceram, e a qualidade ambiental do planeta continua cada vez pior, como demonstrou a conferência sobre clima, em 1995, na cidade de Berlim. Por isso, autores mais recentes estão substituindo a frase "desenvolvimento sustentável" por "sociedades sustentáveis".

"Desenvolvimento sustentável" é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento).

Considera-se que:

- as necessidades dos pobres são prioritárias;
- por desenvolvimento entende-se o progresso humano, em todas as suas facetas - cultural, econômica, social e política - , que deve ser possível a todos os países, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento;
- essa sustentabilidade não é rígida; antes, deve admitir a possibilidade de mudanças, às quais se reage com adaptações;
- está implícita uma preocupação com a igualdade social entre as pessoas de uma mesma geração e entre pessoas de uma geração e de Outra; uma geração não deve destruir os recursos, impedindo outra de usá-los. (Fonte: CMMAD, 1991, P. 46).

O acordo firmado em julho de 2001, na Conferência de Berlim, exceto pelos EUA, sobre o tratado de Kyoto (1997), apesar das modificações sofridas, representou turra grande avanço para o meio ambiente, com o compromisso dos países em reduzir em 2% a poluição atmosférica praticada no ano de 1991.

No momento a discussão é maisséria, mas não exclusiva quanto ao meio ambiente e quanto aos limites permitidos ao ser humano na área da transgenia e da clonagem.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Há séculos que os poderosos alegam que "é uma injustiça a Amazônia pertencer somente aos brasileiros". Mas, nas últimas décadas, esta forma de discurso vem adquirindo uma dinâmica cada vez maior, inclusive passando do discurso para atitudes práticas, com o objetivo de forçar o Brasil, quanto às necessidades de tomar medidas concretas na área preservacionista/protetorista, ao mesmo tempo em que deve facilitar ocupações com objetivos científicos e estratégicos por representantes dos países desenvolvidos nesta região.

Desde o século XVIII os ingleses faziam este tipo de discurso. No século XIX, os norte-americanos já pensavam na necessidade de provocar divisões, criando vários países no lugar do Brasil. Recentemente algumas notícias e discursos de autoridades internacionais, como os da última campanha presidencial nos EUA, onde, tanto o candidato republicano, como democrata, defenderam, em campanha, o perdão de parte da dívida externa dos países pobres, em troca de áreas de florestas tropicais, a transformação do pantanal e parte do cerrado em estação biosfera patrimônio da humanidade pela UNESCO, os mapas nas escolas dos EUA, onde a Amazônia legal é apresentada como território internacional, etc.

Por trás desta realidade aparece a pergunta: O que existe de tão importante na Amazônia? E uma pergunta que envolve questões ambientais, econômicas e estratégicas tão complexas, que fica impossível um trabalho curto, sem pesquisas e dados bibliográficos, ser abrangente. Mas é possível fazer um levantamento histórico, complementado por dados atuais da imprensa nacional e mundial, e desenvolver os principais tópicos que justifiquem o interesse mundial pela região.

1) O que a Amazônia tem?

a) Meio Ambiente

- é um grande reservatório de água potável;
- apresenta 65% da biodiversidade tropical do planeta;
- é um grande regulador térmico;
- é a maior concentração de biomassa.

b) Recursos minerais - áreas conhecidas

- Serra do Navio (manganês);
- Serra dos Carajás - ferro, manganês, cobre, bauxita, minerais radioativos, metais raros, pedras preciosas, etc.;
- oriximiná – Trombetas - grande reserva de manganês;
- ouro em aluvião;
- cassiterita em Rondônia;

- tório em Surucucus, em Roraima.

c) Recursos energéticos

- os afluentes do rio Amazonas apresentam o maior potencial hidráulico não aproveitado no país.

d) A floresta Amazônica

- dos 5.400.000 km², 10% já foi retirado, portanto, a Amazônia é um dos últimos reservatórios de madeira no Inundo.

2) Quais são os principais problemas da Amazônia:

a) a prática da "grilagem" de terras;

b) a elevada degradação ambiental:

- dos projetos de mineração;

- do mercúrio nos garimpos;

- dos desmatamentos e queimadas.

c) o contrabando de animais silvestres, madeira e minerais, gera bilhões de dólares de prejuízo por ano;

d) o narcotráfico utiliza a área como rota internacional, produção e refino, principalmente da cocaína;

e) a biopirataria, onde as empresas dos países ricos copiam o conhecimento milenar dos índios, transformando em produtos sintetizados, com bilhões de dólares de lucro;

f) a influência de "estrangeiros" nas populações nativas, provocando aculturação, degradando e até extinguindo povos e culturas milenares;

g) os grupos paramilitares, como as FARC, utilizam a área como proteção e para se abastecerem, rompendo com as fronteiras nacionais.

QUANDO DESCOBRIMOS A AMAZÔNIA

Durante séculos, o tratamento de "inferno verde" para a Amazônia foi muito útil para os interesses internacionais, pois o Brasil não se preocupou em ocupar a região.

Nas décadas de 60 para 70, o governo brasileiro criou o Projeto Radam - Projeto Radar da Amazônia, que utilizando Radares Passivos de Visão Lateral (RVLS) doados pelos EUA, conseguiu fazer um levantamento minucioso sobre as características naturais da região, com dados hidrológicos, geológicos, geomorfológicos, pedológicos, edafológicos, climatológicos e fitográficos, que espantou a sociedade, não pela grandeza das riquezas e do potencial existentes, mas pelo desconhecimento e, principalmente, pelas informações erradas que tínhamos quanto às características da região. Este trabalho resulta em relatórios técnicos, mapas, gráficos, tabelas e livros, que finalmente revelam o elevado potencial existente na área.

"Finalmente, o Brasil descobre a Amazônia, mas, infelizmente, o mundo descobre que descobrimos a Amazônia."

* A estratégia mundial muda, é preciso internacionalizar a Amazônia, antes que o Brasil a ocupe.

Comportamento brasileiro com a descoberta da Amazônia

Era necessário ocupar, mas infelizmente a política quanto às formas de ocupação e os instrumentos a serem utilizados para isto ficaram nas mãos de burocratas e políticos com interesses pessoais, provocando medidas que, ao invés de auxiliarem no processo de ocupação, geraram degradações ambientais, degradação humana e oportunismos, que facilitaram para que os países ricos e a imprensa mundial os utilizassem como críticas negativas e protestos contra o governo brasileiro.

1) Déc. 70 - Projeto do rodoviarismo, principalmente com a Transamazônica e a Perimetral Norte.

- Atividade de garimpo.

- Criação da Suframa - Zona Franca de Manaus.

2) Déc. 80 - Grandes projetos de mineração, como carajás, Oriximiná-Trombetas, resultando na construção de ferrovia, na hidrelétrica de Tucuruí e na instalação de metalúrgicas em Belém e São Luís.

- Fronteira agrícola - com elevado investimento do Estado, atração das empresas do Centro-Sul, provocando intenso desmatamento e queimadas, com desconhecimento sobre a realidade natural da região.

- A área militar elabora o projeto calha norte, com visão estratégica, quanto à ocupação do extremo norte da região.

3) Déc. 90 - Intensa pressão mundial.

- Criação de reservas indígenas, extrativistas, ecológicas, corredores ecológicos, etc. Hoje, 40% do território da Amazônia sofre algum tipo de proteção ambiental.

Obs.: - O incêndio em Roraima.

- Déc. 70 - Projeto JARI.

A pressão externa

- 1997 = A questão do Suriname como rota do narcotráfico.

- 1998 = A guerra entre o Equador e o Peru, provocando, em Brasília, o Acordo da Cordilheira do Condor.

- 1999 = A Guerra Civil na Colômbia.

- As FARC.

- Operação Colômbia (EUA).

- Operação Cobra (Brasil).

Obs.: A ameaça norte-americana quanto ao uso de armas químicas e biológicas.

Hoje no Congresso Nacional:

- Lei de Biodiversidade, de autoria da Senadora Marina Silva e ONGs.

- Mudanças no Código Florestal Brasileiro, vitória dos utilitaristas.

- Projeto federal quanto ao uso internacional da Base de Alcântara, discussões quanto à perda de soberania.

O SER HUMANO E OS RECURSOS NATURAIS

É possível viver sem explorar os recursos oferecidos pelo planeta?

Desde o momento que o ser humano começa a desenvolver a sua capacidade de raciocínio, que inicia certos questionamentos, e é cada vez maior as preocupações quanto ao meio ambiente em que vivemos, é justo e muito sadio quando as crianças criticam a forma de se comportar dos adultos, pois estes degradam e contaminam, destruindo a natureza.

Vamos estudar um pouco esta relação tão séria que existe entre as pessoas e a natureza, partindo do princípio que para criticar é necessário conhecer. Podemos começar com a seguinte pergunta: **QUEM DEPENDE DE QUEM?**

E o ser humano que depende da natureza ou é a natureza que depende de nós?

A resposta certa é:

Nem o ser humano depende da natureza nem a natureza depende do ser humano, pois não se deve separar um do outro; na realidade nós vivemos no mesmo espaço que a natureza. E é óbvio que ao destruí-la estaremos destruindo as nossas próprias condições de sobrevivência no planeta.

Em sala de aula, é comum ouvir alguns alunos fazerem críticas, ou até perguntarem a si mesmos - como as pessoas podem ser tão cruéis com a natureza? Precisamos proteger urgentemente o meio ambiente. As pessoas não podem continuar explorando e acabando com a natureza da forma como estão fazendo.

Esquecendo que foram os recursos retirados da natureza que permitiram a construção de sua casa, da escola, do hospital, do asfalto, de seu caderno, sua caneta, a roupa que está vestindo e tudo mais. Ao ser alertado sobre esta situação, normalmente o aluno fica em dúvidas quanto às críticas feitas, e perguntam: **se não podemos viver sem os recursos da natureza, como vamos poder preservá-la?**

Bom, se os alunos estão preocupados com esta situação, já temos um longo caminho percorrido para o bom andamento de nossas aulas. Mas é claro que falta muito para ser aprendido, pois como foi colocado antes - é preciso conhecer para poder e saber criticar.

Muita gente faz críticas, mas por não dominar o assunto, normalmente suas críticas são respondidas de forma mais competente, e quem criticou não tem mais como continuar o debate, caindo no vazio.

E isto é ruim para o ser humano.

Sabendo que o ser humano e a natureza fazem parte de um todo, que não se excluem e sim se completam, vamos estudar um pouco desta natureza, pois na próxima oportunidade de debates eu quero saber mais para falar mais, defendendo melhor as minhas idéias.

Na verdade a natureza é formada por quatro camadas globais: a ATMOSFERA, a HIDROSFERA, a LITOSFERA e a BIOSFERA. As três primeiras camadas se relacionam, e partes de cada uma se somam e vão formar a quarta e a mais importante camada que é a BIOSFERA. Vamos estudar um pouco de cada uma delas.

AS QUATRO CAMADAS GLOBAIS DO PLANETA

1ª - ATMOSFERA

É a camada de ar que está em volta do planeta. Devido a força de atração da Terra quanto mais próximo da superfície maior é a concentração de gases. principalmente o nitrogênio e o oxigênio e quanto mais elevada a altitude os gases vão diminuindo e a temperatura também.

É nesta camada que ocorrem os fenômenos atmosféricos como a formação de nuvens, as precipitações, os relâmpagos, os trovões, os furacões e os tornados.

2ª - HIDROSFERA

É a camada de água nos estados líquido, sólido e gasoso que formam os lagos, oceanos, mares, rios, geleiras, lençol subterrâneo, inclusive fazendo parte da atmosfera, na forma gasosa, como umidade do ar. Corresponde a da superfície do planeta, e como a atmosfera, a Hidrosfera é fundamental para a existência de vida no planeta.

3ª - LITOSFERA

É a camada de rochas ou a crosta (casca). Parte sólida que forma a superfície da Terra; é formada por solo e subsolo. E na litosfera e na hidrosfera que se concentram a maior parte da vida no planeta.

4ª - BIOSFERA

E a soma de partes das três camadas globais anteriores: a Atmosfera, a Hidrosfera e a Litosfera, formando a camada onde temos os seres vivos do planeta.

Vejamos:

De onde vêm o ar que respiramos?

A água que bebemos?

E os alimentos que consumimos?

O ar vem da Atmosfera, a água vem da Hidrosfera e a maioria dos alimentos são produzidos na superfície da Litosfera, e que ao alterar uma destas camadas, não tenha dúvidas que estarei alterando todas as demais camadas direta ou indiretamente.

Conclusão: Nós estudamos de forma separada os assuntos, mas não podemos esquecer que eles se completam, formando um todo, que é o planeta onde vivemos e em que vivem todas as outras espécies. Todos precisam dos recursos naturais para que a vida não seja extinta.

Permanece a pergunta: como vou fazer para não prejudicar a natureza, se não é possível viver sem explorá-la.

A resposta é muito simples: basta explorar racionalmente, de acordo com as nossas necessidades, retirando da natureza somente o que for preciso para a nossa sobrevivência, não retirar mais do que isto, não produzir excessos para ter lucros acima do necessário, para uma vida tranqüila, se importar com o que vai acontecer com as futuras gerações, só assim meus descendentes, terão como viver no futuro.

Esta proposta de mudança no comportamento de uma sociedade tem um nome: desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Definição: é o uso racional dos recursos oferecidos pela natureza; não explorar além daquilo que é necessário para a sobrevivência normal do ser humano, não se preocupando em acumular. Ter mais do que o que necessitamos é querer lucrar ou comercializar o excesso.

É óbvio que não conseguimos viver sem explorar os recursos da natureza, mas explorar com preocupações ambientais é bem diferente do que é feito atualmente pelo ser humano.

Vejamos alguns exemplos de desenvolvimento **não** sustentado no Brasil e no mundo. Observe que estamos falando da forma como o ser humano explora atualmente os recursos da natureza, isto é, com descontrole ou pouca preocupação quanto a preservação dos recursos naturais.

Exemplo 1 - A matança de jacarés do Pantanal.

Na década de 70, o Governo brasileiro não estava preparado para enfrentar o surto de exploração do couro de jacaré no Pantanal Mato-Grossense.

Os coureiros mataram milhares de jacarés para exportarem somente o couro de sua cauda, pois virou moda no mundo fazer artefatos de uso pessoal, como bolsas, sapatos e cintos, com esta parte do couro deste animal.

Acontece que o jacaré é um dos principais predadores da piranha, peixe carnívoro dos rios tropicais, e a intensa matança de jacarés provocou um desequilíbrio no ecossistema desta região, permitindo que a piranha aumentasse em número, ameaçando os rebanhos de gado nas fazendas, os demais animais e até o ser humano.

Elas só atacam em bando, e como aumentaram muito rápido, pois não tinha mais jacaré o suficiente para as consumir, começou a faltar alimento para estes peixes, provocando quebra na cadeia alimentar.

Só foi o governo passar a controlar a matança do jacaré e, principalmente, a exportação de seu couro, que em poucos anos o bioma voltou a ser equilibrado entre as espécies do Pantanal.

Atualmente o governo do Estado do Mato Grosso do Sul está colocando em discussão para a sociedade a necessidade de liberar de novo a caça aos jacarés no Pantanal, pois a espécie passou a ser tão protegida que aumentou muito rápido provocando uma redução na quantidade de peixes da região, gerando novo desequilíbrio para o ecossistema.

Exemplo 2 - A prática rudimentar de mineração.

O Garimpo no Brasil.

Legalmente, o Brasil é um dos poucos países no Mundo que permite a prática do garimpo, pois todo mundo sabe o quanto esta atividade é destrutiva para a natureza.

Ela desmata eliminando a vegetação, provoca erosão acabando com o solo fértil, atinge o lençol freático contaminando as águas subterrâneas, assoreia os rios e represas e ainda lança produtos químicos no solo, nas águas e na atmosfera; enfim, a atividade de garimpo é uma das atividades econômicas que mais altera o meio ambiente.

O mercúrio, utilizado para separar o ouro dos demais minerais, pode provocar o famoso "efeito Minamata" descoberto numa baía com este nome no Japão, isto é, descobriram que o excesso de mercúrio nos organismos dos seres vivos pode afetar o sistema nervoso, podendo provocar a loucura e até a morte das espécies, inclusive do ser humano.

Acontece que o mercúrio, a exemplo de outros minerais como o cobre, ao serem absorvidos por um vegetal ou animal, não são eliminados em nenhum dos níveis da cadeia alimentar; portanto ao chegar nos últimos consumidores desta cadeia, ele são encontrados em quantidades superiores ao permitido para a maioria destes organismos.

Atualmente no Brasil, principalmente no Norte e Centro-Oeste do país, são despejados milhares de toneladas/ ano de mercúrio nos rios, nas lagoas, na vegetação e na atmosfera. A cada ano assistimos uma parte do país sendo destruída ou contaminada devido a ganância de algumas pessoas e de grandes empresas.

Esta situação já atingiu um nível tão sério de alteração do meio ambiente, que o Brasil que nunca teve reservas de mercúrio em seu subsolo, já está produzindo este mineral num processo de reciclagem das bacias de deposição, nas áreas de garimpo do ouro.

Exemplo 3 - Poluição provocada por petróleo.

O navio petroleiro Comandante Valdez teve problemas no litoral do Alasca e foi obrigado a despejar mais de 250.000 litros de petróleo na costa oeste deste Estado norte-americano; rapidamente este petróleo se espalhou pelas águas desta região matando as espécies e destruindo boa parte da belíssima natureza da área.

As autoridades ambientais internacionais calculam que levará décadas para que esta área seja totalmente recuperada. Se for recuperada.

Exemplo 4 - O acidente nuclear de Chernobyl.

No ano de 1985, tivemos o pior acidente nuclear da história da humanidade. O 4º reator nuclear da usina de Chernobyl, localizado na Ucrânia, território da antiga URSS, apresentou vazamento muito acima do aceitável para a permanência das pessoas naquela região; a nuvem radioativa provocada por esse acidente atingiu extensas áreas da Europa, o norte e nordeste da África e boa parte da Ásia.

Até hoje as pessoas, os animais e os vegetais desta região sofrem as consequências deste desastre, principalmente com o elevado índice de câncer.

Com estes exemplos, fica fácil perceber que o termo desenvolvimento sustentado não significa um mero modismo de época, e sim uma proposta de mudanças no comportamento do ser humano, onde haveria uma maior harmonia entre os avanços científicos e a natureza.

HIDROPOLÍTICA

É cada vez maior a conscientização mundial quanto a um dos maiores se não for o maior dos problemas para as futuras gerações, a falta de água para o consumo humano. Inclusive já existem lugares no planeta em que esta situação não é mais futurista e sim uma realidade. O incrível é que a água não está faltando e sim mudando de lugar ou de estado ou está sendo poluída pelo ser humano.

ÁGUA NO MUNDO

A água total existente no planeta apresenta a seguinte distribuição:

97,5% - água salgada.

2,5% - água doce.

Por sua vez, a água doce encontra-se nos seguintes percentuais:

69% em geleiras e neves eternas.

30% de água subterrânea.

0,7% em outras situações, tais como umidade do solo, pantanais e solos congelados.

0,5% em rios e lagoas.

A água cobre cerca de 70% da superfície da Terra, mas somente 1% está a disposição da vida terrestre, aproximadamente 113 trilhões de metros cúbicos, a maior parte d'água que existe está localizada nos oceanos e mares que possuem uma elevada concentração de elementos, principalmente os sais, impedindo o uso direto pelo ser humano, outra parte significativa da água encontra-se nas calotas polares e nas geleiras eternas nos picos das montanhas ou no estado gasoso na atmosfera.

A ÁGUA NO ESTADO LÍQUIDO

• Água parada ou meio lântico:

- salgada = oceanos e mares - 97,5%.

- doce = lagos e lagoas.

• Água corrente ou meio lótico.

- bacias hidrográficas (rios).

- subterrânea ou lençol freático.

Calotas polares e geleiras.

Juntando os lagos, lagoas, rios e a água subterrânea, temos a água doce, que corresponde a 2,5% da água no estado líquido.

De acordo com a organização mundial de saúde, o mínimo recomendável para o consumo humano é de 2.000 litros de água/pessoa/ano, para uso pessoal.

No Oriente Médio este consumo já é de 500 litros d'água por ano/indivíduo, demonstrando que a falta de água nesta região é uma questão de sobrevivência tanto para os Islâmicos como para os judeus do Estado de Israel.

Um bom exemplo desta situação no Oriente Médio é a situação crítica do famoso mar Morto, que está evaporando 10% a mais ao ano do que o recebimento de novas águas do rio Jordão e das chuvas. Isto está acontecendo porque os países estão captando as águas antes que elas cheguem ao mar Morto.

O Brasil é o país das águas, pois do total de água doce existente no mundo, cerca de 15%, ou seja, 17 trilhões de metros cúbicos banham principalmente as seis bacias hidrográficas mais importantes do País.

Infelizmente, os rios são "a lata do lixo" da sociedade brasileira. Vejamos os exemplos de despejos nos rios brasileiros:

- 63% do esgoto in natura;
- chumbo e mercúrio - pelas indústrias petroquímicas;
- agrotóxicos - pelas indústrias químicas e mineradoras;
- arsênico - pelas indústrias de vidro e tintas;
- cromo - siderúrgicas, curtumes e explosivos.

A agricultura é responsável, por meio da erosão dos solos, pelo lançamento de 1 bilhão de toneladas/ano de solo fértil nos rios, provocando assoreamento, enchentes, secas, etc.

Em contrapartida ao grande manancial hídrico no Brasil, por questão cultural, ideológica e até mesmo pela abundância, que muitos acreditam ser infinita, nosso País é um dos que mais polui as águas. No Brasil, de cada 100 pessoas internadas em hospitais públicos, 70 destes estão doentes por causa da água poluída.

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁGUAS NO PLANETA

Hidrografia

É a parte da geografia que estuda a distribuição das águas sobre a superfície da Terra. Está dividida em:

- **Oceanografia** - estuda a distribuição e as características dos oceanos e mares;
- **Potamografia** - estuda a distribuição e as características dos rios;
- **Linografia** - estuda a distribuição espacial das águas continentais doces.

Oceanografia - Oceanos e Mares

Em cerca de 70% da superfície do planeta, praticamente três quintos são representados pelos oceanos e mares; esta proporção aumenta se acrescentarmos toda a cobertura líquida que se concentra na litosfera e na atmosfera. Se a crosta terrestre se achatasse, seria coberta por uma camada de água com mais de 400 metros de altura.

Os oceanos são grandes extensões de água salgada, dentro dos quais se situam extensões menores denominadas de mares. Os continentes são massas de terra que se elevam acima dos oceanos e estão concentrados principalmente no hemisfério norte.

Na verdade, existe somente um oceano na superfície terrestre, uma vez que as águas se comunicam.

Os mares são classificados em três tipos, de acordo com o tipo de ligação que possuem com os oceanos ou outros mares. Podem ser: costeiros ou abertos, quando se comunicam por amplas aberturas com os oceanos; mediterrâneos ou interiores, quando são completamente envolvidos por terra, comunicando-se por meio de canais ou estreitos; fechados ou isolados, quando não possuem nenhuma comunicação com os oceanos.

Normalmente os oceanos são classificados em número de quatro:

- Pacífico - é o mais extenso e mais profundo, localizado entre os continentes asiático, a Oceania e a costa oeste do continente americano.
- Atlântico - é o 2º mais extenso e profundo, localizado entre os continentes africano, europeu e a costa leste do continente americano.
- Índico - é o 3º em extensão e profundidade, localizado entre a África, a Oceania e o continente asiático.
- Glacial Ártico - é o menor dos quatro, localizado no extremo norte do planeta.

Movimentos das Águas Marinhas

- Ondas - são movimentos superficiais produzidos pelos ventos. A fricção dos ventos ao tocar a superfície das águas produz ondulações que, segundo a intensidade dos ventos, podem converter-se em ondas.

- Marés - são oscilações verticais periódicas que o nível das águas marinhas apresenta. São provocadas pela atração da Lua, do Sol e dos outros astros; podem ser marés altas vivas ou de sizígia ou marés ele quadratura ou marés baixas. Ocorrem em média a cada seis horas de forma intercalada.

A atração exercida pelos astros não afetam somente os oceanos e mares; os continentes também são atraídos, daí que não percebemos a atração em corpos sólidos como percebemos em corpos líquidos.

- Correntes Marinhas - deslocamentos das águas oceânicas cuja velocidade seja superior a 12 milhas marítimas por dia (1.852m). São causadas pelos ventos constantes, pelo movimento de rotação da Terra e pelas diferenças de temperatura, de salinidade e do relevo submarino.

De acordo com a temperatura e as regiões de origem, as correntes marinhas podem ser:

- quentes - provenientes da zona equatorial, como a corrente do Brasil no litoral oriental do Nordeste, e a corrente do Golfo do México.
- frias - formadas nas regiões polares, como a corrente do Labrador, de Humboldt e da Groenlândia.

O relevo submarino não é muito diferente do relevo apresentado pelos continentes, com cadeias de montanhas, áreas de intensa sedimentação e afloramentos cristalinos formando áreas de planaltos. A única diferença marcante é que não existem os agentes externos para aplainarem ou erodirem as superfícies. A forma mais prática de classificação do relevo submarino é de acordo com a sua profundidade:

a) Plataforma continental - área que vai de zero metro, contato com o continente, até 200 ou 300 metros de profundidade; é a região mais rica dos oceanos, pois nela encontramos a maior concentração das espécies marinhas e o processo de fotossíntese.

b) Talude continental - vai de 300 até 2.000 metros de profundidade; é nesta área que se encontram as maiores espécies.

c) Região pelágica - vai de 2.000 até 5.000 metros de profundidade.

d) Região abissal - a partir de 5.000 metros de profundidade; nesta região encontramos as áreas mais profundas da Terra, chegando a mais de 11.000 metros, como as fossas das Marianas no oceano Pacífico.

Hidrografia: são os rios, cursos de água que se deslocam sobre a superfície dos continentes, graças a força da gravidade. Normalmente são alimentados pelas chuvas, neve, rios subterrâneos ou pelo degelo nas elevadas altitude montanhosas.

Classificação dos rios quanto ao equilíbrio com o meio natural

Definições:

- bacia hidrográfica - corresponde a toda região ele influência direta exercida pelos rios, na caracterização do clima, da vegetação, do tipo de solo, do tipo de relevo, etc.
- rede hidrográfica - significa somente a área onde se formam os leitos dos rios, isto é, a área por onde o rio está passando.

Elementos de uma rede hidrográfica

- 1) Nascente - é o local onde surgem as primeiras águas, que iniciam a formação de um rio.
- 2) Jusante - é quando o acompanhamos o curso do rio em direção a foz.
- 3) Montante - é quando o deslocamento é feito no sentido contrário ao do das águas do rio, indo em direção às nascentes.
- 4) Margens - são os lados dos rios.
- 5) Leito - é a parte dos rios por onde fluem as águas.
- 6) Vertente - são as encostas por onde correm as águas que alimentam o leito dos rios.
- 7) Divisor de águas ou interflúvios - é a parte mais alta de uma região que divide os afluentes de duas ou mais bacias hidrográficas.
- 8) Curso - área por onde passa um rio.
 - Curso superior - área próxima das nascentes.
 - Curso médio - área intermediária de um rio.
 - Curso inferior - área próxima da foz, o final de um rio.
- 9) Débito ou vazão - é o volume d'água transportado por um rio em um certo local e momento. Normalmente, é medido em metros cúbicos por segundo.
Exemplo: rio Amazonas = 90.000 metros cúbicos por segundo de água transportada próximo da foz.
- 10) Regime - é o tipo principal de abastecimento d'água que um rio recebe durante o ano, podendo ser pluvial (chuvas), térmico (degelo) ou complexo, quando não existe um regime predominante.
- 11) Talvegue - é a linha de maior profundidade de um rio.
- 12) Confluência - é o ponto de encontro entre os rios.
- 13) Foz - ponto final de um rio. Pode ser de três tipos:
 - deltaica - forma diversos canais em seu final, devido à intensa sedimentação;
 - estuário - quando o rio deságua livremente no oceano;
 - mista - quando é delta e estuário ao mesmo tempo, como a foz do rio Amazonas.
- 14) Meandros - são as curvas, provocadas pela erosão das encostas, no traçado dos rios.

Os rios também podem ser classificados de acordo com a sua interação com as condições naturais, principalmente com o tipo de clima na região, em:

- rios perenes - são aqueles rios que nunca secam durante o ano;
- rios intermitentes - são os rios que só possuem água na estação das chuvas;
- rios temporários - são os cursos d'água que se formam somente nos momentos em que está chovendo.

FORMAÇÕES LACUSTRES

São massas de água doce, salgada ou salobra, acumuladas nas partes mais baixas da crosta terrestre, que formam os lagos, as lagoas e as lagoas.

Lagos - de acordo com a depressão onde o lago se forma, os lagos são classificados em três tipos:

- lagos tectônicos - são acumulações em depressões formadas por movimentos tectônicos da crosta terrestre, como os lagos de Vitória, Tanganica e Alberta na parte leste do continente africano;
- lagos vulcânicos - são os lagos que se formam pelo acúmulo de água em áreas de vulcões extintos;
- lagos glaciares - quando as geleiras deslizam, provocam intensa erosão sobre as rochas e vão depositando o material erodido junto com elevado volume de água nas áreas mais baixas.

Lagunas - são formações litorâneas, normalmente de água salobra, acumuladas em áreas alagadas formadas por restingas.

Lagoas - estágio final de lagos primitivos no interior dos continentes; possuem pequenas dimensões tanto na profundidade como na extensão.

Tecnicamente analisando, no Brasil não existem lagos, pois o território é muito antigo e erodido. Onde existiam lagos a área já foi totalmente soterrada pela atuação, durante milhares de anos, dos agentes externos.

BIOSFERA

Na verdade, a camada global biosfera é formada por partes significativas das três camadas globais: hidrosfera, atmosfera e litosfera. Estas, ao se juntarem, indicam a porção da superfície do planeta onde se desenvolveram os seres vivos. Pois é com a interação das três camadas naturais que foi possível desenvolver as condições para que as espécies da fauna (animais) e da flora (vegetais) pudessem surgir e evoluir até as espécies que existem atualmente, inclusive o ser humano.

Na natureza tudo está relacionado, e é um grande engano do ser humano imaginar que não está ligado a ela. Na verdade, nós fazemos parte da natureza, pois tudo o que utilizamos, modificando ou não, vem diretamente da natureza, basta você olhar ao seu redor: de onde vieram os tijolos, seu caderno de anotações, sua caneta ou lápis, o carro de sua família ou o ônibus que você utiliza para passear? Tudo vem de transformações de materiais que encontramos na natureza.

Portanto, o ser humano faz parte da natureza, apesar de sua capacidade de modificá-la, transformando o que encontra em utensílios, materiais, máquinas que melhorem o seu conforto.

Apesar da interação que há entre tudo que existe na natureza, alguns fatores são fundamentais para dar seqüência à vida das espécies na biosfera. Entre estes fatores é fundamental entendermos um pouco a importância que o Sol, única estrela do sistema solar, tem para a existência da vida em nosso Planeta.

Sem a luminosidade dos raios solares e sua transformação em calor na Terra, nada do que existe hoje seria possível. A radiação solar é responsável pelas diferenças de temperatura, por todo o ciclo hidrológico, pela fotossíntese exercida pelos vegetais, permitindo a prática da agricultura, e pelo desenvolvimento das espécies vegetais, base da cadeia alimentar. Sem os raios solares não teríamos claridade que ilumina um lado da Terra, portanto seria sempre noite, sempre congelado, enfim teríamos um planeta onde nada do que conhecemos com vida existiria.

Com todo este conhecimento, o ser humano ainda desrespeita a natureza, degradando, poluindo, queimando a vegetação, despejando produtos químicos nos rios, nos oceanos, transferindo partículas de minerais pesados, radiativos, ácidos para a atmosfera, criando grandes depósitos de lixo químico, orgânico, tóxicos, ou seja, o ser humano ainda não acredita que um dia os recursos oferecidos pela natureza possam acabar.

DEGRADAÇÕES AMBIENTAIS

Para entender como o ser humano altera de forma significativa a natureza, é preciso estudar os domínios morfoclimáticos e tirar respostas de como podemos utilizar a natureza sem modificá-la, de forma a prejudicar a nossa própria existência. Você aprendeu o que significa, desenvolvimento sustentável e agora vamos tentar compreender como o ser humano altera o meio ambiente.

DOMÍNIOS FITOGEOGRÁFICOS

Chamamos de domínio fitogeográfico ao conjunto de tudo aquilo que existe na natureza: relevo, climas, tipos de solos, vegetação, hidrografia, geologia, suas relações e importância para os seres vivos do planeta. Como a vegetação é uma das partes que mais se destaca chamando a atenção das pessoas, normalmente utilizamos a formação vegetal que predomina num determinado espaço geográfico para indicar o domínio morfoclimático.

OS PRINCIPAIS DOMÍNIOS FITOGEOGRÁFICOS, OU BIOMAS DO PLANETA, OU MORFOCLIMÁTICOS

Na verdade, a forma como chamamos o conjunto da natureza muda de uma ciência ou disciplina para outra, mas o assunto estudado e o resultado final é o mesmo. Tentar compreender a natureza e os resultados positivos ou não da interferência humana nas condições naturais do planeta. Portanto, no fundo, são sinônimos: domínio morfoclimático, domínio climatobotânico, bioma, biocenose, ecossistema ou meio ambiente. Tudo isto vai resultar no que denominamos de biosfera.

A HUMANIDADE E AS PRINCIPAIS CAUSAS DAS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS

É interessante observar como os avanços no conhecimento da humanidade implicam uma regressão cada vez maior quanto à consciência ambiental. Até o momento, nós verificamos que quanto mais o ser humano desenvolve sua capacidade de transformar os recursos da natureza, mais ele os degrada, pois tem uma visão distorcida quanto a relação homem/natureza, importa-se mais com o lucro imediato do que com a preservação das riquezas naturais necessárias para a sobrevivência das futuras gerações.

A PARTIR DE QUAL MOMENTO, NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE, AS DEGRADAÇÕES AMBIENTAIS COMEÇARAM A SER UM CASO SÉRIO?

No início da história da humanidade, quando o pouco de habitantes que existiam na Terra viviam em total harmonia com a natureza, quase não existiam alterações ambientais sérias que viessem a prejudicar a qualidade de vida das pessoas. A partir do momento em que alguns grupos organizados passaram da vida nômade para a vida sedentária agrícola, as alterações no meio ambiente começaram, de forma simples, e tem início a interferência humana na distribuição das espécies no Planeta.

Quanto mais o ser humano se organizava, tornando suas sociedades mais complexas e competitivas, a degradação ambiental aumentava na mesma proporção.

Com o advento da primeira revolução industrial, no século XVIII, na Inglaterra, esta situação acelera de forma irremediável, pois a partir deste século a humanidade passa por uma longa fase de crescimento demográfico, com mudanças significativas nas suas normas de comportamento econômico, político, social e cultural, principalmente na mudança muito rápida da área rural para os grandes conglomerados urbanos. Inicia-se, então, um período histórico, no qual prevalece o consumismo descontrolado, principalmente nos países ricos. Acontece que este consumismo necessita de matérias-primas, o que leva à exploração descontrolada dos recursos naturais em todo o Planeta, inclusive nos países mais pobres, que são obrigados a explorar cada vez mais os recursos naturais para abastecer o elevado consumo dos países mais poderosos.

Estudiosos do meio ambiente já levantaram que nas áreas muito poluídas, como as grandes cidades, existem mais de três mil poluentes suspensos no ar, os quais são provocados pelas indústrias com as suas grandes chaminés, pelos automotores e, por incrível que pareça, pelas residências. Você já imaginou quantas vezes as pessoas vão à cozinha de suas residências? Imagine os milhões de fogões a gás que são ligados a cada hora e quanto de gorduras, monóxido e dióxido de carbono são lançados na atmosfera, isto para citar os mais comuns.

Qual é a nossa parcela de responsabilidade na poluição do ar ao fazermos um bom churrasco no final de semana? Veja bem, o carvão foi retirado de algum vegetal para ser produzido (sem esquecer que as carvoarias no Brasil são responsáveis por uma boa parte da exploração da mão-de-obra infantil em nosso país) e muitos gases são lançados no ar ao assarmos as carnes do churrasco.

Você já imaginou no quanto de produtos químicos, como detergentes e matéria orgânica, e restos de comida cada família no mundo despeja nos esgotos que vão para os rios e depois acabam chegando aos oceanos, ao lavar as louças ou as roupas de uma casa? São milhões de famílias despejando toneladas e toneladas de material poluído na atmosfera, nos solos e nas águas.

Sabemos muito bem que, infelizmente, a intensidade da degradação do meio ambiente acompanha o desenvolvimento de uma civilização. Portanto, quanto mais desenvolvida for uma nação, há uma tendência de elevar o uso de máquinas e o consumismo das pessoas, obrigando ao aumento do uso dos recursos naturais, elevando o número de automóveis, indústrias com chaminés, a queima de combustíveis fósseis, como os derivados de petróleo, as usinas nucleares, as represas nos rios, o desmatamento para a construção de cidades, estradas. Etc., agravando cada vez mais as condições naturais.

Se o desenvolvimento é responsável pela maior degradação ambiental, não fica difícil concluir que os maiores poluidores da natureza são os países ricos do hemisfério norte. Se os maiores poluidores do meio ambiente são os países desenvolvidos, também são os países mais poluídos do Planeta, certo? Errado, pois a causa da poluição ambiental pode ser localizada, mas as suas conseqüências, isto é, a poluição provocada se espalha, podendo atingir todo o Planeta.

Acho que agora é possível dar alguns exemplos mais abrangentes dos resultados negativos para a Terra, das poluições provocadas pelo ser humano. E a melhor forma de trabalharmos esta realidade é apresentando primeiro como isto acontece e depois mostrando alguns exemplos entre os milhares que existem atualmente.

Você sabia que algumas espécies de animais e vegetais estão sendo afetados em sua reprodução devido ao elevado índice de poluição em seu habitat, e que eles estão correndo o risco de desaparecerem do planeta?

Os ursos polares estão desaparecendo no Pólo Norte, pois a sua reprodução é cada vez menor. A queda na reprodução desses animais foi provocada, entre outros fatores, pelo excesso de cloro nas águas geladas na região da calota polar. Este excesso tem a sua origem no grande número de indústrias de fabricação de papel no Canadá, nos EUA e no norte da Europa, pois o cloro é um dos elementos químicos utilizados nestas fábricas para clarear o papel. Quando o excesso de cloro é despejado nos rios, acaba chegando até os oceanos. É certo que cada folha de papel que rasgamos e jogamos no lixo também tem a sua parcela de responsabilidade na poluição da natureza.

Na década de 70, a cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo, atingiu um nível de poluição tão sério que começou a afetar o índice de natalidade e mortalidade infantil, assustando a sociedade brasileira e os governantes da época.

Uma das soluções encontrada para reduzir esta degradação na cidade industrial foi obrigar as empresas a colocarem filtros especiais nas chaminés das fábricas e aumentar o monitoramento, controlando o índice de poluição do ar. Logo vieram os protestos dos empresários, pois medidas para conter a poluição exigem recursos e isto poderia inviabilizar boa parte da atividade econômica da região, podendo gerar desemprego, fuga de capitais, etc.

Também pensaram em recuperar a mata tropical já quase extinta desta região de serras. Para esta recuperação, os técnicos tiveram uma idéia altamente criativa para a época, pois era muito caro e demorado utilizar equipes terrestres para semear ou plantar mudas de espécies nativas, para não dizer impossível devido às

características do relevo. Pegaram milhares de sementes de espécies da mata, envolveram numa gelatina nutritiva e jogaram as sementes de helicóptero ou aviões de pequeno porte nas áreas mais inacessíveis da região, acreditando que as pessoas não chegariam a estes locais.

Por que esta idéia poderia dar certo?

A gelatina nutritiva cumpriria duas funções importantes: primeiro, atenuaria a queda das sementes lançadas pelos aviões; segundo, a gelatina supriria as necessidades iniciais de nutrientes para que as sementes pudessem germinar.

Por que esta idéia não deu muito certo?

O nível de poluição desta área já é tão elevado que além de poluir o ar, também já poluiu os solos, e alterou o clima da região; concluindo: a mata tropical Atlântica é nativa desta região, mas o ecossistema foi tão alterado que as suas espécies não conseguem se desenvolver naturalmente nesta área.

Outro caso teve resultado diferente no Brasil. No período inicial, a cafeicultura teve sua expansão a partir do Estado do Rio de Janeiro. Quando começou a ser cultivado, houve um desmatamento violento da mata Atlântica próximo da cidade. Com a retirada das árvores, começou a faltar água para abastecer a população, e para solucionar o problema, o governo utilizou a mão-de-obra escrava da época e replantou boa parte desta mata com espécies nativas. A área que hoje chamamos de Floresta da Tijuca representa uma das poucas áreas do que restou da riquíssima floresta tropical, que se estendia do Nordeste até a região Sul do País.

PRINCIPAIS TIPOS DE DEGRADAÇÕES AMBIENTAIS

Afinal, quais são as principais degradações ambientais que afetaram o nosso Planeta? Como elas ocorrem? E o que temos que fazer para que não aconteçam mais?

1º) POLUIÇÃO DO AR ATMOSFÉRICO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 1,25 bilhão de pessoas vive em cidades com níveis inaceitáveis de matéria particulada em suspensão na atmosfera.

Em muitas áreas no mundo, principalmente nas grandes cidades, o ar já está tão poluído que podemos dizer que começa a faltar o ar para as pessoas respirarem. A situação vai se agravando de acordo com o nível de alterações ao meio ambiente que o ser humano vai provocando, trazendo problemas de saúde para a população, principalmente para as crianças, as mulheres gestantes e as pessoas de idade mais avançada. Os problemas mais frequentes são respiratórios, de pele, perda dos pêlos, desânimo, etc.

Afinal, quais são estas alterações ambientais?

a) Ilhas de Calor

A grande concentração de pessoas, máquinas consumindo energia e a impermeabilização dos solos com concreto, asfalto e prédios, por exemplo, alteram a temperatura que, normalmente, nesta situação, fica mais elevada que o normal. Quanto mais você se aproxima do centro da área urbana, mais a temperatura vai ficando alta. A este fenômeno nós chamamos de ilhas de calor.

b) Inversão Térmica

A inversão térmica, normalmente, é um processo naturalmente provocado pelo encontro de massas de ar com temperaturas, umidade e pressão atmosférica diferentes. Em situações normais provoca a formação da neblina ou cerração, podendo chegar até a formação de geada. Em lugares onde este fenômeno ocorre com maior frequência, como a neblina em Londres, na Inglaterra, nós chamamos de fog; nos lugares onde o ser humano esteja poluindo muito o ar, nós denominamos de smog. Esta situação ocorre com muita frequência nos grandes centros urbanos, principalmente naqueles que são mais industrializados e com muito tráfego de automóveis.

Inversão térmica, como o próprio nome indica, é quando a temperatura do ar fica o contrário da normal, isto é, o avanço de uma massa de ar fria expulsa o ar mais quente para altitudes elevadas, ficando na superfície o ar mais frio dessa massa de ar.

Uma das principais causas da inversão térmica em área muito poluída, é que o ar frio da superfície impede que o material poluído se disperse para altitudes mais elevadas, afetando assim o ar que as pessoas vão respirar.

Você já notou que há sempre uma época do ano em que os problemas de saúde das crianças e de pessoas mais velhas se agravam, principalmente problemas de respiração? Você, que mora numa cidade grande, observe da próxima vez em que isto acontecer, que vai coincidir com as mudanças de temperatura na região em que está morando.

c) Chuva Ácida

Na verdade toda chuva é ácida, com PH abaixo de 5, mas quando ocorre em áreas muito poluídas, ao precipitar, os pingos d'água entram em combinação química com certos tipos de minerais em suspensão, resultando numa chuva com maior acidez; quando esta água bate na superfície, sua acidez pode queimar a vegetação, causar problemas de pele nos animais, inclusive no ser humano, corroer os monumentos, o concreto e as estruturas metálicas, como pontes, torres de comunicações, etc.

d) Problemas na Camada de Ozônio

A camada de ozônio (O₃), na verdade, não é uma camada daquelas que formam a atmosfera, mas sim, uma pequena quantidade deste gás que se concentra na camada chamada estratosfera, junto com outros gases. A quantidade de ozônio em relação aos gases que compõem a atmosfera é mínima, mas a sua importância para a existência da vida no planeta é máxima, pois são as moléculas de ozônio que impedem que a maior parte dos raios ultravioletas, que são prejudiciais à vida, cheguem livremente até a superfície da Terra. Se a camada de ozônio diminuir muito pode provocar mutações genéticas nas espécies ou até eliminar por completo a existência da vida no Planeta.

Nas últimas décadas, o ser humano passou a fabricar algumas moléculas, artificialmente, em laboratórios. Entre estas moléculas estão os clorofluorcarbonos, normalmente chamados de CFCs. Estes gases são muito utilizados nas indústrias, principalmente nos aparelhos de refrigeração como geladeira, ar-condicionado, freezer e nos produtos de sprays, como desodorante, lubrificante e inseticida. O grande problema é que se acredita que as moléculas de CFCs são responsáveis pela ruptura do ozônio, diminuindo a sua quantidade; os raios ultravioletas chegam em maior quantidade na superfície da Terra, podendo trazer problemas seríssimos para todas as espécies de animais e vegetais existentes.

Os maiores responsáveis pela liberação de CFCs para a atmosfera são os países desenvolvidos do hemisfério Norte, mas as consequências deste ato se espalham por todo o Planeta. O melhor exemplo desta situação é a região da Antártida, no Pólo Sul, pois é uma das áreas mais afetadas pela eliminação do ozônio pelos CFCs. Fotos de satélites mostram que nesta área a camada de ozônio está desaparecendo.

e) Efeito Estufa

Você já observou que todas as vezes que um automóvel fica totalmente fechado, o ar dentro dele fica muito quente? Na verdade está ocorrendo um efeito estufa. Como isto acontece é simples: os raios solares passam livremente pelos vidros do carro; ao baterem na parte de dentro se transformam em calor; acontece que os vidros e a lataria (chapa) do carro não permitem que o calor saia, forçando um maior aquecimento da parte interna do automóvel.

Na natureza ocorre de forma parecida, pois os raios solares chegam até a superfície e se transformam em calor; mas quando começam a adquirir altitude, alguns gases da atmosfera, como o dióxido de carbono, impedem a sua propagação, por isto, na superfície do Planeta é mais quente do que nas elevadas altitudes.

O efeito estufa é um processo natural e sem ele não teríamos as condições normais para o desenvolvimento da vida como conhecemos hoje. Acontece que o ser humano está acelerando o processo do efeito estufa ao lançar milhares de toneladas/dia de gases como o dióxido de carbono para a atmosfera, aumentando e agravando o efeito estufa, e provocando um aquecimento artificial na Terra.

Este aquecimento pode vir a provocar nas próximas décadas um descongelamento parcial das calotas polares. Ao descongelar partes das geleiras, esta água vai ser transferida, no estado líquido, para os oceanos, podendo inundar boa parte do espaço ocupado pelos continentes, diminuindo o espaço para a ocupação humana e de outras espécies no planeta.

No Brasil, boa parte do litoral atual desapareceria. Veja, como exemplo, a cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, cuja altitude média é de 0,6 metros. Se o oceano Atlântico aumentar suas águas em 2 ou 3 metros, boa parte desta cidade ficaria debaixo d'água, prejudicando a população. Na verdade, isto aconteceria também no interior dos continentes, pois o aquecimento do planeta, pelo efeito estufa, alteraria os climas em todos os lugares, e as populações que vivem em lugares de baixa altitude seriam afetadas por inundações.

2º) POLUIÇÃO DA HIDROSFERA

Corno estudamos anteriormente, água é sinônimo de vida. Sem a água nenhuma espécie viva do Planeta teria condições de sobreviver. Infelizmente, o ser humano passou séculos para enxergar essa realidade, e enquanto não percebia a importância da água, foi destruindo os mananciais de água potável, principalmente com o crescimento da atividade industrial e a sede de consumismo que se alastrou, alterando a forma de viver da maioria dos povos no Planeta.

Entre os resultados negativos desta atitude humana, alguns são mais sérios ou percebidos mais claramente pelas pessoas no seu cotidiano. Senão vejamos:

a) esgotamento sanitário

A maioria do esgoto produzido pelas pessoas é lançado nas águas continentais ou nos oceanos sem nenhum tratamento que possa evitar que excessos de matérias orgânicas, minerais e produtos não degradáveis, como plásticos, interfiram no equilíbrio dos ecossistemas. Só para que você tenha noções do que estamos falando, apenas no Brasil, 63% do esgoto produzido é lançado, in natura, isto é, sem nenhum tratamento sequer, nos rios e no oceano Atlântico.

O esgoto desequilibra um ecossistema devido ao excesso de nutrientes que provoca o crescimento acima do normal de algumas espécies, prejudicando as demais, pois você deve lembrar que as espécies estão inter-relacionadas, portanto, quando uma cresce além do normal só pode afetar o crescimento de outras espécies.

b) eutrofização

O excesso de nutrientes (matéria orgânica), proveniente do esgoto, satura as águas, causando um crescimento acelerado de certas espécies de algas nos lugares de água parada como lagos, lagoas e rios de planícies, reduzindo a quantidade de oxigênio, com isto as outras espécies morrem em grande quantidade. Quando o excedente de plantas morre, libera mau cheiro terrível afetando as pessoas.

Este excesso de matéria orgânica traz consigo vírus e bactérias que podem transmitir doenças para o ser humano.

c) maré vermelha

Nos oceanos e mares, o excesso de nutrientes pode provocar o crescimento das algas. Além de impedirem a luminosidade normal, prejudicando a fotossíntese dos vegetais, sua mortandade libera toxinas, que provocam a morte das maiorias das espécies por envenenamento.

Outra vez você deve tomar muito cuidado com o exemplo dado, pois maré vermelha é um processo normal na natureza, principalmente nas áreas de águas temperadas, mas a interferência do ser humano, ao lançar esgoto nas águas, aumenta este processo, atingindo até as regiões tropicais, como o Brasil, onde vem ocorrendo maré vermelha até o litoral do Rio de Janeiro.

d) maré negra

E provocada pelo excesso de petróleo bruto e seus derivados em alto mar ou pelos vazamentos dos terminais marítimos especializados.

Como o petróleo não se mistura com a água, ficando mais concentrado na superfície, provoca uma redução na renovação do oxigênio e elimina as defesas das espécies, principalmente das aves e dos animais marinhos.

Com o despejo deste material, as praias ficam inutilizadas para o uso do ser humano, prejudicando as atividades econômicas e o lazer.

3°) POLUIÇÃO DA LITOSFERA

a) lençol freático

É a área onde a água se concentra no subsolo. Com o despejo de esgoto nos solos, ocorre infiltração que vai contaminar o lençol freático, tornando a água imprópria para o consumo humano e para a prática da agropecuária, pois as águas subterrâneas ficam com bactérias e vírus dos esgotos que podem afetar a saúde das espécies.

b) contaminação por agrotóxicos

Os fertilizantes químicos, fabricados em laboratórios, são utilizados para aumentar a produção agrícola, pois servem para tornar o solo mais fértil e eliminar as pragas que prejudicam os vegetais. Acontece que as pessoas não sabem exatamente quanto de fertilizante deve ser utilizado para determinado produto agrícola ou não explicam aos trabalhadores rurais o quanto eles devem utilizar destes fertilizantes e como devem se proteger para evitar o envenenamento com estes produtos.

Na agricultura atual (contemporânea), na maioria das vezes, o mais importante é o lucro que se vai conseguir com esta produção do que a qualidade ou a saúde de quem vai consumir estes produtos. Com isto, passou a predominar o cultivo de monoculturas mecanizadas, que provocam intenso desmatamento, tendo como resultado imediato a erosão, levando boa parte dos solos para os rios. Nos rios ocorre assoreamento com o desaparecimento dos leitos e o excesso de agrotóxicos vai afetar a saúde dos vegetais e animais que utilizam essa água, novamente chegando a afetar o próprio causador do desastre, o ser humano.

Não pode ser esquecido, de forma nenhuma, os resultados mais negativos do uso excessivo de agrotóxicos, que é a perda violenta da biodiversidade, pois estes produtos não eliminam somente as pragas existentes num lugar, e sim, terminam por provocar a extinção ou fuga de seu hábitat da maior parte das espécies existentes na natureza, e que não são prejudiciais ao ser humano.

Atualmente, está acontecendo uma coisa curiosa com algumas espécies, principalmente aves, no Brasil. Elas passaram a viver e a se reproduzir no espaço urbano.

O problema começou nas décadas de 50 para 70, quando em nosso País o processo de urbanização foi muito rápido, provocando uma fuga da maioria das espécies para áreas que não estavam se urbanizando. Nesta mesma época começava uma espécie de "revolução agrícola", pois a agricultura de subsistência nas pequenas e médias propriedades rurais começava a ser substituída pela monocultura mecanizada, com agrotóxicos, para a exportação em grandes propriedades. A perda da biodiversidade afetou tanto o ecossistema que, para sobreviverem, algumas espécies foram obrigadas a migrar para as áreas urbanas; isto não quer dizer que é o ideal, mas ao menos estas espécies estão sobrevivendo.

c) maré negra

O consumo dos combustíveis fósseis, principalmente do petróleo, provoca um intenso tráfego marítimo, pois na maioria das vezes a produção do petróleo acontece num país, mas vai ser consumido por vários outros países, até mesmo em outros continentes. Para isto foram construídos enormes navios, os famosos navios petroleiros, que chegam a transportar milhares de litros dessa matéria-prima, deslocando-se a milhares de quilômetros para abastecer o consumo mundial.

Quando terminam a viagem, esses petroleiros costumam ir para alto-mar e fazer a limpeza das sobras de petróleo, jogando estas sobras no mar. Milhares de barris de petróleo todo ano são despejados nos oceanos e mares, poluindo as águas, pois o petróleo não se mistura à água, matando os animais, impedindo a luminosidade e reduzindo a oxigenação destas águas, fora o material que atinge as praias impedindo seu uso. Além disso, ocorrem os acidentes, quando os navios podem se incendiar durante dias ou até semanas ou serem obrigados a despejar grandes quantidades de petróleo nas águas para não afundarem ou pegarem fogo.

Isso também ocorre nas refinarias e nos terminais marítimos nas vezes em que acontecem os vazamentos de petróleo ou de um dos seus derivados.

d) poluição pelas indústrias

Além do material lançado pelas chaminés das indústrias, a maioria delas também despeja efluentes líquidos nos rios e nos oceanos. São centenas de produtos com minerais metálicos, radioativos e tóxicos, que, se não tomados os devidos cuidados técnicos ambientais, poluem as águas, os solos, eliminando os vegetais e os animais da região ou afetando todo o planeta.

e) represamento dos rios

É comum para o ser humano alterar o curso de um rio para melhor aproveitamento econômico, produzindo energia hidroelétrica, reservatório de água para tratamento e abastecimento para as cidades, para a irrigação, etc.

Infelizmente, e apesar de alguns estudiosos considerarem essa atividade uma das menos degradadoras do meio ambiente, o represamento de um rio elimina os solos férteis de várzeas, acaba com a vegetação mais rica de suas margens, além de expulsar a população ribeirinha para lugares menos favoráveis.

Enfim, o ser humano é hoje o grande responsável pela queda na sua qualidade de vida, pois é ele que modifica o meio de forma negativa, para depois sofrer as consequências dessa atitude.

LITERATURA BRASILEIRA

QUINHENTISMO, PERÍODO DE INFORMAÇÃO (1500-1601)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL (SÉCULO XVI)

- Não se pode falar em "literatura", ou atividade literária em sentido próprio, no Brasil do século XVI. As **crônicas de viagem e os escritos informativos**, inscritos no âmbito da expansão ultramarina portuguesa, carecem de "literalidade". Pertencem mais ao campo da História e são lavrados em linguagem denotativa, referências, no estilo clássico renascentista, simplificado, tornado "fácil e chão" pela necessidade de tratamento objetivo dos assuntos. É um prolongamento da **literatura de viagens**, gênero largamente cultivado em Portugal e em toda a Europa no Quinhentismo. É literatura **sobre** o Brasil, pré-história das nossas letras, que alguns autores omitem da nossa história literária por escrúpulo estético, dada a inexistência da palavra-arte.

- A literatura informativa, descrevendo diretamente a paisagem, o índio e os primeiros grupos sociais, documenta as intenções do colonizador: conquistar, explorar, dominar, apresar escravos, comerciar gananciosamente, sob o disfarce da difusão do Cristianismo, ideal que justificava, perante a consciência dos navegantes e exploradores, todos os atos, mesmo os mais desumanos. A "dilatação da Fé e do Império" marcou-se por um clima cavalheiresco-medieval, num espírito de cruzada simultaneamente teológica e mercantil.

- O que se escreveu **sobre** e no Brasil nas primeiras décadas tem caráter puramente pragmático. Os escritos jesuítas constituíram-se em instrumentais para a catequese do gentio e para a educação do colono. Os escritos decorrentes das viagens de reconhecimento eram simples relatórios ou reportagens destinados a dar a conhecer aos superiores em Lisboa as possibilidades de exploração e colonização da terra recém-descoberta. Expressam muitas vezes uma visão paradisíaca, associando a nova terra aos mitos edênicos (de éden, paraíso) e às lendas do Eldorado. Refletem o deslumbramento do europeu diante da exuberância da natureza tropical, o fervor de quem imagina tesouros e lugares edênicos e, na vertente oposta, a visão "realista", terra-a-terra, de quem avalia as dificuldades para explorar, colonizar a catequizar.

- Identificam-se no Quinhentismo quatro modalidades de textos:

- 1) **textos informativos**, voltados para a descrição da terra e do selvagem, privilegiando os aspectos geográficos e etnográficos (Caminha, Pero Lopes de Sousa);

- 2) **textos propagandísticos**, que crescem ao propósito informativo a intenção de atrair colonos e investimentos, "exagerando" nas descrições das virtudes e potencialidades da terra (Gândavo, Gabriel Soares de Sousa e Ambrósio Fernandes Brandão);

3) **textos catequéticos**, que aliam a preocupação com a conversão religiosa do índio, a preservação dos costumes e da moral ibérico-jesuítica, sob influxo dos ideais contra-reformistas do concílio tridentino, e os interesses do Estado português na obra de colonização (Nóbrega, Anchieta, Fernão Cardim);

4) **textos de viajantes estrangeiros**, não-portugueses, inventariando as riquezas e possibilidades da terra (André de Thevet, Jean de Lery, Hans Staden, Américo Vespúcio, Pigafeta, João Antônio Andreoni ou Antonil).

BARRACO, SEISCENTISMO (1601-1768)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL (SÉCULO XVII E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

• Reconhecem-se três momentos no Barroco brasileiro:

1) **o primeiro momento corresponde à primeira metade do século XVII**, marcado pela dominação filipina, pela ocupação holandesa no Nordeste e pela hegemonia de Pernambuco, a capitania mais adiantada;

2) **o segundo momento ocupa a segunda metade do século XVII** e marca a preeminência da Bahia, sede do Governo Geral, da Diocese, da Relação, do principal presidio de tropas, do porto mais ativo e da economia mais dinâmica;

3) **o terceiro momento compreende as primeiras décadas do século XVIII**, ainda centrado na Bahia, quando entram em moda as academias literárias e científicas, por influência européia. É o apogeu do Maneirismo barroco, mercê das novas condições sociais que se vão criando com a descoberta de pedras e metais preciosos em Minas Gerais. Exagerando o estilo Barroco em suas linhas mestras, presencia-se o progresso no sentido de uma afetação cada vez maior, correspondente ao estilo rococó.

• Até a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, **os jesuítas detiveram o monopólio do ensino**. Era um ensino "literário" e retórico, desdenhoso dos comportamentos científicos e técnicos perante a realidade, infenso a toda manifestação artística que escapasse ao âmbito vocabular e oral. Formávamos sacerdotes e bacharéis. O bacharelismo, que ainda infesta nossa cultura, lastreia-se nesse interesse pela vernaculidade e no pendor para dar a tudo expressão literária, como também no amor à forma pela forma, no requinte e nos rebuscamentos. Essa educação medievalizante, retórica e contra-reformista abafou, durante três séculos, os apelos da nova terra, a força de atração do meio tropical e a consciência que os agrupamentos humanos, mestiçados ou não, iam tomando de sua diferenciação. Esses apelos da nova terra irão desaguar no sentimento nativista, fermento de várias rebeliões que, a partir de 1640, atestam a presença de pruridos autonomistas (Amador Bueno, Beckmam. Guerra dos Mascates, Emboabas, Vila Rica, Inconfidência Mineira, Revolução dos Alfaiates, os Suassunas e a Revolução Pernambucana de 1817).

- As **academias "literárias"** baianas e cariocas foram o último centro irradiador do Barroco literário e o primeiro sinal de uma cultura humanística viva, extraconventual. Aglutinavam religiosos, militares, desembargadores, altos funcionários, reunidos em grêmios eruditos, à imitação das congêneres européias. Tinham caráter fortemente encomiástico (= bajulador) e seus atos acadêmicos destinavam-se à celebração das festas religiosas ou dos feitos das autoridades coloniais. Deram maior contribuição à História e erudição em geral que à Literatura.

1) **Academia Brasílica dos Esquecidos** (Bahia, 1724 -1725) - Tinha como lema "Sol oriens in occiduo". Empenhou-se no estudo da história natural, militar, eclesiástica e política do Brasil e em discutir os versos dos seus acadêmicos. Sebastião da Rocha Pita, o Acadêmico Vago, foi seu membro mais notório.

2) **Academia Brasílica dos Renascidos** (Bahia, 1759) - Adotou como símbolo a Fênix e tinha como lema "Multiplicabo dies". Propunha-se a reviver os Esquecidos. Além da poesia cultista convencional, deixou obras em prosa, de valor documental.

3) **Academia dos Felizes** (Rio de Janeiro) Reuniu-se entre 1736 a 1740, adotando como, símbolo Hércules e como lema "Ignea fuganda et fugienda". Seu espólio literário é desconhecido.

4) **Academia dos Seletos** (Rio de Janeiro, 1752) - Foi organizada em homenagem a Gomes Freire de Andrade, nomeado Primeiro Comissário de Medição e Demarcação dos Domínios Meridionais Americanos.

ARCADISMO (1768-1836)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

• **Racionalismo** - Superação dos conflitos espirituais do Porto do Barroco.

• **Século das Luzes** - Iluminismo (Rousseau, Montesquieu, Voltaire); **Empirismo** (Newton, Lavoisier, Lineu, Locke); **Enciclopédismo** (Diderot).

• **Despotismo Esclarecido** (Regime Pombalino) - Expulsão dos jesuítas, submissão da Santa Inquisição, laicização do ensino, divulgação das idéias científicas.

• Superação da influência espanhola pela francesa, italiana e inglesa.

• Prosperidade econômica de Portugal pelo afluxo do ouro do Brasil. Reconstrução de Lisboa (parcialmente destruída pelo terremoto de 1755), reedificada como cidade "esclarecida", racionalmente planejada.

• Reforma educacional inspirada nas propostas pedagógicas iluministas de Luís Antônio Verney, autor de O Verdadeiro Método de Estudar.

• Há dois momentos no Arcadismo português:

1) **Arcádia Lusitana** (1756), a qual pertenceram os primeiros teóricos e poetas da escola: Antônio Dinis da Cruz e Silva, Correia Garção;

2) **Nova Arcádia** (1790) e autores independentes de programas de grupos, alguns já abertos à influência pré-romântica: Nicolau Tolentino de Almeida, Filinto Elísio, Pe. José Agostinho de Macedo, Bocage e Marquesa de Alorna.

• **Arte de transição** - Da arte aristocrática, cortesã e erudita, para o individualismo burguês e para o gosto e a sensibilidade da classe média.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

- Reação contra os exageros verbais do Barroco cultista ou gongórico.
- **Simplicidade, clareza e equilíbrio** - Emprego comedido de figuras de linguagem. Preferência pela metonímia e pela ordem direta da frase. Períodos mais curtos, menos invertidos. Correção gramatical, purismo, vernaculidade.
- **Volta aos modelos clássicos greco-romanos** (Horácio, Virgílio, Ovídio, Píndaro) e **renascentistas** (Petarca, Sannazzaro, Camões). Obediência a regras e modelos. Convencionalismo.
- **Retomada dos ideais clássicos** - o Belo, o Bem (didaticismo), a Verdade e a Perfeição. A mímese aristotélica (Ante = imitação de Natureza). Fingimento: "café coado pela terceira vez".
- **Pastoralismo, bucolismo** - Ideal de vida simples, junto à natureza, tomada como cenário e moldura para suaves idílios campestres (pastores, riachos, ovelhas, campinas, etc.).
- **Poesia descritiva e objetiva** - O poeta deve ser mais um pintor de situações que de emoções.
- **Alegorias fundadas na mitologia greco-latina** (musas, ninfas, deuses, etc.). Valorização de temas clássicos, convertidos em "clichês": fugere urbem (opção pela vida na natureza, oposição campo x civilização); aurea mediocritas (mediania do ouro: exaltação do herói humilde, simples e honrado); locus amoenus (natureza aprazível, voluptuosa); carpe diem (aproveita o dia). Inutilia trunquat (corta o inútil) era o lema dos árcades, aludindo à oposição aos exageros ornamentais do Barroco.
- **Estilo rococó** - Oculito sensual da beleza, a afetação, a frivolidade, a lascívia e o intimismo representam a saturação do espírito neoclássico e o exagero de seus pressupostos.

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- **Apogeu da mineração do ouro** - Transferência do centro econômico e cultural da Colônia, do Norte (Pernambuco a Bahia) para o Centro-Sul (Minas Gerais e Rio de Janeiro).
- Formação de uma sociedade urbana mais complexa, rica e diversificada (Mariana, Sabará, Congonhas do Campo, Vila Rica, São João del Rei).
- **Primeiro período "orgânico" de nossa literatura**, já marcado por certo "Polimorfismo" cultural.
- **Nativismo reivindicatório** - Rebeliões contra o estatuto colonial da Metrópole (Inconfidência Mineira, Revolução dos Alfaiates).
- **Influência das idéias iluministas e enciclopedistas** - Gosto pela clareza e simplicidade; visão crítica dos abusos da Metrópole; os mitos do homem natural e do bom selvagem projetados na exaltação do herói simples, honrado e no indianismo de O Uraguai e Caramuru.

ROMANTISMO (1836-1881)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- Reflete a ascensão da burguesia à condição de classe dominante, a partir da Revolução Francesa e da Primeira Revolução Industrial.
- **Espírito de rebeldia, liberalismo** - Revoluções liberais na Europa e emancipação das colônias de América.
- **Individualismo, subjetivismo, relativismo e imposição radical do "eu"** - Ruptura com os valores absolutistas (racionalismo, disciplina, regras e modelos).
- **Insatisfação, descontentamento** - A nobreza, que já caiu, expressa uma visão nostálgica, saudosista. A burguesia ascendente e os novos proprietários oscilam entre a euforia e a prudência. A pequena burguesia e os que não lograram a ascensão irão engrossar o coro dos descontentes, primeiramente inquietos e, depois, francamente rebeldes e libertários. O Campesinato e operariado crescente estão postos à margem, imersos na mudez da inconsciência.
- **Em Portugal, o Romantismo reflete o desenvolvimento da imprensa e a afirmação de um novo público leitor: o burguês.** A dependência da Inglaterra, a economia de base agrária, a ausência de uma autêntica revolução industrial e o analfabetismo de 80% da população inibiram o florescimento de uma literatura mais original e contundente. Contudo, atualizou-se, dentro de um contexto mais democrático e popular, a tradição literária mais significativa do país.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

- **A imposição do "eu", o subjetivismo, o individualismo**- Busca da expressão sincera dos aspectos "selvagens" da vida: a paixão, o sonho, o amor, a loucura, o tédio, a morbidez, o ímpeto revolucionário.
- **O predomínio da emoção, da imaginação** - Metáforas e comparações ousadas. Discurso pomposo, colorido, carregado de adjetivos. A intensidade da emoção, o tumulto interior, reflete-se na frequência do uso de recursos expressivos, como interjeições, pontos de exclamação, reticências, dupla pontuação e apóstrofes violentas.
- **O idealismo, a insatisfação, o escapismo** - O conflito eu x mundo, ideal x real, leva o romântico ao desejo de evasão; daí a morbidez, a boemia, o tédio, o negativismo, o culto da solidão, a poesia noturna a cemiterial, a abominação do presente, o saudosismo, a busca de lugares longínquos e exóticos, o gosto pelas ruínas. **O romântico odeia o aqui e agora.**
- **O nacionalismo** - Valorização do passado histórico (heróis reais ou lendários), dos temas folclóricos, da cor local.
- **A religiosidade** - Sugestões bíblicas e medievais.
- **O ilogismo** - Atitudes antiéticas: alegria / tristeza, euforia / depressão, desejo / autopunição, religiosidade / satanismo.
- **A idealização da mulher como anjo ou demônio.**
- **A ruptura com a disciplina clássica, a liberdade formal** - Abandono das formas fixas, mistura de gêneros e formas: poesia prosaica, coloquial, prosa poética. A epopéia é substituída pelo romance histórico. Preferência pelo conto, pela novela e pelo romance, mais acessíveis ao público burguês. No teatro, a tragédia e a comédia são substituídas pelo drama, rompendo a lei das três unidades (tempo, lugar e ação).
- **A incorporação da linguagem oral de neologismos, a tendência ao coloquial** - Superação do rigor lingüístico dos clássicos, o que possibilitou uma dicção mais solta e mais compatível com o gosto e entendimento da burguesia e do povo.
- O Romantismo português mostra três fases:
 - 1) **Primeira fase** - Resíduos clássicos, medievalismo e nacionalismo;
 - 2) **Segunda fase** - Ultra-Romantismo;
 - 3) **Terceira fase** - Aproximações realistas.

ROMANTISMO BRASILEIRO

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- Abrange o período final das Regências, a consolidação do Segundo Reinado e sua estabilização no Gabinete da Conciliação, e as crises antecipadoras do regime republicano: a Guerra do Paraguai e as campanhas abolicionista e republicana.
- A emancipação política (1822) não alterou o poder agrário, sustentado pelo latifúndio, Trabalho escravo a mercado externo.
- A inteligência local, formada pelos filhos das famílias abastadas do campo, ou de comerciantes e profissionais liberais, saía dos bancos das escolas jurídicas de São Paulo, Recife e Rio. Apenas Teixeira e Sousa, Manuel Antônio de Almeida e Laurindo Rabelo saíram das camadas humildes.
- A intelectualidade brasileira procurou absorver e adaptar à condição brasileira as principais vertentes do Romantismo europeu.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

I - Primeiro Grupo

- **Fase de formação** - Resíduos neoclássicos.
- Niterói, revista brasileira (porta-voz do Grupo Fluminense).
- Poesia religiosa e mística, nacionalismo, lusofobia, poesia lírica, início da ficção e do teatro.

II - Segundo Grupo

- **Indianismo, nacionalismo** - Idealização do índio (bom selvagem, cavaleiro medieval) como símbolo de nacionalidade.
- Consolidação de poesia e do romance.
- Influências de Chateaubriand (Atala), Walter Scott (Ivanhoé), Fenimore Cooper (O Último dos Moicanos), Balzac, Eugène Sue.

III - Terceiro Grupo

- **Individualismo, mal-do-século** - Subjetivismo intenso, dúvida, morbidez, tédio, escapismo, boemia, negativismo, satanismo, saudosismo (infância, família), sensualismo reprimido ("amor-e-medo"), confessionalismo.
- **Incorporação de novos temas** - O humor, os temas bucólicos e roceiros, a poesia maldita.

- Influências de Byron, Alfred Musset, Lamartine, Leopardi.
- **Desdobramento da prosa** - Romance indianista, sertanista, regionalista, urbano, histórico e o romance de costumes de Manuel Antônio de Almeida.

IV - Quarto Grupo

- **Romantismo social, condoreirismo** - Poesia engajada nas causas liberais e sociais (Guerra do Paraguai, Abolição, República).
- Tom enfático, declamatório (metáforas ousadas, apóstrofes violentas, hipérbolos, antíteses).
- Preocupação formal, antecipações realistas e aproximações com o Parnasianismo.
- Influência de Victor Hugo.
- Escola de Recife.

ERA REALISTA - NATURALISMO

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- **Segunda Revolução Industrial** - Fortalecimento da burguesia, capitalismo avançado. Progresso científico (Darwin, Lamarck, Claude Bernard, Mendel, Pasteur) e tecnológico (locomotiva e vapor, eletricidade, telégrafo sem fio, etc.). **Civilização industrial**: explosão urbana, proletariado, **Socialismo** (Proudhon e Marx).
- **Materialismo, cientificismo** - A ciência, o progresso e a razão substituem o impulso pessoal, a paixão e o ímpeto revolucionário dos românticos. **Positivismo** (Comte), **Evolucionismo** (Darwin e Spencer), **Determinismo** - razão / meio / momento (Taine) e **Experimentalismo** (Claude Bernard).
- Em Portugal, após os movimentos político-militares de Maria da Fonte e da Patuleia (1846/47), consolida-se a monarquia liberal-parlamentar - o **período de Regeneração** (1851-1910). Dependência econômica da Inglaterra, desenvolvimentismo, crescimento da classe média cidadã e a ativação da vida cultural.
- A **Questão Coimbrã**, ou a Polêmica Bom-Senso e Bom-Gosto (1865), após o grupo romântico de Lisboa, liderado por **Castilho**, ao grupo realista de Coimbra, liderado por **Antero de Quental**. Os detonadores da polêmica foram a carta-postfácio ao *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas, escrita por Castilho, ironizando "os moços" de Coimbra, e a resposta de Antero de Quental, no folheto *Bom-Senso e Bom-Gosto*, crítica irreverente e desabrida ao conservadorismo dos "velhos" de Lisboa.
- **As Conferências Democráticas do Cassino Lisboense** (1871) visaram "ligar Portugal com o Movimento Moderno", aglutinando a denominada Geração 70: Teófilo Braga, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins, sob a liderança de Antero de Quental. Esses autores constituiriam, mais tarde, o **Grupo dos Vencidos da Vida**, denominação que expressava a crise e o desalento ideológico dessa geração, que evoluiu do inconformismo à rebeldia para o ceticismo risonho e conformista.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

I - O Realismo

- **Objetivismo, impassibilidade, observação e análise** - Busca de uma explicação lógica e cientificamente aceitável para os fatos e ações.
- **Sensorialismo** - Impressões sensoriais nítidas e precisas. Predomínio da descrição objetiva. Narrativa lenta, devido ao acúmulo de pormenores. A ação e o enredo perdem a importância para a caracterização das personagens e dos ambientes.
- **Personagens esféricas, complexas, multiformes, imprevisíveis e dinâmicas**. Densidade psicológica. Ruptura com a linearidade das personagens românticas (Herói x Vilão, Bem x Mal). O autor ausenta-se da narrativa, colocando-se como observador neutro. O "romance que se narra a si mesmo" (Flaubert).
- **Temas contemporâneos** - Crítica social à burguesia, ao clero, ao obscurantismo provinciano, ao capitalismo selvagem, ao preconceito racial, à monarquia. Romance social, psicológico e de tese.

Sexo, adultério, degradação das personagens, assassinatos, triunfo do mal.

- **Preocupação formal** - Clareza, concisão, precisão lexical, purismo, vernaculidade. Predomínio da denotação. A metáfora cede lugar à metonímia.

II - O Naturalismo

- **Exercício do cientificismo** (experimentalismo, determinismo rigoroso). Privilegia os aspectos biológicos e instintivos. Visão mecanicista do homem, submetido às leis da hereditariedade, às pressões do meio social e do ambiente natural.
- **Predileção por temas escabrosos, pela patologia, "amoralismo". Zoomorfização** (aproximação entre o homem e o animal).
- **Romance experimental** (Emile Zola), de seca - Peca, às vezes, pelo reducionismo e pelo esquematismo.
- **Focaliza as camadas inferiores**, o proletariado, os marginais.
- **Privilegia a fisiologia e os aspectos sociais**.

- **Técnica do tipo**, caracterização pelos aspectos exteriores, ações, gostos, traços físicos. Personagens grosseiras, temas chocantes (homossexualismo, incesto, adultério, assassinato, etc.).

REALISMO-NATURALISMO

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

- A atitude realista de observação direta da vida e de sua recriação artística exata e minuciosa e uma constante universal a sempre existiu na Arte, contrapondo-se a atitude romântica, também universal no tempo e no espaço, marcada pela privilegiação da emoção e da fantasia. **A evolução da literatura se fez da oscilação incessante entre ambas as atitudes - ora realista, ora romântica - e de sua combinação, mais ou menos variada.**
- Nesse sentido, Stendhal, Balzac, Victor Hugo, Charles Dickens, Gogol e outros, habitualmente relacionados ao Romantismo, foram os verdadeiros fundadores do Realismo na ficção contemporânea.
- No Brasil, essas antecipações realistas podem ser localizadas no seio do próprio Romantismo: Alencar (Senhora - crítica social); Bernardo Guimarães (O Seminarista - sexual inação do amor); Taunay (Inocência - recriação fiel da paisagem e costumes mato-grossenses); Franklin Távora (O Cabeleira - violência no sertão do Nordeste) e Manuel Antônio de Almeida (Memórias de um Sargento de Milícias - imparcialidade na caracterização dos costumes e ambiente do Rio colonial). No âmbito do Realismo, além do romance (psicológico, social, regional, de tese, etc.), desenvolveram-se:
 - 1) a oratória civil (Rui Barbosa);
 - 2) os estudos históricos (Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima);
 - 3) o jornalismo (José do Patrocínio, Alcindo Guanabara);
 - 4) a crítica literária (Sívio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior);
 - 5) o ensaísmo (Tobias Barreto, Farias Brito, Euclides da Cunha);
 - 6) os estudos de Gramática (Júlio Ribeiro e João Ribeiro).

PARNASIANISMO (1882-1893)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- Corresponde, cronologicamente, ao Realismo e Naturalismo e compartilha, com esses movimentos, o mesmo contexto histórico-cultural e os mesmos propósitos de combate aos exageros sentimentais e expressivos do Romantismo.
- Fanfarras (1882), de Teófilo Dias, e o marco inicial do Parnasianismo, antecedido pela **Batalha do Parnaso**, polêmica entre os defensores da Idéia Nova e os epígonos do Romantismo (1878).
- O Parnasianismo, em Portugal, não teve a repercussão que teve no Brasil. Antero de Quental, Junqueira Freire e Cesário Verde, os poetas mais expressivos desse período, representam a vertente realista, comprometida com as grandes causas do tempo, com o cotidiano, afastando-se das teorias parnasianas da "arte pela arte", do descritivismo frio e impassível. Entre os portugueses, apenas João da Penha e Gonçalves Crespo podem ser considerados parnasianos típicos.
- O Movimento Parnasiano iniciou-se na França, em 1866, com a antologia *Le Parnase Contemporain*, reunindo poetas de tendências diversas, como Théophile Gautier, Leconte de Lisle, Banville, Heredia e Charles Baudelaire.
- No Brasil, o movimento gozou de largo prestígio. Nem os ataques que os modernistas de 1922 desferiram contra os "mestres do passado" e seus epígonos abalaram o rosto do leitor médio, decididamente identificado com o brilho fácil das chaves-de-ouro, dos decassílabos bem rimados e da temática kitsch.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

- A **"arte pela arte"**, o **esteticismo** - A poesia como fruto do esforço intelectual: "Trabalha e teima e lima e sofre e sua" (Bilac). A beleza formal é a razão de ser do poema. Negando a poesia realista, filosófico-científica e socialista de seus precursores e contemporâneos, os **parnasianos propõem o distanciamento da vida, a exclusão do cotidiano, a recusa aos temas vulgares, o desprezo pela plebe e pelas aspirações populares**. Essa alienação dos problemas do mundo justificou o apelido de "poetas de torres de marfim".
- A **impassibilidade, a contenção lírica emocional** - A assimilação dos ideais das Artes Plásticas: o poeta-ourives/escultor/pintor/arquiteto; a poesia burilada, cinzelada, lapidada. O materialismo da forma.
- A perfeição formal - Entregues ao puro fazer poético, os parnasianos foram exímios conhecedores da língua ("poetas de dicionário"), obcecados pela correção gramatical, pelo purismo, pela vernaculidade, pela seleção vocabular. Esse formalismo manifesta-se, ainda:
 - 1) no culto das rimas ricas, raras e preciosas;
 - 2) na métrica rigorosa, na predileção pelos versos alexandrinos (doze sílabas) e decassílabos;
 - 3) na preferência pelas formas fixas (sonetos, sextinas, baladas, etc.);
 - 4) na freqüência dos enjambements (encadeamentos ou cavalgamentos) para quebrar a monotonia da rima.

- A poesia descritiva, plástica e visual, visando a apreender objetivamente o real, por meio de impressões sensoriais nítidas, especialmente de imagens visuais brilhantes e coloridas ("cromatismos rutilantes").
- Temas prediletos: **as cenas de natureza** ("Cavalgada", "Anoitecer", "Velhas Árvores", "Plenilúnio"), **as cenas históricas e mitológicas** ("O Incêndio de Roma", "O Triunfo de Afrodite"), **os objetos de arte** ("O Vaso Chines", "O Leque", "A Estátua"), **a beleza física da mulher e a poesia reflexivo-filosófica**.
- Os neoparnasianos José Albano, Amadeu Amaral, Olegário Mariano, Gilka Machado e outros marcam a sobrevivência de um parnasianismo já desvitalizado e anacrônico, mas ainda prestigioso.

SIMBOLISMO (1893-1902)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- Na história social, os simbolistas brasileiros viveram o mesmo contexto dos narradores realistas e dos poetas parnasianos: o período agudo das campanhas abolicionista e republicana. Enraizados na tendência estetizante, **a diferença entre parnasianos e decadentistas-simbolistas brasileiros é principalmente de grau: naqueles, o culto da forma, nestes, a religião do verbo, mas ambos na mesma linha formalizante**.
- No nível das intenções, opera-se a **passagem da concentração no objeto** (parnasiano) **ao mergulho no sujeito** (simbolistas). Esse mergulho tomou três direções: **a busca de transcendência** (Cruz e Sousa), **a poesia litúrgica, mortuária e elegíaca** (Alphonsus de Guimaraens) e o intimismo dos poetas crepusculares.
- O Simbolismo, no Brasil, não exerceu a função relevante que o distinguiu na literatura europeia, onde exerceu o papel antecipador das principais tendências do Modernismo: o Surrealismo francês, o Imagismo inglês, o Expressionismo alemão, o Hermetismo italiano, etc.
- **Aqui, as novas tendências foram sufocadas pelo Parnasianismo, de leitura mais fácil, mas dócil ao regime, mais identificado com o gosto da elite "cultura" dos salões literários, e mais prestigiado pelo poder público e pela literatura oficial da Academia.**
- O núcleo inicial do movimento centrou-se na Folha Popular (Rio de Janeiro, 1890-1891), em torno de Cruz e Sousa, Emiliano Pimenta, Virgílio Várzea. Nestor Vitor, entre outros. Daí, proliferou em outros grupos, dispersos por Curitiba, São Paulo, Bahia, Belo Horizonte a Rio Grande do Sul.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

- As vertentes simbolistas que mais atuaram no Brasil foram a **budelaireana** (no poema em prosa, no satanismo moderado, na forma lapidar de Cruz e Sousa) e a **verlaineana** (na musicalidade de Alphonsus). A musicalidade áspera e dissonante de Mallarmé, sua sintaxe audaciosa, sua imagística insólita e sua fantasia humorística só repercutiram em Pedro Kilkery, cuja surpreendente modernidade só recentemente vem tendo (re)conhecimento.
- Dadas as peculiaridades dos simbolistas brasileiros, resumimos algumas delas:
 - 1) Cruz e Sousa - Poeta a um só tempo expressivo e construtivo. Parnasianismo residual (soneto, rimas ricas, vocabulário). Potência verbal. "Emparedamento". Ânسيا de transcendência. Obsessão pela brancura e pela transparência.
 - 2) Alphonsus de Guimaraens - Tendências neoromânticas (poeta monotemático - amor-e-medo). Misticismo. Medievalismo. O "poeta lunar", "trovador enfermo".
- A Musicalidade e o espiritualismo simbolistas foram retomados no Segundo Tempo Modernista por Cecília Meireles, Vinícius de Moraes (fase inicial), Augusto Frederico Schmidt. Também Manuel Bandeira e Ribeiro Couto mostram ressonâncias simbolistas.

PRÉ-MODERNISMO, SINCRETISMO (1902-1922)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- **Coexistência do tradicionalismo agrário**, representado pela oligarquia dominante, **com os novos estratos sociais** urbanos: a burguesia industrial incipiente em São Paulo e Rio de Janeiro, os profissionais liberais, os imigrantes, os operários e o subproletariado, além do Exército, que desde a Proclamação da República exerceu papel político relevante.
- Desse quadro social emergem ideologias conflitantes: o tradicionalismo agrário e a inquietação dos centros urbanos; o antimoderno e o moderno; o conservadorismo regressivo e saudosista; o liberalismo com traços anarcóides; a classe média oscilante entre o puro ressentimento e o reformismo e, no limite, a atitude revolucionária.
- A diversidade regional fez com que os movimentos da época exprimissem níveis de consciência muito distintos, configurando, às vezes, tensões meramente locais:
 - 1) no Nordeste, o fenômeno do cangaço, a Revolução de Canudos (BA, 1896-1897) e o fanatismo religioso desencadeado em torno do Pe. Cícero (CE, 1911-1915);
 - 2) no Sul, a revolta contra a vacina obrigatória (RJ, 1904), a Revolta da Chibata (RJ, 1910), as greves operárias lideradas pelos imigrantes anarco-sindicalistas do Brás e da Mooca (SP, 1917) e a Guerra dos Posseiros do Contestado (SC, 1912-1916).

- Acresça-se a esse quadro a Campanha Civilista e a ascensão e queda da borracha na Amazônia.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

- Pré-modernismo foi o termo cunhado por Alceu de Amoroso Lima para designar um conjunto de autores em que se observa **um sincretismo de tendências conservadoras** (Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo), **com tendências renovadoras**, que anteciparam a modernidade. Antimoderno x moderno, arcaísmo rural x refinamento litorâneo.
- **O aspecto conservador localiza-se na sobrevivência da mentalidade positivista, agnóstica e liberal que marcou a Era Realista, e no código, na linguagem, que, com algumas poucas ousadias, continuou fiel aos modelos finiseculares:** Aluísio Azevedo, Eça de Queirós, Machado de Assis, Flaubert, Émile Zola, Balzac, etc.
- **O aspecto renovador. "moderno", está na atitude de denúncia, de documentação e de crítica às instituições arcaicas da República Velha;** na preocupação com a realidade nacional (o subdesenvolvimento e a miséria do sertão do Nordeste - Euclides da Cunha -, a miséria do "jeca-tatu" do Vale do Paraíba - Monteiro Lobato -, os subúrbios cariocas e os "pingentes" da Central do Brasil - Lima Barreto -, a imigração alemã Graça Aranha); **além do regionalismo vigoroso e crítico**, que será retomado e aprofundado no Segundo Tempo Modernista (1930-1945).

PRIMEIRO TEMPO MODERNISTA, FASE HERÓICA (1922-1930)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- **Declínio de oligarquia**, pressionada pela burguesia industrial, pela classe média e pelo proletariado. Hegemonia de São Paulo, combinando os capitais oriundos do café e da indústria.
- 1922, ano da **Semana de Arte Moderna**, marca também o início do Tenentismo, com a **Revolta dos 18 do Forte de Copacabana** e seus desdobramentos - a Insurreição de Isidoro Dias Lopes (1924) e a **Coluna Prestes** (1925-1927) -, e a fundação do **Partido Comunista Brasileiro**. Esses fatos exprimiam a modernização política do país, contrapondo-se ao anacronismo das instituições oligárquicas. O agravamento desse anacronismo, devido ao crack da Bolsa de Nova York (1929) e à conseqüente queda do café, vai impulsionar a **Revolução de 1930**, a deposição de Washington Luís e a superação da política do "café-com-leite".
- A divulgação das propostas da Geração de 1922 deu-se por meio de algumas revistas que, a partir de Klaxon (São Paulo, 1922/23), foram se espalhando pelo país: Estética (Rio de Janeiro), A Revista e Verde (Minas Gerais). Essas revistas foram ampliando o leque de autores e tendências do Primeiro Tempo Modernista.

I - Antecedentes da Semana de 1922

- * 1911/12 - Fundação do jornal humorístico O Pirralho, marcado pela irreverência de Emílio de Meneses, Juó Bananere e Oswald de Andrade (que inicia, em 1912, a divulgação do Futurismo e do verso livre).
- 1913 - Exposição de Lasar Segall, mostrando quadros não-acadêmicos.
- 1917 - Estréias de vários modernistas: Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo, além da composição do balé Amazonas, de Villa-Lobos. São muito frágeis, ainda, as manifestações de modernidade. A exposição de Anita Malfatti e a indignada reação antimodernista de Monteiro Lobato, no artigo Paranóia ou Mistificação? O affaire Malfatti x Lobato foi o estopim que desencadeou a aglutinação dos modernistas.
- 1918/1921 - O "descobrimto" do escultor Victor Brecheret. A publicação de Carnaval, de Manuel Bandeira, já em versos livres. A exposição de Di Cavalcanti, em São Paulo. A publicação de Mestres do Passado, artigo de Mário de Andrade, submetendo a rigoroso crivo crítico os poetas parnasianos.

II - A semana de 1922

- Teatro Municipal de São Paulo, de 11 a 18 de fevereiro. Patrocinada pela alta burguesia paulistana (os Prados, os Penteados e os Almeidas) e divulgado pelo Correio Paulistano, órgão do P.R.P. Dos três festivais realizados nos dias 13, 15 a 17, participaram: Graça Aranha (A Emoção Estética da Arte Moderna - conferência de abertura), Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho (que declamou Os Sapos, ele Manuel Bandeira), Ernâni Braga, Villa-Lobos, Guiomar Novaes (dissidente), Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Renato de Almeida. No saguão do teatro, montou-se uma exposição de pintura, escultura e arquitetura.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

- Três princípios nortearam a "Fase Heróica" do Modernismo (1922-1930):

- 1) direito a pesquisa estética;
- 2) atualização da inteligência artística brasileira;
- 3) estabilização de uma consciência criadora nacional.

- **Rejeição das normas estéticas consagradas, antiacademicismo, antitradicionalismo, fase de demolição** - Irreverência, sarcasmo, o poema-piada e os textos-programas (Os sapos e Poética, de Bandeira; Ode ao Burguês, Prefácio Interessantíssimo, Enfibraturas do Ipiranga e A Escrava que Não É Isaura, de Mário de Andrade; Manifesto da Poesia Pau-Brasil e Manifesto Antropófago, de Oswald de Andrade.

- **Linguagem de prevalência inventiva** - Paródia, ironia, corrosão do sentido literal do texto. Rupturas sintéticas, a poesia e prosa "telegráficas", a escrita automática, a técnica da colagem, a polifonia, o estilo elíptico e alusivo, e as metáforas insólitas e a "invenção" de novos termos: "arlequinal" "sonambulando", "bocejal", "choverando". A incorporação do falar coloquial, a ruptura dos limites entre a prosa e a poesia, a poesia prosaica e a prova poética. Eleição do moderno como um valor em si mesmo, busca de originalidade a qualquer preço.
- **Nacionalismo** (da direita à esquerda) – Busca das "raízes de nacionalidade", valorização do índio, do folclore. Literatura alegre e vital: carnavalização, dessacralização dos heróis e artistas do passado.

CORRENTES DA FASE HERÓICA

I - Verde-Amarelismo (1924), Anta (1929) e Bandeira (1936)

Configuram o nacionalismo xenófobo e estreito, que desaguou no integralismo. Visão ufanista, exaltação da terra e do homem. Os manifestos dessas correntes foram Curupira e o Cardo e Nhangachu Verde-Amarelo. A elas relacionaram-se Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Guilherme de Almeida e Cândido Mota Filho.

II - **Pau-Brasil** (1924) e **Antropofagia** (1929) Representam a **corrente primitivista**, que propõe a valorização da inocência dionisíaca dos primitivos, a liberação do instinto, a "devoração ritual dos valores europeus, a fim de superar a civilização patriarcal a capitalista". "Tupi or not tupi that is the question". "A alegria é a prova dos nove", "A alegria da ignorância que descobre". Oswald de Andrade (a realidade criadora e anárquica que catalisou a tendência), Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, além de Antônio de Alcântara Machado, Raul Bopp, Carlos Drummond de Andrade e Murilo Mendes (os dois últimos pertencentes ao Segundo Tempo Modernista) foram, com intensidade variável, arrastados por esse esboço de uma filosofia de cultura brasileira, cujos desdobramentos ecoaram no Tropicalismo (Caetano, Gil, Glauber, Duprat, Sganzerla e Torquato Neto) e na vanguarda concretista (os irmãos Campos a Décio Pignatari).

III - Corrente Dinamista

Inspirada no Futurismo, no culto a velocidade, a técnica, ao "objetivismo dinâmico". Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Guilherme de Almeida configuram essa tendência, que não se materializou em programa ou manifesto.

Obs.: Há autores que pertenceram simultânea ou sucessivamente a duas ou mais correntes e há os que, como Manuel Bandeira, não se filiaram a nenhuma delas.

SEGUNDO TEMPO MODERNISTA, CONSOLIDAÇÃO (1930-1945)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- Crise econômica, como reflexo do *crack* de Bolsa de Valores de Nova York.
- A Revolução de 1930, desdobrada na Era Vargas, acabou por frustrar as esperanças dos segmentos sociais que ficaram marginalizados.
- Radicalização política: direita (Fascismo, Nazismo, Integralismo), esquerda (Comunismo). A Revolução Constitucionalista (1932), a Constituição (1934), a Intentona Comunista (1935), o Estado Novo, a Ditadura Vargas (1937), a Segunda Grande Guerra (1939).
- A agitação política interna e externa, aliada ao autoritarismo da ditadura, levou ao engajamento de autores expressivos na resistência ao Estado Novo. Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz militaram no Partido Comunista. Drummond compôs, nesse período, a parcela mais "participante" de sua poesia: Sentimento do Mundo e Rosa do Povo.
- A radicalização do autoritarismo em 1937 (D.I.P. - censura prévia na Imprensa, a pena de morte para os crimes de "subversão" etc.) acabou por "empurrar" a intelectualidade para a esquerda. Em 1945, com a queda da ditadura, vários escritores irão assumir posição bem mais moderada, percorrendo o caminho inverso - da esquerda para o centro, ou para a direita.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

- **Modernismo "moderado"**, Consolidação de algumas conquistas da "Fase Heróica" (1922-1930). **Recuo quanto às propostas mais radicais do período precedente**, em especial quanto ao experimentalismo mais ousado de Oswald de Andrade. **Retomada de algumas tendências do passado**: o Neo-Simbolismo (Cecília Meireles); o soneto camoniano (Vinícius); o Realismo e o Naturalismo, realimentados pelo vigor modernista (Graciliano, José Lins do Rego), além de outras vertentes da tradição luso-brasileira.
- **Predomínio de um "projeto ideológico" sobre o projeto estético**. Desejo de denunciar a realidade social a espiritual do país. Ampliação temática. Caminho para o universal, superação do nacionalismo primitivista verde amarelista. Equilíbrio no uso do material lingüístico, em termos de normas de linguagem.

I - A Poesia

- **Desdobramento das obras dos poetas da Geração de 1922** - Mário, Oswald e Bandeira continuaram produzindo até 1945, 1954 a 1960 respectivamente. Mário e Bandeira perderam, a partir de 1930, muito da radicalidade demolidora da "Fase Heróica".
- **Poesia de tensão ideológica na vertente social da obra de Carlos Drummond de Andrade**.

- **Corrente espiritualista de preocupação religiosa e filosófica**, centrada no grupo da revista *Festa* (Cecília Meireles, Jorge de Lima, Vinícius de Moraes, Augusto Frederico Schmidt e Tasso da Silveira).

II - A Prosa

- **Romance regionalista nordestino** (Neonaturalismo-regionalista) - José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e Jorge Amado.
- **Romance psicológico ou intimista** - Érico Veríssimo, Cornélio Pena, Ciro dos Anjos, Dyonélio Machado, Lúcio Cardoso, Otávio de Faria, Marques Rebelo e José Geraldo Vieira.

TERCEIRO TEMPO MODERNISTA (1945...)

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

- O ano de 1945 constitui o marco inicial do Terceiro Tempo Modernista. No plano nacional, realiza-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, marcado pelo repúdio à ditadura, ao Estado Novo, que irá cair no mesmo ano, retornando o país à normalidade democrática; no plano externo, **encerra-se a Segunda Grande Guerra**.

- **A periodização da Literatura Brasileira pós 45 é ainda muito precária**, pois a fixação de períodos implica uma perspectiva histórica, um certo distanciamento temporal. Como se trata de uma literatura que ainda está se desdobrando, com autores ainda vivos e em plena atividade, qualquer tentativa de sistematização rígida e provisória corre o risco de ser precipitada.
- Reconhecem-se, contudo, algumas tendências, fases ou grupamentos.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

I - A Prosa de Ficção após 1945

- **A permanência realista do testemunho humano**, privilegiando o aspecto social, aproximando-se do Neonaturalismo americano e do Neo-Realismo italiano.
- A atração pelo transreal, o realismo mágico, o realismo fantástico: a exploração do insólito, do absurdo, o homem projetado no mundo místico da arte.
- O **experimentalismo**, a pesquisa de linguagem, a reinvenção do código lingüístico, o romance e o conto instrumentalistas: preocupação com a construção dos trabalhos, com o "instrumento da palavra", a linguagem como elemento que "cria o real", instaura-o, plasma-o.

II - A Poesia de Geração 45

- A Geração de 45 centrou-se na **reação contra o "desleixo" e o "à-vontade" dos modernistas de 22**, propondo a retomada do rigor formal parnasiano, da preocupação estilística, volta à rima, a métrica e ao soneto tradicionais.
- Os poetas da Geração de 45 utilizam-se de um **vocabulário erudito** e propõem o sublime, o ideal e o universal, abandonando as preferências pelo prosaico, pelo concreto, pelo nacional, que marcaram o Modernismo de 1922 a de 1930.
- Bueno de Rivera, Fernando Ferreira de Loanda, Ledo Ivo, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Domingos **Carvalho da Silva e Geir Campos** são os nomes representativos da Geração 45, que teve sua maior coesão na revista *Orfeu*, dirigida por Fernando Ferreira de Loanda, que também organizou o "Panorama da Nova Poesia Brasileira" (*Orfeu*, Rio de Janeiro, 1951), primeira mostra sistemática dessa poesia.

III - O Concretismo

- Agrupou-se em torno da revista-livro *Noigandres*, trabalho conjunto dos poetas-críticos Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Décio Pignatari, que organizaram, em 1956, a primeira mostra de poemas-cartazes, com a **Exposição Nacional de Arte Concreta**, no Museu de Arte de São Paulo.
- **Opõe-se ao subjetivismo formalista e ao ideário classicizante de Geração 45**, retomando as experiências mais radicais do Modernismo de 22, especialmente as de Oswald de Andrade. Conectado com o status tecnológico e com os rios de comunicação de massa, incorpora recursos que abrem múltiplas possibilidades de construção e leitura.
- Preconiza a substituição de estrutura e frase, peculiar ao verbo, por estruturas nominais, que se relacionam, especialmente, no eixo horizontal e no vertical. Substitui a sintaxe verbal pela sintaxe "analógico-visual", explorando o aspecto "verbivocovisual" do material signifi-cante. Vale-se desses procedimentos: ideogramas, trocadilhos, polissemia, nonsense, atomização, Justaposição e redistribuição das partes do discurso, desintegração do sintagma nos seus morfemas, separação dos prefixos, sufixos e radicais, jogos sonoros, abolição do verso, não-linearidade, uso construtivo dos espaços em branco, ausência de sinais e pontuação, sintaxe gráfica, etc.
- Polêmico e atuante, o **Concretismo procedeu à revista do nosso passado literário**, (re)colocando em circulação autores injustamente esquecidos como Sousândrade, Kilkey e Patrícia Galvão. Incorporou-se a

linguagem e visualidade cotidianos, influenciando o texto de propaganda, a diagramação, a paginação e a titulação de livros e jornais, e as letras de música popular (Caetano, Gilberto Gil).

IV - Desdobramentos e Dissidências do Concretismo

• **Neoconcretismo** - propõe o direcionamento da experiência concretista para a poesia participante, engajada ideologicamente na luta contra a opressão e a injustiça social. O grupo neoconcreto foi liderado por Ferreira Gullar, autor de Luta Corporal e Poema Sujo.

• **A Poesia Práxis** - Foi, de início, uma ruptura polêmica com o grupo concretista, retomando o engajamento histórico e a linguagem verbal, a palavra. Articulou-se em torno de Mário Chamie, autor de Lavra-Lavra (1962), e contou com a adesão de Cassiano Ricardo, remanescente do Primeiro Tempo Modernista. Propondo experiências distintas das do Concretismo, Mário Chamie proclama, na Instauração Práxis, que o poema práxis se organiza segundo três circunstâncias ativas:

- 1) **o ato de compor** (espaço em preto, mobilidade intercomunicante, suporte interno designificados);
- 2) **a área de levantamento da composição** (realidade extratextual, escolhida para problematização em nível estético-textual, após levantamento e convívio direto com os problemas da área);
- 3) **o ato de consumir** (dentro da noção de "obra aberta", cada leitor transforma-se em co-autor).

• **O Poema-Processo** - Voltado para a área dos signos visuais plásticos, opera por meio da colagem, pintura, desenho, fotografia, dispensando a palavra. Surgiu em 1967, em torno dos nomes de Vladimir Dias Pino, Moacyr Cime, Álvaro de Sá e Sebastião de Carvalho.

V - A poesia Marginal dos Anos 70

Expressou-se por inúmeros grupos e movimentos inquietos e heterogêneos, que tinham em comum a resistência à censura à repressão, agravada após o AI-5 (1968); as formas alternativas de divulgação de seus versos-palavras-imagens, em folhetos, jornais, revistas, manuscritos, happenings, comícios políticos, etc.; e a postura anárquica e vitalista. Citamos alguns nomes: Alex Polari, Ana Cristina César, Paulo Leminsk, Cacaso, Waly Salomão, Roberto Piva, Sérgio Gama, Chacal, Torquato Neto, Francisco Alvin e Lúcia Vilares.

EXERCÍCIOS

1. "A agricultura consiste em uma importante atividade econômica que, para desenvolver-se, necessita de mão-de-obra humana para arar, adubar e plantar as espécies."

Assinale a alternativa que não diz respeito aos condicionantes da agricultura.

- a) Condições climáticas.
- b) Variedade de solos.
- c) Superfície terrestre.
- d) Qualificação da mão-de-obra.
- e) Produção agrícola.

2. São problemas da agricultura brasileira, **exceto**:

- a) deficiente estrutura de depósitos e armazenamentos.
- b) grande aproveitamento do espaço agrícola.
- c) baixa produtividade agrícola.
- d) perda de parte da safra, desde a colheita até o consumo final.
- e) grande concentração de terras.

3. A Reforma Agrária visa, preferencialmente, a

- a) tirar a terra de quem tem e dar para quem nada possui.
- b) beneficiar todos os necessitados que estão passando fome nas cidades.
- c) aproveitar a mão-de-obra ociosa nas pequenas propriedades em terras improdutivas das grandes propriedades.
- d) atender todas as manifestações do Movimento dos Sem-Terra.
- e) confiscar a terra dos ricos e distribuir aos pobres.

4. Em relação à estrutura fundiária, marque a alternativa **correta**.

- a) Em número de estabelecimentos agrícolas, predominam as grandes propriedades.
- b) Em área ou extensão de terras, predominam as pequenas propriedades.
- c) As propriedades até 100 hectares (minifúndios e pequenas propriedades) representam mais de 50% de todos os estabelecimentos agrícolas.
- d) No minifúndio, há terra ociosa.
- e) No latifúndio, há mão-de-obra sobrando.

5. Sobre os sistemas agrícolas de produção, assinale a alternativa **incorreta** que não representa uma das características do sistema intensivo.

- a) Uso permanente do solo.
- b) Uso de fertilizantes.

- c) Mecanização.
- d) Baixo rendimento.
- e) Seleção de espécies.

6. Sobre as características do sistema de plantation, marque a alternativa **correta**.

- a) Desmatamento e queimadas.
- b) Rotação de solo.
- c) Pequeno rendimento.
- d) Terra escassa.
- e) Monocultura.

7. A área geográfica do Nordeste brasileiro abrange 18% da superfície do país. A primeira atividade econômica introduzida na região, no início da colonização, e que vem sendo praticada até hoje é:

- a) café.
- b) cacau.
- c) borracha
- d) soja.
- e) cana-de-açúcar.

8. A Região fisiográfica de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, denomina-se

- a) litoral.
- b) meio-norte.
- c) agreste.
- d) pré-Amazônia.
- e) recôncavo baiano.

9. O êxodo rural contribuiu muito para o processo migratório brasileiro e mundial. O êxodo rural corresponde ao movimento de saída.

- a) do meio urbano para o meio rural.
- b) do meio urbano para outro meio urbano.
- c) do meio rural para o meio urbano.
- d) do campo para outra área rural.
- e) de um país para outro país.

10. A migração feita diariamente da periferia de uma grande cidade para o centro, em função do trabalho, denomina-se

- a) pendular.
- b) transumância.
- c) sazonal.
- d) definitiva.
- e) êxodo rural.

11. Um dos fatores que contribuíram para o povoamento e ocupação do Centro-Oeste, foi

- a) a construção de rodovias interligando a região as demais áreas do país.
- b) a transferência da capital brasileira para a faixa litorânea.
- c) a criação do Estado do Tocantins, que pertence ao Centro-Oeste.
- d) a construção de grandes ferrovias cortando toda a região do cerrado.
- e) a implantação do ecoturismo na região do Pantanal.

12. A economia do Centro-Oeste brasileiro está baseada

- a) nas atividades de transformação de matéria-prima.
- b) na agropecuária extensiva.
- c) no setor terciário (serviços).
- d) na indústria de base (pesada).
- e) na indústria de bens de consumo.

13. A Amazônia Legal corresponde a uma área

- a) igual a soma das áreas das Unidades Federativas que compõem a Região Norte.
- b) menor que a Região Norte.
- c) superiora 50% da área total do Brasil.
- d) que além de incluir os estados da Região Norte inclui também os estados do Nordeste.
- e) brasileira e de todos os países vizinhos ao nosso país.

14. Assinale a alternativa **incorreta** sobre um dos aspectos humanos da Região Norte.

- a) É a mais densamente povoada do Brasil.
- b) Possui a maior população absoluta entre as demais regiões do país.
- c) Apresenta a menor taxa de crescimento anual de sua população.
- d) A maior parte da sua população vive no campo ou no meio rural.
- e) Sua população cresce num ritmo superior às demais regiões do país.

15. Sobre a economia da Amazônia brasileira, podemos afirmar que

- a) é basicamente primária.

- b) é primordialmente secundária.
- c) é principalmente terciária.
- d) não possui qualquer tipo de indústria.
- e) a agricultura é a principal atividade econômica da região.

16. Um dos fatores que vêm contribuindo para o crescimento da população da Amazônia, acima da média brasileira, é

- a) a falta de moradia nas demais regiões brasileiras.
- b) a carência de mão-de-obra no Sudeste do Brasil.
- c) os elevados salários pagos na Região Norte.
- d) a maior disponibilidade de terras na Amazônia.
- e) os incentivos e a garantia de emprego para todos que para lá se dirigem.

17. O Mundo inteiro preocupa-se com a nossa Amazônia, talvez pela grande riqueza que ela encerra ou quem sabe pelas contribuições que ela vem proporcionando para poluição atmosférica através de(a):

- a) queima de combustíveis fósseis.
- b) incineração de resíduos sólidos.
- c) liberação de partículas industriais.
- d) queimadas executadas nas florestas.
- e) pesquisas realizadas na floresta.

18. (PMDF/2001) Instituído por lei federal, o DF possui importantes particularidades, tanto jurídicas quanto geográficas, em relação aos estados brasileiros, para a organização de seu território. A respeito dessa organização, julgue os itens abaixo.

- a) O DF poderá ser organizado em municípios, subdivisões políticas de cidades-satélites.
- b) A Região Administrativa de Brasília, além de ser capital federal, é, também a capital do DF.
- c) A Região Integrada do DF e Entorno (RIDE) compõe uma região metropolitana com características heterogêneas quanto a crescimento demográfico, índice de oferta de empregos e população economicamente ativa.
- d) A consolidação de Brasília como centro político-administrativo do país ocorreu a partir de 1980, devido à expansão de sua base econômica secundária e primária.
- e) O DF, regido por lei orgânica, não pode legislar acerca de parcelamento do solo, o que tem agravado o surgimento de invasões e loteamentos irregulares no Plano Piloto.

GABARITO

- 1. e
- 2. b
- 3. c
- 4. c
- 5. d
- 6. e
- 7. e
- 8. c
- 9. c
- 10. a
- 11. a
- 12. b
- 13. c
- 14. a
- 15. a
- 16. d
- 17. d
- 18. F, F, V, F, F

Invasão do Iraque

A **Invasão do Iraque em 2003** iniciou-se a 20 de Março através de uma aliança entre os Estados Unidos da América, Reino Unido e muitas outras nações (unidade conhecida como a *Coligação*) iniciada, a partir do Kuwait a ofensiva terrestre, depois de uma série de ataque aéreos com mísseis e bombas de precisão a Bagdad e arredores ter aberto o caminho às tropas no terreno.

Os efetivos, assim como os meios materiais do exército iraquiano haviam sofrido forte deterioração, desde a Guerra do Golfo (1991), contando agora com 17 divisões do exército regular (contra as 40 que possuíam na guerra de 1991), além das seis divisões da Guarda Republicana.

Apesar de alguma resistência por parte dos iraquianos, as forças terrestres da coligação norte-americana e britânica avançaram bastante até terem um abrandamento no dia 25 de Março por falta de provisões. A 26 de Março foi aberta a frente norte de ataque com a chegada de forças aerotransportadas à região norte controlada pelos curdos.

Encontrando menor resistência do que a inicialmente prevista, as tropas norte-americanas, a 4 de Abril ocupam o aeroporto internacional de Bagdad, situado a poucos quilómetros da capital. No dia seguinte alguns tanques norte-americanos fizeram incursões no centro de Bagdade

Bagdad caiu a 9 de Abril e a 1 de Maio declarou o presidente norte-americano George W. Bush o fim das operações militares, dissolvendo o governo do partido Ba'ath de depondo o presidente Saddam Hussein. As forças da Coligação capturaram Saddam Hussein a 14 de Dezembro de 2004, dando início ao processo de transição de poderes à população iraquiana. A invasão procedeu segundo uma doutrina militar de intervenção rápida ao estilo Blitzkrieg e ao custo de apenas 173 mortos da Coligação (dos quais 33 britânicos).

A expressão **Ocupação do Iraque** refere-se ao envio de tropas estadunidenses e internacionais ao Iraque no ano de 2003, por decisão do presidente George W. Bush, dos Estados Unidos da América. O pretexto da ocupação, inicialmente, foi achar armas de destruição em massa que, supostamente, o governo iraquiano teria em estoque e que, segundo Bush, representavam um risco ao seu país, abalado desde então pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O presidente Bush tomou a decisão de invadir o Iraque sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, mas com o apoio dos então chefes de estado Silvio Berlusconi (Itália) José María Aznar (Espanha) e Tony Blair (Reino Unido). Em 2004, após 1 ano de ocupação, entretanto, o presidente Bush muda o discurso ao dizer que a ocupação faz parte da libertação de países e a promoção da Democracia e da Paz mundial. Em 2004, o presidente iraquiano Saddam Hussein é capturado e mantido preso num local não revelado. Seus filhos são mortos numa emboscada em Bagdá. Às 6 da manhã, horário de Bagdad, do dia 30 de dezembro de 2006, gerando posições contrárias de várias instituições internacionais, como a Amnistia Internacional, União Europeia e diversos outros países. Foi executado junto com dois de seus aliados, sendo um deles seu meio-irmão e recusou-se a vestir o capuz, normalmente utilizado para tal propósito. Antes de sua morte, Saddam pronunciou o nome do líder xiita iraquiano Moqtada Al Sadr.

Os EUA entre 1981 e 2001 forneceram cerca de 50% das importações de armas de Saddam Hussein. A dívida de Saddam aos americanos atingiu entre o período 1988-1988 um montante entre 7 e 8 bilhões de dólares.

O segundo maior fornecedor de armas para o Iraque no período 1981-2000 foi segundo o SIPRI a China, fornecedora de 18% do equipamento militar neste período. A empresa petrolífera nacional chinesa, associada com um outro consórcio chinês negociava com Saddam Hussein a atribuição da exploração petrolífera no campo de Al Ahdab, no sul do país.

França, China e Rússia e o Conselho de Segurança das Nações Unidas opuseram-se à Guerra de 2003, juntamente com a Alemanha, cujo Chanceler Gerhard Schröder ganhara as eleições gerais de 2002 prometendo aos votantes que a Alemanha não entraria num possível conflito.

Grande parte da infra-estrutura foi destruída na Guerra de 2003, foram contabilizados cerca de 140000 mortos iraquianos, militares e civis.

Em 28 de Junho de 2004, a ocupação terminou oficialmente e o poder foi transferido para um novo governo liderado pelo primeiro-ministro Iyad Allawi, apesar de, em dezembro de 2004, tropas dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Polônia ainda ocuparem o território iraquiano, com cerca de 160000 soldados e cerca de 20000 servidores civis.

As supostas armas de destruição massiva que deteria o Iraque jamais foram encontradas pelas forças de ocupação. As também alegadas ligações de Saddam com grupos terroristas islamistas nunca foram comprovadas. Na verdade, os grupos terroristas islamistas opunham-se à Saddam, pois o Iraque era um dos países mais laicos da região.

A maior parte dos contratos de reconstrução do Iraque foram obtidos por empresas norte-americanas.

As hostilidades não cessaram até à presente data (Março de 2007) e continuam sob a forma de guerrilha de resistência e/ou terrorismo na qual os chamados insurgentes atacam diariamente as forças de ocupação. Existem vários grupos diferentes de insurgentes. Há terroristas islamistas que pretendem desestabilizar a situação. Muitos deles são estrangeiros infiltrados no país, que por sua vez combatem outros estrangeiros infiltrados no país, os soldados estado-unidenses. Há também notícias de ataques por antigos elementos do aparelho sunita de Saddam. Por sua vez também houve desacatos provocados por elementos mais radicais entre os xiitas no sul.

Só para a retomada da cidade de Faluja, com cerca de 300.000 habitantes, o conflito rendeu, além de mortos e feridos, cerca de 210000 desabrigados que se somam às demais vítimas desta guerra. Em Faluja os rebeldes tinham instaurado um regime semelhante ao dos Talibans no Afeganistão, havendo relatos de tortura e assassinatos sistemáticos e um regime de terror.

A derrubada do regime de Saddam Hussein e a subida ao poder dos clérigos religiosos teve diversos efeitos colaterais, dentre os quais, a perseguição a Cristãos e outras minorias religiosas, bem como a homossexuais^[1].

A 3 de Fevereiro de 2004 o governo inglês anunciou a abertura de um inquérito aos serviços secretos relacionado com a alegada existência de armas de destruição maciça no Iraque.

A Comissão de inquérito foi presidida por Lord Butler of Brockwell e foi publicado a 14 de Julho de 2004, ficando conhecido por Relatório Butler.

Furacão Katrina

O Furacão Katrina foi um grande furacão, uma tempestade tropical que alcançou a categoria 5 da Escala de Furacões Saffir-Simpson. Os ventos do furacão alcançaram mais de 280 quilômetros por hora, e causaram grandes prejuízos na região litorânea do sul dos Estados Unidos, especialmente em torno da região metropolitana de New Orleans, em 29 de Agosto de 2005 onde mais de um milhão de pessoas foram evacuadas.

O furacão passou pelo sul da, causando em torno de 2 bilhões de dólares de prejuízo e causando 6 mortes diretas. Foi a 11ª tempestade a receber nome, sendo o quarto entre os furacões. O furacão Katrina causou até agora aproximadamente mil mortes, sendo um dos furacões mais destrutivos a ter atingido o Estados Unidos. O furacão paralisou muito da extração de petróleo e gás natural dos EUA, uma vez que boa parte do petróleo estadunidense é extraído no Golfo do México. Atualmente, cinco milhões de pessoas estão sem energia na região da Costa do Golfo, e pode levar até dois meses para que toda a energia seja restaurada.

Rota do furacão

De acordo com o Centro Nacional de Furacões do EUA (NOAA) que emitiu um relatório em 23 de agosto informando que havia formado um depressão tropical a sudeste de Bahamas. Em 24 evoluiu para um tempestade tropical e em 25 se aproximou de Aventura, Flórida .

O Katrina enfraqueceu-se dia 26 depois de se encontrar com a terra, transformando-se em categoria 2 com ventos de 100 mph indo em direção ao Mississippi e Louisiana . Dia 27 evoluiu para categoria 3 com intensidade de um furacão e dia 28 foi para categoria 4, no início da tarde o Katrina se intensificou rapidamente com ventos de 175 mph (281 km/h) ultrapassando o ponto de início da categoria 5 com pressão de 902 mbar (hPa), sendo o furacão mais intenso da bacia do atlântico. Dia 29 o Katrina atingiu Mississippi, Louisiana e Alabama.

Consequência

Como consequência da tempestade, muitos problemas apareceram. Alguns dos diques que protegiam New Orleans não conseguiram conter as águas do Lago Pontchartrain, que afluíu cidade adentro, inundando mais de 80% da cidade. Cerca de 200 mil casas ficaram debaixo d'água em New Orleans. Com os diques e o solo sedimentar da cidade (que impermeabilizam o solo da cidade e tornaram o terreno de fato um lago artificial), é esperado ao menos três meses para que a água possa ser totalmente bombeada para fora da cidade. O furacão causou grandes estragos na cidade, entre elas danos no sistema de abastecimento sanitário e de esgoto de New Orleans. Como consequência, estima-se o retorno dos habitantes de New Orleans para a cidade somente em meados do verão de 2006. A maioria dos habitantes da cidade foram evacuados para outras cidades do estado de Louisiana, Texas e Missouri. Porém, vários dos habitantes evacuados foram transportados para regiões distantes tais como Washington, Ontário e Illinois.

A área federal de desastre foi colocada sob o controle da FEMA_ (comandada por Michael Chertoff) e a Guarda Nacional_. Na noite de 31 de Agosto, o Prefeito de Nova Orleans, Ray Nagin, declarou "lei marcial" na cidade e disse que "os policiais não precisavam se preocupar com os direitos civis para deter os saqueadores". A

interrupção de suprimento de petróleo, importações e exportações causada pela tempestade provavelmente trarão consequências enormes para a economia global.



Furacão Rita

O furacão Rita chega à costa americana com ventos de 205 km/h.

Devido à proximidade do furacão Rita, pesadas chuvas ocorrem em diversas áreas costeiras. À tarde, as bandas externas do sistema já tocavam a Louisiana. Em New Orleans, diques de proteção, consertados após a passagem do furacão Katrina, não suportaram as ondas e romperam, inundando novamente a cidade.

Mesmo diminuindo de intensidade, Rita é um poderoso sistema de categoria 5, capaz de destruir casas e inundar as regiões mais baixas.

Rita é o terceiro furacão mais forte desde início dos registros.

O furacão Rita, de categoria cinco, avança em direção ao Texas, nos Estados Unidos, com ventos de 205 km/h, e com isso é o terceiro furacão de maior intensidade desde que estes fenômenos começaram a ser registrados.

Em uma das maiores evacuações em massa da história americana, mais de dois milhões de pessoas já deixaram a região costeira do Estado do Texas.

Houston, a quarta maior cidade americana lembra uma cidade fantasma.

"É um superfuracão, tem um diâmetro de grande dimensão", disse à EFE o meteorologista Francisco Isidro, do Centro Nacional de Furacões dos Estados Unidos, com sede em Miami.

Outros especialistas consideram o fenômeno um monstro que, com seus poderosos ventos, pode destruir edifícios, causar fortes chuvas e ondas de mais de seis metros de altura que podem provocar graves inundações.

O Rita deve chegar ao litoral do Texas, como um furacão de categoria quatro ou três na escala Saffir-Simpson (que vai até cinco), que é considerado também um fenômeno intenso que pode causar sérios danos.

O furacão se desloca com sua força pela parte central do Golfo do México, e deve atingir Galveston, no litoral texano, sem descartar o sudeste da Louisiana, estado devastado pelo Katrina - com categoria quatro - em agosto.

O Rita, é o nono furacão da ativa temporada deste ano.

Aquecimento global aumentou força de furacões

A força dos furacões aumentou nos últimos 35 anos, mas a frequência e duração dos fenômenos se mantiveram sem maiores mudanças em todas as fossas oceânicas, afirma um estudo publicado pela revista Science. *"Esta tendência não é incoerente com recentes simulações de modelo climático que sugere que uma duplicação do dióxido de carbono (na atmosfera) pode aumentar a frequência dos furacões mais intensos"*, acrescentou.

Os cientistas da Escola de Ciências da Terra e Atmosfera no Instituto de Tecnologia de Atlanta, na Geórgia, e o Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica em Boulder, no Colorado, examinaram o número de furacões, sua duração e a intensidade durante os últimos 35 anos. Esta análise *"foi feita em um contexto de crescentes temperaturas na superfície do mar"*, explicou P. J. Webster, principal autor do artigo.

Durante a temporada de furacões no Atlântico Norte de 2004, entre 1º de junho e 30 de novembro, houve 14 tempestades tropicais, das quais nove foram furacões. *"Quatro desses furacões atingiram o sudeste dos Estados Unidos em rápida sucessão, e causaram danos consideráveis"*, afirmou o artigo.

"A análise das características dos furacões no Atlântico Norte mostrou um aumento na frequência e na intensidade de furacões desde 1995". Outros cientistas, como Kevin E. Trenberth, do Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica, sugeriram que existe uma relação causal entre a crescente frequência e intensidade dos furacões e o aumento da temperatura na superfície do mar.

Os ecologistas defendem que a violência de furacões como o Katrina está relacionada ao aumento da temperatura atmosférica causada pela poluição industrial. *"A atribuição do aumento na frequência dos furacões e o aumento na temperatura do mar foi um vigoroso debate na imprensa e nos círculos acadêmicos"*, escreveram Webster e seus colegas, sem assumir uma posição na discussão.

Uma associação da frequência e duração dos furacões com o aumento da temperatura atmosférica, segundo estes cientistas, requer registros dos próximos 30 anos. No entanto, há uma correspondência entre o aumento da violência dos furacões e o aumento da temperatura na superfície do mar neste período.

"É muito cedo para dizermos se o Katrina se transformou em um furacão de categoria 5 como resultado do aquecimento global", afirmou Webster. *"Mas a intensidade de Katrina está de acordo com a tendência que identificamos"*, disse.

Para efeitos deste estudo, a intensidade do furacão está relacionada à velocidade máxima de seus ventos sustentados. O artigo destacou que *"se viu um aumento no número e na proporção de furacões que alcançam as categorias 4 e 5" da escala Saffir-Simpson (que vai até 5 graus). "O aumento maior ocorreu no Pacífico norte, no oceano Índico e no oceano do Pacífico sudoeste"*, acrescentou. *"O menor aumento percentual ocorreu no oceano Atlântico norte"*.

CORRUPÇÃO NA ARBITRAGEM DO FUTEBOL BRASILEIRO

Investigações da Polícia Federal e do Ministério Público em São Paulo desmontam um esquema de manipulação de resultados de partidas de futebol.

Segundo a denúncia, apostadores ganhavam dinheiro com resultados combinados antes dos jogos começarem. Estão sob suspeita partidas do Campeonato Brasileiro e do Campeonato Paulista deste ano.

Um empresário e um juiz de futebol foram presos. Policiais federais saíram de São Paulo em direção a Jacareí, a 40 minutos de carro, com a missão de prender o juiz de futebol Edilson Pereira de Carvalho, um dos nomes mais renomados do futebol brasileiro, participante do seletor time dos árbitros da Fifa, que reúne os melhores do mundo.

A acusação contra Edilson é a de vender resultados de partidas, por meio de sites de apostas na internet. Também foi preso o empresário Nagib Fayad, apontado articulador do esquema de fraudes. Ele mora em Piracicaba e foi preso na boate do irmão, em São Paulo.

Segundo a investigação, assim que era sorteado para apitar um jogo, o juiz Edilson telefonava para o empresário Nagib. Junto com os sócios, donos de casas de bingos em São Paulo, era definido o valor da aposta e o palpite era registrado nos sites, que são tidos como vítimas da quadrilha.

Como as apostas eram concentradas nos favoritos, o papel do juiz seria o de garantir que não haveria zebra no resultado jogo. A investigação foi conduzida pela diretoria de inteligência da polícia federal e por promotores do grupo de combate ao crime organizado. Os mandados de prisão foram expedidos com base em seis meses de conversas telefônicas, gravadas com autorização da justiça.

No despacho, a juíza Antonia de Paula Farah, diz que a organização criminosa lucrava R\$ 400 mil por partida fraudada e que os árbitros envolvidos ficavam com pelo menos R\$ 10 mil pela atuação nas fraudes.

Além de Edilson, um outro juiz e dois bandeirinhas estão sendo investigados.

No despacho em que concede as prisões, a juíza diz que há indícios suficientes para apontar os acusados como responsáveis pela fabricação de resultados no futebol. Comportamento, diz ela, que frustra o divertimento, corrompe a fé no esporte e desgasta o povo brasileiro.

A Confederação Brasileira de Futebol informou que vai pedir o afastamento do juiz Edilson Pereira de Carvalho. A nota da CBF foi divulgada no site oficial da entidade. O presidente, Ricardo Teixeira, informou que vai afastar do quadro nacional de arbitragem o árbitro, acusado de integrar um suposto esquema de manipulação de resultados de jogos do campeonato brasileiro.

Ricardo Teixeira, que também é vice-presidente da Comissão de Árbitros da Fifa, informou ainda que vai enviar um comunicado pedindo também o afastamento de Edilson dos quadros da federação.

Prisão do ex- prefeito Paulo Maluf e seu filho

A juíza Silvia Maria Rocha, da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, decretou na noite de 09 de setembro / 2005 a prisão preventiva do ex-prefeito Paulo Maluf e de seu filho Flávio. Eles são acusados de crime financeiro (evasão de divisas), formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No início da madrugada, demonstrando abatimento, cabisbaixo, Paulo Maluf chegou à PF, acompanhado de advogados. Em silêncio, foi para o cárcere.

A prisão dos Maluf foi ordenada para "conveniência da instrução criminal". Eles estariam agindo intensamente para ocultar provas ou intimidar testemunhas que podem incriminá-los na investigação sobre US\$ 161 milhões que teriam enviado ilegalmente para os Estados Unidos.

A juíza acolheu integralmente denúncia apresentada pela Procuradoria da República e abriu processo contra os Maluf e também contra o doleiro Vivaldo Alves, o Birigüi, e o ex-tesoureiro da empreiteira Mendes Júnior, Simeão Damasceno de Oliveira. "Não sei de nada", declarou Maluf, às 23h14, ao ser procurado pelo Grupo Estado para falar sobre a decisão judicial. "Não sei de nada, estou aqui em Campos do Jordão descansando com a minha família", esquivou-se.

Àquela altura, já estava orientado por seus advogados que o melhor caminho seria o da apresentação espontânea à polícia, como fez mais tarde. "Vão se apresentar", declarou o criminalista José Roberto Batochio, que integra a tropa-de-choque de defesa da família Maluf. Ele conversou com Flávio e recomendou ao diretor-presidente da Eucatex que se entregue, o que deverá acontecer ainda neste sábado. "Não haverá espetáculo e degradação pública", disse Batochio. Ninguém vai fugir. Todas as decisões da Justiça serão acatadas imediatamente."

Total controle

A prisão dos Maluf foi requerida pelo procurador da República Pedro Barbosa Pereira Neto. Ele vê razões de sobra para que o ex-prefeito e seu filho passem longa temporada atrás das grades. "Eles (Maluf e o filho) montaram uma estrutura de poder para controlar as investigações, queriam manter o total controle, queriam decidir sobre o que as testemunhas deveriam falar ou não", sustenta o procurador na denúncia que apresentou à Justiça. "As provas são muito fortes, nunca tivemos provas tão fortes."

Barbosa Neto reuniu provas de que o ex-prefeito movimentou fortuna no exterior. Documentos que a Promotoria Distrital de Manhattan enviou ao Brasil, há cinco meses, mostram o fluxo da conta Chanani, operada pelo doleiro Birigüi no Safra National Bank de Nova York - US\$ 161 milhões que teriam sido desviados do Tesouro municipal por meio de contratos superfaturados.

Escuta telefônica da PF, com autorização judicial, revela intensos contatos de Flávio com Birigüi - o empresário tentando convencer o doleiro a não depor. "Está muito clara a estratégia de obstrução que eles (Maluf e Flávio) adotaram", destaca o procurador. "Queriam uma certa diretriz, obstruir a investigação." Para o delegado Protógenes Queiroz, que conduziu o inquérito da PF, "a liberdade (dos Maluf) oferece risco à investigação, indícios de ameaças e ofertas generosas em troca de falsos depoimentos ou ocultação de provas".

REFERENDO " ARMAS DE FOGO"

No dia 23 de outubro de 2005, o eleitorado brasileiro responderá, através da urna eletrônica, se o comércio de armas e munições deve continuar existindo no País ou, ao contrário, se esse comércio deve acabar.

Este será o segundo referendo a ser realizado no Brasil e o primeiro referendo do mundo em que a população será consultada sobre o desarmamento.

A proibição do comércio de armas já consta no Estatuto do Desarmamento, mas somente com o referendo esse ponto da lei terá validade.

Um estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) mostrou que 104 pessoas são vítimas de armas de fogo por dia no Brasil. Entre 1979 e 2003, o número de mortes por armas alcançou 550 mil pessoas, e, destas, quase a metade tinha entre 15 e 24 anos.

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Decreto Legislativo sobre o referendo (por 258 votos a favor e 48 contra) ocorreu no dia 6 de julho de 2005, e a promulgação, pelo Congresso Nacional, foi feita no dia 7 de julho de 2005.

Assim, no dia 23 de outubro deste ano, cerca de 121 milhões de eleitores terão que responder à seguinte pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?".

Se a maioria do eleitorado decidir pelo SIM, esse tipo de comercialização deverá cessar assim que o TSE proclamar o resultado da consulta popular. Se, ao contrário, a maior parte dos eleitores decidir pelo NÃO, a comercialização de armas e munições continuará.

Pesquisa

80% acham que o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido.
76% tomaram conhecimento do referendo.

A maioria dos brasileiros (76%) tomou conhecimento do referendo que será realizado em outubro sobre a proibição do comércio de armas de fogo no Brasil. Desses, 31% consideram-se bem informados sobre o tema, 36% mais ou menos informados e 9% mal informados. Não tomaram conhecimento do referendo 24% dos entrevistados.

É o que revela pesquisa realizada pelo Datafolha no dia 21 de julho de 2005 junto a 2110 brasileiros.

A maior parte dos entrevistados (80%) acha que o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido, contra 17% que têm opinião contrária. Outros 3% não souberam responder.

Defendem a proibição da venda de armas de fogo e munição principalmente as mulheres (85%) e os moradores da região Nordeste (84%).

São contrários à proibição especialmente os moradores do Sul do país (26%), os homens (23%), os mais escolarizados (22%) e os que possuem maior renda familiar (23%).

Entre os entrevistados que possuem arma de fogo, 64% são contrários à proibição da venda de armas e munição, contra 31% que são a favor.

Do total de entrevistados 9% possuem arma de fogo em casa, sendo que 2% são os proprietários das armas e 7% têm alguém da casa que possui; 90% não possuem arma no domicílio.

Comparando-se os atuais resultados com os obtidos em fevereiro de 2002, observa-se que a posse de arma de fogo entre os brasileiros oscilou três pontos percentuais (de 12% para 9%).

Dos entrevistados que não têm arma de fogo, 19% já pensaram em comprar uma arma para se defender da violência, contra 81% que nunca pensaram nessa possibilidade.

Entre os homens, o índice dos que já pensaram em comprar uma arma de fogo fica dez pontos acima da média (29%) e entre as mulheres fica dez pontos abaixo da média (9%).

Renúncia do Presidente da Câmara dos Deputados Federais

Severino renuncia ao mandato.

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), acaba de renunciar ao seu mandato parlamentar, com um discurso emocionado em que falou do passado pobre e de sua atuação na "democratização da Casa". Acusado de receber

propina, o deputado afirmou que, apesar de "tantas acusações", ficou mais pobre na política. "Voltarei. O povo me absolverá", disse.

Severino encerra uma trajetória política que começou em 1964, quando se elegeu prefeito de João Alfredo(PE) pela antiga UDN. Com a renúncia, ele escapa de um processo de cassação, que poderia ser instaurado por causa do escândalo do mensalinho. Segundo o empresário Sebastião Buani, o deputado exigia dele um pagamento regular para continuar como concessionário do restaurante do 10.º andar da Câmara.

O pedido de cassação já havia sido apresentado ao Conselho de Ética da Câmara, no último dia 13, por cinco partidos de oposição - PSDB, PPS, PV, PDT e PFL. Além disso, no mesmo dia a Polícia Federal entrou abertamente no caso, pedindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) a quebra de sigilo bancário do empresário Buani, para saber se ele havia pago alguma quantia a Severino.

ELEIÇÃO EM BRASÍLIA (Câmara dos Deputados)

Aldo Rebelo é o novo presidente da Câmara

O governista Aldo Rebelo (PC do B) é o novo presidente da Câmara dos Deputados. Em uma acirrada disputa, ele venceu o opositor José Thomaz Nonô (PFL), por 258 votos contra 243 votos, no segundo turno das eleições iniciado por volta das 18 horas. Foram apurados ainda 6 votos em branco e 2 nulos, com 509 deputados participando da votação. Rebelo foi imediatamente empossado pelo deputado Inocêncio Oliveira (PL), que presidia a sessão. Seu mandato irá até 30 de janeiro de 2007.

A apuração dos votos mostrou uma disputa extremamente apertada entre os dois candidatos. A diferença dos votos foi, durante toda a contagem, muito pequena e houve até um momento em que eles empataram em 213 votos. No final da apuração, os votos de Rebelo eram comemorados pelos deputados.

No primeiro turno, os dois alagoanos, em uma votação surpreendente, empataram em 182 votos. Em terceiro, com 76 votos, ficou Ciro Nogueira (PP-PI), herdeiro do ex-presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Luiz Antônio Fleury Filho (PTB-SP) teve 41 votos, Alceu Collares (PDT-RS), 18 e Jair Bolsonaro (PP-RJ), não teve votos.

Corrupção / Política Brasil

A revista *Veja* publicou reportagem denunciando a existência de um esquema de cobrança de propina na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, operado por funcionários indicados pelo presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ).

A gravação

Com base em uma gravação feita por empresários não mencionados, a reportagem da revista mostra o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, recebendo R\$ 3 mil em dinheiro como "adiantamento" para que as empresas pudessem "entrar no rol de fornecedores" da empresa. Sem saber que estava sendo filmado, Marinho descreve para os empresários o esquema de arrecadação de recursos para o PTB que, segundo ele, é capitaneado por Jefferson.

O superior hierárquico de Marinho, o diretor de Administração Antônio Osório Batista também é comprometido por Marinho. Ele diz a seus interlocutores que Batista - ex-deputado do PTB baiano, igualmente indicado por Roberto Jefferson - também integraria o esquema, que teria ainda um assessor, cujo nome não foi revelado. Ele explica que está no esquema em nome do PTB e sob as ordens de Jefferson. "Ele me dá cobertura, fala comigo, não manda recado. É doidão", afirma o ex-funcionário.

Afastamentos

Maurício Marinho foi afastado do cargo pelo próprio Antônio Osório Batista, que também pediu afastamento. O assessor executivo da diretoria de Administração, Fernando Godoy, também solicitou afastamento após as denúncias. Segundo os Correios, Marinho estava afastado do cargo antes mesmo da denúncia, por motivos de saúde.

Defesa

O ex-diretor, que é secretário de Projetos da Comissão Executiva Nacional do PTB, disse que Marinho não é filiado e não tem nenhuma ligação com o partido. "Ele jogou lama em mim, no presidente, no deputado, em toda a diretoria, mas ele não conhece ninguém do PTB e não é amigo do deputado Roberto Jefferson", assegurou Batista ao Estado. "Não entendo o que aconteceu com ele e só posso atribuir à hepatite, ao diabetes."

Roberto Jefferson

Ex-integrante da "tropa de choque" que tentou salvar o presidente Fernando Collor (1990-1992) do impeachment, o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, de 52 anos, mostrou-se, ao longo de seis mandatos de deputado federal, vocacionado para apoiar o governo, qualquer que fosse. O motivo dessa flexibilidade - que lhe permitiu, em 13 anos, transitar da aliança com o collorismo ao apoio ao petismo, com passagem pela base do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) - reside nos postos federais que trabalhistas sempre obtiveram, em troca de uma postura dócil. Sempre em nome da governabilidade, Jefferson conseguiu negociar, no ano passado, uma aliança com o PT nas eleições municipais.

Desgaste político

A denúncia deve provocar mais desgaste político à base governista na Câmara, por envolver diretamente o presidente do PTB, um dos principais partidos aliados do governo federal. A oposição já articula o pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso.

o "mensalão"

Na esteira dos acontecimentos sobre pagamento de propinas nos correios, surgem denúncias de pagamento a deputados, supostamente com o intuito de aliciamento de votos favoráveis às propostas do governo na câmara.

O termo "mensalão" entrou definitivamente para o vocabulário político e cotidiano do país com a entrevista do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à Folha, quando contou pela primeira vez sobre um suposto esquema de pagamentos mensais a deputados do PP e do PL, no valor de R\$ 30 mil.

Jefferson --apontado como um "avalista" de um esquema de corrupção nos Correios-- não apresentou até o momento provas materiais de suas acusações. No entanto, nas semanas seguintes outros testemunhos começaram a trazer à tona elementos que sustentaram em parte o depoimento do deputado.

A deputada licenciada Raquel Teixeira (PSDB-GO) revelou, primeiro à imprensa e depois ao Congresso, que recebeu proposta financeira para mudar de partido. Pouco antes, o

deputado Miro Teixeira (PT-RJ) relatou que ouviu no ano passado de Jefferson a menção sobre o "mensalão".

Fora do campo parlamentar, Fernanda Karina Somaggio, uma secretária que trabalhou para o empresário Marcos Valério de Souza entre 2003 e 2004, contou que teria testemunhado tráfico de "malas de dinheiro" na agência de publicidade onde trabalhava e freqüentes contatos entre seu ex-patrão, o publicitário Marcos Valério de Souza, e parlamentares de Brasília, bem como com o tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Até o momento, não há provas concretas sobre a existência do "mensalão", que segundo o deputado Jefferson, seria de amplo conhecimento da Casa.

O mais forte indício de algum esquema escuso vem de relatório do Coaf (Conselho de Controle de atividades Financeiras, ligado à Fazenda), que registra saques das empresas do publicitário Marcos Valério nas agências do Banco Rural e do Banco do Brasil em Brasília e Belo Horizonte chegam a R\$ 20 milhões desde junho de 2003.

Entenda o papel da Corregedoria, do Conselho de Ética e das CPIs

Três instâncias da Câmara podem investigar denúncias contra deputados: a Corregedoria Geral, as CPIs e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. No entanto, apenas o conselho pode encaminhar punições, que, nos casos mais graves - suspensão e perda de mandato - são resolvidas por votação do Plenário.

Confira o papel específico de cada instância:

CPIs

As CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) não têm exatamente a função de investigar denúncias sobre deputados. Embora as investigações feitas nessas comissões devam ater-se aos fatos para os quais foram criadas, uma CPI pode encontrar indícios de envolvimento de parlamentares em atos ilícitos. Se os atos ferirem o decoro parlamentar, a CPI poderá encaminhar uma representação ao Conselho de Ética para seguir os trâmites normais.

Os processos, em todas as instâncias, buscam assegurar o direito de defesa aos deputados. Embora o depoimento seja opcional na Corregedoria e no conselho, sendo obrigatório nas CPIs, os acusados têm livre acesso aos processos.

Conselho de Ética

A resolução de um processo na Corregedoria pode ser a denúncia de deputado por ações incompatíveis com o mandato parlamentar. No Conselho de Ética, o acusado será então julgado por seus pares, que revisarão as evidências e poderão recomendar ou não punições cabíveis. Elas vão desde a censura oral até a perda do mandato. Em todo caso, cabe à Mesa Diretora decidir sobre o envio da denúncia ao conselho.

Além do processo disciplinar, representações podem ser apresentadas diretamente ao conselho por partidos políticos. Nesse caso, o processo contra o deputado precisa ser instaurado e as investigações passam a ser feitas pelo próprio conselho, que por isso conta com a participação do corregedor-geral entre seus integrantes.

O prazo para o relator no conselho apresentar seu parecer é de 60 ou 90 dias, se os indícios levarem à recomendação de perda de mandato. Caso seja aprovado parecer que recomende punições severas, ele deve ser votado pelo Plenário em no máximo dois dias ou trancará a pauta de votações, respeitando apenas projetos com urgência constitucional, como as MPs (medidas provisórias). Por obrigação constitucional, as votações de pareceres, tanto no conselho quanto em Plenário, deverão ser secretas, mas a discussão e a votação ocorrem em reunião pública.

Corregedoria Geral

A Corregedoria, comandada pelo 2º vice-presidente da Câmara, é a responsável pela investigação de denúncias contra deputados que sejam apresentadas à Casa de qualquer forma. É papel do presidente da Casa encaminhar as denúncias à Corregedoria quando as considerar pertinentes.

No momento em que as investigações exigirem maior fôlego, o corregedor poderá nomear uma comissão de sindicância, a ser presidida por ele mesmo. O corregedor procede como investigador, averiguando os fatos e ouvindo depoimentos.

Nessa instância, o deputado acusado ainda não está sendo processado. Depoimentos geralmente são feitos reservadamente. O cuidado visa preservar a imagem do parlamentar, que pode ser inocentado. À medida que as investigações avançam, a Corregedoria pode tornar públicas as informações sobre o processo.

O prazo para as investigações é de 20 sessões. O tempo pode ser estendido, a juízo do presidente da Câmara.

Glossário: entenda os termos usados nas CPIs

Confira abaixo o significado de alguns termos utilizados pelos membros das CPIs que investigam as denúncias de corrupção no Brasil.

Comissão

Órgão integrado por parlamentares, tendo composição partidária proporcional à da Casa, tanto quanto possível. Pode ter caráter permanente ou temporário e assume relevantes funções no processo de elaboração das leis e de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo.

Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados é o órgão encarregado do procedimento disciplinar destinado à aplicação de penalidades, nos casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar. Cabe ao Conselho, entre outras atribuições, zelar pela observância dos preceitos éticos, cuidando da preservação da dignidade parlamentar.

Contra a administração pública

Tipificados no Código Penal nos capítulos de corrupção ativa e passiva, os crimes contra a administração pública são basicamente aqueles em que um funcionário público - seja ele presidente da República, ministro, presidente de estatal ou empregado de carreira - usa o Estado para obter vantagem pessoal.

CPI dos Correios

Comissão mista formada por senadores e deputados cuja função é investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Decoro parlamentar

Princípios éticos e normas de conduta que devem orientar o comportamento do parlamentar no exercício de seu mandato.

Empresa pública

Entidade empresarial, com personalidade jurídica de direito privado e participação única do poder público no seu capital e direção. Criada por lei, com patrimônio próprio, para garantir a produção de bens e serviços fundamentais à coletividade. Pode adotar qualquer das formas societárias previstas em direito.

Evasão fiscal

É quando o contribuinte deixa de recolher os impostos ou a máquina arrecadadora, por algum motivo, não consegue arrecadá-los. A evasão pode ser criminosa (sonegação) ou aparentemente legal, valendo-se o contribuinte, para não pagar impostos, de brechas existentes nas leis tributárias.

Fraude

Ato ilícito que consiste na falsificação de documentos, na prestação de informações falsas ou na inserção de elementos inexatos nos livros fiscais, com o objetivo de não pagar tributos ou de pagar importância inferior à devida.

Habeas-corpus

Garantia constitucional que visa proteger o direito de ir e vir. É concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Quando há apenas ameaça de direito, o habeas-corpus é preventivo.

Lavagem de dinheiro

É o processo pelo qual o criminoso transforma recursos ganhos em atividades ilegais em ativos com uma origem aparentemente legal. Especialistas estimam que cerca de US\$ 500 bilhões em "dinheiro sujo" - cerca de 2% do PIB mundial - transitam anualmente na economia.

Liminar

Decisão provisória do juiz acolhendo pedido feito por uma das partes no processo. Normalmente, o pedido de liminar é feito em ações de habeas-corpus, medidas cautelares e mandados de segurança. As liminares podem ser revogadas a qualquer tempo pelos juizes que as concederam e serão sempre substituídas pelas sentenças proferidas no fim do processo.

Lobby

Atividade que procura influenciar os detentores de poder decisório visando o atendimento de interesses específicos de grupos.

Mensalão

Mesada de R\$ 30 mil que, segundo denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), teria sido paga por dirigentes do PT a deputados do PP e do PL - partidos aliados - para que votassem de acordo com a orientação do governo.

Obstrução

Recurso utilizado pelos parlamentares, em uma Casa legislativa, com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo dentro de uma ação política. Em geral, os mecanismos utilizados são pronunciamentos, pedidos de adiamento da discussão e da votação, saída do Plenário para evitar quórum, entre outros.

Oposição

Fiscalização permanente e legal dos governantes, exercida pelas minorias políticas.

Parlamentar

Membro do parlamento; pertencente ou relativo ao parlamento. No Congresso Nacional, são os Deputados Federais e Senadores da República.

Prestação de contas

Demonstrativo organizado pelo próprio agente, entidade ou pessoa designada, acompanhada ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesa, os quais, se aprovados pelo Ordenador de Despesa, integrarão a sua tomada de contas.

Relator

Parlamentar responsável pela elaboração de parecer ou de relatório de uma proposição.

Subcomissão

Formada por uma parte dos membros de uma comissão, destinada ao desempenho de determinada tarefa ou ao exame de assuntos específicos. A Subcomissão não tem poder decisório e é constituída no âmbito de comissão temática. Pode ser permanente ou temporária.



Roberto Jefferson, cassado.

O deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) teve o mandato cassado pelo plenário da Câmara. Acusado pelo Conselho de Ética de quebra de decoro por não ter provado as acusações feitas contra outros parlamentares e também por ter admitido que recebeu dinheiro de caixa 2 para campanha eleitoral, o petebista fica inelegível por oito anos. Foram 313 votos pela cassação e 156 contra, além de 13 abstenções, cinco votos em branco e dois nulos. Jefferson é o primeiro deputado a ser cassado após o início do escândalo que envolve o governo e os partidos da base.

A votação foi por meio de cédula e secreta. Quando a contagem de votos atingiu os 257 necessários para a cassação, o plenário não esboçou qualquer reação.

Estão em andamento no Conselho de Ética mais três processos de cassação: contra José Dirceu (PT-SP), Sandro Mabel (PL-GO) e Romeu Queiroz (PTB-MG). Outros 13 parlamentares são acusados de quebra de decoro pelo relatório parcial das CPIs dos Correios e do Mensalão e também correm risco de perder o mandato. Além deles, Carlos Rodrigues e Valdemar Costa Neto, ambos do PL, renunciaram ao mandato antes que o processo de cassação fosse aberto.

Antes do início da votação, Jefferson fez um discurso em tom de despedida, apoiado por uma claque barulhenta de integrantes da juventude petebista de vários estados do país, que ocupou as galerias do plenário. Emocionado, ele teve que conter as lágrimas quando falou da mãe e da mulher. Durante 41 minutos, o deputado reafirmou suas denúncias, atacou o PT e aumentou o tom das críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

- O presidente Lula é uma espécie de Genoino na Presidência da República: não sabe o que lê, não sabe o que assina, não sabe o que faz. E confiou a mãos erradas, ao Gushiken e ao José Dirceu, a confiança que o provo do Brasil depositou nele. Errou.

No fim, disse que sai de cabeça erguida:

- Entrego meu mandato na mão dos senhores. Honrei o Parlamento. Não conseguiram provar nada no jornal contra minha honra e minha dignidade pessoal. Saio de cabeça

erguida. Com o sentimento da missão cumprida. Tirei a roupa do rei! Mostrei ao Brasil quem são esses fariseus. Mostrei ao Brasil o que é o governo Lula - disse, sendo aplaudido pelas pessoas que estavam nas galerias do plenário da Câmara.

No começo da sessão, o relator do Conselho de Ética, Jairo Carneiro (PFL-BA), leu um resumo de seu parecer, que pede a cassação do petebista.

- Este é um momento que tem alta significação, uma ocasião em que fazemos um mea-culpa, uma auto-imolação, um juízo sobre a conduta dos nossos pares, em particular do deputado Roberto Jeferson - disse Carneiro, no começo de seu discurso.

O relator citou Jefferson como um parlamentar "que sabe exercer com habilidade, bravura e inteligência a tribuna", mas destacou que a decisão a ser tomada pelo plenário nesta quarta não deve ter como base a emoção ou a paixão.

- Aqui não será a paixão, nem a emoção, que vai superar as razões que devem ditar a conduta de cada um e o voto e a decisão de cada qual - alertou.



Roubo ao Banco Central no Ceará

Ladrões deram o golpe do século no Brasil, no segundo maior assalto a banco da história mundial: roubaram R\$ 156 milhões dos cofres da sede local do Banco Central em Fortaleza, depois de cavar um túnel.

A obra levou três meses para ficar pronta - tinha iluminação e ventilação e espaço suficiente para o escoamento para 3,5 toneladas de dinheiro. A polícia desconfia que a quadrilha tinha ajuda de dentro, porque nenhum alarme disparou.

O assalto ao Banco Central no Ceará foi resultado de um plano elaborado, que começou a ser executado há três meses. O primeiro passo da quadrilha foi alugar uma casa a duas ruas do banco. Para os vizinhos, no local funcionava uma empresa que vendia grama, sintética e natural. Eles não desconfiaram da terra que era carregada para fora e nunca ouviram barulhos suspeitos. "Eles só entravam e saíam do carro para fazer serviços", diz um vizinho.

O túnel começou a ser escavado a partir de um quarto, que fica no fundo do quintal da casa. Daqui, eram levados água, eletricidade e até ar para os ladrões conseguirem trabalhar dentro do buraco. Eles montaram um sistema de ventilação com esse aparelho de ar condicionado.

Só há espaço para uma pessoa. O túnel desce a quatro metros de profundidade e, depois, se estende por 80 metros. Atravessa o quarteirão e uma avenida antes de chegar ao cofre.

Fotos feitas pela Polícia Federal mostram o buraco no piso de um metro e dez centímetros de espessura, reforçado com concreto e malha de aço. As ferramentas ficaram abandonadas e podem dar algumas pistas. Mas a investigação precisa descobrir por que os assaltantes não foram detectados pelos sensores de movimento instalados dentro do cofre. Eles deveriam ter feito o alarme disparar. E por que a ação não foi gravada pelas câmeras do circuito interno de TV.

A polícia quer saber se a quadrilha recebeu informações sobre o prédio e o sistema de segurança do Banco Central para realizar um dos maiores roubos a bancos da história do Brasil.

Os ladrões de Fortaleza, que aparentemente não empregaram violência nem usaram armas, cometeram um "furto qualificado" e, se forem apanhados, pegarão de um a quatro anos de cadeia.



Na tarde do dia 24 de maio de 2005 um tornado significativo atingiu a região de Indaiatuba no interior do Estado de São Paulo. Este foi o tornado mais intenso já registrado em vídeo no Brasil, e, dada sua força, não resta dúvida que foi gerado por uma tempestade tipo supercélula. Este tornado foi intenso o suficiente para gerar vórtices menores no seu interior (tornados-satélites dentro do tornado principal), caracterizando o que é chamado de tornado com vórtices múltiplos, do inglês "multiple-vortex tornado". Avaliação de danos realizada pelos pesquisadores Isabela e Emerson Marcelino indica que este tornado atingiu a escala F3 de Fujita (comunicação pessoal). A partir de F3 os tornados são verdadeiros "assassinos", de modo que o fato de nenhuma fatalidade ter sido registrada com este tornado representa um acontecimento bastante feliz.

Até onde eu sei esta é a primeira vez que um "multiple-vortex tornado" é filmado no hemisfério sul. Mas ainda estou pesquisando para confirmar esta informação. O vídeo abaixo, pertencente ao serviço de monitoramento da Rodovia das Colinas, mostra o tornado.



Corrupção explícita em Rondônia

"Durante a semana, a bancada federal enviou à casa de leis ofícios pedindo providências sobre os desmandos do governador do estado", diz a locutora da Assembléia Legislativa e Rondônia.

O estado de Rondônia atualmente é cenário de uma violenta disputa por poder e dinheiro. De um lado, a bancada dos deputados estaduais de oposição. De outro, o governador Ivo Cassol, do PSDB. Cassol é acusado pela bancada de oposição de não repassar para os poderes estaduais verbas previstas no orçamento de 2004.

"O orçamento de 2004 ele sancionou e depois, de forma unilateral, ele baixou um decreto no dia 5 de janeiro, que esse é o fruto da denúncia, baixou um decreto de forma unilateral, onde ele diminui o repasse de todos os poderes, bem como do Ministério Público, descumprindo a lei de responsabilidade fiscal", diz a deputada estadual Ellen Ruth.

Segundo Ivo Cassol, que está sujeito a um processo de impeachment, o que está por trás da disputa é um jogo de interesses. Ele afirma que os deputados de oposição fizeram da Assembléia Legislativa um balcão de negócios. Em troca de apoio político, dinheiro.

"Nos governos passados, os governadores sempre foram reféns da Assembléia Legislativa. Portanto, logo no começo da administração, começaram a ter propostas indecentes", declara Ivo Cassol.

O governador de Rondônia resolveu, então, gravar as tais propostas indecentes com uma câmera escondida. As imagens que o Fantástico mostrou, com exclusividade, revelam a face mais sórdida da política brasileira.

"Nesse momento, eu tinha no meu escritório a visita do deputado Ronilton Capixaba, da deputada Ellen Ruth e do deputado Daniel Nery. Eles queriam R\$ 50 mil de pagamento cada um, por fora, mensal. E eles falavam em nome de um grupo de dez deputados estaduais", diz o governador. "A própria deputada Ellen Ruth dizia que, se eu quisesse a governabilidade no estado, eu tinha que aceitar a proposta deles, sob pena de não ter condições de governar."

Numa das cenas mostradas, a deputada Ellen Ruth e o deputado Ronilton Capixaba sugerem ao governador o superfaturamento dos custos de um serviço terceirizado: os postos de vigilância.



Morte do Jornalista Roberto Marinho

O jornalista Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, morreu nesta quarta-feira à noite, aos 98 anos. Ele estava em casa, no Cosme Velho, pela manhã, quando sofreu um edema pulmonar, provocado por uma trombose. Roberto Marinho foi, então, internado na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Samaritano, em Botafogo.

Seu estado de saúde permaneceu grave durante todo o dia e os médicos decidiram realizar uma cirurgia para retirar o coágulo que se instalara em um de seus pulmões. A operação começou às 21h30, mas Roberto Marinho não resistiu. Às 22h40, a apresentadora Ana Paula Padrão anunciou a morte do jornalista em um entrada extraordinária do Jornal da Globo.

Roberto Marinho era casado com Lily Marinho, sua terceira mulher, e tinha três filhos: Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto Marinho.

Com a morte de Roberto Marinho, foi-se o mito do jornalista e empresário que costumava falar do futuro com um surpreendente condicional. "Se algum dia eu vier a faltar", dizia ele em reuniões com os filhos e os executivos das Organizações Globo, repetindo uma frase que, embora de comprovada autenticidade, acabou caindo no folclore. Tanto a frase como a história das tartarugas, esta sim anedótica. Ao saber que as tartarugas que um amigo lhe oferecia tinham uns 30 anos e poderiam viver mais uns 50, desistiu de levá-las para casa, porque não queria aborrecimentos. "Eu me apego muito a esses bichinhos, vou sofrer quando eles morrerem", alegou o Doutor Roberto, agradecendo o presente



Favelas x drogas x violência

A cidade do Rio de Janeiro tem hoje mais de 650 favelas. No ano 2010, elas concentrarão 21,1% da população (1,4 milhão de pessoas), segundo projeção do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Esta perspectiva de degradação social nos remete à deterioração da cidade e, por conseguinte, da possibilidade da boa convivência urbana. As favelas não são um problema criado por aqueles que não tinham onde morar, mas sim a solução por eles encontrada para suprir a inexistência de uma política habitacional que, somada à total falta de oportunidades sociais, vai aumentando cada vez mais o fosso que nos afasta de uma existência pacífica.

O avassalador processo de favelização da cidade, acrescido do tempero da droga, potencializa a violência e exige, urgentemente, a revisão de conceitos equivocados segundo os quais somente o organismo policial tem responsabilidade pela segurança do cidadão. Polícia não é solução para problemas sociais; é onde transbordam os problemas sociais não resolvidos que, cumulativamente, geram a desvalorização da vida humana e a banalização do crime. As polícias Civil e Militar estão fazendo a sua parte. Nos últimos dois anos, realizaram mais de 45 mil prisões, retiraram de circulação 75 lideranças do tráfico e apreenderam mais de 30 mil armas nas mãos de criminosos.

É inadiável o reconhecimento de que, além de ações policiais, segurança pública exige intervenções econômicas, políticas e sociais que promovam a redução dos níveis de miséria e o aumento das oportunidades na educação e no trabalho. E mais do que isso: não haverá solução definitiva, se as ações de desmantelamento do tráfico não partirem efetivamente dos moradores das favelas. A transformação terá que surgir de dentro para fora, de fora para dentro. De todos com Estado.

Ataque Terrorista em Londres

Um ataque terrorista coordenado causou a morte de ao menos 50 pessoas e deixou 345 feridos,-- muitas deles em estado grave--, em Londres (Reino Unido), segundo informações da polícia.

O premiê Tony Blair, que participava do G8 [grupo dos sete países mais ricos do mundo e a Rússia] na Escócia, classificou a ação como um ato "bárbaro e cruel". Já em Londres, Blair fez um pronunciamento à nação e disse que os responsáveis pelo ataque agiram em nome do islã.

As explosões atingiram ônibus e trens no momento em que as pessoas se dirigiam ao trabalho, entre 8h51 e 9h47 (entre 4h51 e 5h47, no horário de Brasília), e foram reivindicadas por um grupo supostamente ligado à rede terrorista Al Qaeda.

Os 33 mortos são vítimas dos ataques aos trens: 21 morreram em um metrô perto da estação de Liverpool Street, sete em outro trem que estava próximo da estação Moorgate e cinco na estação Edgware Road.

Durante a coletiva de imprensa, Brian Paddick, vice-comissário da Polícia Metropolitana de Londres, disse que ainda não possuía o total de mortos da explosão que atingiu um ônibus de dois andares, perto da praça Russel, o que indica que o total de baixas deve aumentar.

Al Qaeda

A polícia de Londres disse que, até o momento, as autoridades britânicas não receberam nenhuma reivindicação dos ataques, mas um grupo auto-intitulado Organização Secreta Al Qaeda na Europa divulgou um comunicado em uma página na internet reivindicando a autoria da ação, segundo o site da revista alemã "Der Spiegel".

De acordo com informações de testemunhas, logo após as explosões era possível ver pessoas correndo entre pedaços de corpos que foram lançados a grandes distâncias. Os feridos graves foram atingidos por queimaduras e amputações, de acordo com o relato oficial da polícia metropolitana de Londres.

Toda a rede ferroviária [metrô e trens] foi interrompida, e os ônibus estão proibidos de circular no centro de Londres. Centenas de ambulâncias e equipes de socorros foram para os locais das explosões para dar atendimento às pessoas.

Horário de pico

A primeira explosão ocorreu às 8h51 (4h51 de Brasília), a cem metros da estação de metrô de Liverpool Street, que deixou sete mortos.

Cinco minutos depois [às 8h56 em Londres], houve outra explosão na linha do metrô entre a estação King's Cross e a praça Russell, matando 21 pessoas.

Às 9h17 (5h17 de Brasília), uma explosão foi registrada no trem que tinha como destino a estação de metrô de Edgware Road. O impacto abriu um buraco na parede lateral, atingindo um outro trem, e possivelmente um terceiro. Ao menos cinco pessoas morreram.

A última explosão foi ouvida às 9h47 (5h47 de Brasília), e atingiu um ônibus de dois andares em Tavistock. Ainda não há informações claras sobre quantas pessoas morreram no último atentado.

O grupo terrorista IRA (Exército Republicano Irlandês, guerrilha católica) negou qualquer vínculo com os atentados da manhã desta quinta-feira.

Repercussão

Logo após a notícia da explosão, vários líderes europeus fizeram declarações de apoio e solidariedade à população da Inglaterra. A Embaixada de Israel em Londres decretou alerta máximo.

O ministro israelense das Finanças, Binyamin Netanyahu, que iria apresentar nesta quinta-feira uma palestra em uma conferência sobre investimentos corporativos, estava a caminho de um hotel em Londres no momento em que houve as explosões.

Tragédia no ônibus

Além dos trens, um ônibus de dois andares [típicos da cidade de Londres] também foi atingido por uma explosão, perto da praça Russell e do terminal de trem em King's Cross. A explosão foi tão violenta que arrancou o teto do veículo.

Até o momento, a polícia britânica não divulgou o número de mortos e feridos da explosão do ônibus, mas testemunhas disseram ter visto corpos pendurados através das janelas da parte inferior do veículo, além de partes de corpo espalhadas nas proximidades do ataque.

Um médico na estação de Aldgate, a leste do centro financeiro da cidade, afirmou que apenas naquele local 90 pessoas foram feridas.

Morte de Brasileiro - Londres

A morte de Jean Charles de Menezes está mobilizando a comunidade brasileira em Londres. No restaurante Brasil by Kilo, na rua de comércio mais famosa da cidade, a Oxford Street, o proprietário Luiz de Souza decidiu estampar camisetas e usar o dinheiro das vendas para ajudar a família do brasileiro.

Jean de Menezes era bem conhecido no restaurante. O eletricista trabalhou na reforma do estabelecimento e também era cliente do local. Várias pessoas criticaram a ação da polícia.

"Acho que a Scotland Yard tem maneiras de resolver isso de outra forma, não atirar primeiro e depois perguntar", disse à BBC Brasil nesta segunda-feira Dickson Luís Laureano Leme.

"Eles poderiam ter atirado na perna, poderiam atirar de alguma forma para imobilizar, não para matar. Eu acho que eles vão estar simplesmente jogando da mesma forma que os terroristas que estão matando", comentou Michelli Gunsen de Lucas.

Um dos funcionários do Brasil by Kilo, Bernardo Ilossi, disse que conversou recentemente com Jean e que o eletricista falou sobre os planos dele para o futuro. "Pelo o que eu me lembro ele disse que tinha planos para voltar em seis meses."

Além da instalação elétrica do restaurante, o brasileiro morto por engano por policiais ingleses foi responsável pelas instalações também de uma lanchonete e de um centro de transferência de dinheiro que funcionam no mesmo prédio.

O dono do restaurante tem uma teoria para o ocorrido. "Fiquei sabendo que houve uma festa no sábado anterior em um pub perto da casa dele. Acho que ele pensou que (os policiais) eram os ingleses que brigaram com a turma dele (na festa). Acho que ele com medo se assustou e correu."

O gerente da loja de transferência de dinheiro que funciona no local, Victor Nascimento, descreveu um dos encontros que teve com Jean Charles. "Um encontro que ficou marcado foi no dia 8 de julho, que foi o dia depois do primeiro atentado aqui em Londres, eu estava indo ao banco quando o encontrei", completou.

"E com o jeito calmo dele, o jeitinho mineiro, disse que a gente tinha que ganhar nosso dinheirinho e ir embora daqui porque o bicho vai pegar".

Morte do papa João Paulo II

Com bilhões de espectadores comovidos em todo o mundo, a morte do papa João Paulo II tem sido um momento para a mídia como nenhum outro na história recente.

Jornalistas e editores foram envolvidos em uma história que deixou alguns deles tão aturdidos, entristecidos e inspirados como seus espectadores e leitores.

Mesmo em países nos quais a Igreja Católica tem pouca influência direta, o impacto emocional foi muito além do que se poderia esperar de uma notícia, mesmo uma tão grande como a morte de um reverenciado líder religioso.

Uma experiente correspondente mexicana teve uma crise de choro ao vivo. A TV estatal da Hungria demitiu seu diretor jornalístico por ter sido vagaroso demais para interromper a programação normal. O jornal alemão *Bild* retirou a foto de uma mulher de topless que geralmente aparece na capa de suas 12 milhões de edições.

Para avaliar a importância do evento, as estações filipinas de TV despacharam suas primeiras equipes de reportagem para o exterior desde os ataques de 11 de setembro de 2001 nos EUA.

"A cobertura televisiva da morte do papa João Paulo II tem representado a ele como um atleta, um ator, um inimigo do totalitarismo, um viajante mundial, um poliglota, um pacifista, um penitente", observou o diário *New York Times*.

Mas alguns críticos vêem uma mídia enlouquecida com o Papa, obcecada com a história da morte de uma celebridade e não com a de uma Igreja de 2 mil anos que passa por uma encruzilhada. "O funeral de sexta-feira será o de uma celebridade, assim como será um evento religioso, e os líderes mundiais que se dirigem agora a Roma não querem nada mais complicado do que se associar a isso", escreveu o colunista Martin Kettle no jornal britânico *Guardian*.

Claramente, a maior parte das emoções da imprensa foi sincera. Até jornalistas mais experientes envolveram-se, apesar de a saúde do Papa vir piorando havia dias. Na emissora pública alemã *ARD*, a âncora Anne Will lutava contra as lágrimas enquanto lia as notícias. A mexicana Valentina Alazraki, que cobriu o papa João Paulo II para a rede *Televisa* por anos e se converteu ao catolicismo, estava visivelmente abalada e não pôde se conter durante uma transmissão ao vivo da Basílica de São Pedro.

Poucas notícias receberam tanta atenção de tantas partes do mundo por tantas razões diferentes. A atenção foi muito além da cristandade. Os novos canais de notícias 24-horas do mundo árabe cobriram o assunto exaustivamente. Entretanto, nem todos ficaram satisfeitos: "De fato, a mídia islâmica nos inundou com notícias sobre esse cruzado infiel, que junto com sua gangue no Vaticano permaneceu em silêncio sobre os massacres de muçulmanos", escreveu um colaborador de um site islâmico.

Eleição de Bento XVI

O ultraconservador cardeal alemão Joseph Ratzinger foi eleito papa na terça-feira, de forma surpreendente, para alegria dos católicos tradicionalistas e frustração dos liberais.

Ratzinger, 78, será o 265o. pontífice da Igreja, sob o nome de Bento 16.

Ele deve defender a rígida ortodoxia de João Paulo 2o. e rejeitar mudanças doutrinárias, o que pode acentuar as divisões deixadas por seu antecessor polonês.

Ratzinger é o homem mais velho a ser eleito papa em três séculos e o primeiro pontífice alemão em um milênio.

A rapidez e o resultado do conclave, que durou apenas dois dias, foram uma surpresa. Muitos vaticanistas consideravam que Ratzinger, guardião da doutrina de João Paulo 2o. durante 23 anos, era muito polêmico e velho para ser eleito.

Eles previam o surgimento de um nome mais conciliador durante o conclave, embora João Paulo 2o. tenha criado todos os cardeais eleitores, exceto o próprio Ratzinger e mais um.

A escolha indica que os cardeais quiseram manter a rígida ortodoxia doutrinária de João Paulo 2o. e ao mesmo tempo promover um pontificado curto, de transição, depois de 26 anos sob o comando de Karol Wojtyla -- o terceiro pontificado mais longo da história.

O novo papa, de cabelos brancos, apareceu na sacada da basílica de São Pedro logo depois da sua eleição. Sorria muito e acenava para dezenas de milhares de fiéis na praça.

"Eu me entrego às suas orações", disse ele à multidão que repetia a palavra "papa, papa" e agitava bandeiras e sombrinhas. Alguns escalaram postes e fontes para ver melhor a cena. Alguns subiam em postes de luz e fontes para ver melhor.

Esta é apenas a terceira vez em um século em que um papa é eleito no segundo dia do conclave. Para isso, Ratzinger obteve pelo menos dois terços dos 115 votos.

Ratzinger é o cardeal mais idoso a ser eleito papa desde Clemente 12, que também tinha 78 anos ao ser escolhido, em 1730. Bento 16 será o primeiro papa alemão desde Vítor 2. (1055-1057).

Mesmo seu irmão Georg, 81, considerava que ele poderia ser velho demais. "Aos 78 anos, não é bom assumir um cargo que desafia a pessoa por inteiro", afirmou.

Nascido na Baviera em 16 de abril de 1927, filho de um delegado de polícia, Ratzinger participou da Juventude Hitlerista durante a Segunda Guerra Mundial, quando isso era obrigatório, segundo sua autobiografia.

Mas nunca foi membro do partido nazista, e sua família se opunha ao regime de Adolf Hitler, de acordo com seus biógrafos.

Ratzinger posteriormente se tornou um importante professor de teologia e arcebispo de Munique, antes de assumir o cargo na Congregação da Doutrina da Fé, em 1981.

Ratzinger é o homem mais velho a ser eleito papa em três séculos e o primeiro pontífice alemão em um milênio.

Seu pontificado deve trazer mudanças consideráveis de estilo em relação ao de João Paulo 2o., eleito aos 58 anos e conhecido por sua dedicação às atividades físicas, enquanto sua saúde permitiu, e por suas viagens.

ONDAS GIGANTES NA INDONÉSIA

O mais intenso terremoto do mundo em quatro décadas foi registrado perto da costa da Indonésia, desencadeando uma série de ondas gigantes, chamadas de tsunami, que varreram diversas regiões costeiras no Oceano Índico, ao longo do Sudeste da Ásia, gerando caos, mortes e destruição. O desastre de proporções cataclísmicas matou mais de 11 mil pessoas em oito países - Indonésia, Índia, Sri Lanka, ilhas Maldivas, Malásia, Tailândia, Mianmar e Bangladesh -, de acordo com autoridades e imprensa locais.

Os países mais atingidos são Indonésia, Sri Lanka e Índia. A Cruz Vermelha Internacional enviou uma equipe para ajudar no resgate e no atendimento às vítimas. A organização alertou para o risco de disseminação de doenças e de falta de alimentos e de água potável.

Há milhares de feridos e desaparecidos nessa região da Ásia, famosa por ilhas paradisíacas e que estava lotada de turistas na hora do desastre natural. Muitas pessoas foram surpreendidas pelas ondas gigantes quando aproveitavam o domingo de sol na praia.

O epicentro do terremoto inicial de 8,9 graus na escala aberta de Richter foi registrado a 160 quilômetros da costa da ilha de Sumatra, no Norte da Indonésia, por volta das 7h (horário local), de acordo com a U.S Geological Survey, a Vigilância Geológica dos Estados Unidos. O tremor provocou ondas gigantes, de até dez metros de altura, que atingiram também outros países.

De acordo com o centro americano, o terremoto deste domingo foi o quinto mais forte registrado no mundo desde 1900 e o mais violento desde 1964, quando um forte tremor atingiu o Alasca.

Por toda a região, o cenário de devastação se repetia: casas destruídas, carros e barcos arrastados pela força das águas, e muita lama e entulho. Testemunhas disseram que não houve qualquer alerta sobre o perigo de ondas gigantes após o terremoto na Indonésia.

O número de vítimas divulgado por governos e imprensa é impreciso e deve continuar aumentando. Muitos turistas estrangeiros, que aproveitavam as festas de fim de ano na região, estão entre os mortos e feridos. Até o momento não há informações de haja brasileiros entre as vítimas.

Na Indonésia, morreram pelo menos 4.422 pessoas, segundo o Ministério da Saúde. Somente a cidade de Banda Aceh, capital da província da Aceh, no extremo norte da ilha de Sumatra, contou 3 mil mortos.

No Sri Lanka, o número oficial de mortos pelas ondas gigantes que invadiram a costa leste do país passa de 3.500. Segundo o governo, 750 mil pessoas foram desalojadas nas costas sul e leste do país.

A água atingiu níveis considerados perigosos no oeste do país, inclusive na capital do Sri Lanka, Colombo, onde moradores tiveram que deixar suas casas. O gabinete do primeiro-ministro informou que o país foi atingido por duas ondas gigantes, uma por volta das 9h30m (horário local) e outra ao meio-dia. Um milhão de pessoas, cerca de 5% da população local, foi afetado pelo desastre natural. O presidente Chandrika Kumaratunga pediu ajuda internacional.

Na Índia, o número de mortos passa de dois mil e há milhares de desaparecidos, segundo fontes do governo. As regiões mais atingidas pelo desastre natural são os estados de Tamil Nadu e Andhra Pradesh, no sul do país. A força das grandes ondas que atingiram a Índia foi tamanha que chegou ao estado de Kerala, localizado no Sudoeste do país e no lado oposto ao estado de Tamil. Pelo menos 92 pessoas morreram em Kerala.

O primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, colocou a Marinha em alerta e ofereceu ajuda urgente ao Sri Lanka.

Ondas de mais de seis metros de altura inundaram as ilhas indianas de Andamano e Nicobar (próximas da Indonésia) e vários pontos na Península de Bengala. Até mil pessoas teriam morrido nas duas ilhas, segundo a agência Press Trust of India (PTI). Se confirmadas as mortes nas ilhas, o número de vítimas na Índia passaria de três mil.

O paredão de água também arrasou resorts na costa da Tailândia, matando aproximadamente 310 pessoas e deixando cerca de cinco mil feridos, de acordo com o governo e a imprensa. Já a rede CNN informou que o número de mortos chegava a 400. Mais de uma centena de turistas ocidentais e asiáticos que estavam mergulhando durante o feriado está desaparecida nas ilhas ao Sul da Tailândia, cerca de 70 deles apenas na região da caverna Emerald.

Com água até o peito, o turista sueco Boree Carlsson agarrou-se desesperado a um pilar no lobby do hotel quando a onda gigante atingiu a ilha de Phuket, paraíso tailandês que

ficou famoso após as gravações do filme "A Praia". As ondas na Tailândia alcançaram até dez metros, segundo testemunhas.

Entre as áreas mais atingidas estão as principais praias da região de Phuket: Patong, Karon e Laguna, onde os hotéis estavam lotados de turistas ocidentais e asiáticos no auge da temporada de fim de ano.

O governo enviou helicópteros para Koh Phi Phi e outras ilhas da região para verificar os danos e ordenou a retirada da população áreas atingidas, incluindo as praias do resort de Phuket e Krabi.

Dois terços da capital das Maldivas, Male, estão debaixo de água e autoridades temem pelo destino dos turistas que lotavam os atóis de corais durante o período de festas de fim de ano. Foram relatadas dez mortes no país.

Já na Malásia, país vizinho da Indonésia, autoridades locais informaram que 41 pessoas morreram e cem ficaram feridas no desastre natural.

As ondas destruíram uma ponte no sudeste de Mianmar e deixaram ao menos 10 mortos. Há vários barcos pesqueiros desaparecidos na região, disseram autoridades locais. De acordo com autoridades locais, seis homens e quatro mulheres morreram na cidade costeira de Kawthaung.

A cidade de Kawthaung fica perto da fronteira com a Tailândia, outro país atingido pelas ondas gigantes.

Em Bangladesh, pai e filho morreram quando o barco em que estavam foi atingido por uma onda gigante.

Conheça os números do terremoto

Os números do terremoto, segundo a US Geological Survey (a Vigilância Geológica dos Estados Unidos).

Magnitude: 8.9 graus na escala aberta de Richter; é o quinto mais intenso desde 1900 e o mais intenso desde o tremor de 1964 em William Sound, no Alasca.

Hora: 6h58m50' (a oeste da costa norte de Sumatra, na Indonésia; 10h58m50', em Brasília)

Localização do epicentro: 3,298 graus ao norte e 97,779 a leste; 1.605 quilômetros a nordeste de Jacarta, capital da Indonésia; 1.260 quilômetros a sul-sudoeste de Bangcoc, capital da Tailândia.

Profundidade do epicentro: 10 quilômetros

CONVULSÃO SOCIAL NO HAITI

Desarmar as milícias do ex-presidente Jean Bertrand Aristide e garantir as eleições gerais de novembro são os dois grandes desafios da Força de Paz da ONU no Haiti em 2005. Como o número de armas de fogo em poder de civis é altíssimo e os esforços pelo desarmamento não tem surtido efeito, pode-se concluir que a tarefa das tropas internacionais comandadas pelo general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro é, no mínimo, difícil e arriscada. Há regiões inteiras no país dominadas por seguidores do ex-presidente Aristide, muitos deles fortemente armados. No último domingo, 10, por exemplo, sete membros de gangues morreram num confronto com soldados da missão de paz no bairro de Delmas, na região norte da capital Porto Príncipe. Uma das vítimas era René Jean Anthony, também conhecido como "Grenn Sonnen", um dos principais líderes da resistência armada.

As dificuldades enfrentadas pelas tropas internacionais da ONU nos últimos meses não surpreendem o antropólogo brasileiro Omar Ribeiro Thomaz, de 39 anos, que apesar de estrangeiro conhece como poucos a realidade do Haiti. Nascido no Rio de Janeiro, Omar tem várias passagens pelo país e experiência em projetos sociais e pesquisas de campo na capital Porto Príncipe. Em entrevista exclusiva ao COAV, ele reconhece o esforço das Forças de Paz mas não acredita que a intervenção internacional seja suficiente para solucionar os problemas do país ou acalmar os ânimos dos rebeldes.

"Não é a primeira intervenção da ONU no Haiti nos últimos 10 anos. E todas com resultados pífios. Há um grande ressentimento contra os estrangeiros", diz Omar, lembrando que países como Estados Unidos e França apoiaram a ditadura Duvalier dos anos 50 até a década de 80. "A situação no Haiti hoje é, em grande medida, responsabilidade da 'comunidade internacional'", afirma.

Omar falou ainda sobre o clima de tensão e desesperança que toma conta da população meses antes das eleições gerais de novembro e compara o envolvimento de crianças e adolescentes em grupos armados no Haiti com alguns países da África.

O Haiti, antiga colônia francesa, foi o primeiro Estado do Caribe a obter a independência e a primeira república liderada por negros no mundo. Entretanto, sua história de nação livre tem sido marcada por disputas internas, golpes de estado e violência.

Jean-Bertrand Aristide, o primeiro presidente eleito de forma direta no Haiti, chegou ao governo em 1990. Meses depois, foi deposto por um golpe militar. Exilou-se nos Estados Unidos e voltou ao Haiti em 1994, quando foi reconduzido ao poder, governando até o fim do mandato em 1995. Aristide venceu outra eleição presidencial em 2000, mas foi novamente deposto e deixou o Haiti em 29 de fevereiro de 2004. Os confrontos que envolveram essa situação resultaram em centenas de mortos por todo o país.

A população haitiana é de, aproximadamente, 8 milhões de pessoas, das quais cerca de 2 milhões residem na capital, Porto Príncipe. A expectativa de vida é de 50 anos; o índice de analfabetismo, de 53%; e a mortalidade infantil é de 10%. Há extrema pobreza, crônica escassez de trabalho e muita fome.

O país situa-se na Ilha Hispaniola, no Mar do Caribe, e faz fronteira com a República Dominicana. Coberto por terras altas e montanhas íngremes, tem poucas áreas planas, escassez de recursos naturais e bastante devastação ambiental. Apesar de o país estar sujeito, de julho a novembro, a furacões e tempestades tropicais, o governo e o povo haitianos estão pouco preparados para fazer face a desastres e tragédias naturais, seja no momento exato da ocorrência do sinistro, seja no combate a suas conseqüências ulteriores.

Atualmente, o país vive uma crônica situação de instabilidade política, num cenário de insegurança pública, violência urbana e delitos transnacionais (contrabando e tráfico de drogas). Faltam-lhe instituições sólidas e sua situação sócio-econômica é caótica.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Instalações da tropa brasileira no Haiti

A participação do contingente brasileiro ocorre na forma de uma operação combinada: um comando único enquadra militares e tropas da Marinha do Brasil (MB), do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB); a condução das ações é encargo do Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior de Defesa. Cabe ao EB, responsável pelo maior efetivo, designar o Comandante do Contingente. Dos 1.200 militares brasileiros, 948 pertencem ao EB; 251 à MB e um à FAB.

O mandato da MINUSTAH foi formalizado em 30 de abril de 2004. Em 19 de maio, foi dada autorização para o envio do contingente brasileiro, cujo primeiro escalão iniciou seu deslocamento por mar e por ar no dia 28 de maio. O deslocamento do grosso ocorreu entre 18 e 24 de junho. O movimento da tropa entre o Brasil e o Haiti foi feito de forma mista, envolvendo navios da MB, um navio fretado pela ONU, aeronaves da FAB e aviões fretados pela ONU.

A transferência de responsabilidade da FMI-H para a MINUSTAH deu-se em 25 de junho. A mobilização para a missão foi digna de nota: a despeito de todas as dificuldades, a partida para o Haiti ocorreu em curto prazo, o que reforçou junto à comunidade internacional a imagem de profissionalismo e competência das Forças Armadas Brasileiras.

A Brigada Haiti foi composta com base no 19º Batalhão de Infantaria Motorizado - Unidade do Exército Brasileiro que, até então, encontrava-se designada como Batalhão de Infantaria de Força de Paz -; no Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), da MB, organizado com elementos do Comando da Tropa de Desembarque; e também com militares e frações de diversas unidades, em sua maioria situadas na área do Comando Militar do Sul, como elementos de apoio.

O General-de-Brigada Américo Salvador de Oliveira foi o primeiro comandante da Brigada Haiti. O segundo contingente, comandado pelo General-de-Brigada João Carlos Vilela Morgero, foi organizado com base na 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) e em tropas de Fuzileiros Navais.

A preparação de cada contingente teve início com os processos de seleção e de avaliação física e psicológica. Foram realizadas, ainda, instruções de preparação específica, versando sobre a Convenção de Genebra, conduta em relação à população local, regras de engajamento e Direito Internacional Humanitário.

O equipamento utilizado pela tropa é limitado pelo modus operandi das forças da ONU. Tipicamente, corresponde ao material de unidades de infantaria leve, acrescido de viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP). O armamento envolve fuzis 7,62 FAL, pistolas 9 mm Imbel, metralhadoras 7,62 MAG e .50 Browning. Na lista dos principais equipamentos, incluem-se os sistemas estratégico e tático de comunicações, geradores elétricos, equipamentos de construção típicos de tropas de engenharia, sistema de tratamento de água e lavanderia industrial.

O Comandante do Exército tem emitido diretrizes e desencadeado medidas que visam a dotar o EB de estruturas adequadas à participação eficiente em missões de paz. Atualmente, o Centro de Preparação e Avaliação para Operações de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), do Comando de Operações Terrestres (COTER), é o organismo que concentra os esforços de preparo, acompanhamento doutrinário e coordenação logístico-administrativa das missões de Paz.

Com a experiência obtida no acompanhamento da missão do Haiti, foi criado no EB o Grupo de Acompanhamento e Apoio de Missões de Paz (GAAPAZ), que reúne representantes de vários órgãos envolvidos no apoio às missões de paz.

A QUESTÃO PALESTINA X ISRAEL

Suprema Corte de Israel aprova retirada de Gaza

Os juizes da Suprema Corte de Justiça de Israel ratificaram nesta quinta-feira a legalidade da decisão adotada há um ano pelo governo para deixar a Faixa de Gaza e retirar pelo menos 8 mil colonos israelenses do local. A decisão judicial, que inclui

algumas reservas de ordem técnica acerca da lei de evacuação e compensações aos colonos, foi adotada por 10 votos contra um.

Os 11 juízes se pronunciaram pela manhã (horário local) sobre 12 demandas pela suposta ilegalidade da resolução do governo de Ariel Sharon, apresentadas por dezenas de advogados.

As demandas contra o Executivo e seu plano para retirar a Faixa de Gaza e 25 assentamentos judaicos, quatro deles no norte da Cisjordânia, foi apresentada por centenas de colonos entre as 1,5 mil famílias que devem ser desalojadas de seus lares.

O desalojamento, uma decisão adotada em junho do ano passado pelo Conselho de Ministros presidido pelo primeiro-ministro, Ariel Sharon, deve começar no próximo dia 15 de agosto, para pôr em prática a lei de evacuação e suas disposições para compensar economicamente os que serão retirados.

O apoio popular ao plano do governo para o desligamento de Gaza caiu mais de 15% - dos 65% em fevereiro passado para 48% -, segundo os resultados de uma pesquisa divulgada ontem pelo canal de televisão israelense.

Sharon atribuiu essa notável queda do apoio público à sua iniciativa para retirar-se de Gaza aos últimos ataques das facções da resistência palestina contra assentamentos e posições militares nesse território ocupado.

O primeiro-ministro disse isso ao ministro de Assuntos Exteriores do Reino Unido, Jack Straw, com quem discutiu na quarta-feira à noite a retirada da Faixa de Gaza.

A apelação ao Tribunal Superior de Justiça na busca de amparo foi acompanhada nos últimos meses por uma intensa campanha para protestar contra a retirada, impulsionada por extremistas entre os colonos e por militantes da direita ultranacionalista.

ANP e Israel vão coordenar retirada

O ministro da Defesa de Israel, general Shaul Mofaz, e o ministro do Interior da Autoridade Nacional Palestina (ANP), o general Nasser Youssef, concordaram em coordenar suas forças de segurança para a retirada israelense da Faixa de Gaza.

Equipes de oficiais do exército israelense e dos órgãos de segurança palestinos, liderados por oficiais com o grau de coronel, começarão a reunir-se a partir da próxima semana com o objetivo de concretizar a retirada militar e dos colonos judeus, a ser feita em agosto.

Mofaz se comprometeu na quarta à noite, ao fim de uma reunião com Youssef num hotel de Tel Aviv, que as autoridades israelenses manterão informada a ANP da agenda da retirada de Gaza, onde serão desalojados 21 assentamentos e outros quatro na Cisjordânia.

A coordenação da retirada vai se dar no plano administrativo - a transferência dos serviços de água potável e eletricidade que recebem os assentamentos judaicos, entre outros -, no âmbito dos chefes da segurança de ambas as partes.

Segundo fontes israelenses, Mofaz esclareceu a Youssef que Israel não realizará a retirada "sob o fogo" se as facções da resistência palestina em Gaza ou na Cisjordânia atacarem as forças do exército e a polícia. Muitos colonos são contra a medida e prometem resistir ao desalojamento.

O ministro da Defesa exigiu na reunião de Tel Aviv que os organismos de segurança palestinos, que conta com 45 mil soldados na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, sejam treinados a fim de impedir que a resistência ataque com seus foguetes e bombas durante a retirada, que pode durar cerca de quatro semanas.

Brasileiro Seqüestrado no Iraque

Situação ainda não resolvida.

Desde o dia 19 de janeiro / 2005, o engenheiro brasileiro João José de Vasconcellos Júnior, 49, funcionário da construtora Norberto Odebrecht no Iraque, está desaparecido. Ele teria sido seqüestrado em uma ação conjunta realizada pelos grupos Brigadas Mujahidin e Exército de Ansar al Sunna.

Por enquanto, os seqüestradores não entraram em contato com a família de Vasconcellos Jr., que mora em Juiz de Fora, Minas Gerais, nem com a construtora ou com o governo brasileiro.

O Itamaraty anunciou ontem que atuará em conjunto com a Odebrecht para a libertação de Vasconcellos Jr. O governo também informou que o embaixador Affonso Celso Ouro-Preto seria enviado a Amã, capital da Jordânia, para participar de qualquer eventual negociação com os seqüestradores. Sua chegada está prevista para a madrugada desta quinta-feira.

Segundo o embaixador brasileiro na Jordânia, Antonio Carlos Coelho da Rocha, as negociações com os seqüestradores ainda não começaram.

Exército americano

As primeiras informações sobre o desaparecimento de Vasconcellos chegaram por meio do Exército americano no dia 19. Segundo os militares, rebeldes teriam feito um ataque contra um comboio da empresa britânica Janusian Risk Management, durante a passagem pela cidade de Beiji, ao norte do país.

O atentado teria matado um britânico e um iraquiano, e teria provocado o desaparecimento de um brasileiro, que não teve, naquele momento, sua identidade revelada. As primeiras informações sobre o caso afirmavam que Vasconcelos trabalhava para a Janusian.

Essa primeira versão foi desmentida no mesmo dia pela construtora Norberto Odebrecht, que disse, por meio de um comunicado, que um funcionário brasileiro no Iraque teria desaparecido no dia 19, também na cidade de Beiji.

Em nota, a Odebrecht esclareceu que a Janusian prestava serviços de segurança à empresa no Iraque, e fazia a escolta dos funcionários que trabalhavam no país.

Nos dois dias subseqüentes ao seqüestro, a Odebrecht não revelou o nome do brasileiro desaparecido, por "razões de segurança". O fato só iria acontecer no sábado (22), por meio de um vídeo divulgado pelos rebeldes, exibido pela rede de TV Al Jazira [Qatar].

Retirada

Um dia após o desaparecimento de Vasconcellos no Iraque, a Odebrecht retirou seus funcionários do país, e os levou para Amã, capital jordaniana. Segundo informações de Glaibor Faria, responsável pela operação da Odebrechet no país, a empresa contava com um pequeno grupo trabalhando no Iraque, que contava com um número entre "cinco e seis funcionários."

Na quinta-feira (20), em entrevista à BBC Brasil, o diplomata Paulo Joppert, responsável pelo núcleo Iraque criado pelo Itamaraty na embaixada brasileira em Amã (Jordânia) afirmou que a nacionalidade brasileira de Vasconcelos não contaria a favor de sua libertação.

No mesmo dia, o grupo rebelde Ansar al Sunna assumiu um ataque na cidade de Beiji, dizendo que um britânico havia sido morto na operação. Até aquele momento, não havia uma ligação clara entre o ataque e o desaparecimento do brasileiro.

Morte de brasileiro

No sábado (22), o grupo Ansar al Sunna divulgou um vídeo que mostrava a carteira de habilitação brasileira de Vasconcelos Jr., além de uma licença para mergulhador e dinheiro brasileiro, americano, europeu e iraquiano.

O vídeo também revelava uma ação conjunta de dois grupos insurgentes que atuam no Iraque: as Brigadas Mujahidin e o Exército de Ansar al Sunna, este último ligado à Al Qaeda, de Osama bin Laden, e considerado autor de uma série de ataques no país.

A gravação foi exibida pela Al Jazira, que disse haver um outro brasileiro morto na ação rebelde sem, no entanto, identificá-lo.

No domingo (23), o embaixador brasileiro na Jordânia, Antonio Carlos Coelho da Rocha, negou à Folha Online que outro brasileiro teria sido morto no atentado. Segundo ele, houve uma "confusão" por causa das mortes do britânico e do iraquiano [que trabalhavam na segurança de Vasconcelos no dia do ataque].

Coelho da Rocha também afirmou que a Odebrecht conduziria as eventuais negociações do seqüestro sozinha.

"Esforços"

O governo brasileiro afirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está envolvido pessoalmente para "garantir a vida do cidadão brasileiro. A informação foi divulgada pelo assessor de Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia.

Segundo a assessoria de imprensa da Odebrecht, a família de Vasconcellos Jr. terá "todos os cuidados necessários" enquanto durar o seqüestro.

Os esforços pela busca de Vasconcellos Jr. foram centralizados pelo Itamaraty, que afirmou, em nota divulgada ontem, "estar em contato" com a Odebrecht e com as representações do Brasil no exterior "para tentar buscar o fim do seqüestro do brasileiro."

O PROJETO FOME ZERO

O Problema da Fome

A fome como problema social é uma das manifestações mais nefastas da humanidade. Enquanto uma nação não é capaz de dar acesso a alimentos em quantidade suficiente e qualidade à sua população, não pode ser considerada civilizada, pois trata-se da necessidade mais básica e elementar do ser humano. Por isso, prover uma alimentação de forma digna ao seu povo deve ser visto como o primeiro dos objetivos de uma nação.

Fome gera fome. Seus efeitos perpetuam-se e criam um círculo de miséria difícil de ser superado. Os efeitos mais diretos da fome são: a morte, o deficiente desenvolvimento físico e mental, a menor resistência às doenças. Estudos científicos mostram que os filhos dos famintos têm cinquenta vezes mais probabilidade de morrer antes do primeiro ano de vida do que os filhos dos bem alimentados. É verificada a incidência de doenças como kwashiorkor (quando a criança fica inchada por falta de proteínas), marasmus (quando a criança fica enrugada por falta simultânea de calorias e proteínas), deficiências de vitaminas e sais minerais, bócio endêmico, raquitismo, pelagra, anemia por deficiência de ferro, beriberi, cegueira por deficiência de vitamina A, entre várias outras anomalias ainda presentes no terceiro milênio (George,1976).

No Brasil, verificou-se que o efeito prolongado da fome reduz a estatura das pessoas originando homens e mulheres anões, chamados no Nordeste brasileiro de "homens-gabirus". Mas não é preciso ir longe para observar, nas grandes cidades, famílias morando nas ruas, implorando por comida.

O nosso modelo de desenvolvimento, de um lado, exclui cada vez mais pessoas do consumo e da modernidade e, do outro, faz com que as pessoas incluídas adotem, cada vez mais, o padrão de vida das nações desenvolvidas, contribuindo para aumentar a distância entre ricos e pobres. As pessoas excluídas passam a depender, cada vez mais, das "boas ações" de terceiros que doam os alimentos que sobram e que, de outra forma, iriam para o lixo (e grande parte ainda vai), e de programas públicos. Ou então sobrevivem pela violência e pelo roubo. Esta é a "solução" da barbárie, que também se almeja erradicar se desejamos uma nação que possa ser chamada de civilizada.

Para se atacar com eficácia um problema é necessário, em primeiro lugar, ter clareza da natureza do mesmo. Para tanto, começamos por fazer um diagnóstico do problema da fome, buscando derrubar certos mitos que têm contribuído para a perpetuação da fome no mundo.

No Brasil, há diversos estudos e metodologias para quantificar os pobres, indigentes e pessoas que passam fome, que dão origem a números diversos. As estatísticas "oficiais" mais recentes têm mostrado que, após uma acentuada redução dos níveis de pobreza e indigência 5 entre os anos 1993 e 1995, verifica-se uma manutenção dos níveis entre 1996 e 1998, com ligeiro aumento em 1999.

Outros dados importantes para o acompanhamento do problema são aqueles vinculados à área da saúde e nutrição. Considera-se que o Índice de Massa Corporal (IMC) abaixo de determinado valor é o índice mais adequado para avaliar a incidência da fome entendida como falta de ingestão calórica (quantitativa). Calcula-se o IMC dividindo-se o peso de uma pessoa pelo quadrado de sua altura. O valor limite, que indica um valor mínimo de reserva energética, é $18,5 \text{ kg/m}^2$

Consideramos que estes dados refletem o efeito contínuo da fome nas pessoas, mas possivelmente não englobam as pessoas vulneráveis, que se alimentam de forma descontínua (por meio de doações, por exemplo) mas não sofrem oscilações de peso.

Este índice é medido apenas para adultos (mais de 24 anos de idade). Para a OMS, é normal que haja de 3% a 5% de pessoas com IMC menor que $18,5 \text{ kg/m}^2$ em um país, pela existência de pessoas constitucionalmente magras.

Assim, os parâmetros definidos pela OMS para os países são:

- prevalência de déficit energético leve: entre 5%e 9%da população maior de 24 anos com IMC < $18,5 \text{ kg/m}^2$

- prevalência moderada: entre 10%e 19%da população maior de 24 anos com IMC < $18,5 \text{ kg/m}^2$

- prevalência alta: entre 20%e 39%da população maior de 24 anos com IMC < $18,5 \text{ kg/m}^2$

- prevalência muito alta: mais de 40%da população maior de 24 anos com IMC < $18,5 \text{ kg/m}^2$

Para o Brasil, calculou-se esta proporção, a partir dos dados da PNSN (Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição, de 1989), chegando ao valor de 4,9% da população, com 4% nas áreas urbanas e 7,5% nas áreas rurais. Essa proporção, aplicada para a população contada no Censo Demográfico de 1991, representa cerca de 1,1 milhão de pessoas na área rural e 2,2 milhões na área urbana, totalizando 3,2 milhões de pessoas de 25 anos ou mais com baixa reserva energética. No entanto, é importante ressaltar que, dentro dessa população, inclui-se uma parcela da população constitucionalmente magra, que não necessariamente é composta por pessoas que sofrem de carência alimentar".

Políticas estruturais de combate à fome

São políticas abrangentes que objetivam atingir a raiz do problema da fome e da pobreza, tais como a má distribuição de renda, a má educação alimentar e o desemprego.

São exemplos de políticas estruturais: Geração de Emprego e Renda, Reforma Agrária, Previdência Universal, Incentivo à Agricultura Familiar, Bolsa-Escola e Renda Mínima, Crédito Solidário, Superação do Analfabetismo, Garantia de Cidadania, dentre outros.

- Aumento do salário mínimo
- Formação e incentivo ao primeiro emprego para jovens.
- Programas de requalificação permanente, especialmente para pessoas acima de 40 anos.
- Aumento do volume de crédito do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para investimento em produção nas pequenas empresas.
- Fortalecimento de agências de microcrédito solidárias.
- Recuperar o ensino público fundamental, a educação infantil e a infra-estrutura educacional nas áreas rurais e urbanas.
- Recuperar a política

Previdência social universal

A distribuição de renda por si só não garante o bem-estar da população pobre, se não houver alguma forma de sustentação a longo prazo. Para garantir a inclusão é necessário que as pessoas pobres passem a contar com uma base sobre a qual possam se sustentar. Tal base pode ser o controle de algum "ativo" que alavanque futuras rendas ou, ao menos, a posse de bens que reduzam o grau de comprometimento de sua renda com aluguel, prestações ou juros pagos a agiotas.

A ação do Estado na sustentação de renda é fundamental, promovendo programas de renda mínima, o seguro-desemprego e a ampliação do sistema de previdência e aposentadorias, entre outras medidas. No caso das políticas públicas de sustentação da melhoria de renda, destacam-se a reforma agrária e os financiamentos de ativos a juros reduzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela rede de bancos oficiais. Todavia, embora a responsabilidade sobre essas políticas estruturais recaia principalmente sobre o Estado, a iniciativa privada pode contribuir muito. Exemplo claro desse tipo de contribuição é o investimento na formação e incorporação ao mercado de trabalho de jovens que hoje estão excluídos socialmente e sem acesso a esses direitos.

Incentivo à agricultura familiar

- Política de crédito e de seguro agrícola.
- Priorizar a produção interna e local dos alimentos.
- Importar somente no caso de quebras de safra. - Pesquisa pública e assistência técnica direcionadas.
- Incentivo a cooperativas de produção e comercialização.
- Pagamento de renda ambiental nas áreas de preservação.

Intensificação da reforma agrária

- Garantia da função social da propriedade.
- Distribuição e ampliação das fontes de renda.
- Incentivo ao autoconsumo alimentar.

Bolsa Escola e Renda Mínima

- Auxílio às famílias pobres com filhos em idade escolar.

Segurança e qualidade dos alimentos

- Controle preventivo e implantação de um sistema de informações e vigilância da segurança dos alimentos.
- Incentivo e divulgação das pesquisas de prevenção de riscos alimentares.
- Exigência de informações nos rótulos de alimentos sobre sua origem e riscos de produtos transgênicos.
- Controle da entrada de alimentos transgênicos no país.

Políticas Específicas de combate à fome

O Programa Fome Zero tem o compromisso de alterar situações agudas de miséria e de contribuir para a mudança de paradigmas de segurança alimentar que impedem o crescimento

do país. Dentre os programas de políticas específicas estão: Cartão-Alimentação, Alimentos Emergenciais, Estoques de Alimentos de Segurança, Educação para o Consumo Alimentar, Ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), Combate à Desnutrição e Ampliação da Alimentação Escolar.

O programa brasileiro de cartão-alimentação

- Fornecer crédito que deve ser utilizado na compra de alimentos ou mediante comprovação posterior via recibos ou notas fiscais.
- Implantar mecanismos de contrapartida para os atendidos pelo Programa Cartão-Alimentação - PCA - em relação à frequência a cursos de alfabetização e à rede de saúde, requalificação profissional ou prestação de serviços comunitários.

Apoio à ampliação da merenda escolar

- Elevar teores calórico e nutricional da merenda.
- Estender o atendimento para os irmãos de escolares e para a rede infantil, especialmente nos municípios mais pobres.
- Utilizar produtos regionais na composição da merenda.
- Apoiar tecnicamente os Conselhos Municipais de Alimentação Escolar.

Políticas locais de combate à fome

O Programa Fome Zero respeita a diversidade cultural de cada região do país, promovendo a integração e a adaptação de experiências conforme o perfil do município. As políticas locais podem ser implantadas pelos Estados e municípios, a grande maioria em parceria com a sociedade civil. São basicamente programas já em funcionamento com relativo sucesso e que devem ser fomentados pelo governo federal. A proposta é criar Sistemas Municipais de Segurança Alimentar, coordenados por órgãos específicos e integrando as diversas ações dos governos municipais no atendimento ao Direito Humano à Alimentação.

Nas áreas urbanas a implantação de programas como os Banco de Alimentos, a Agricultura Urbana e os Restaurantes Populares podem ser implementados. Para as áreas rurais, as políticas locais devem incentivar a Agricultura Familiar através da compra institucional da produção local para programas como merenda escolar, alimentação para hospitais, creches e presídios, e através de fomento à produção para consumo próprio. A parceria entre o Programa Fome Zero e o comércio varejista visa ampliar e assegurar os benefícios às famílias urbanas e rurais atendidas.

ÁREAS RURAIS

Apoio à agricultura familiar

- A Prefeitura deve se aproximar dos agricultores familiares e com ações práticas dar toda força a seu crescimento. A primeira medida é priorizar a compra de alimentos dos agricultores familiares para a merenda escolar, hospitais, creches, quartéis, restaurantes populares, etc.
- Direcionar a assistência técnica para melhorar e aumentar a produção familiar.
- Auxiliar os agricultores na obtenção do crédito do PRONAF, especialmente os que tenham menos capital, apoiar e incentivar a formação de cooperativas e associações de produção, comercialização e microcrédito.

Apoio à produção para consumo próprio

- A Prefeitura também precisa oferecer os espaços públicos tradicionais da cidade (feiras e varejões) para venda direta da produção e intermediar os contatos com empresas que se interessam por produtos regionais.
- Apoiar a produção para autoconsumo através da formação de bancos de sementes, insumos, ferramentas e matrizes de pequenos animais.

- Executar obras de infraestrutura como pontes, estradas rurais, açudes e balcões de armazenagem. Essas obras facilitam o transporte, barateiam o preço final, ajudam no escoamento da produção e aumentam a oferta de trabalho.

Pequenas e Médias Cidades

Banco de Alimentos

- Criar um Banco de Alimentos semelhante ao das grandes cidades, mas com escala de atuação menor.

O objetivo do programa é incentivar e apoiar a criação de Bancos de Alimentos públicos por meio de capacitação e transferência de tecnologia. O Programa Banco de Alimentos se destina à parcela da população brasileira em situação de vulnerabilidade alimentar que vive em municípios de médio e grande porte, associando a redução do desperdício de alimentos com o combate à fome. Os Bancos de Alimentos atuam recebendo doações de produtos que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas que mantêm inalteradas suas propriedades nutricionais, não oferecendo qualquer risco ao consumo humano. Esses produtos são repassados a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que produzem e fornecem gratuitamente refeições.

Parcerias com varejistas

- Estabelecer parcerias com grupos de varejistas locais (feirantes, mercearias e pequenos comércios) para instituir sistema de compras em comum, diminuindo o monopólio das grandes redes de supermercados. Dessa forma, é possível controlar os preços e as margens de lucro, o que favorece de maneira acentuada a queda de preços.

Novo relacionamento com a rede de supermercados

Tanto os supermercados como as prefeituras têm a ganhar com o estabelecimento de parcerias. A realização de trabalhos conjuntos dá credibilidade e respeito aos empresários de distribuição, garantindo fluxo constante de clientes e crescimento nas vendas. O apoio dos supermercados pode se dar em três frentes importantes, a saber:

Na comercialização de produtos da agricultura familiar local, por meio da montagem de espaços específicos de exposição, degustação e venda. Para tanto, o supermercado poderá contar com algum tipo de abatimento em impostos municipais, desde que se comprometa a reservar uma determinada metragem para esses produtos.

No compromisso de manter margens de lucro e preços compatíveis com o poder aquisitivo da comunidade. As pesquisas mostram que, em diversas situações, as grandes redes de supermercados mantêm níveis de preços mais elevados que as redes locais ou os pequenos estabelecimentos isolados. Recomenda-se, portanto, que haja um compromisso público quanto à manutenção das margens de lucro, podendo-se, inclusive, criar uma comissão de consumidores e técnicos da prefeitura para avaliar e controlar o nível dos preços praticados.

Na aliança com fornecedores, produtores agrícolas e agroindustriais locais em campanhas de alimentação, comercializando produtos de época ou atendendo a demandas específicas da comunidade.

Agricultura urbana

A agricultura urbana também merece destaque entre as políticas de apoio empresarial ao combate à fome. A atenção usualmente conferida à problemática agrícola rural faz com que as atividades urbanas de produção e de distribuição de alimentos raramente recebam uma consideração proporcional à sua importância.

É necessário implantar um programa dirigido ao fortalecimento de pequenos e médios produtores urbanos de alimentos, de refeições prontas e principalmente à qualificação do pequeno varejo.

A conexão entre o abastecimento e a produção agroalimentar reflete uma estratégia de "juntar as duas pontas": os produtores agrícolas e os consumidores. Os gestores de programas públicos têm reconhecido o papel cumprido pela intermediação comercial para dar regularidade tanto às compras dos produtos dos agricultores como à oferta desses bens aos consumidores. Naturalmente, o modo como os intermediadores desempenham esse papel depende da existência de instrumentos reguladores, evitando que seus interesses comerciais se sobreponham aos dos produtores e consumidores.

A importância da agricultura urbana cresceu tanto que a FAO lançou recentemente um programa denominado Cidades Alimentando Cidades, que destaca o estabelecimento de hortas urbanas, a utilização de terrenos baldios para o cultivo de alimentos e principalmente o uso adequado da água nas cidades.

As empresas podem iniciar e apoiar decisivamente projetos desse tipo, cedendo terrenos por meio de mecanismos jurídicos, como o da cessão em comodato, para a produção de alimentos por cidadãos desempregados. Podem fornecer materiais, insumos e assistência técnica para esses novos produtores e adquirir produtos provenientes desse cultivo. Havendo oferta, parece lógico que supermercados, feiras livres e a demanda institucional também se utilizem dessa produção local para seu próprio abastecimento.

Metrópoles

Restaurantes populares

- Criação de restaurantes populares que forneçam refeições a preço de custo.

Os Restaurantes Populares são estabelecimentos que comercializam refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, com a qualidade assegurada, e a preços acessíveis à população de baixa renda. É papel do MESA incentivar a instalação de Restaurantes Populares em municípios de médio e grande porte. Com isso, espera-se criar uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora de casa. A medida vai beneficiar segmentos mais vulneráveis, como trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados e moradores de rua.

Parcerias com varejistas

Uma maneira de consolidar parcerias com os varejistas é oferecer o apoio das centrais públicas de abastecimento, compras e distribuição para as operações de pequenos comerciantes. Cabe ao poder público organizar e facilitar a integração de varejistas atuantes em cooperativas ou associações para que eles possam competir em igualdade com as grandes redes de supermercados. Esses pequenos comerciantes seriam treinados para poder trabalhar melhor e oferecer produtos melhores e mais acessíveis às populações de áreas mais pobres.

Modernização dos equipamentos de abastecimento

Modernizar os equipamentos de abastecimento como varejões, sacolões, comboios e compras comunitárias são alternativas viáveis, assim como baratear a alimentação nas áreas urbanas. Conjuntamente, incentivar a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias das regiões metropolitanas. Estas podem dar apoio logístico e comercial à operação dos concessionários e pequenos varejistas que ficam obrigados a comercializar produtos da cesta básica e outros gêneros alimentícios a preços mais baratos.

Novo relacionamento com as redes de supermercados

Estabelecer nova relação com as redes de supermercados, rompendo a excessiva concentração no varejo e tornando-os verdadeiramente parceiros na política de segurança alimentar. A população de baixa renda utiliza muito essas redes, assim, a implantação de programas como o Cartão-Alimentação pode obter bons resultados, pois amplia o universo de clientes. As redes também são fundamentais para a comercialização de alimentos regionais e originários dos programas de reforma agrária e agricultura familiar.

SEGURANÇA PÚBLICA

Em nosso país, a violência criminal atinge todos os segmentos sociais, dos mais ricos aos mais pobres, o que faz da insegurança uma experiência amplamente compartilhada. Mas nem todos os delitos se distribuem equitativamente. Os crimes contra o patrimônio atingem, preferencialmente, os estratos sociais superiores e os crimes contra a pessoa, em especial os mais graves, os homicídios dolosos, vitimam, sobretudo, os mais pobres, principalmente os jovens de 15 a 24 anos ou de 14 a 29 (conforme o recorte etário), do sexo masculino e negros. O fato é que ninguém está livre da violência criminal. Esse caráter universal ou difuso da insegurança é confirmado pelo fracasso das políticas de segurança truculentas, praticadas nas últimas décadas na maioria dos estados: políticas orientadas para a proteção exclusiva das elites não funcionam; cercar as regiões nobres das cidades e lançar as polícias como cães sobre as periferias não resolve. Essas políticas produzem o terror nas periferias, mas nem por isso conseguem garantir a defesa dos bairros privilegiados. Todos acabam sendo prejudicados, até mesmo as elites, a quem não interessa uma polícia incompetente e cúmplice do crime. Esse descalabro produziu uma sucessão de desastres e concorreu para a geração do quadro de impunidade, irracionalidade, ineficiência e barbárie que herdamos, além de ter contribuído para degradar as instituições policiais, tornando-as mais arbitrárias, violentas e corruptas, e aprofundando o fosso que as separa da população.

Daí a conclusão: ou haverá segurança para todos, ou ninguém estará seguro, no Brasil. Segurança é um bem por excelência democrático, legitimamente desejado por todos os setores sociais, que constitui direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada um de nós.

Como a vida é o bem mais precioso, os crimes letais são os mais nefastos. Dado que se concentram na juventude pobre, protegê-la constitui a tarefa prioritária de uma política conseqüente de segurança pública. Identificar a prioridade não implica negligenciar outros grupos sociais ou outros tipos de delito. Significa selecionar o núcleo sobre o qual devem incidir os principais esforços. Uma ação eficaz exercida sobre esse núcleo produzirá efeitos redutores de grande relevância sobre os demais tipos de práticas criminais, considerando-se seus entrelaçamentos.

O problema mais dramático na área da segurança é, portanto, o verdadeiro genocídio a que vem sendo submetida a juventude brasileira, especialmente a juventude pobre do sexo masculino e, em particular, os jovens negros. Em 1999, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, em cada grupo de cem mil habitantes, 239 jovens do sexo masculino, com idades entre 15 e 29 anos, foram vítimas de homicídios dolosos. A magnitude do problema é tal, que suas conseqüências já são perceptíveis na estrutura demográfica brasileira. A estratificação etária da população apresenta um déficit de jovens do sexo masculino apenas comparável ao que se verifica nas sociedades que se encontram em guerra. É como se o Brasil experimentasse os efeitos devastadores de uma guerra civil sem bandeira, sem propósito, sem ideologia e sem razão.

Para que se compreenda a dinâmica em que tantas vidas estão sendo prematuramente sacrificadas, é preciso reunir os seguintes ingredientes: (a) acolhimento familiar, comunitário e escolar deficientes; (b) falta de perspectivas de integração social plena; (c) ausência do Estado nos territórios urbanos pauperizados; (d) constituição, nas periferias, vilas e favelas, do varejo do tráfico de armas e drogas como fonte de recrutamento para atividades ilegais; (e) desdobramento do tráfico em ampla variedade de práticas criminais, graças à disponibilidade de armas. Esses

fatores combinados, afetando segmentos da juventude pobre, fazem com que determinados grupos - certamente, uma minoria - sejam atraídos pela sedução do tráfico e se liguem à organização criminosa. Com triste freqüência, essa ligação condenará parte significativa desses jovens a um itinerário de delinqüência e à morte precoce e violenta.

As vantagens oferecidas pelo tráfico, materiais e simbólico-afetivas, compensam a carência de autoestima, a invisibilidade social (provocada pelos estigmas ou pela indiferença), a falta de vínculos identitários fortes com a comunidade, a escola ou a família, a falta da gratificação proporcionada pelo lazer e o esporte, e a precariedade de perspectivas de integração plena no mercado, em um contexto no qual a sociedade parece só valorizar o status que brilha no consumo exibicionista.

Esses fatores atingem também os jovens das camadas médias e das elites.

Entretanto, nos bairros privilegiados não há o poder territorial de traficantes armados; não pesam tanto, do ponto de vista estritamente econômico, as vantagens materiais proporcionadas pelo envolvimento criminoso; e há fontes alternativas de apoio, capazes de

garantir alguma sustentação para a autoestima fragilizada, oferecendo oportunidades de acolhimento e escuta, até mesmo profissionalizada. Em outras palavras, enquanto nas regiões urbanas mais pobres a única fonte alternativa, muitas vezes, são as Igrejas, nas áreas de classe média os jovens podem, eventualmente, contar com a ajuda de psicólogos e escolas bem estruturadas, clubes esportivos e lazer organizado. Essas diferenças acabam sendo substanciais, mesmo quando problemas familiares e psicológicos coincidem.

Além disso, quando o consumo de drogas provoca algum envolvimento com a rede capilarizada de distribuição e a ação policial flagra o jovem e o conduz à delegacia, a família remediada freqüentemente negocia com policiais vulneráveis à corrupção a liberdade ameaçada do filho. A família pobre, diante do mesmo drama, não tem meios para comprar uma segunda chance, a não ser que os próprios traficantes financiem a operação. Nesse caso, entretanto, o preço da liberdade será a intensificação do envolvimento comprometedor. Por esse motivo, nas Varas da Infância e da Juventude ou nas cadeias, entre os detidos por consumo de drogas e suspeita de tráfico, praticamente só estão jovens pobres. Isso não quer dizer que somente os pobres consumam drogas e se envolvam nas malhas clandestinas da distribuição. Isso, sim, quer dizer que só os filhos das camadas médias e das elites têm meios próprios de escapar à repressão policial. A consequência é que, apenas aos jovens privilegiados, por interveniência familiar e, muitas vezes, através de procedimentos ilícitos, será proporcionada a oportunidade de um apoio terapêutico ou educacional no enfrentamento da drogadicção. Aos pobres resta a lei (que é inadequada, criminalizando um problema de saúde pública) e, mesmo essa, nem sempre é cumprida de forma correta quando são pobres os transgressores. Assim, os adolescentes pegos com drogas serão encaminhados às instituições responsáveis pela aplicação das medidas sócio-educativas, as quais, de um modo geral, não têm se mostrado à altura das exigências formuladas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Aqueles que já têm idade para penas de prisão pagarão freqüentando, no dia-a-dia dos presídios e dos cárceres, um curso prático de especialização em ressentimento, criminalidade e imersão no vício.

Juventude pobre recrutada por unidades locais do tráfico de armas e drogas, responsável pelo varejo desse comércio ilegal: aí está o centro de uma de nossas maiores tragédias nacionais, o nervo do processo autofágico e genocida. Os crimes que têm essa origem não são apenas os homicídios que decorrem das rivalidades entre os grupos varejistas. Os roubos à mão armada, os roubos seguidos de morte, os seqüestros, em todas as suas variações, os roubos a residências, bancos e ônibus, os roubos e furtos de veículos, os roubos de cargas, todas essas práticas são estimuladas e, em muitos casos, viabilizadas pela disponibilidade de armas, traficadas por iniciativa e financiamento dos mercadores de drogas. O tráfico coopta um exército de reserva para a indústria do crime e determina um nível intenso de atividade criminosas, em função da conveniência econômica de preencher a capacidade ociosa do armamento.

Nesse mercado clandestino, por analogia com a lógica da economia, a produtividade perversa do crime tende a ser elevada até alcançar a plena utilização da capacidade produtiva instalada - o armamento -, empregando a mão de obra mobilizável, nesse caso os recrutas seduzidos principalmente no varejo das drogas.

A racionalidade do mercado do crime estruturado em torno do tráfico de armas induz à expansão da intensidade e da variedade das atividades criminosas, o que implica não apenas que a tendência seja o crescimento do número de crimes, mas também que a tendência seja o aumento do grau de risco e violência, porque mais comumente são utilizadas armas de fogo. Essa lógica não se afirma em ambiente vazio de circunstâncias.

Sua aplicação depende da taxa de impunidade ou da taxa de risco com a qual se opera o tráfico de armas e drogas, e se praticam as diversas modalidades de crime, assim como é função do repertório de alternativas legais e ilegais, isto é, das vantagens ou desvantagens relativas das estratégias de sobrevivência, afirmação pessoal, acumulação econômica, exercício de poder e acesso ao consumo. O grau de promiscuidade das polícias com as organizações criminosas constitui também variável decisiva nesse quadro. Observe-se que o excesso de armas não é apenas um indutor do crime; é também uma razão pela qual conflitos fúteis acabam tendo desfecho trágico: pequenos desentendimentos em um bar, regados a álcool, convertem-se em crimes letais apenas porque há uma arma disponível.

A despeito de tanta polêmica e incerteza, algumas hipóteses alcançaram razoável grau de consenso: (1) as políticas de segurança podem se constituir em variáveis significativas, dependendo das condições em que se aplicam e do tipo de criminalidade que buscam reduzir; (2) a presença relativa na população de jovens do sexo masculino é fator positivamente

associado à maior parte dos tipos de prática delituosa; (3) a impunidade cumpre um papel chave; (4) os seguintes fatores são propiciadores das condições que estimulam a prática da violência:

- 1) pobreza relativa e moradia inadequada;
- 2) apoio familiar inconsistente;
- 3) deficiência de aprendizado;
- 4) exclusão da escola;
- 5) violência doméstica;
- 6) poucas oportunidades de emprego e exclusão econômica;
- 7) cultura da violência;
- 8) superlotação dos presídios;
- 9) inexistência de uma adequada política de drogas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992, onde foi aprovado um documento, denominado Agenda 21, que estabeleceu um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global. O resgate do termo "Agenda" teve como propósito a fixação, de fato, em documento, de compromissos que expressem o desejo de mudanças das nações do atual modelo de civilização para outro em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social. Os países signatários assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas, metas que os coloquem a caminho do *desenvolvimento sustentável*.

A Agenda 21 consolidou a idéia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem constituir um binômio indissolúvel, que promova a ruptura do antigo padrão de crescimento econômico, tornando compatíveis duas grandes aspirações desse final de século: o direito ao desenvolvimento, sobretudo para os países que permanecem em patamares insatisfatórios de renda e de riqueza, e o direito ao usufruto da vida em ambiente saudável pelas futuras gerações. Essa ruptura é capaz de permitir a recondução da sociedade industrial rumo ao novo paradigma do desenvolvimento sustentável que exige a reinterpretação do conceito de progresso, cuja avaliação deve ser principalmente efetuada por indicadores de desenvolvimento humano e não apenas pelos índices que constituem os atuais Sistemas de Contas Nacionais, como, por exemplo, o Produto Interno Bruto - PIB.

A Agenda 21, resultante da Conferência, não deixa dúvidas de que os governos têm a prerrogativa e a responsabilidade de deslançar e de facilitar processos de construção das agendas 21 nacionais e locais. A convocação para as Agendas, entretanto, depende da mobilização de todos os segmentos da sociedade, sendo a democracia participativa a via política para a mudança esperada.

Assim, mais do que um documento, a Agenda 21 Brasileira é um processo de planejamento participativo que diagnostica e analisa a situação do País, das Regiões, dos Estados e dos Municípios, para, em seguida, planejar seu futuro de forma sustentável.

Ao instalar a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, naquela oportunidade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sinalizou claramente sua determinação em redefinir o modelo de desenvolvimento do Brasil, que passa a ser fundamentado pelo conceito de sustentabilidade social e ambiental, de acordo com as potencialidades e vulnerabilidades dos recursos de que dispõe o País.

Foram escolhidos como temas centrais da Agenda:

- 1 - Agricultura Sustentável,**
- 2 - Cidades Sustentáveis,**
- 3 - Infra-estrutura e Integração Regional,**
- 4 - Gestão dos Recursos Naturais,**
- 5 - Redução das Desigualdades Sociais e**
- 6 - Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.**

Parte das discussões ocorreu no primeiro semestre de 1999, por meio de *workshops* e seminários, com a participação de diversos segmentos da sociedade de todas as regiões do País.

Premissas

•**Crescer sem destruir.** O desenvolvimento sustentável das cidades implica, ao mesmo tempo, crescimento dos fatores positivos para a sustentabilidade urbana e diminuição dos impactos ambientais, sociais e econômicos indesejáveis no espaço urbano.

•**Indissociabilidade da problemática ambiental e social.** A indissociabilidade da problemática social urbana e da problemática ambiental das cidades exige que se combinem dinâmicas de promoção social com as dinâmicas de redução dos impactos ambientais no espaço urbano.

•**Diálogo entre a Agenda 21 brasileira e as atuais opções de desenvolvimento.** A sustentabilidade urbana deve se inserir no contexto efetivo da conjuntura nacional e influenciar nas opções de desenvolvimento do país.

•**Especificidade da Agenda Marrom.** A especificidade do ambiente urbano determina que a sustentabilidade urbana dependa basicamente do cumprimento da chamada *Agenda Marrom*.

•**Inovação e disseminação das boas práticas.** As ações de mitigação dos impactos ambientais devem ser equilibradas com as ações voltadas para a inovação e a valorização das práticas urbanas que apresentem componentes de sustentabilidade.

•**Fortalecimento da democracia.** Reconhecendo que sem democracia não há sustentabilidade, devem-se fortalecer os mecanismos de gestão democrática das cidades e o desenvolvimento da cidadania ativa.

•**Gestão integrada e participativa.** Necessidade de desenvolver novas formas de gestão urbana que propiciem a integração das ações setoriais, a participação ativa da sociedade e a mobilização de meios mediante novas parcerias urbanas.

•**Foco na ação local.** Reconhecendo a eficácia da ação local, deve-se promover a descentralização da execução das políticas urbanas e ambientais.

•**Mudança do enfoque das políticas de desenvolvimento e preservação ambiental.** Deve-se promover a substituição paulatina dos instrumentos de caráter punitivo por instrumentos de incentivo e auto-regulação dos agentes sociais e econômicos.

•**Informação para a tomada de decisão.** O conhecimento e a informação sobre a gestão do território e do meio ambiente urbano aumentam a consciência ambiental da população urbana, qualificando-a para participar ativamente dos processos decisórios. Políticas e ações de educação e comunicação, criativas e mobilizadoras, devem contribuir para reforçar todas as estratégias prioritárias de sustentabilidade urbana.

Diagnóstico

Com a finalidade de identificar os pontos de estrangulamento mais críticos para o desenvolvimento urbano sustentável do país, construiu-se, a partir de diagnósticos setoriais para cada um dos subtemas, um diagnóstico geral da urbanização brasileira que observa uma tendência de redução do ímpeto de crescimento demográfico para uma taxa de 1,47% a. a., até 2025. Entretanto, os diagnósticos disponíveis evidenciam o agravamento dos problemas urbanos e ambientais das cidades, decorrentes de adensamentos desordenados, ausência de planejamento, carência de recursos e serviços, obsolescência da infra-estrutura e dos espaços construídos, padrões atrasados de gestão e agressões ao ambiente.

Mudanças recentes no processo de urbanização e na configuração da rede de cidades, em função das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento econômico, contribuíram para reforçar a heterogeneidade econômica e social no desenvolvimento das regiões e das cidades brasileiras. Tal fenômeno se caracteriza por: surgimento de "ilhas" de produtividade em quase todas as regiões; crescimento populacional mais elevado das "antigas periferias" nacionais, provocando o relativo espraiamento do fenômeno de formação das aglomerações urbanas; padrões relativamente baixos de crescimento metropolitano, sobretudo dos núcleos, e uma importância ainda maior do conjunto de cidades de médio porte.

O processo de conformação da rede urbana brasileira apresenta superposição de um sistema baseado em polarizações com outro, cuja característica principal é o desenvolvimento espacial em forma de eixos. Em que pese o forte caráter polarizador de um conjunto de metrópoles e centros urbanos, os investimentos programados por eixos de desenvolvimento contribuem para redesenhar a configuração territorial do país, na medida em que tais investimentos são seletivos, privilegiando espaços dinâmicos e relegando áreas de baixo dinamismo ou estagnadas. Isso acentua a tendência de concentração da população urbana nas áreas metropolitanas e nas aglomerações urbanas, reforçando os desequilíbrios da rede de cidades e tornando agudos os problemas sociais, urbanos e ambientais dos grandes centros -

particularmente porque os investimentos feitos ou programados nesses eixos também não levam em conta os danos ambientais decorrentes.

As diferentes escalas de cidades da rede urbana brasileira - regiões metropolitanas e cidades grandes; médias; pequenas; e novas da franja pioneira e cidades patrimônio - possuem desafios próprios para o seu desenvolvimento sustentável. No entanto, apesar de suas peculiaridades regionais e locais, todas abrigam, com maior ou menor intensidade, problemas intra-urbanos que afetam sua sustentabilidade, particularmente os decorrentes de: dificuldades de acesso à terra urbanizada, déficit de moradias adequadas, déficit de cobertura dos serviços de saneamento ambiental, baixa qualidade do transporte público, poluição ambiental, desemprego e precariedade de emprego, violência/precariedade urbana e marginalização social. Apresentam também, por outro lado, sinais positivos de desenvolvimento, tais como maior dinamismo econômico e social, articulação mais ampla entre governo e sociedade, democratização da esfera pública, fruto de experiências inovadoras e boas práticas de gestão local. Assim, a cidade brasileira do século XXI poderá ser palco de uma vida urbana enriquecida, desde que se operem as necessárias transformações dos padrões insustentáveis de produção e consumo que resultam na degradação dos recursos naturais e econômicos do país, afetando as condições de vida da população nas cidades.

Embora se saiba que, em termos de meio ambiente, determinadas metas só possam ser atingidas em longo prazo, entende-se que os municípios, os estados e a União - atuando sempre em parceria com a sociedade - podem introduzir de imediato mudanças nas suas políticas urbanas capazes de gerar resultados até mesmo a curto prazo. Assim, para fins de calibragem temporal das proposições, adotaram-se os seguintes horizontes de tempo: imediato (até dois anos), curto prazo (até quatro anos) e médio prazo (até dez anos).

As propostas enunciadas para cada um dos subtemas indicados pelo Ministério do Meio Ambiente, uma vez sistematizadas e selecionadas por meio da aplicação de matrizes analíticas desenvolvidas pelos consultores de integração temática, foram consolidadas e ordenadas em **quatro estratégias de sustentabilidade urbana**, identificadas como prioritárias para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.

1. Aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, a eficiência e a qualidade ambiental.
2. Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade.
3. Promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis.
4. Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana.

Do capítulo voltado para a **integração entre meio ambiente e desenvolvimento** na tomada de decisões, destacamos:

- Reexaminar as políticas, as estratégias e os planos econômicos, setoriais e ambientais, nas esferas nacional, estadual e municipal, para efetivar uma integração gradual entre as questões de meio ambiente e de desenvolvimento.
 - Fortalecer as estruturas institucionais para permitir a integração plena entre as questões relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, em todo o processo de tomada de decisões.
 - Criar ou melhorar mecanismos que facilitem a participação no processo de tomada de decisões dos indivíduos, dos grupos e das organizações interessadas.
 - Estabelecer procedimentos, determinados internamente, para integração das questões relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento no processo de tomada de decisões.
- Combate à pobreza é indispensável para a sustentabilidade dos assentamentos humanos e de que o desenvolvimento sustentável desses assentamentos deve sempre considerar as necessidades e as condições para se alcançar o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ao meio ambiente.

Foram ainda observados os objetivos de desenvolvimento indicados no documento *Brasil 2020*, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República:

- Estado regulador, que promova o desenvolvimento econômico e social, proteja o meio ambiente e garanta os direitos humanos;
- ecossistemas conservados, com os recursos naturais e a biodiversidade aproveitados de forma sustentável;

- espaço nacional distribuído de forma equilibrada, com a redução dos desníveis regionais e sociais;
- inserção competitiva no contexto internacional.

Esse conjunto de objetivos orienta e delimita as estratégias e as propostas selecionadas, oriundas das contribuições de consultores, cabeças-de-rede e representantes governamentais e da sociedade civil participantes do *workshop*.

O conceito de desenvolvimento sustentável, cunhado pela Comissão Brundtland no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento humano, a chamada Rio-92, começou a ser divulgado pelo relatório *Nosso futuro comum*, a partir de 1987. O termo encerra a tese-chave de que é possível desenvolver sem destruir o meio ambiente e propõe que todos os países se unam para evitar a catástrofe global: degradação crescente não só das grandes cidades industriais, onde primeiro se fizeram sentir os efeitos funestos da destruição ambiental, mas do ambiente global (atmosfera, florestas, oceanos).

Foi a partir desse relatório que a idéia de que é necessário um esforço comum e planetário para se corrigir os rumos do modelo de desenvolvimento econômico se firmou no cenário político, levando os vários países signatários da *Agenda 21* - documento que reúne o conjunto mais amplo de premissas e de recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis - a iniciarem seus programas de sustentabilidade.

Em contraponto a este modelo injusto e predador, é proposta a alternativa da nova sociedade, justa e ecologicamente responsável, produtora e produto do desenvolvimento sustentável. A via política para a mudança é a democracia participativa com foco na ação local e na gestão compartilhada dos recursos.

Em termos das iniciativas, a *Agenda* não deixa dúvida: os governos têm a prerrogativa e a responsabilidade de deslanchar e de facilitar processos de implementação da *Agenda 21* em todas as escalas. Além dos governos, a convocação da *Agenda* para mobilizar todos os segmentos da sociedade, chamando-os de 'atores relevantes' e de 'parceiros do desenvolvimento sustentável'.

Sustentabilidade

Para muitos autores, há uma contradição, uma oposição difícil de ser desfeita, entre os conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade. Segundo eles, o conceito de sustentabilidade é fruto de movimento histórico recente, altamente questionador da sociedade industrial, enquanto o conceito de desenvolvimento é o conceito-síntese desta mesma sociedade, cujo modelo mostra seu esgotamento. Outra tendência crítica afirma que o conceito de sustentabilidade é um conceito importado da ecologia e que sua operacionalidade nas comunidades humanas ainda está para ser provada. Em nosso entendimento, o debate teórico em torno do conceito de desenvolvimento sustentável é próprio do momento de sua validação.

O que se pode depreender das intervenções de vários autores brasileiros que vêm contribuindo para essa discussão (Viola: 1991; Acserald: 1995; Guimarães: 1997; Crespo: 1998) é que a discussão mais acadêmica em curso sobre a validade e a aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável pouco tem afetado a sua enorme aceitação política e as Agendas públicas que o tomam como referência. Acreditamos que a interpretação mais correta desse debate é a de que o conceito de desenvolvimento sustentável está em processo de construção. Esse entendimento leva ao reconhecimento de que é e será ainda alvo de intensa disputa teórico-política por parte dos diversos atores que participam dessa construção: governos nacionais e internacionais, agências não-governamentais, empresários, cientistas, ambientalistas, etc. Cada processo de implementação da *Agenda 21*, em cada país, é um momento significativo na história desse conceito e de sua aplicabilidade na organização social. Essa concepção processual e gradativa da validação do conceito implica assumir que os princípios e as premissas que devem orientar a implementação da *Agenda 21* não constituem um rol completo e acabado: torná-la realidade é, antes de tudo, um processo social no qual os atores vão pactuando paulatinamente novos consensos e montando uma Agenda possível rumo ao futuro que se deseja sustentável.

Segundo Roberto Guimarães (1997), essas dimensões aparecem ora isoladas ora de forma combinada nas várias dinâmicas que informam o processo de construção social do desenvolvimento sustentável. Ao nomeá-las *dinâmicas socioambientais*, concebe-as como complementares e destaca as principais:

a) Sustentabilidade ecológica - base física do processo de crescimento e tem como objetivo a conservação e o uso racional do estoque de recursos naturais incorporados às atividades produtivas.

b) Sustentabilidade ambiental - relacionada à capacidade de suporte dos ecossistemas associados de absorver ou se recuperar das agressões derivadas da ação humana (ação antrópica), implicando um equilíbrio entre as taxas de emissão e/ou produção de resíduos e as taxas de absorção e/ou regeneração da base natural de recursos.

c) Sustentabilidade demográfica - revela os limites da capacidade de suporte de determinado território e de sua base de recursos e implica cotejar os cenários ou as tendências de crescimento econômico com as taxas demográficas, sua composição etária e os contingentes de população economicamente ativa esperados.

d) Sustentabilidade cultural - necessidade de manter a diversidade de culturas, valores e práticas existentes no planeta, no país e/ou numa região e que integram ao longo do tempo as identidades dos povos.

e) Sustentabilidade social - objetiva promover a melhoria da qualidade de vida e a reduzir os níveis de exclusão social por meio de políticas de justiça redistributiva.

f) Sustentabilidade política - relacionada à construção da cidadania plena dos indivíduos por meio do fortalecimento dos mecanismos democráticos de formulação e de implementação das políticas públicas em escala global, diz respeito ainda ao governo e à governabilidade nas escalas local, nacional e global.

g) Sustentabilidade institucional - necessidade de criar e fortalecer engenharias institucionais e/ou instituições cujo desenho e aparato já levem em conta critérios de sustentabilidade.

Como se pode notar no elenco acima, a dimensão econômica aparece diluída ou pouco destacada. Isso ocorre porque o esforço dos autores citados tem sido o de relativizar o absolutismo econômico que tendeu a prevalecer nas discussões em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Essa relativização teórico-política do conceito aparece consagrada nos relatórios do PNUD que passam a cunhar a expressão 'desenvolvimento humano sustentável'.

A **dimensão econômica** da sustentabilidade, diferentemente do que ocorre com as demais, é a que conta hoje com o maior acúmulo de discussão teórica e de práticas inovadoras já em curso. O debate em torno da reconversão da matriz industrial avança enormemente, e a etapa da mitigação e da regularização punitiva tende a ser rapidamente superada nos países desenvolvidos em favor de iniciativas mais estratégicas para os objetivos da sustentabilidade: contabilização dos ativos ambientais nacionais, valoração econômica dos recursos naturais que são utilizados como insumos na produção, disseminação de práticas de *ecodesign* industrial, de substituição de materiais, de eficiência energética e de aproveitamento dos resíduos. No mundo inteiro proliferam iniciativas entre os próprios empresários, que visam a adaptar os padrões de produção e de consumo às exigências ambientais colocadas pelo paradigma da sustentabilidade. No Brasil, a criação do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e das comissões de meio ambiente nas várias entidades de classe acompanha essa tendência global. Incluem-se na dimensão econômica também os aspectos financeiros relativos à equação entre recursos, tributos, taxas ou tarifas arrecadadas e os investimentos e a prestação de serviços urbanos.

Tanto o governo como a sociedade civil de brasileiros têm demonstrado em importantes documentos publicados que o conceito de desenvolvimento sustentável e o de sustentabilidade ampliada estão sendo absorvidos e transformados em propostas de políticas públicas. Isso vem ocorrendo como fruto tanto do amadurecimento teórico como do acúmulo proporcionado por experiências concretas, que no país foram cunhadas de 'projetos demonstrativos' e no exterior, sobretudo a partir da Conferência Habitat II, passaram a ser chamadas de 'boas práticas'. Em todos os recantos da Federação se pode hoje recolher exemplos de boas práticas. Quase todas teriam, certamente, um lugar em programas voltados para o desenvolvimento sustentável, como, aliás, propõe o documento do Ministério do Meio Ambiente *100 experiências brasileiras*, divulgado por ocasião da Rio + 5.

Sustentabilidade progressiva

Resguardadas as diferenças entre os vários países e o avanço do debate teórico que ocorre em cada um, a base conceitual da *Agenda 21*, em resumo, aponta para a necessidade de construção de uma *Agenda de transição*. Essa *Agenda*, que deve recobrir as questões programáticas mais fortes do documento - reduzir a degradação do meio ambiente, mas

também a pobreza e as desigualdades -, visa à sustentabilidade progressiva. Essa progressividade não significa adiar as decisões e as ações que importam para a sustentabilidade, mas retirar paulatinamente a legitimidade dos mecanismos e dos instrumentos que permitem à economia e à sociedade serem desenvolvidas em bases insustentáveis.

A missão é clara: romper o *círculo vicioso* da produção, que destrói o meio ambiente e excluir uma grande parte da sociedade dos benefícios, prejudicando ainda as gerações futuras, e promover um *círculo virtuoso*, em que a produção se faz observando critérios de conservação ambiental duradouros e melhora progressiva nos padrões de repartição dos benefícios. Contudo, em nossa concepção, o caráter prático e extremamente convocatório da *Agenda 21* não deve diminuir ou esvanecer a tarefa civilizatória que a inspira. As ações de natureza política devem seguir juntas e ter a mesma envergadura daquelas de natureza ética, destinadas à promoção de novos valores e atitudes entre as nações, entre as culturas e as comunidades, entre os seres humanos e a natureza.

A noção de cidades sustentáveis

Pensar a sustentabilidade como processo e como progressiva exige a presença ou a aplicação de critérios de sustentabilidade, ou seja, reconhecer que uma série de valores, atitudes, institucionalidades, instrumentos e ações são sustentáveis e outros não. Assim, aos poucos, se vai constituindo um dicionário da sustentabilidade, no qual uma série de palavras e de conceitos expressa um novo modo de pensar ou formular as propostas econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais. A intensidade e a amplitude da presença desse dicionário no corpo teórico e prático que informa as ações dos distintos grupos sociais são um indicador tanto da mudança de cultura como do grau de capilaridade que a sustentabilidade já alcançou.

A sustentabilidade pode ainda ser enunciada como uma qualidade que se passa a identificar e a exigir dos distintos processos sociais, desde aqueles que se dão na esfera privada - reduzir o consumo individual e reciclar produtos no espaço doméstico, por exemplo - até os que se desenvolvem na esfera pública, no terreno da implantação e da gestão de políticas públicas. Essa capacidade de a tudo se referir, imprimindo a todos os processos uma qualidade que os torna diferentes do que eram antes, faz com que a sustentabilidade possa ser afirmada como um paradigma. É essa característica paradigmática da sustentabilidade que dá suporte à formulação da possibilidade de sustentabilidade urbana e que permite considerar possível e desejável que o desenvolvimento urbano possa ocorrer em bases sustentáveis.

A discussão sobre cidades sustentáveis só tomou vulto nos últimos dez anos, graças aos impulsos dados pela Rio-92 e pela Conferência Habitat II. A necessidade de ambientalizar as políticas urbanas, ou construir cidades com estratégias ecológicas, tem sido postulada em dois nichos distintos que se fertilizam mutuamente.

Um primeiro nicho foi constituído pelos próprios ambientalistas e pela crítica radical às *cidades biocidas* ou doentes (Girardet: 1989). A partir da análise da capacidade de suporte (*carrying capacity*) e do 'metabolismo' que apresentam, realizando, assim, um exercício de *balanço energético* entre o que elas produzem e o que consomem, esse biólogo demonstra que megalópoles como a Cidade do México, São Paulo, Calcutá e Nova York são usinas de consumo de energia e de produção intensiva de resíduos de toda ordem, buscando cada vez mais longe os insumos de que necessitam e estendendo em escala global suas pegadas ecológicas (*ecological footprint*). Ele contrasta as noções de cidades **biocidas** e **ecológicas**, comparando formas de organização em que, na primeira, biocida, os ciclos não são sequer pensados ou planejados, e na segunda, ecológica, existe uma consciência ambiental dos gestores e dos cidadãos.

Para as cidades biocidas, em sua maioria verdadeiras máquinas de destruição da natureza e produtoras do estresse humano, propõe, então, o modelo do *metabolismo circular* como substituto do *metabolismo linear*, no qual todos os fluxos são planejados e tecnologicamente sustentados para se buscar fora somente o necessário, reduzindo drasticamente todo tipo de externalidade negativa. Na alternativa sugerida por Girardet, a sustentabilidade urbana vai estar diretamente relacionada à capacidade de cada cidade, pensada como um ecossistema construído, prover-se com um mínimo de importação dos recursos de que necessita, compensando as cidades vizinhas, ou países, das possíveis externalidades negativas.

A despeito das postulações utópicas, tais como a proposta de drástica redução na importação de insumos - o que é pouco provável em uma economia cada vez mais globalizada -, essa discussão tem repercutido positivamente e já se traduz em cursos de capacitação e em manuais de gestão urbana, tais como os patrocinados pelo Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento (PNUD) ou pelo Conselho Internacional de Cidades para as Iniciativas Locais (ICLEI), que têm conduzido uma série de experiências destinadas a desenvolver projetos e metodologias para promover 'cidades saudáveis'. Segundo o próprio ICLEI, mais de 1.800 cidades do mundo estão desenvolvendo experiências de *Agenda 21* local, nas quais várias das idéias desenvolvidas por Girardet e outros pensadores estão sendo aplicadas.

Resumindo, após as conferências Rio-92 e Habitat II, houve uma mudança expressiva de inflexão na abordagem da problemática urbana e sua relação com o mundo rural. As principais razões para essa mudança podem ser tributadas a dois fatores: a) o fracasso das políticas de fixação da população rural em todo o mundo, independentemente do contexto político ou econômico; b) a efetividade do fato de que a cidade parece ser a forma que os seres humanos encontraram para viver em sociedade e prover suas necessidades (Alberti: 1994).

As estatísticas falam por si: mais de 60% do PIB dos países desenvolvidos é produzido em áreas urbanas; em 1990, havia 2,4 bilhões de habitantes urbanos em todo o planeta e, em apenas oito anos, esse número saltou para 3,2 bilhões, nada indicando tratar-se de uma tendência em declínio.

Pesquisas patrocinadas pelas agências internacionais de desenvolvimento demonstram que as políticas de apoio aos assentamentos rurais têm implicado que, uma vez realizada uma poupança, os habitantes migram para as cidades, onde encontram, efetivamente, melhores chances de educação, saúde e emprego. Assim, nestes anos que separam as duas conferências se tem fortalecido a idéia de que é possível dotar de maior racionalidade os processos sociais que produzem e modificam as cidades, bem como a certeza de que as sociedades sustentáveis dependem, para existir, de como vão evoluir as soluções urbanísticas. Enquanto aumenta a legitimidade do paradigma da sustentabilidade e sua pertinência para lidar com a especificidade do urbano, cresce a necessidade de selecionar critérios, estratégias e indicadores para ancorar a formulação, monitorar a implementação e avaliar os resultados das políticas urbanas em bases sustentáveis. Assim, a discussão sobre quais estratégias devem ser consideradas prioritárias não pode deixar de remeter-se aos objetivos macro do desenvolvimento sustentável em qualquer das escalas consideradas (global, nacional ou local), que assim podem ser discriminados:

- busca de equilíbrio dinâmico entre uma determinada população e a sua base ecológico-territorial, diminuindo significativamente a pressão sobre os recursos disponíveis e as desigualdades espaciais;
- ampliação da responsabilidade ecológica, aumentando a capacidade dos atores sociais de identificar as relações de interdependência entre os fenômenos e aceitar o princípio da corresponsabilidade de países, grupos e comunidades na gestão dos recursos e dos ecossistemas compartilhados, como o ar, oceanos, florestas e bacias hidrográficas;
- busca da eficiência energética, implicando redução significativa nos níveis de consumo atual, sobretudo dos combustíveis fósseis, e de fontes energéticas renováveis;
- desenvolvimento e utilização de tecnologias brandas ou ecocompatíveis, alterando progressiva e significativamente os padrões atuais do setor produtivo;
- alteração nos padrões de consumo e diminuição significativa na produção de resíduos e no uso de bens ou materiais não-recicláveis;
- recuperação de áreas degradadas e reposição do estoque dos recursos estratégicos (solo, água, cobertura vegetal);
- manutenção da biodiversidade existente.

Novos marcos da gestão urbana

A primeira e principal tarefa que se coloca aos gestores do ambiente urbano e das cidades seria a de reorganizar o sistema de gestão. A essa reorganização, ou reestruturação do sistema e das formas organizacionais da gestão, denomina-se de *os novos marcos da gestão urbana*. Esses marcos são resumidamente os seguintes:

a) mudança de escala, incentivando o surgimento de cidades menores ou de assentamentos menores dentro da grande cidade; preferência pelos pequenos projetos, de menor custo e de menor impacto ambiental; foco na ação local;

b) incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais urbanas (habitação, abastecimento, saneamento, ordenação do espaço, etc.) pela observância dos critérios ambientais para preservar recursos estratégicos (água, solo, cobertura vegetal) e proteger a saúde humana;

c) integração das ações de gestão, para a criação de sinergias, a redução de custos e a ampliação dos impactos positivos;

d) necessidade do planejamento estratégico, colocando sérias restrições ao crescimento não-planejado ou desnecessário;

e) descentralização das ações administrativas e dos recursos, contemplando prioridades locais e combatendo a homogeneização dos padrões de gestão;

f) incentivo à inovação, ao surgimento de soluções criativas; abertura à experimentação (novos materiais, novas tecnologias, novas formas organizacionais);

g) inclusão dos custos ambientais e sociais no orçamento e na contabilidade dos projetos de infra-estrutura;

h) indução de novos hábitos de moradia, transporte e consumo nas cidades (incentivo ao uso de bicicleta e de transportes não-poluentes; incentivo a hortas comunitárias, jardins e arborização com árvores frutíferas; edificações para uso comercial ou de moradia que evitem o uso intensivo de energia, utilizando materiais reciclados);

i) fortalecimento da sociedade civil e dos canais de participação; incentivo e suporte à ação comunitária.

Como já pontuaram renomados urbanistas (Malta:1997; Wilhelm:1998), esse receituário não é totalmente novo. A combinação, postulada como essencial, de estratégias ecológicas e sociais no contexto das cidades é que é nova e desafiadora. É a esse desafio que o capítulo *Cidades sustentáveis* da *Agenda 21* brasileira deve responder, oferecendo uma nova perspectiva para quem vive e produz o meio ambiente urbano, cenário privilegiado para testar a viabilidade do desenvolvimento humano sustentável que se quer.

Crescer sem destruir

O desenvolvimento sustentável implica, de um lado, o crescimento do emprego, da produtividade, do nível de renda das camadas pobres, dos capitais (produtivo, humano e social), da informação, do conhecimento e da educação, da qualidade de vida nas cidades e, de outro, a diminuição da contaminação, do desperdício, da pobreza e das desigualdades. Os indicadores de progresso confundir-se-iam com a melhoria desses indicadores socioambientais nos espaços urbanos.

Fortalecimento da democracia:

Outra premissa é de que sem democracia não há sustentabilidade, razão pela qual se procurou recomendar o fortalecimento de todos os meios democráticos, principalmente aqueles afetos à gestão urbana, entendendo que essas recomendações têm duplo efeito: o de desenvolver a cidadania ativa e o de aperfeiçoar instituições e/ou criá-las com um desenho que corresponda ao adensamento da vida democrática no país. O modelo de democracia configurado nas recomendações da *Agenda* é o participativo. Os consensos necessários para que as mudanças no modelo de desenvolvimento sejam operadas só serão possíveis por meio do fortalecimento das possibilidades da gestão democrática e participativa.

Urbanização global

Contrastando com os 37,73% da população mundial que, em 1975, habitavam em assentamentos humanos urbanos, em torno do ano de 2005, com o salto estatístico da urbanização, esse percentual ultrapassará os 50% e, em 2025, este será 61,07% dos cerca de seis bilhões de habitantes do globo. Na América Latina, o percentual já era de 61,32% em 1975, deve saltar para 76,51% no ano 2000 e atingirá, vinte anos depois, 84,67%. No Brasil, os saltos previstos são de 61,15% para 81,21% e 88,94%, respectivamente.

Embora a urbanização ocorra em todas as regiões do mundo, aquelas que hoje contêm maiores percentuais de habitantes rurais, África e Ásia, serão as mais afetadas pela urbanização, diferentemente da América Latina e do Brasil, já bastante urbanizados, que sofrerão, sobretudo, com os impactos da crescente metropolização. A mesma concentração de problemas urbanos em regiões ainda subdesenvolvidas ocorrerá com o surgimento de novas metrópoles, aqui definidas como cidades e conurbações com mais de 10 milhões de habitantes: em 1990, das trinta maiores metrópoles mundiais, vinte estavam em países subdesenvolvidos - Índia, China, Paquistão, Brasil, México, etc.

Grandes metrópoles com elevadas taxas de crescimento, como Bombaim, Delhi, Pequim, Tianjin, Calcutá, Karachi, hoje extremamente carentes em infra-estrutura, aumentarão dramaticamente os desafios à sua sustentabilidade. Dramaticidade representada não apenas pelo tamanho de suas populações, mas pela rapidez de seu crescimento. As maiores taxas de crescimento urbano são estimadas para cidades africanas (3,81% a.a. entre 2000-2025). Para o Brasil, no mesmo período, estima-se um crescimento urbano de 1,47% a.a, bem menor do que no passado.

Esses números e a tendência à urbanização revelada em Habitat II indicam: a) o surgimento e o eventual agravamento de grandes problemas sociais, resultantes de elevadas densidades e de altas taxas anuais de crescimento de futuras metrópoles; b) a criação de uma nova configuração de metrópoles globais, fortemente vinculadas, constituindo uma rede global; c) a internacionalização de interesses e de políticas locais das grandes cidades; d) a ampliação de serviços fornecidos por essas cidades a usuários que não habitam nela; e) o risco de não sustentabilidade da qualidade de vida em muitas cidades, seja pela destruição de recursos naturais e do patrimônio cultural que possuíam, seja pela gestão e operação pouco cautelosas e não planejadas de seus serviços.

A rede urbana brasileira

As taxas elevadas e crescentes de urbanização observadas no Brasil nas duas últimas décadas, a despeito das taxas de fecundidade terem declinado fortemente, colocam o país no mesmo contexto que caracteriza a América Latina e o mundo: um generalizado e oneroso agravamento dos chamados problemas urbanos, ocasionado: a) pelo seu crescimento desordenado e, por vezes, fisicamente concentrado; b) pela ausência ou carência de planejamento; c) pela demanda não atendida por recursos e serviços de toda ordem; d) pela obsolescência da estrutura física existente; e) pelos padrões ainda atrasados de sua gestão; f) pelas agressões ao ambiente urbano.

A análise da trajetória histórica da urbanização oferece indicações que não devem ser desprezadas, a respeito das conseqüências econômicas, sociais e ambientais, resultantes do hábito de desconsiderar a dimensão espacial - urbana, regional e nacional - nas decisões macroeconômicas.

O Brasil não conheceu a vida de aldeia, o ritmo da ida e vinda entre a habitação urbana e o trabalho agrícola. As distâncias e as dimensões das propriedades, ao tempo da colônia, e a baixa densidade da população colonizadora exigiram uma dicotomia e uma articulação que resultaram no surgimento imediato de assentamentos sob a forma política de cidades (chamadas vilas, quando pequenas). O colar de cidades ao longo da costa tarda a interiorizar-se, em virtude da falésia que tornava difícil o abandono da planície costeira para a aventura da conquista do misterioso planalto. Quando tal fato ocorreu, as trilhas indígenas, alargadas para conterem cavalos e carruagens puxadas por bois, permitiram o surgimento de novas cidades, vinculadas à exploração mineral. A expansão da ocupação de terras para agricultura (notadamente as vinculadas à cana e ao café, demandando serviços e ofícios) gerou a necessidade de patrimônios urbanos, cidades em uma faixa pioneira que constantemente avançava. O surgimento das estradas de ferro levou à fundação de tais cidades a cada dez quilômetros, sempre ao longo dos espigões, gerando uma série de cidades *ponta de trilhos*. Finalmente, a industrialização, apoiada pelo considerável aumento demográfico acarretado pela imigração européia e, posteriormente, pelas diversas fases de necessária substituição de produtos importados, expandiu aquelas cidades que ofereciam melhores condições para o crescimento, diversificação de opções, aumento do comércio e geração de serviços: as metrópoles brasileiras, constituindo pólos de desenvolvimento aos quais se vinculavam redes de cidades.

A partir da década de 1950, com o abandono da manutenção e a expansão das ferrovias e a construção de rodovias para a circulação da crescente frota de veículos, o modo de transporte de carga passou a se realizar majoritariamente por caminhões e fortaleceu-se a rede de cidades novas, agora ao longo de rodovias de penetração, as quais, com as mais antigas, constituíram um conjunto ainda não articulado de cidades médias, de variados níveis de qualidade de vida e importância econômica. Formaram-se, destarte, corredores de desenvolvimento, pontuados por cidades de porte médio que usufruíam, ao mesmo tempo, da descentralização industrial e da riqueza produzida pela agricultura, se transformando em *agribusiness* de vinculação internacional. Para o desenvolvimento dessas cidades, mormente no Estado de São Paulo, tem sido importante a elevação de sua qualidade cultural e educacional, através do surgimento de universidades.

A rede urbana brasileira poderia ser sumariamente descrita da seguinte maneira:

•Aos nove pólos definidos por lei federal de 1973 como **regiões metropolitanas** (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) - cuja regulamentação passou, após a Constituição Federal de 1988, para a competência estadual - acrescentaram-se posteriormente outras seis regiões (Natal, Vitória, Baixada Santista, Campinas, Brasília e Goiânia). Essas aglomerações urbanas dividem com cidades de porte médio e grande a função de novos pólos de produção e oportunidades. Além do potencial

de fortes pólos de desenvolvimento e de atender, em serviços, a uma população de usuários bem superior à que nelas habita, as regiões metropolitanas e as cidades grandes projetam-se como núcleos em que se estabelecem os padrões de consumo - no Sudeste brasileiro articula-se já uma *macrometrópole*, constituída pelas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista e por boa parte das cidades médias fortemente interligadas e mesmo conurbadas no vale do Paraíba, ao longo da via Dutra.

- Ao longo de eixos rodoviários consolidados, ou vizinhos de regiões metropolitanas, localiza-se uma rede dispersa, embora mais densa no Sudeste, de **cidades médias** que, no período 1991/1996, apresentaram um crescimento superior à média nacional.

- A ausência de apoio à agricultura familiar nas décadas passadas e a atratividade oferecida por cidades maiores, no que tange ao padrão de consumo, à educação e às oportunidades diversificadas de trabalho, resultaram, praticamente em todas as regiões do país, nos saldos migratórios negativos das **pequenas cidades**, com crescimento abaixo da média nacional e muito próximo do crescimento vegetativo do país.

- Situação diferente é a apresentada pelas vicejantes cidades, forçosamente ainda pequenas, que vão surgindo no Oeste e no Norte do Brasil, na ainda móvel fronteira agrícola do país. Estas **cidades novas da franja pioneira**, ao longo das rodovias de penetração no Planalto Central e na Amazônia, são criadas com espontaneidade, sem planejamento outro que não o de retalhamento do solo, objetivando venda e ocupação a curto prazo, com provável retenção especulativa. A completa ausência de qualquer política, orientação e normatização para essas cidades novas gerará fatalmente disfunções, problemas e altos custos públicos em médio prazo.

Destaca-se na rede urbana brasileira, por sua especificidade, o conjunto de **cidades patrimônio (natural e cultural)**, categoria que reúne as cidades históricas brasileiras, as que hospedam pessoas e serviços necessários ao usufruto de patrimônios (belezas) naturais e as que se caracterizam por preservar e exercer atividades culturais regulares. No contexto atual, tais cidades são procuradas ciclicamente por grande e crescente número de turistas atraídos pelas riquezas patrimoniais locais.

Mudanças recentes no processo de urbanização e na configuração da rede de cidades, em função das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento econômico, contribuíram para reforçar a heterogeneidade econômica e social no desenvolvimento das regiões e das cidades brasileiras. Tal fenômeno se caracteriza por: surgimento de 'ilhas' de produtividade, em quase todas as regiões; crescimento populacional mais elevado das 'antigas periferias' nacionais, provocando o relativo espraiamento do fenômeno de formação das aglomerações urbanas; padrões relativamente baixos de crescimento metropolitano, sobretudo dos núcleos, e uma importância ainda maior do conjunto de cidades de médio porte.

As principais tendências recentes do sistema urbano brasileiro, ressaltadas as especificidades das regiões Norte e Sudeste, são as seguintes: a) homogeneização das redes urbanas regionais, com peso crescente das metrópoles e dos centros médios; b) crescimento acima da média nacional das cidades de portes médio e grande e, também, do extrato de cidades de 50mil a 100mil habitantes, localizadas fora das regiões metropolitanas; c) maior crescimento demográfico das aglomerações urbanas constituídas pelas áreas metropolitanas ainda não institucionalizadas - como no caso de Goiânia, Brasília e Campinas - cidades não-metropolitanas de 500 mil a 1, 2 milhões de habitantes e a metrópole de Curitiba; d) saldos migratórios negativos nas pequenas cidades, em praticamente todas as regiões brasileiras; e) aumento do peso relativo das cidades não-metropolitanas com mais de 50 mil e menos de 800 mil habitantes no total da população urbana brasileira (24,4 % em 1970, 26,4% em 1980, 28,4% em 1991 e 29% em 1996); f) aumento da participação da população metropolitana no conjunto da população brasileira: 29% em 1970, 33,8% em 1980, 34,8% em 1991 e 35,4% em 1996.

O processo de conformação da rede urbana brasileira apresenta superposição de um sistema baseado em polarizações com outro, cuja característica principal é o desenvolvimento espacial em forma de eixos. Em que pese o forte caráter polarizador de um conjunto de metrópoles, os investimentos programados por eixos de desenvolvimento contribuem para redesenhar a configuração territorial do país, na medida em que tais investimentos são seletivos, privilegiando espaços dinâmicos e relegando as áreas de baixo dinamismo ou estagnadas. Isso acentua as tendências de concentração da população urbana nas áreas metropolitanas e de aglomerações urbanas, reforçando os desequilíbrios da rede de cidades e recrudescendo os problemas sociais, urbanos e ambientais dos grandes centros, particularmente porque os

investimentos feitos ou programados nesses eixos também não levam em conta os danos ambientais decorrentes.

Faz-se necessária uma profunda reformulação no desenho das políticas públicas de intervenção no território e nas áreas urbanas, devendo-se conferir importância estratégica ao planejamento do desenvolvimento regional, que deve ser o eixo estruturador das políticas voltadas para a transformação das cidades brasileiras em cidades sustentáveis. Assim, as cidades devem ser consideradas como parte integrante de suas respectivas regiões e microrregiões, dados os condicionantes territoriais para a sua sustentabilidade, em particular quanto às bacias hidrográficas e às áreas de proteção ambiental que se estendem mais além das barreiras jurisdicionais estabelecidas em lei.

Desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras

A despeito de as diferentes categorias de cidades demandarem prioridades e apresentarem problemas eventualmente específicos relativos ao seu desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade, a análise das mudanças e das tendências aponta não só para um conjunto de problemas ambientais urbanos comuns, como, também, para a necessidade de novas abordagens de políticas de desenvolvimento urbano que considerem o território, as bacias hidrográficas e a rede de cidades.

Algumas particularidades, contudo, podem ser apontadas para cada tipo de assentamento com relação ao desenvolvimento sustentável.

Nas regiões metropolitanas, em 1990, viviam 12,3 milhões de pobres, equívalendo a 29,21% da população pobre brasileira, então estimada em 42 milhões de pessoas. Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os pobres metropolitanos representam, respectivamente, 63 e 84% da população. Nessas duas metrópoles, a incidência de pobreza é também afetada pela crescente proporção de famílias chefiadas por mulheres (29%), cujos rendimentos no mercado de trabalho são inferiores.

A concentração de problemas sociais demanda políticas, estratégias e ações, focalizando basicamente a preservação e a criação de postos de trabalho, voltadas especialmente para a grande população das regiões metropolitanas.

Nelas, a sustentabilidade do desenvolvimento é também posta em xeque pelas carências geradas pela ocupação do solo, que demandam: urbanização das ocupações ilegais com reassentamento da população nos casos de áreas de preservação e de risco; necessidade de novos e maiores parques, além da preservação das áreas verdes ainda existentes, a fim de equilibrar a excessiva impermeabilização do solo metropolitano; avaliação dos limites do adensamento e coerência entre frota de veículos e espaço de vias postas à sua disposição, a fim de evitar e diminuir a disfunção metropolitana decorrente dos enormes congestionamentos no tráfego; solução para a deposição final do lixo, acompanhada pela fundamental alteração de padrões de consumo que produzem tal lixo; solução definitiva para o esgoto, mormente o doméstico, que polui os cursos d'água; definição de operações urbanas que permitam, de forma sinérgica, concentrar os esforços do setor público e do setor privado na recuperação de bairros; aumento da segurança e reencontro da cidadania respeitada com as instituições renovadas; ampliação, equipamento e reconquista dos espaços públicos, hoje cercados e transformados em terra de ninguém; recriação da solidariedade e da civilidade urbana.

As cidades de porte médio têm diversificado sua economia e consolidado seu papel de prestadoras de serviços, seja pelos depósitos e pela circulação dos consideráveis proventos da agricultura circundante, seja, no Sudeste e no Sul, em virtude da elevação de demandas de consumo e cultura, decorrentes da criação de numerosos cursos de ensino superior. Elas ainda não apresentam, por uma questão de escala, os efeitos dramáticos do crescimento nas metrópoles ou em grandes conurbações. Contudo, a invasão de áreas públicas, mormente ao longo de rios, córregos e encostas, pelo casario precário da população pobre já revela um problema que só tende a aumentar: a *cidade ilegal ou informal*, sem infra-estrutura e representando riscos de alagamento, deslizamento e proliferação de doenças em sua população.

A sustentabilidade de seu desenvolvimento é também dificultada pela migração, temporária ou permanente, de lavradores sazonais, criando em suas periferias verdadeiros bairros ilegais cuja população é apenas *desruralizada* e não propriamente *urbanizada*, isto é, fruidora de todos os direitos da cidadania. A competição pela criação de empregos industriais tem levado prefeituras a renunciarem à cobrança de impostos, agravando seu desequilíbrio orçamentário e impedindo-as de realizar expansões de infra-estrutura e custeio de serviços essenciais, no campo da saúde, do saneamento e da educação.

Para que as cidades médias possam ter seu desenvolvimento sustentado, é mister que evitem repetir a imprevidência das metrópoles, aprendendo com a experiência. Entre outras medidas, urge que tenham planos diretores estratégicos, que providenciem mecanismos de reservas territoriais destinadas a parques, que revejam suas normas para a abertura de loteamentos, que aperfeiçoem sua legislação para adequar densidades ao sistema viário e que estabeleçam corredores exclusivos para transporte público e, eventualmente, corredores destinados a transporte de massa.

As cidades pequenas têm sofrido perda de população por migração em virtude de seu atraso comparativo, de carências da rede de ensino, dos escassos serviços de saúde oferecidos e da falta de apoio, até pouco tempo, para o desenvolvimento da agricultura familiar e da inexistência de empregos rurais não-agrícolas, que mantém baixas as oportunidades de emprego e trabalho. Essas carências geram um círculo vicioso, passível de ser rompido mediante políticas, iniciativas e financiamentos adequados. O seu desenvolvimento poderá vir a ser sustentado com a aceleração de assentamentos de famílias sem-terra, criação de minicréditos e estímulo às cooperativas de construção habitacional. Embora iniciativas governamentais, como a criação do Conselho da Comunidade Solidária, focalizem os problemas sociais das cidades pequenas mais pobres, ainda é escassa a escala de intervenção e nem sempre satisfatórios a sinergia e os esforços estatais.

As cidades em faixa pioneira apresentam, de forma geral, os piores exemplos de depredação e de descaso pela sustentabilidade em seu desenvolvimento. A ocupação do solo, margeando as estradas de penetração no Oeste brasileiro, obedece a técnicas primitivas: queimada de matas e matos para abertura de clareiras visando ao plantio, ou ainda, queimada seguida de movimentos de terra de má engenharia (terra arrastada) para colocação de pequenos lotes à venda. A ausência de políticas, de orientação técnica, de imposição de normas e de controle adequados gera cidades que, a curto prazo, repetirão os problemas de cidades mais densas.

Na categoria de cidades patrimônio encontram-se as cidades históricas, como Ouro Preto, Salvador, São Luís, entre outras. Além da beleza e da importância de seus edifícios, ruas e praças, seu patrimônio estende-se à paisagem urbana como um todo e ao perfil de seu espaço construído. Essas características constituem um valor, cultural e econômico, que, por vezes, conflita com interesses vinculados a outros valores de seus habitantes, como a modernização de sua infra-estrutura, a venda de serviços a turistas, a expansão de negócios. Para sua sustentabilidade, como cidades patrimônio, sempre se deve recorrer à experiência acumulada nos órgãos estatais que há décadas se dedicam a essa tarefa, assim como aos exemplos de países com problemas semelhantes.

Os problemas de sustentabilidade das cidades que possuem patrimônios naturais (praias, montanhas, paisagens naturais excepcionais) apresentam desafios de outra ordem. Mais do que as anteriores, são elas alvo de súbitos aumentos de população usuária: durante os períodos de férias chega a decuplicar o número de usuários de água, esgoto, ruas, comércio, praia e demais espaços públicos de serviços, assim como de moradia. Embora os turistas distribuam renda considerável para o comércio local e para os habitantes permanentes, o consumo do lugar, o congestionamento, a depredação e o rebaixamento da qualidade de vida são também consideráveis e, por vezes, põem em risco, de forma definitiva, a sustentabilidade do desenvolvimento, ocorrendo o gradual abandono da cidade por parte dos turistas, que passam a freqüentar outra localidade.

A ausência de políticas públicas para enfrentar os problemas típicos dessas subcategorias de cidade leva seus responsáveis locais a adotarem soluções urgentes, mas de alcance menor, paliativas e provisórias, freqüentemente mediante obras que só aceleram, pela precariedade, a decadência dessas importantes cidades. A ausência de normas, a atividade comercial sazonal, sem restrições nem estímulos adequados, sem planejamento local e regional, assim como práticas administrativas frágeis têm levado à rápida insustentabilidade dessas cidades.

Calcula-se que em algumas cidades quase a metade do espaço construído está na esfera do irregular e do informal, o que envolve questões que vão desde a insegurança (histórica) do morador na permanência no local e na salvaguarda de seus investimentos na moradia até a forma de ocupação 'físico-territorial' das favelas e dos loteamentos. A irregularidade fundiária teve (e ainda tem) uma forte implicação nos obstáculos ao acesso ao crédito e aos programas habitacionais oficiais, que exigem a regularização como condição para a obtenção dos financiamentos (IBAM/IPEA, 1992).

Os impactos nos indicadores de saúde, especialmente de doenças respiratórias infantis, devidas à insalubridade, revelam o agravamento do comprometimento ambiental das cidades, na medida em que a consolidação física das moradias nas favelas e nos loteamentos se dá

sem o provimento das necessárias condições de drenagem e sem sistema de esgoto de águas pluviais e de esgotamento sanitário. Em alguns casos, enchentes e deslizamentos de encostas, outra conseqüência das formas de ocupação, podem se agravar com essa consolidação sem planejamento e/ou assistência técnica.

À questão fundiária mal resolvida se juntam as limitações decorrentes da fragilidade dos processos e dos instrumentos de regulação e controle do uso do solo e do planejamento e da gestão urbana, sem que o governo disponha de meios de intervenção sobre a propriedade da terra capazes de, efetivamente, assegurar a função social da propriedade e proteger o interesse coletivo no uso e na ocupação racional do solo urbano. Em conseqüência, observa-se, nas cidades, a ocorrência de deseconomias e desigualdades geradas por padrões inadequados de uso e ocupação do solo. Esse fenômeno contribui para a fragmentação da cidade, caracterizada pela segregação socioeconômica e pela crescente informalidade do uso e da ocupação do solo urbano, e para a crescente vulnerabilidade da população aos riscos ambientais.

Embora os municípios tenham competência para planejar, regular e controlar o uso e a ocupação do solo urbano e executar a política de desenvolvimento urbano, dispondo de vários instrumentos como as normas de parcelamento e construção compulsória, a concessão do direito real de uso, a urbanização consorciada, o usucapião urbano, as várias formas de solo criadas, o imposto territorial urbano progressivo no tempo, a urbanização consorciada, entre outros, são poucos aqueles que avançaram adequadamente na sua formulação e aplicação. Apesar da crescente descentralização das ações governamentais, é óbvio que nem todos os problemas urbanos e ambientais são gerados e podem ser resolvidos exclusivamente na esfera local.

Nesse sentido, as cidades ressentem-se da ausência de formas mais adequadas de cooperação governamental (vertical e horizontal), indispensáveis para equacionar os problemas ligados ao solo urbano, agravados pela ausência de uma regulamentação que defina mais claramente a competência e os papéis de cada esfera de governo.

As dificuldades de acesso à terra urbana e a má distribuição de renda resultam em um déficit habitacional no Brasil que, pela metodologia recentemente proposta pela Fundação João Pinheiro, era da ordem de 5,6 milhões de unidades em 1995 - cerca de 1,43 milhões nas regiões metropolitanas, 2,54 milhões nas demais áreas urbanas e 1,645 milhão nas áreas rurais. Observa-se um crescimento desse déficit no período 1991/1995 - 665 mil unidades, das quais 200 mil nas áreas metropolitanas, 450 mil nas demais áreas urbanas e 15 mil nas áreas rurais. Em termos médios, o déficit habitacional corresponde a 11,5% do estoque de domicílios permanentes das regiões metropolitanas, 13% das demais áreas urbanas e 21,4% das áreas rurais.

Metodologias anteriores de medição do déficit habitacional faziam crer que o principal ator para o seu enfrentamento era o Estado (governos); no entanto, mesmo à época de sua maior intervenção, entre 1964/1985, foi ele responsável por apenas 27% das novas moradias, sendo a maior parte do enfrentamento do déficit realizada por meio de iniciativas privadas ou coletivas, sem auxílio governamental.

Saneamento ambiental

O perfil da demanda por serviços de saneamento guarda relação histórica com a exclusão social e a segregação espacial e tem seus contornos definidos por fatores como: a) a distribuição desigual do acesso aos serviços segundo faixas de renda da população; b) a regionalização das carências, que configura as diferenças e as desigualdades entre as áreas centrais, intermediárias e periféricas das cidades brasileiras e o nível de precariedade dos setores socioeconômicos mais pauperizados da população; c) a espacialidade, característica do processo de urbanização ocorrido no país, que implica maiores dificuldades físicas, financeiras e legais para a implantação de redes nas periferias das cidades; d) a associação íntima entre mortalidade infantil e índices de atendimento nos serviços de saneamento, que indica uma explicação estrutural da profunda crise da saúde pública no Brasil; e) a feminilização da pobreza, que confirma a concentração dos desassistidos em famílias de baixa renda e que têm uma mulher no papel de 'chefe'; f) a perversa relação entre degradação ambiental e pobreza urbana, que revela a necessidade de integração setorial e de articulação institucional das políticas públicas.

A ruptura com o modelo de gestão urbana excludente, segundo classes sociais, desigual para homens e mulheres, e competitivo em relação aos recursos naturais, significa, hoje, necessariamente, redistribuir renda e poder nas cidades, assumindo, estrategicamente, a

inversão de prioridades para alocação dos recursos públicos, introduzindo formas de participação social nos processos de tomada de decisões e incorporando a perspectiva de gênero às políticas públicas. A valorização do poder local, de fato, propicia a possibilidade da democratização da gestão pública e das relações sociais. Entretanto, não se pode deixar de responsabilizar a União e os governos estaduais, nem tampouco mistificar ou despolitizar a questão urbana e ambiental.

Assim como o desenvolvimento sustentável demanda que os governos assegurem serviços públicos ambientalmente sustentáveis e distribuídos de maneira equitativa para as gerações atuais e futuras, também exige que o setor privado reforme seu enfoque de produção e gestão. Especificamente no saneamento, esse desafio ganha contornos bastante definidos. O setor entra em crise porque não atinge as metas de universalização do atendimento e da qualidade na prestação dos serviços. A crise revela, portanto, a ineficácia 'social' e 'ambiental' do modelo de gestão até agora adotado. Por outro lado, a privatização dos serviços de saneamento ambiental apresenta uma contradição expressa entre os objetivos de aumento da rentabilidade e a necessidade de investimento em áreas de baixa renda.

Abastecimento de água e esgotamento sanitário - Sessenta e sete por cento da população brasileira e 88% da população urbana do país são atendidos por serviços de abastecimento de água. A população não atendida, ou atendida em condições precárias, localiza-se basicamente nas áreas periféricas e faveladas das cidades. Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária-ABES: "A maior parcela da população urbana atendida está na região Sudeste, com 92,18%, enquanto no Norte e no Nordeste estão localizados os níveis mais baixos de atendimento, respectivamente 68,31% e 77,88%". Somente 31% da população brasileira são atendidos com rede de esgoto sanitário, sendo que apenas 8% desse esgoto produzido têm tratamento adequado. Até 1989, "as famílias com renda até meio salário mínimo apresentavam o índice de 78% de domicílios inadequados para acessar os serviços" (Cordeiro: 1996).

Os investimentos necessários para acabar com o déficit dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foram estimados pelo governo federal em R\$ 42 bilhões (0,38% do PIB), para um horizonte de 15 anos, até 2010. No passado recente, os investimentos anuais do setor foram sempre inferiores a 0,20% do PIB (MPO/SEPURB: 1995).

No mesmo campo da degradação ambiental situa-se a poluição de todos os cursos d'água urbanos pelo esgoto não tratado. Embora tenha havido esforços para a modernização da gestão do financiamento deste setor, inexistem ações para a alteração mais radical do atraso, sobretudo nas cidades médias e grandes.

O tratamento inadequado do esgoto, somado ao quadro alarmante da disposição de resíduos sólidos, justifica o alerta geral em relação à escassez de água, a partir da década de 1990, em face da contaminação dos recursos hídricos. A preservação dos mananciais e dos cursos d'água concorre para a redução do custo de tratamento. As estimativas são de R\$ 2,00 por 1.000 metros cúbicos para o tratamento de água de baixíssima contaminação e de R\$ 8,00 para igual quantidade de água bastante contaminada (ABES, 1996). O setor saneamento, particularmente os sistemas de abastecimento de água, registra perdas físicas e financeiras da ordem de 40%: desperdícios verificados nas etapas de distribuição, consumo, e arrecadação. Recentes estimativas do BNDES indicam que se tais perdas fossem reduzidas para algo em torno de 25%, seriam gerados aproximadamente R\$ 2 milhões de receita mensal que poderiam ser voltados para novos investimentos.

Resíduos sólidos - O problema de resíduos sólidos é hoje verificado a partir de uma percepção mais ampla, o que não reduz o desafio a ser enfrentado na estruturação do setor. Embora 73% dos domicílios tenham serviços de coleta de lixo, muitos desses operam de maneira irregular e incompleta, além do que um significativo contingente populacional - 11 milhões de domicílios - não dispõe de qualquer tipo de coleta. Em 1989, 78,4% da população urbana tinham acesso a serviços de coleta de lixo, sendo que este acesso era de 51,3% para a classe de renda de até um salário mínimo e de 89,0% nas classes de renda superior a cinco salários mínimos. A compostagem representava 3% do volume de lixo coletado no país; as usinas municipais de reciclagem faziam a triagem 2,2% do coletado; a incineração era de apenas 0,2% do total, ocorrendo apenas em alguns estados. Do total dos resíduos sólidos coletados, apenas 28% têm destinação adequada. Os 72% restantes são dispostos em lixões a céu aberto ou jogados em vales e rios.

São claras as implicações da gestão inadequada dos resíduos sólidos no meio ambiente, refletidas na degradação do solo, no comprometimento dos mananciais, na poluição do ar e na saúde pública. Não se pode desconsiderar os reflexos da disposição inadequada do lixo urbano nas questões sociais dos centros urbanos, que induzem à catação de lixo em

condições insalubres nos logradouros e nas áreas de lançamento. Segundo o UNICEF, no Brasil, mais de 40 mil pessoas vivem diretamente da catação em lixões e mais de 30 mil vivem da catação nas ruas, sendo a única opção de renda para essas pessoas. A presença de crianças e de adolescentes é bastante significativa, chegando, em alguns casos, a representar 50% (como em Olinda-PE) dos catadores.

Por outro lado, as cooperativas de catadores têm resultado em alternativa interessante para o mercado da reciclagem e geração de trabalho e renda para segmentos de baixa renda. A reciclagem de resíduos industriais, por meio da criação de bolsas de resíduos, existe em 12 cidades grandes.

Os padrões de consumo acabam por determinar a quantidade e o tipo de lixo produzido: enquanto estes não se alterarem, aumentará a quantidade de lixo produzido, alcançando-se volumes difíceis de serem coletados e dispostos diariamente. Desses padrões também dependem o dispêndio energético e alguns custos de construção. A revisão de tais padrões e o investimento em pesquisa e em experimentação tecnológica também são condições para a sustentabilidade das cidades. A alteração de tais padrões tem sofrido resistência, em todo o mundo, por inércia do próprio sistema produtivo, pelos custos envolvidos na alteração de produtos industriais e pela ausência da dimensão ambiental nos orçamentos públicos e na composição de custos de produtos.

Drenagem - No que tange à drenagem, é mister assinalar que o regime de chuvas tropicais, intensas no verão do Sudeste ou no inverno do Nordeste, constitui desafio para a drenagem de qualquer cidade. O volume de água por segundo torna improvável que venha a ser contido e carregado por uma habitual rede de drenagem canalizada, devendo-se sempre contar com a absorção de parte da água pelo solo e pelas calhas formadas pelas próprias ruas, pavimentadas ou compactadas. Cabe também notar que nas cidades litorâneas as fortes chuvas podem coincidir com marés altas, delongando o tempo de escoamento e, nas de planalto, os rios receptores finais da água de chuva estão próximo às suas nascentes, sendo por isso lentos e pouco volumosos, tendo cavado leitos sinuosos que serpenteiam em várzeas, caso de São Paulo e de Curitiba. Essas características exigem tratamentos específicos para a drenagem urbana, a fim de diminuir os prejuízos causados por enchentes mais ou menos anuais.

No planejamento urbano não tem havido sensatez e providência no tocante a essas peculiaridades, acabando-se por investir recursos em obras paliativas e em vãos esforços de contenção de rios em cheia, impedindo-os de extravasarem para as várzeas que pertencem aos seus domínios. Tampouco houve suficiente previsão de manutenção de áreas para retenção natural e percolação lenta para o lençol freático, sendo insuficiente o número de parques, áreas verdes e parques lineares em fundos de vales, que deveriam ter se somado à preservação, com o eventual uso recreativo das várzeas.

Saúde e saneamento ambiental - As doenças decorrentes da falta de saneamento são responsáveis por cerca de 65% do total das internações nos hospitais públicos e conveniados do país. Pode-se afirmar que os investimentos realizados em saneamento representam recursos economizados em saúde. Estima-se que cada R\$ 4,00 investidos em saneamento significam uma economia de R\$ 10,00 em internações hospitalares. No Brasil, cerca de 7 milhões de pessoas são portadoras de esquistossomose, 600 mil adquirem malária anualmente e a leptospirose reaparece sempre que ocorrem enchentes. Por outro lado, as doenças que estavam controladas retornam, como a dengue, a leishmaniose e a cólera. As diarreias ainda são consideradas fator responsável pelos altos índices de mortalidade infantil registrados no país. No controle de vetores e de reservatórios de doenças transmissíveis são utilizados inseticidas que, além de eficácia questionável, produzem contaminação ambiental e agravos à saúde da população e dos trabalhadores envolvidos na aplicação (Cordeiro: 1995).

Embora a degradação ambiental prejudique todos os estratos sociais, as desigualdades imperantes fazem com que o impacto "nas condições de vida sejam mais profundos nos estratos de menor renda" (Cordeiro, *op. cit.*: 1996).

Transporte e trânsito

Quanto a transporte, trânsito e sistema viário, cabe ressaltar diversas carências: a) o adensamento tem sido permitido e, por vezes, estimulado, sem suficiente análise do seu impacto sobre as vias da região, sendo recentes e raras as medidas de controle do impacto provocado por edifícios e por atividades geradoras de tráfego; b) as restrições impostas à circulação de automóvel são tardias e insuficientes; c) são raros os sistemas de transporte

movidos à energia elétrica ou não-motorizados (trolebus, pré-metrô); d) deixam a desejar o planejamento e a articulação intermodal urbanos.

Além disso, tem sido progressivamente reduzida a possibilidade de o setor público conseguir financiamento com os órgãos de fomento, dificultando os investimentos em transportes de massa (metrô, trens, barcas). Essa escassez de recursos para o financiamento do transporte urbano é agravada pelo uso indiscriminado dos recursos (tanto orçamentários como alternativos) com a infra-estrutura física, especialmente com o sistema viário, sem que seja precedido de avaliação do seu impacto efetivo sobre o meio urbano, com o risco de degradação do ambiente.

Deve-se frisar que parte significativa do sistema viário da maioria das cidades está ociosa, na maior parte do dia, sob o ponto de vista da relação volume/capacidade de tráfego. Essa ociosidade resulta da construção em excesso de vias - com os conseqüentes custos de manutenção - e é tanto maior quanto maior for a extensão dos trechos ociosos e maior o tempo que decorreu desde a sua construção. A ocorrência de ociosidade constitui uma forma de deseconomia, na medida em que mantém recursos públicos mal aproveitados.

Uma das formas de reduzir as deseconomias urbanas geradas pela ociosidade acima descrita é rever os critérios de investimento no sistema viário, de forma a otimizar a sua utilização pela maioria da população, mediante a priorização das vias para o uso dos transportes públicos, revertendo a tendência atual de diminuição do uso de ônibus e o aumento da taxa de motorização por veículo privado.

Com efeito, a taxa de motorização passou de 72 hab./automóvel em 1960 para pouco mais de cinco em 1998, devendo chegar a 4,3 em 2005. A quantidade média diária de viagens por habitante deve subir dos 1,5 em 1995 para 1,7 em 2005. O reconhecimento de que para transportar setenta pessoas são necessários cinquenta automóveis ou apenas um ônibus não tem, até a presente data, resultado em alterações sensíveis de padrão (*Transporte*: 1997).

Contudo, deve-se assinalar algumas melhoras no controle de emissão de gases e poluição do ar por veículos, graças à elaboração (1985) e à lenta implantação do Programa de Controle de Veículos e Emissões-PROCONVE: a eliminação do chumbo da gasolina, a redução do teor de enxofre no diesel, a fixação percentual da mistura do álcool à gasolina, o uso de álcool combustível, a melhoria da carburação e da ignição eletrônica e a tentativa feita em São Paulo, em 1990, de substituição de diesel por gás natural em toda a frota de ônibus. Diversos municípios têm implantado sistemas de restrições ao uso do automóvel e diversificação da fonte energética de suas frotas, objetivando diminuir a poluição do ar, sem contar, até aqui, com o apoio sinérgico dos níveis superiores de governo.

Emprego

Finalmente, para que o desenvolvimento urbano seja sustentável, é preciso que o trabalho e o emprego dos cidadãos urbanos sejam acessíveis e protegidos. As transformações na estrutura de emprego decorrentes de avanços tecnológicos, o período recessivo da década de 1980 e as conjunturas de crises sistêmicas mundiais que atingem no momento fortemente o Brasil resultaram em desemprego e, de modo menos perceptível, em precarização do emprego. Essa situação tem forte impacto urbano, mormente nas metrópoles, frustrando a expectativa que identifica tais aglomerações como o *locus* das oportunidades de trabalho. Ela gera efeitos psicológicos e sociais deletérios (desespero, rompimentos familiares, insegurança, violência), podendo resultar em graves problemas de governabilidade, atingindo a sustentação do processo contínuo de democratização política. Na região metropolitana de São Paulo, suficientemente representativa para o sucinto diagnóstico desse aspecto, o patamar de desemprego de 15,2% da PEA, atingido em 1992 (Ribeiro e Júnior: 1994), está alcançando 19,9% em março de 1999 (Fundação Seade e DIEESE: 1999).

Em 1989, havia na metrópole de São Paulo 1,5 trabalhador formal para cada precário; em 1996, essa relação passava para 0,9 trabalhador formal para cada informal ou precário (autônomo, assalariado do setor privado sem carteira de trabalho, empregado doméstico, etc.), ou seja, mais da metade dos trabalhadores metropolitanos não gozava dos direitos da legislação trabalhista, e isso não pode deixar de ter reflexos sobre a sustentabilidade das grandes cidades.

Assim como a estabilidade da moeda (o controle da inflação) foi, e continua sendo, essencial para a sustentabilidade do desenvolvimento, é hoje crucial maximizar a geração de postos e minimizar a precarização das relações de trabalho. Caso contrário, aumentará a pressão sobre os serviços públicos sociais (educação, saúde).

DESEMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

Os dados sobre o mercado de trabalho nas nações de desenvolvimento industrial avançado indicam, desde os anos 1980, uma clara tendência de crescimento das taxas de desemprego e de precarização das relações de trabalho. A novidade maior desse processo reside no fato de que as flutuações do mercado de trabalho já não acompanham diretamente os ciclos da economia capitalista. Assim, o desemprego crescente não é mais apenas característico das fases de depressão ou crise econômica, sendo mesmo uma das características da recuperação econômica recente de várias economias industrializadas. Trata-se, portanto, de desemprego estrutural. Da mesma forma, a abertura de novos postos de trabalho tende a se dar sob formas contratuais com menor (ou nenhuma) garantia da legislação, como em contratos temporários, de tempo parcial ou trabalho informal. Assim, mesmo onde os níveis de desemprego vêm apresentando quedas sucessivas, os patamares médios salariais estão sendo rebaixados aceleradamente, ampliando a desigualdade na distribuição de renda, como é o caso da economia norte-americana nos últimos anos.

Esse novo quadro de relações de trabalho pode ser explicado como decorrência do processo de reestruturação produtiva por que passam suas economias capitalistas. Entre as características da reestruturação, que afetam diretamente as relações de trabalho, destacam-se: a) a nova fase da internacionalização do capital, impulsionada pelo capital financeiro especulativo e marcada, no nível da produção, por uma integração em escala planetária do processo produtivo das grandes empresa transnacionais; b) o encolhimento industrial, no que se refere ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor secundário (face a uma ampliação do emprego em serviços) e à participação do setor na formação das rendas nacionais; c) a introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra; d) as mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário, que deve ser capaz de executar diferentes tarefas e de supervisionar a qualidade do produto por ele produzido, bem como o estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho no âmbito da empresa, através de estratégias gerenciais de compromisso dos trabalhadores com o aumento da produtividade (via estímulos de remuneração adicional e/ou ameaças de desemprego) simbolizadas pela máxima do "vestir a camisa da empresa".

O resultado principal de tal processo, em relação à classe trabalhadora, constitui-se numa mudança significativa do perfil e composição da classe. De um lado modificações demográficas, de outro transformações culturais e no centro do processo a lógica da maximização dos lucros, tem levado a uma ampliação do trabalho feminino e infantil. Mulheres e crianças que, assim como os jovens, os idosos e as populações migrantes, têm sido mais fortemente atingidos pela precarização do trabalho.

O reconhecimento da gravidade da situação social tem forçado um recuo nas políticas liberalizantes características dos últimos anos. Após uma década de defesa da "flexibilização" das relações trabalhistas (com redução de direitos sociais dos trabalhadores) como estratégia de superação dos patamares elevados de desemprego, nos últimos dois anos voltaram a surgir propostas alternativas. Afinal, os países que mais adiante levaram as regras de flexibilização do mercado de trabalho continuam a conviver com as mais altas taxas de desemprego, como é o caso da Espanha. Como medida de combate a esse verdadeiro flagelo, torna-se necessário que os sistemas de proteção social se modernizem, visando ao fortalecimento de suas funções com o objetivo de se alcançar mais competitividade, melhores taxas de emprego e crescimento, estabelecendo-se, por conseguinte, uma base duradoura para a coesão social."

Na França, por exemplo, um grande passo foi dado nessa direção com a aprovação da legislação francesa de redução progressiva da jornada de trabalho nos próximos anos, sem redução de salários.

Mesmo os organismos financeiros internacionais começam a ensaiar uma mudança no discurso. Joseph Stiglitz, Vice-Presidente Senior e economista-chefe do Banco Mundial, em palestra proferida em janeiro de 1998, defendeu a superação das estratégias do "Consenso de Washington", argumentando, entre outros pontos, sobre a limitação das políticas anti-inflacionárias dos países "emergentes", incapazes de assegurar os patamares necessários de crescimento econômico. Propondo que os Estados atuem como um "complemento do mercado", defendeu o papel Estatal (ainda que temporário) na resolução do "problema de insuficiente oferta de inovação social" pelo mercado, exemplificando a necessidade de maiores investimentos na área educacional.

A espiral de cada vez menos gente trabalhando diretamente; entre os que trabalham um número muito pequeno de pessoas seguras do emprego; entre os empregados um número cada vez maior de contratados precariamente, levou alguns especialistas a prever o fim da centralidade do trabalho nas sociedades capitalistas ou mesmo o fim da classe trabalhadora. De nossa parte, preferimos acompanhar as análises que, embora reconhecendo a amplitude das transformações em curso, preferem entendê-las como inseridas na dinâmica do conflito social fundamental nas sociedades capitalistas - entre a classe trabalhadora e a burguesia -, caracterizando o resultado das mudanças como parte do processo de (re)formação da classe trabalhadora.

As "respostas" neoliberais para a questão, em especial as propostas de "flexibilização" das relações de trabalho, foram postas em prática com extrema rapidez, em diversos países da América Latina. Os resultados foram para lá de discutíveis. No Chile, por exemplo - laboratório primeiro das políticas neoliberais - os índices de pobreza, que em termos relativos parecem indicar algum progresso social, em termos absolutos apontam para uma multiplicação do número de pobres de 1,7 milhão para 3,4 milhões, nos últimos anos. Quanto à distribuição de renda, estudos recentes mostram que, enquanto em 1969 67% da renda era repartida por 80% da população, em 1992 este mesmo percentual de renda estava concentrado nas mãos de 20% dos chilenos. Dados do Banco Mundial indicam que os lucros cresceram de 38% para 44% do PIB, nos últimos dez anos, enquanto a participação dos salários no PIB caía em proporção semelhante.

Uma análise mais detida do caso brasileiro pode auxiliar um aprofundamento da reflexão, inserindo-se entre as variáveis explicativas da situação atual do mundo do trabalho, a ação sindical

No caso brasileiro, a entrada em cena do desemprego estrutural - no início dos anos 90 - atingiu diretamente a área mais industrializada do país, localizada na região centro-sul e, em especial, o parque industrial de São Paulo. Em janeiro de 1998, a taxa de desemprego da grande São Paulo foi de 16,6% da População Economicamente Ativa (contra 13,9% em janeiro do ano anterior), segundo a Fundação Seade-Dieese. Isto significa que, na região, mais de 1.400.000 pessoas não tem emprego. Os números mais conservadores do IBGE (que trata como empregados os que declaram ter feito qualquer tipo de trabalho ocasional nas semanas anteriores à pesquisa) indicam que de julho de 1994 - quando foi lançado o Real - a janeiro de 1998 a indústria brasileira eliminou mais de um terço (38%) dos seus postos de trabalho. Na conjuntura atual, a situação se agravou a ponto de o índice de desemprego do próprio IBGE, referente às principais capitais brasileiras, para julho de 1998 ter apontado uma taxa de 8,02%, numa média de 7,84% para os primeiros 7 meses do ano, a mais elevada desde que a pesquisa começou a ser feita.

Cabe lembrar, entretanto, que esse quadro de desemprego estrutural tem aqui particularidades significativas. A economia brasileira só atingiu nos anos 1970 um nível de crescimento industrial capaz de absorver 30% da população economicamente ativa no trabalho fabril. Aqui, o setor de serviços sempre respondeu por uma parcela mais significativa da mão-de-obra empregada e a contratação precária (não coberta por convenções coletivas, negociação sindical ou legislação trabalhista), também chamada de "informal", atinge há muito tempo uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros. Pode-se falar, portanto, de um subemprego histórico, agravado recentemente pelo desemprego estrutural. Dados do IBGE e do IPEA indicam que, nos anos 90, o percentual de trabalhadores empregados com carteira assinada caiu de 53,74% em 1991 para 46,36% em 1997. Em contrapartida, os trabalhadores por conta própria cresceram, no mesmo período, de 21,89 para 24,93% da mão-de-obra, enquanto os empregados sem carteira assinada passaram de 23,18 para 26,08%. Vale lembrar que além da ausência das garantias trabalhistas e do ônus de arcar com a contribuição previdenciária, os trabalhadores por conta própria e os sem carteira recebem de 10 a 20% menos pelo seu trabalho que os trabalhadores com carteira assinada, segundo dados das mesmas fontes.

Também no que diz respeito à rotatividade no emprego, uma tendência histórica de alta rotatividade foi aqui agravada pela nova conjuntura. Levantamentos do BNDES indicam que, em 1997, 65% dos trabalhadores nas indústrias foram demitidos ou deixaram voluntariamente seus empregos antes de completarem 25 meses na empresa. Em 1996 o índice fora ainda mais elevado (68%). Dados do próprio banco contrastam tais índices com indicadores internacionais para mostrar que, no mesmo período, as taxas de rotatividade canadense e norte-americana - 33% e 39%, respectivamente - foram muito inferiores.

Além disso, a reestruturação produtiva foi aqui, como em outros países, contemporânea da chegada ao poder de forças políticas claramente identificadas com o projeto neoliberal de abertura econômica, encolhimento do Estado e desregulamentação do mercado. Com o detalhe, entretanto, de que as fórmulas e os discursos já estavam disponíveis em abundância no mercado internacional quando os empresários e políticos brasileiros deles se apropriaram. E o fizeram com grande furor, numa sociedade em que as regulações do mercado sempre se fizeram em função dos interesses diretos de frações do capital próximas ao aparelho de Estado e em que as regulações sobre mercado de trabalho e os direitos dos trabalhadores foram limitadas em sua abrangência e marcadas pelo caráter autoritário do controle estatal sobre as organizações sindicais.

Foi nesse quadro que se deu o anúncio das medidas econômicas do governo brasileiro para o enfrentamento da chamada "crise asiática", em fins de 1997, caracterizadas principalmente por um aumento nas taxas de juros, destinado a manter atraentes os investimentos financeiros para o capital especulativo internacional. A consequência óbvia e imediata da elevação das taxas de juros seria a retração da atividade econômica. Afinados em seu discurso de excessivo peso das folhas de pagamento nos custos das empresas, os empresários industriais paulistas partiram para a ofensiva. A proposta empresarial era clara: os trabalhadores e sindicatos deviam aceitar a redução de salários e garantias trabalhistas ou sofreriam com as demissões em massa.

No início dos anos 90, o discurso empresarial alegava ser necessário demitir para ampliar a produtividade e o poder de competitividade, naquele momento em função da abertura do mercado, o que só poderia ser evitado através de concessões do governo (sempre disposto a esse papel) e dos trabalhadores. Em fins de 1997, o argumento era o mesmo. Só com demissões ou novas concessões dos trabalhadores seria possível evitar uma retração do setor, ante a elevação dos juros que se seguiu à crise asiática. O argumento se revelou tendencioso. A retração no setor automobilístico só se revelaria em meados do ano, agravando-se mais tarde, em função da nova fase da crise internacional, desencadeada com a quebra da Rússia.

É visível, portanto, que no campo das negociações diretas entre empresários e sindicatos, a situação tem sido extremamente desfavorável para os trabalhadores e as estratégias sindicais não têm conseguido formular respostas que fujam à lógica desta fase do processo de expansão capitalista. Poderíamos supor que, diante desse quadro, respostas mais conseqüentes à ofensiva empresarial pudessem ser construídas na arena pública da sociedade política, ou seja, através da ação sobre o núcleo dirigente do aparelho de Estado, em busca de garantias gerais que impedissem as perdas sucessivas nas negociações específicas. Não tem sido assim.

As propostas dos trabalhadores para o desemprego já foram historicamente elaboradas pelo movimento sindical brasileiro. Reforma agrária e a expansão dos investimentos públicos em infra-estrutura e serviços que atendam a maioria da população, seriam o centro das propostas em relação à atuação do Estado. No caso do setor produtivo, a demanda básica é a redução da jornada de trabalho (sem redução salarial), combinada com o maior controle dos trabalhadores sobre os processos de reestruturação e suas conseqüências sociais

Gestão urbana

Assiste-se, mundialmente, à transformação da administração urbana em direção a seu contínuo e crescente empresariamento, materializado, entre outros aspectos, naquilo que tem sido indicado como competitividade das cidades. Dessa maneira, a reestruturação em curso no cenário internacional tem implicado a mudança dos paradigmas de gestão das cidades, passando-se a exigir eficiência, produtividade e focalização das políticas urbanas (Ribeiro e Júnior: 1994). O desafio atual está em buscar modelos de políticas que combinem as novas exigências da economia globalizada com a regulamentação pública da produção da cidade e com o enfrentamento do quadro de exclusão social e de deterioração ambiental.

Esse processo de transição tem acarretado uma série de adaptações que incluem o plano político-institucional e a reforma do Estado e das formas de governar para, entre outros aspectos, possibilitar a inserção do país nos novos patamares colocados pela contemporaneidade.

Acirrando ainda mais o receituário de ajuste baseado no corte de gastos públicos, nas privatizações de empresas estatais e na previdência social, na redução do aparato do Estado, entre outros aspectos, esse novo cenário induz à necessidade de se repensar a gestão, o planejamento e a governabilidade urbana, a partir de um considerável contingente de limitações.

Dessa maneira, para se avaliar e propor iniciativas minimamente exequíveis, há que se partir necessariamente da incorporação dos preceitos contidos na atual política de estabilização, articulando-a à necessidade e à capacidade de atendimento das demandas das grandes maiorias, moldadas de modo democrático, por meio da construção de consensos mínimos possíveis, e às prescrições contidas na pauta da Agenda relativa à sustentabilidade.

O enfrentamento dos problemas sociais urbanos implica muito mais do que a mera alocação racionalizada de recursos. Impõe-se, principalmente, a tentativa de se empreender estratégias capazes de não somente aprimorar critérios alocativos e redistributivos do Estado, especialmente por meio de instrumentos transparentes de gestão do setor público, como também aumentar a participação da sociedade nos processos decisórios, para co-responsabilizá-la como agente social privilegiado, nos processos vinculados à apropriação, à produção e à gestão das cidades, tendo em vista a sua sustentabilidade. Nessa tentativa, algumas noções-chave parecem emergir das principais experiências em andamento. São elas: parceria, descentralização, convergência de ações e envolvimento/controlado social mediante diversas formas de organização da sociedade buscando, entre outros aspectos, combater a falta de estima e o ceticismo vigentes por meio do resgate da noção de inclusão social.

No que toca às ações e aos programas conduzidos pelos municípios, destacam-se aqueles cujos principais objetivos se concentram na elaboração de instrumentos de desenvolvimento sociopolítico, socioeconômico e de planejamento físico e territorial, especialmente as iniciativas que têm contemplado:

- a) a criação de órgãos e fóruns colegiados - consultivos e deliberativos - de gestão que estejam envolvendo os diversos agentes e/ou atores sociais e econômicos relevantes no processo de construção social de Agendas e/ou pautas de especial interesse para as comunidades;
- b) a adoção de formas de co-gestão dos serviços comunitários, aperfeiçoamento da regulamentação urbanística e edilícia e de instrumentos de gestão que visem maior transparência, responsabilidade pública, eficiência e eficácia das ações governamentais;
- c) a construção de parcerias urbanas com o setor privado e a comunidade. Nesse rol, ressaltam-se as iniciativas que, através de um amplo processo de consultas e debates com todos os segmentos e forças sociais envolvidos, capitaneado pelo governo local, estejam lidando com a tentativa de:
- d) repensar as formas de legitimação do investimento público que envolvam a comunidade;
- e) articular prospectivamente o potencial de desenvolvimento social e econômico local com as possibilidades oferecidas pelo contexto no qual estão inseridas (nos níveis estadual, nacional e global). A elaboração de orçamentos públicos participativos assim como a implementação de instrumentos diversos, tais como planos estratégicos, planos diretores e de desenvolvimento local, ambiental, *Agendas 21* locais, etc., dão substância a tais iniciativas.

Entretanto, há no Brasil maior preocupação pelo curto prazo do que pelo longo; maior interesse em determinar o que se pode fazer em lotes privados do que em estabelecer áreas destinadas a espaços públicos; maior preocupação pelas atividades imobiliárias privadas do que pelo futuro que se almeja para a cidade de todos.

É também notável a ausência de mecanismos e de normas de cooperação que permitam melhor articulação entre as três esferas de governo. A redistribuição de competências na Constituição não foi traduzida por mecanismos que permitam apoiar as iniciativas do poder local, sempre o mais atuante nas questões da sustentabilidade das cidades.

Graves obstáculos para a sustentabilidade do desenvolvimento, esses entraves são também ilustrados pela inexistência ou pela fragilidade de políticas urbanas federais ou dos instrumentos legais requeridos pela sociedade para regulamentação do capítulo de Política Urbana na Constituição Federal.

Considerações finais

Numa perspectiva pragmática, é possível distinguir no atual cenário brasileiro dinâmicas pró e contra os princípios da sustentabilidade urbana, bem como uma série de fatores que as impulsionam. Vários dos entraves à almejada conquista da cidade sustentável já foram apontados ao longo deste diagnóstico. Cabe ainda mencionar outros que, seja pela magnitude que adquiriram em um país continental como o Brasil, seja pela natureza estrutural que os caracterizam, desempenham um papel negativo, exigindo esforços redobrados para que não retardem os processos que visam a alcançar o desenvolvimento sustentável. São eles:

• **A reforma inconclusa do Estado brasileiro**, implicando ainda esforços significativos para a modernização das instituições e dos mecanismos de gerência que foram herdados do modelo estadonovista (década de 1930) e do Estado desenvolvimentista da década de 1970, quando a dimensão ambiental era sequer conhecida pelos gestores e o centralismo das decisões foi largamente praticado. A descentralização, administrativa e de recursos, como reza a Constituição Federal de 1988, tem sido lenta e não conta com um plano de metas.

• **As dificuldades econômicas** e, portanto, a baixa capacidade de investimentos em infraestrutura urbana e serviços básicos. As projeções indicam, no curto prazo, um crescimento do PIB aquém da sua necessidade de fazer frente ao endividamento (interno e externo) e, no médio prazo, nenhum indicador seguro de que o desejado aumento da riqueza nacional far-se-á com base em critérios mais justos socialmente e mais responsáveis do ponto de vista ecológico. Está portanto configurada uma tendência de aumento do descontentamento social, intensificada pelos efeitos recessivos que o chamado ajuste fiscal está produzindo (desemprego, aumento da pobreza urbana, etc.).

• **Reforma agrária incompleta** e sem conexão com a inserção econômica competitiva nos mercados globalizados, o que pode significar, se não for acionada uma política de fixação dos assentados rurais, nova onda de migração para as cidades, de um lado, e do adensamento da desruralização do país, de outro.

• **Reforma fiscal e tributária orientada para os problemas do déficit das contas públicas** e não para as necessidades que o desenvolvimento sustentável coloca. Na reforma tributária em curso, a discussão de tributos seletivos não vem considerando a tendência internacional de utilizar instrumentos econômicos da base tributária nacional para alavancar a nova economia.

Por outro lado, pode-se contabilizar uma série de fatores positivos, impulsionadores do desenvolvimento sustentável e que devem ser ampliados e fortalecidos. São eles:

• **A estratégia de inserção econômica competitiva adotada pelo país** coloca as questões ambientais no primeiro plano da agenda econômica, uma vez que crescem as barreiras não-tarifárias ligadas à certificação de produtos nos mercados regionais e globais. Essa tendência leva à aceleração da reconversão industrial e à adoção de procedimentos ambientais compatíveis.

• **O aumento da consciência ambiental da população e a crescente institucionalização de organismos e de sistemas de gestão públicos** do meio ambiente por todo o país. Amplia-se a base material de uma nova cultura, com a proliferação, sobretudo nestes últimos cinco anos, de cursos universitários, de pesquisas e de projetos 'demonstrativos' que para construir as bases do desenvolvimento sustentável no país. O ambientalismo tornou-se um movimento cultural importante e vem ampliando a sua base política por intermédio de centenas de organizações, a maioria com atuação local.

• **O adensamento da vida democrática**, fenômeno relativamente recente mas que já contabiliza uma inegável ampliação da esfera pública e da demanda por participação. Atualmente, a emergência da 'sociedade civil', configurada quando opera instituições como 'terceiro setor', dá consistência a um novo conjunto de forças sociais, vitais para a sustentabilidade urbana. Os programas desenvolvidos pela Comunidade Solidária têm demonstrado que a sociedade brasileira está ativa e esperançosa.

• **A renovação significativa, ainda que lenta, do arcabouço legal** que regula o controle e a gestão dos recursos naturais no país. As novas leis nacionais, a dos Recursos Hídricos e a dos Crimes Ambientais, são peças fundamentais na gestão sustentável e têm uma aplicação direta nas cidades brasileiras, sobretudo no que diz respeito à disciplina do setor industrial.

Por fim, deve-se mencionar e valorizar **as centenas de novas experiências em gestão urbana** que vêm ocorrendo em todo o território nacional, mostrando a força das cidades e a importância de se fortalecer o protagonismo social e político local. Práticas de planejamento e orçamento público participativo, em que a população define prioridades para alocação de recursos; planejamento estratégico de cidades, em que a vocação e o futuro que se quer são desenhados pelos cidadãos em conjunto com gestores; *Agendas 21* locais e Programas de qualidade de vida. Por todos os lados é possível ver a sociedade e os gestores públicos empenhados na construção do novo desenvolvimento urbano. Sem um *survey* rigoroso, pode-se afirmar que mais de cinquenta municípios brasileiros, congregando metrópoles, cidades médias e pequenas, já iniciaram processos de elaboração da *Agenda 21*. Essas experiências, pelo menos uma boa parte delas, têm sido catalogadas por uma série de instituições com iniciativas que visam a divulgá-las. São as *best practices*, como as chamou a Conferência Habitat II. Elas reúnem um cabedal de conhecimentos, criatividade e soluções que, sem dúvida, irão desempenhar um importante papel na implementação da *Agenda 21* brasileira.

SOCIEDADE

O melhor aproveitamento dos *capitais sociais e humanos* exige a descentralização dos serviços para as regiões e os municípios, feita de modo adequado e competente, sobretudo para os grupos de maior vulnerabilidade social, no suprimento das necessidades mais básicas e na descoberta de vocações que apontem para novas e sustentáveis alternativas de desenvolvimento. Concede, assim, ao aporte cultural, desses grupos socialmente vulneráveis, um lugar de destaque na construção do desenvolvimento sustentável, além de prevenir antigos vícios que determinaram uma certa confusão entre participação democrática e formação de coalizões setoriais em defesa de interesses particulares.

Dessa forma, o que se constata é que a característica de transição, nas suas várias dimensões, pode contribuir enormemente para o atual processo de consolidação democrática e de reforma do Estado por que atravessa o Brasil.

Raízes históricas e fatores determinantes das desigualdades sociais no Brasil

Na constituição da nação brasileira, bem o sabemos, prevaleceu um modelo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural concentrador de riqueza e poder. Além disso, ao caráter estruturalmente concentrador do modelo, ao longo da história, adicionaram-se diversos outros fatores produtores e reprodutores de desigualdades sociais. Mesmo numa análise não aprofundada desse processo, é possível reconstituir determinados nexos, entre passado e presente, que explicam a gênese e a recorrência de algumas manifestações de desigualdade que precisam ser enfrentadas.

Da terra dos índios à terra de índio

O momento do descobrimento e os primeiros passos da ocupação territorial puseram em evidência o conflito de interesses entre a população colonizadora, predominantemente portuguesa, e os povos originais, genericamente chamados índios. Para assegurar uma ocupação territorial a longo prazo, era preciso "pacificar" as tribos indígenas e garantir sua sujeição à Coroa. Utilizando uma forma então tradicional de controle social, missões de ordens religiosas foram incumbidas da tarefa.

A política missionária foi sucedida, no século XVIII, pela política *Pombalina*, que mudou a concepção de território, conferindo prioridade à ocupação e à exploração indiscriminada das áreas e bens naturais nelas contidos e imprimiu nas mentes dos índios, colonos de outras origens e vizinhos rivais, vistos como inimigos e presas de escravidão e guerra, uma presença portuguesa, para controlar e manter o território no longo prazo. A Carta Régia de 1798 extinguiu os aldeamentos indígenas, tornando livre a exploração de recursos naturais ali existentes. No reinado de D. João VI no Brasil, a apartação dos povos indígenas agravou-se com a declaração das guerras de extermínio às tribos que opunham resistência à incorporação de suas terras à colonização. "A política oficial não admitia como decorrência da ocupação indígena o seu direito à terra."

Só em 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, fala-se sobre "terra de índios", garantindo-se, entre outras coisas, a efetividade da posse de seus territórios e o usufruto das terras demarcadas que lhes fossem concedidas. Hoje, a população indígena é de aproximadamente trezentas mil pessoas, perfazendo 0,2% da população brasileira; os povos indígenas detêm 563 áreas de terras, com uma extensão de 102.126.269 ha, que equivalem a 12% do território nacional, mas a inserção social e cultural dos povos indígenas ainda está longe de ser resolvida.

Populações negras: escravidão, discriminação racial e resgate cultural

No contexto da política *Pombalina*, a expansão da população escrava africana, tida como mais produtiva do que a indígena, foi considerada essencial. As fronteiras sociais passaram então a se ancorar, sobretudo, na escravidão de variados grupos de afro-descendentes. O trabalho escravo, base da economia colonial, impôs a sujeição física, cultural, econômica, social e política dos negros e mulatos, impedindo-lhes qualquer possibilidade de mobilidade social, melhoramento econômico e participação política.

Assim, "a sociedade se estamentiza em castas incommunicáveis, com os privilégios da camada dominante juridicamente definidos [dado] que, de outra forma, seria impossível manter a condição escrava dos produtores diretos". Isto é, para além da questão meramente econômica, o imaginário social dos colonizadores também teve um papel na expressão

simbólica das desigualdades sociais. Nessa visão, os distintos grupos sociais eram caracterizados por atributos imaginários. Negros, índios e colonos eram caracterizados como "homens maus", (animalescos e demoníacos) em oposição aos "homens bons", sendo estes últimos os que concentravam recursos e poder.

A Declaração da Independência, a Libertação dos Escravos com a Lei Áurea ou a Proclamação da República provocaram importantes mudanças sociais e políticas, mas não foram capazes de reverter as desigualdades sociais que caracterizaram a Colônia. Os ex-escravos e seus descendentes tiveram de enfrentar as limitações sociais herdadas da escravidão. Em 1850, com a Lei número 601 (Lei de Terras), a propriedade fundiária consolida-se como um indicador da concentração de poder econômico e político. Por isso, mesmo com grandes extensões de terras disponíveis para o cultivo, a grande maioria dos ex-escravos não pôde se transformar em pequenos agricultores. Uma parte significativa ficou como agregada nas fazendas e hoje está diluída entre as populações sem terra.

Contudo, certos grupos de ex-escravos conseguiram permanecer na terra organizada em antigos quilombos, portanto, com terra, embora na maioria sem titulação. Essas populações são denominadas quilombolas e têm - segundo os artigos 215 e 216 da Constituição e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) - assegurados seus direitos nos territórios culturais que foram recentemente identificados e estão em processo de inclusão nos programas do governo federal.

Os ex-escravos que, após a abolição, foram para as cidades onde estavam as primeiras indústrias chegaram sem qualificação profissional, sem recursos econômicos próprios, enfrentando a discriminação social e sem representação política capaz de defender seus interesses específicos, engrossando o contingente de membros das "classes perigosas", as quais eram consideradas uma ameaça à nascente sociedade industrial no Brasil. Mas no interior das "classes perigosas" operavam-se outras diferenciações. Ali também estavam outros homens livres, sobretudo os brancos trabalhadores migrantes europeus. No âmbito da concorrência própria à conformação do mercado de trabalho, explicitou-se um tipo específico de hierarquização interna aos subalternos.

Os migrantes representavam uma mão-de-obra relativamente qualificada e, de certa forma, também adaptada às exigências da disciplina no trabalho apropriada para a atividade econômica capitalista. As pesquisas de Florestan Fernandes mostram como o *racismo*, como tal, se manifesta justamente no bojo da formação do mercado de trabalho.

Industrialização tardia: fonte produtora de desigualdades sociais e de exploração predatória de recursos naturais

A passagem da economia agroexportadora colonial para a nova ordem econômica industrial reafirmou certos limites da capacidade de incorporação de vários segmentos da sociedade brasileira à cidadania, assim como reafirmou as raízes das desigualdades e acrescentou outros próprios à sua nova dinâmica. O processo de diversificação da estrutura produtiva do Brasil ganha seu impulso definitivo após 1930. O início da industrialização brasileira foi resultado tanto da política de "substituição de importações" determinada pelas dificuldades de abastecimento do mercado interno, que coincide com o início da Segunda Guerra Mundial, como das políticas de desenvolvimento acelerado adotadas por sucessivos governos brasileiros. Dessa forma, investimentos em infra-estrutura, a atração do capital externo, a ampliação e o redirecionamento das fronteiras do desenvolvimento nacional e a política de gasto público inflacionária resultaram em expressiva sofisticação da atividade econômica no Brasil.

No entanto, o desenvolvimento industrial não resultou em mudanças significativas na configuração da pirâmide social. Começando a se industrializar mais tarde, o Brasil não teve condições de competir em tecnologia com os países já industrializados. Para compensar a falta de competitividade, países como o Brasil se basearam nos baixos preços locais da mão-de-obra e da matéria-prima, na exploração predatória dos recursos naturais e, ainda, na proteção ou subsídio estatal. Em resumo, na prática, em nossa história *industrialização e desenvolvimento social* foram, cada vez mais, se dissociando.

Desigualdades espaciais e desequilíbrio regional

O processo de desenvolvimento brasileiro também produziu diferenciações e discursos regionais. A literatura sobre o tema demonstra como a valorização social de apenas um tipo de

"equilíbrio", baseado na perspectiva de desenvolvimento industrial, faz com que as desigualdades espaciais sejam lidas como evidências de desequilíbrio regional.

O caso do Nordeste não esgota a questão, mas é exemplar. Como afirma Penna, o elemento básico do discurso regionalista é "a homogeneização (simbólica) do espaço tecida sobre a idéia de crise". Nesse discurso, produzido pela elite educada da região, o Sul aparece como *espaço-obstáculo*, e ao Estado são dirigidas as reivindicações da região mais pobre do país. A criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, expressa as esperanças desenvolvimentistas de que a modernização econômica modificaria as relações de poder no Nordeste. Contudo, vários estudos mostram como a SUDENE esteve capturada por interesses de grupos econômicos regionais que - associados a grupos do Centro-Sul e com empresas internacionais - se valeram de subsídios estatais para se reciclar, crescer e diversificar seus interesses, sem efeitos notáveis nas transformações sociais esperadas.

Hoje, propugnam-se novos conceitos para a região, que passaria a ser parte das soluções que objetivam favorecer a desconcentração econômica, mediante o fortalecimento de eixos de integração e desenvolvimento. Na esfera da sociedade, verificam-se iniciativas de organizações populares que objetivam contribuir para o resgate da dignidade e da identidade da população nordestina. O que pode também contribuir efetivamente para soluções sustentáveis.

Dicotomia campo e cidade

Como palavra de ordem, a reforma agrária apareceu como remédio contra o latifúndio desde os anos 30. Nos anos 60, a reforma agrária tornou-se uma das "reformas de base" e informou as práticas e os projetos *desenvolvimentistas* de diferentes instituições, partidos políticos, movimentos e personagens.

O golpe militar interrompeu esse processo. Reprimiu as Ligas Camponesas do Nordeste e marcou uma certa descontinuidade em relação às organizações sindicais de trabalhadores no campo. Porém, a idéia de reforma agrária não foi descartada, mas assumiu nova feição a partir do estabelecimento (em 1964) do *Estatuto da Terra*, que buscou *domesticar* seu significado. Em 1972, foi criado o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), iniciando-se o projeto de colonização. Enquanto isso, o movimento sindical de trabalhadores rurais, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), elegeu a reforma agrária como cimento unificador para a diversidade de categorias entre os trabalhadores rurais. Era a distância entre o país real e o país legal que a tornava objeto de luta sindical nos *anos de chumbo* do regime militar.

Ainda durante o regime militar, a agricultura passou por um processo de "modernização conservadora", que permitiu, nos anos 70, o aumento da concentração fundiária - seja como base para a agroindústria voltada para a exportação seja como "reserva de valor", na qual a terra se tornava um ativo financeiro. Nesse contexto, além da concentração fundiária e dos conflitos daí resultantes, multiplicaram-se os expedientes para o não cumprimento dos direitos trabalhistas no campo, e a política agrícola oficial privilegiou a agricultura voltada para os insumos industriais e para a exportação, em detrimento de uma política diferenciada, orientada para a pequena produção.

A concepção desenvolvimento/industrialização, que prevaleceu em relação à questão agrária, contribuiu para a aceleração da urbanização da população do país, com o acirramento do esvaziamento demográfico do campo brasileiro. Por outro lado, como à migração campo/cidade não correspondeu a capacidade de absorção de mão-de-obra pelo setor industrial, o fenômeno da "urbanização" se fez acompanhar pelo surgimento dos cinturões de pobreza e miséria nos grandes centros urbanos. Assim, tornou-se expressa na paisagem das cidades a segregação espacial dos pobres que, ocupando os lugares mais insalubres e não servidos de infra-estrutura, contribuíram para o agravamento das condições do meio ambiente das cidades, estabelecendo, assim, uma trágica relação de causação circular.

"Revolução Conservadora": o regime militar e suas vias para a consolidação do Brasil industrial

No decorrer das últimas décadas, a progressiva hegemonia da burguesia industrial e financeira urbana, em detrimento de certas oligarquias agrárias, o crescimento e a diversificação da classe trabalhadora urbana como resultado da expansão da estrutura produtiva, assim como

dos diferentes setores da classe média, tornaram mais complexa a sociedade brasileira e os conflitos sociais nela presentes.

Para os trabalhadores urbanos, traços da desigualdade social brasileira foram enfrentados com a progressiva definição da estrutura jurídica relacionada aos direitos trabalhistas e à proteção previdenciária. No entanto, o surgimento de novos atores na esfera pública e sua incorporação aos mercados de trabalho e de produtos não garantiu a redução das desigualdades sociais retroalimentadas pelas dificuldades de universalização do acesso à educação formal e/ou à qualificação profissional.

Durante os governos militares pós-1964, as transformações operadas na estrutura da sociedade brasileira produziram uma espécie de "revolução conservadora", ou seja, em pouco tempo, a modernização capitalista acelerada da economia do país o colocou na condição de oitava economia do mundo ocidental. Mas esse expressivo processo de industrialização não produziu um desenvolvimento equilibrado da sociedade brasileira. Ao contrário, todos os dados disponíveis apontam para o agravamento dos problemas de concentração de renda, de miséria e de exposição a riscos ambientais.

Portanto, no corpo do trabalho, quando nos referirmos à desigualdade social brasileira estaremos sempre falando sobre a específica articulação que conjuga herança histórica e padrões recentes de desenvolvimento. É no âmbito dessa articulação que fatores econômicos, políticos e culturais se transformam em mecanismos produtores e reprodutores de desigualdades sociais. Os mecanismos são vários, como visto, e tornam-se mais graves quando incidem sobre os mesmos segmentos populacionais, isto é, os efeitos das desigualdades sociais incidem sobre espaços, regiões, etnias diferentes, gênero e cortes geracionais, mas, sobretudo, sobre os mais pobres de cada um desses grupos.

Preconceitos e desqualificação social se expressam tanto por meio de relações étnico-raciais, como acontece com negros e índios, como de outros atributos que também são frutos de hierarquias e classificações socialmente produzidas. É o que ocorre em relação às mulheres; aos nordestinos; aos trabalhadores rurais; às crianças e adolescentes em situação de risco; às chamadas populações de rua; aos portadores de deficiência; aos homossexuais. Enfim, alvo de discriminação, grupos e pessoas se apresentam em situações de graves desvantagens relativas que devem ser consideradas quando o objetivo é reduzir desigualdades sociais em uma perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável.

A desigualdade social brasileira: mudanças e permanências

Identificados os fatores causais das desigualdades, se focalizará aqui o cenário atual e as tendências que, a partir de vários ângulos, podem ser visualizadas na dinâmica social e que conformam os desafios concretos que devem ser enfrentados.

O componente regional

Os dados mais gerais sobre as desigualdades sociais no Brasil se referem às cinco regiões. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (PNUD-IPEA) (1996), a pobreza no Brasil tem um forte componente regional, sendo mais elevadas as proporções no Norte (43%) e no Nordeste (46%), reduzindo-se em direção ao Sul.

Uma comparação entre os números disponíveis para o Nordeste e para as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro pode ser ilustrativa. No Nordeste estão 19% dos pobres do país, no Rio de Janeiro e São Paulo estão 16%. No Nordeste rural, o tamanho das famílias pobres é maior; a ocupação na agropecuária (82%) revela a predominância de baixa incorporação tecnológica. Os homens predominam como chefes de família e são, na sua maioria, analfabetos; o desemprego revela-se quase inexistente; 45% das crianças não estão na escola; 55% das famílias não têm água encanada e 98% não dispõem de esgotamento sanitário. Nas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, a pobreza expressa diretamente a dinâmica mais geral da economia. As famílias são menores e 29% das famílias pobres têm uma mulher como chefe. O percentual de chefes de família analfabetos é incomparavelmente mais baixo do que o do Nordeste. A maioria dos pobres trabalha nos setores de comércio e serviços, e a taxa de desemprego é de 14%. O acesso à eletricidade e ao abastecimento de água é praticamente universal.

A dinâmica populacional

O Brasil passou, nas últimas décadas, por importantes transformações na estrutura e na dinâmica da sua população. Esse processo foi marcado, de um lado, pela progressiva diminuição da taxa de mortalidade e, de outro, por uma drástica queda na taxa de fecundidade das mulheres em idade reprodutiva, que caiu de 5,8, em 1970, para 2,3 filhos/mulher atualmente, fazendo com que a taxa de crescimento da população se situe hoje em 1,4% a/a. Por sua vez, as taxas de mortalidade infantil e de esperança de vida, como se visualiza no quadro a seguir, também evoluíram positivamente refletindo uma progressão nas condições gerais de vida da população brasileira.

Tais indicadores, que devem ser observados à luz das diferentes manifestações e dinâmicas demográficas regionais, refletem mudanças significativas na pirâmide etária e na estrutura das famílias e geram importantes conseqüências para a formulação de políticas públicas na esfera social nas próximas décadas:

• **Mais idosos** - As transformações promovidas na estrutura por idade da pirâmide demográfica brasileira começam a representar um importante mecanismo de pressão sobre os sistemas previdenciário e de saúde do país, às voltas com problemas crescentes de financiamento dos benefícios que presta à sociedade, agravados pela diminuição relativa da população na faixa economicamente ativa. Alia-se a isso a crescente necessidade de programas de valorização da população na terceira idade, sobretudo os voltados à velhice desamparada.

• **Menos jovens** - No extremo oposto da pirâmide, a diminuição da participação *relativa* da população jovem (0 a 18 anos) deverá representar, no futuro próximo, um importante fator de diminuição na demanda por serviços públicos de educação, que deverão crescer a taxas menores que os cerca de 3% observados até a década de 1970.

• **Pressões no mercado de mão-de-obra** - Como os possíveis efeitos positivos dessa diminuição da população jovem só deverão se manifestar plenamente no médio e longo prazos, é previsível uma forte pressão para a criação de postos de trabalho nos próximos dez a 15 anos, apesar do contexto estrutural amplamente desfavorável nesse sentido.

• **Feminização da pobreza** - Ao lado do caráter positivo vinculado à crescente integração da mulher ao mercado de trabalho, ainda que em condições salariais desiguais comparadas às dos homens, assiste-se a uma progressiva "feminização" da pobreza, em função do crescente número de famílias pobres chefiadas exclusivamente por mulheres. Registra-se também um aumento expressivo da gravidez precoce entre adolescentes em todo o país e em todas as camadas sociais. Em ambos os casos, aumentam as demandas por políticas e programas de proteção social para as mulheres como forma de enfrentar as dificuldades geradas por esses processos.

• **Mais dependentes no Brasil** - O resultado do processo de *envelhecimento* da população brasileira, aliado ao decréscimo na participação *relativa* da população jovem - de até 18 anos -, resulta no aumento do número de pessoas *dependentes* no Brasil.

Dimensões e fatores para construir novos indicadores de desenvolvimento social

São muitos os fatores que devem ser analisados para identificar e avaliar a desigualdade social brasileira. Um mesmo nível de renda pode significar condições de vida distintas, dependendo da localização regional, da localização e do custo da moradia, das condições de saúde, do grau de estabilidade das fontes de renda, das condições de trabalho, etc. A desigualdade social brasileira é multifacetada, e sua complexidade deve ser considerada na formulação de políticas públicas:

• **Mortalidade infantil, mortalidade e esperança de vida** - Embora venha caindo de maneira significativa nos últimos dez anos, a mortalidade infantil é ainda cerca de cinco vezes maior que a dos países desenvolvidos. A mortalidade materna, a anemia ferropriva de gestantes, nutrízes, crianças e jovens e a hipovitaminose A, com suas conseqüências negativas, também, ainda, atingem valores alarmantes.

• **Concentração/distribuição de renda** - A pobreza extrema, ou indigência, deve atingir hoje cerca de 26 milhões de brasileiros, sem renda suficiente para satisfazer sequer suas necessidades básicas de alimentação. No entanto, chega a aproximadamente o dobro desse valor o contingente atual de pessoas que podem ser consideradas pobres. Apesar de se

verificar uma tênue tendência de desconcentração, em 1995, a renda média dos 10% mais ricos era ainda quase 30 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres. Nesse contexto, a situação se agrava pelo fato de o mercado de trabalho vir absorvendo cada vez menos trabalhadores nos últimos anos, desempregando um contingente expressivo de trabalhadores - cerca de 7,8% da população economicamente ativa (PEA) brasileira, hoje - e aumentando de forma significativa o número de pessoas vinculadas ao setor informal deste mercado (de 1,2 milhão de postos criados entre 1991 e 1998, nas seis principais regiões metropolitanas do país, cerca de um milhão surgiram no setor informal). Entre os fatores destacados como centrais para a desigualdade de rendimentos está o baixo índice de escolaridade da população em idade ativa (PIA), que, em 1991, havia em média frequentado cerca de 5,1 anos de estudo, tornando ainda mais prementes os esforços e os recursos a serem destinados às políticas públicas para o setor da educação.

Situação educacional - Nos diferentes indicadores relacionados à educação, ao mesmo tempo causa e consequência da desigualdade, observa-se que o analfabetismo atinge cerca de 1,5 milhão de jovens entre 15 e 19 anos e 14 milhões de adultos. Por outro lado, apenas 17% da população entre 15 e 19 anos estava matriculada no ensino médio e 11,5% dos jovens na faixa entre 20 e 24 anos cursava o ensino superior. Por último, a desigualdade se manifesta também na taxa de repetência na primeira série do ensino básico, estimada em cerca de 50%, e no número de anos - 11,4 em média - para a conclusão do primeiro grau. Dessa forma, no que tange ao conjunto da pobreza brasileira, a característica mais marcante é o baixo nível educacional, que limita o acesso a postos de trabalho não-qualificados, de baixa produtividade e remuneração.

Uso de trabalho infantil - O trabalho de crianças e adolescentes tem impacto negativo sobre a saúde, desenvolvimento psicossocial, escolarização e inserção futura no mercado de trabalho. Cerca de 3,6% das crianças de cinco a nove anos e 18,7% das crianças de dez a 14 anos - totalizando 3,8 milhões de crianças (em dados de 1995) - ainda são obrigadas a trabalhar.

Condições de moradia - Mais de 16 milhões de brasileiros não têm casa, e, no que toca ao usufruto dos serviços de água, constata-se que "os sistemas públicos de abastecimento de água atendem a 67% da população brasileira e 88% da população urbana do país". Por sua vez, "apenas 31% da população brasileira é atendida com esgotamento sanitário. Apenas 8% de todo o esgoto produzido tem tratamento adequado, o que, somado ao quadro alarmante de disposição inadequada de resíduos sólidos, justifica o alerta geral em relação à escassez da água, a partir da década de 90. Os serviços de coleta de lixo atendem a 76% da população urbana no país; entretanto, dos quase 12 mil locais onde os municípios brasileiros depositam seus resíduos sólidos, 63% são corpos d'água, 34% são vazadouros ou lixões a céu aberto e os restantes 3% são dispostos de acordo com os métodos adequados de tratamento e destinação do lixo, como aterros sanitários, compostagem ou incineração".

Condições de saúde - Os indicadores relativos à saúde apontam para a persistência de um quadro epidemiológico em que se fazem presentes fatores de morbidade e mortalidade resultantes do acesso desigual da população ao sistema de saúde pública, de condições sanitárias inadequadas, de carências alimentares e da desigual distribuição da renda.

Situação social dos afro-descendentes - A recorrente exclusão social da população afro-brasileira e de seus descendentes (cerca de 44,2% da população total) expressa-se nas oportunidades insignificantes de ascendência social, na qualidade dos postos que ocupam no mercado de trabalho e no acesso restrito às oportunidades educacionais de ponta para sua integração aos empregos de melhor qualidade, sendo maioria nos assentamentos mais degradados em termos físicos e ambientais.

Situação das mulheres/condição feminina - As dificuldades do contingente feminino da população refletem-se, sobretudo, na diferenciação de salários entre homens e mulheres para trabalhos idênticos e no número de famílias pobres chefiadas por mulheres.

Violência e segurança pública - O problema da segurança pública e da violência, urbana em particular, expressa as consequências das desigualdades sociais, em todas as suas dimensões, sendo em si um problema a ser enfrentado com ênfase. A banalização do uso das

armas de fogo e as mortes por elas causadas assumem no Brasil proporções alarmantes e são apenas uma expressão da violência praticada no cotidiano, afetando, sobretudo, a população mais pobre e os grupos socialmente vulneráveis, ou seja: mulheres, crianças, idosos, homossexuais, afro-descendentes, trabalhadores rurais sem terras e indígenas.

Fatores determinantes das desigualdades sociais no Brasil

Entre o conjunto de fatores anteriormente relacionados, destacam-se como prioritários aqueles vistos como determinantes das desigualdades sociais e de sua reprodução.

A educação como ponto de convergência

No processo de produção/reprodução das desigualdades sociais no Brasil, um fator merece ser enfatizado. Trata-se da educação, envolvendo agora não só a escolarização formal adquirida nas instituições de ensino, mas, de forma cada vez mais indispensável, o processo de contínua preparação para o futuro que se descortina na época da Terceira Revolução Industrial. Fora da educação não há futuro possível.

A melhoria do sistema educacional é um fator fundamental para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais em suas diversas manifestações. As mudanças requeridas no mundo contemporâneo exigem que a educação se dê, cada vez mais, o tempo todo e nos mais diferentes espaços.

O desafio educacional brasileiro neste final de século pode ser sintetizado no embate entre a persistência de uma herança histórica extremamente pesada em termos de fracasso escolar e os crescentes esforços que estão sendo empreendidos para reverter esse quadro. As soluções, todavia, estão além da capacidade do Estado, impõem a mobilização dos múltiplos atores sociais e não podem se restringir à formação escolar, devendo estender-se à preparação para o mundo do trabalho e à evolução da consciência de cidadania.

A estrutura produtiva brasileira: o desafio da sustentabilidade

A estrutura produtiva brasileira, como de resto a dos países ditos "emergentes", encontra-se hoje em um momento crucial para a definição do seu futuro, tanto do ponto de vista estritamente econômico quanto no que se refere à sua articulação e à sua integração com a dinâmica própria de outras esferas de ação da sociedade.

Aqui, um lugar especial cabe ao desenvolvimento da indústria, cujo padrão adotado ao longo dos últimos 60 anos tem se caracterizado pela insustentabilidade, dependência dos subsídios do Estado, distribuição desigual da riqueza no território, mau aproveitamento e destruição de recursos ambientais, além de não ter sido capaz de gerar empregos na qualidade e na quantidade necessárias para absorver o contingente de mão-de-obra que anualmente chega ao mercado de trabalho e de promover o desenvolvimento tecnológico de bases nacionais

Esse conjunto de traços distintivos do processo de industrialização e do desenvolvimento econômico brasileiro nos permite visualizar os desafios que se apresentam à sua continuidade nos dias de hoje.

Desenvolvimento e sustentabilidade - Apesar do progressivo deslocamento do eixo da atividade econômica para o setor de serviços e para áreas não diretamente ligadas ao núcleo histórico do processo de industrialização, como a indústria do turismo, é ainda extremamente importante o peso relativo das atividades ligadas à indústria da transformação. Entretanto, a sua continuidade está na dependência de uma reorientação significativa dos padrões que têm pautado a inserção dessa indústria na economia do mundo moderno. Torna-se cada dia mais imperativa nesta reorientação, de um lado, a incorporação de critérios de sustentabilidade ambiental e, de outro, as questões relacionadas à promoção da justiça social.

É importante mencionar que as transformações atuais das relações trabalhistas atuam como um dos fatores incidentes sobre as características das desigualdades no Brasil. É, portanto, imperiosa uma revisão da legislação trabalhista, de modo que se evitem, nesse processo, a expansão dos níveis de desemprego, a precarização das condições de trabalho e a informalização do setor produtivo da economia.

Por outro lado, torna-se importante promover estratégias diferenciadas para favorecer a plena inserção da economia brasileira na nova ordem econômica global. Além de uma série de medidas voltadas para o processo de reconversão produtiva - as quais envolvem a renovação de equipamentos, o enxugamento de pessoal, o reescalonamento da empresa, uma maior agilidade comercial, etc. -, inevitáveis, parecem, no atual contexto da economia mundial, é

necessário adotar medidas que combinem políticas compensatórias, de curto prazo, com políticas estruturais, de longo prazo, de forma a permitir a "travessia" do atual período de reacomodação da economia brasileira. Nesse sentido, ao lado de providências relacionadas à incorporação de tecnologias e de capacitação para os novos requerimentos do mundo do trabalho, é importante favorecer a consolidação de micros, pequenas e médias empresas, integrando-as efetivamente ao circuito produtivo.

O papel do Estado

Nesse contexto, o papel desempenhado pelo Estado - nas esferas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e no âmbito dos três níveis de governo - não deve ser desconsiderado como fator gerador e perpetuador de desigualdades sociais e ambientais. Em particular por sua contribuição ao descontrole do gasto público e à continuidade de práticas clientelísticas e patrimonialísticas na gestão dos recursos.

A cultura política brasileira, até pouco tempo atrás, estimulou o crescimento excessivo do aparato estatal no âmbito dos três poderes constitucionais, consumindo parte substancial do Produto Interno Bruto (PIB). O tema da atualidade institucional do país remete a alguns projetos de reforma que se encontram estreitamente vinculados entre si: a reforma do Estado, a reforma tributária, a reforma política e, mais recentemente, a reforma do Judiciário.

Sem negar a importância ou a centralidade do Estado como ator e promotor do desenvolvimento no Brasil, é preciso não desconhecer os efeitos perversos do modelo econômico e de intervenção estatal adotado nas últimas décadas. Uma série de dinâmicas estatais pode ser relacionada para exemplificar esta incidência no fenômeno da desigualdade social no país:

- falta de planejamento e gestão coerentes e integradores do amplo conjunto de recursos que o Estado brasileiro concentra em suas mãos, acarretando, por conseqüência: desperdício acentuado de recursos - financeiros e humanos - decorrente da duplicação de iniciativas; a descontinuidade das políticas públicas; o crescimento desordenado do gasto com custeio; a pouca abertura à parceria e à participação de organizações atuantes na sociedade na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nas diversas áreas; o desequilíbrio fiscal;
- o significativo volume de recursos na rubrica "Renúncia Fiscal".
- a questão da irresponsabilidade fiscal dos governantes, movida freqüentemente por interesses exclusivamente clientelísticos-eleitoreiros;
- as dificuldades em promover a descentralização.

Ao lado dessas idiosincrasias históricas, o Estado administra outras dificuldades relacionadas aos recursos para o financiamento das transformações da economia brasileira, oriundos, em grande parte, da disponibilidade de capitais externos, que se tornaram um pesado fardo em termos de dívida externa, criando obstáculos formidáveis à implementação de políticas públicas capazes de promover a continuidade do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Um destaque especial deve ser dado à questão da segurança pública, talvez o preceito institucional mais universalmente aceito como atribuição exclusiva do Estado. Nesse campo, ao lado da evidente ineficácia e comprometimento dos aparatos de segurança pública com os *grupos de poder marginal*, merece destaque a problemática do Poder Judiciário como fator perpetuador de desigualdades e injustiças sociais.

Finalmente, o problema, da falta de representatividade dos partidos políticos, a falta de confiança nas instituições mais importantes do setor público (como o Parlamento, a Justiça, a Polícia, etc.) e a desproporcionalidade da representação no Congresso Nacional contribuem para obstaculizar a adequação do Estado brasileiro para o enfrentamento das desigualdades sociais, pela via do desenvolvimento integrado e sustentado.

Políticas sociais - práticas e desafios

Mesmo com a redemocratização e a Constituição de 1988, quando se verifica uma grande evolução nos debates referentes às desigualdades sociais e às necessidades postas pelas agendas internacionais no sentido da busca de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país, e efetivamente amplia-se a participação social no que se refere à *coisa pública*, heranças do período centralista e autoritário do regime militar ainda emolduram o cenário

institucional onde se inscrevem a formulação e a implementação das políticas públicas, afetando sobretudo o campo das políticas sociais.

É inegável que a reflexão decorrente de tais debates está exposta na Constituição e nos documentos oficiais que a sucederam. Caminhos importantes para as mudanças necessárias, como a descentralização e a participação popular na formulação e na implementação de políticas públicas, estão ali sinalizados e constituem elementos centrais das ações postas. Com efeito, as normas em vigor e as políticas setoriais da área parecem contemplar uma agenda consensual para a redução de desigualdades sociais e relações mais harmônicas entre a sociedade e o meio ambiente. Também não se podem ignorar os esforços para o estabelecimento de novas institucionalidades, relações de parceria com a sociedade civil e fortalecimento e facilitação do engajamento do terceiro setor no trato de questões de interesse público, desencadeadas nos últimos quatro anos pelo Conselho da Comunidade Solidária e destinadas a potencializar o *capital social* do país.

Em que pese o sentido positivo dessas iniciativas, sejam aquelas circunscritas à esfera estatal sejam as que representam uma orquestração de atores não-estatais, é preciso reconhecer as dificuldades de sua implementação plena e a colheita efetiva de resultados. Além do reconhecimento de que é enorme o acervo de déficits sociais e ambientais historicamente construídos que precisam ser enfrentados, alguns pontos relacionados ao referido cenário herdado podem explicar as dificuldades atuais:

•**Falta de integração e corporativismo na implementação de políticas sociais** - Decorrente da estrutura setorializada, acarretando descompasso entre a evolução institucional das distintas áreas sociais e contribuindo para a não integração e convergência das ações implementadas em cada uma delas, além de favorecer resistências corporativas no interior do aparelho do Estado.

•**As características das políticas praticadas** - A recorrente separação entre as políticas macroeconômicas de desenvolvimento, cujo enfoque ainda não guarda compromissos com a sustentabilidade, e as políticas sociais, que ainda não vêm sendo tratadas, na prática, como políticas de inclusão ou de desenvolvimento. Embora se reconheça que a estabilidade da moeda, principal foco da ação do governo federal na área econômica, é um fator de redistribuição da renda, não há como ignorar que cada movimento de ajuste nessa esfera acirra outros fatores geradores de desigualdades.

•**A pouca funcionalidade das políticas sociais** - Sobretudo no que toca à implementação, o que se verifica ainda é a impregnação de práticas de assistencialismo, clientelismo, barganha política de favorecimentos aos grupos de interesses diversos.

•**Outras dificuldades institucionais** - Destacam-se, de um lado, o despreparo institucional do governo e da sociedade para realizar efetivamente a descentralização e, de outro, os temas relacionados com a focalização, no plano local, das ações voltadas para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento sustentável. O governo municipal, na maioria dos casos, não encontrou ainda as condições instrumentais e metodológicas para levar a cabo iniciativas da Agenda 21 Local/Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, sobretudo pela capacidade institucional atrofiada que detém - uma herança também do regime militar. Revelam-se, assim, incapacidade e indisposição crônicas para o planejamento e a gestão estratégica, agravadas por uma resistência à mudança e à inovação, enraizada na mentalidade dos agentes políticos. Além disso, as sucessivas mudanças no cenário fiscal não vêm favorecendo a equação do custeio dos estados e, sobretudo, dos municípios, cujas responsabilidades vêm sendo progressivamente ampliadas, ao passo que os recursos são, na mesma medida, solapados. A sociedade civil, por outro lado, também não se encontra ainda suficientemente habilitada para uma participação efetiva. As organizações da sociedade civil, que representam o *capital social* disponível, são relativamente poucas e padecem da falta de profissionalização. No setor privado, de onde poderia ser mobilizado o *capital empresarial*, a concentração também é um fator inibidor de uma participação mais ampla, e as poucas iniciativas registradas revelam, sobretudo, quão incipiente vem sendo o engajamento deste setor na superação do desafio de reduzir as desigualdades sociais no país.

A superação dos problemas e desafios para maior efetividade das políticas públicas aqui apontadas parece residir, portanto, na mudança de paradigmas e princípios associados à sua formulação e à sua implementação e no reequacionamento dos meios disponíveis para

implementá-las. Pressupostos de um novo paradigma de políticas públicas, os quais orientam a parte propositiva deste trabalho, são a seguir apresentados:

1. Desenvolver políticas sociais específicas de inclusão, com caráter de promoção e não apenas de proteção social. Essas políticas de promoção devem refletir também a riqueza das peculiaridades culturais inerentes aos segmentos em desvantagem social.

2. Desenvolver políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social no Brasil que sejam, simultânea e fundamentalmente, políticas de desenvolvimento.

3. Desenvolver mecanismos que possibilitem a ampliação da ação pública não-estatal, pois a chamada questão social não será resolvida unicamente pelo Estado, sem a parceria com a sociedade.

4. Promover, no nível do Estado, a articulação entre as diversas ações empreendidas e as agências e agentes responsáveis.

5. Promover convergência e integração das ações, sobretudo na esfera das localidades.

Em resumo, trata-se de conferir prioridade ao aumento de capacidades e à mudança de mentalidades, tanto no nível do Estado como no da sociedade civil, orientando-se pelos princípios da Agenda 21 e de sua adaptação à realidade social do Brasil contemporâneo.

Estratégias para redução das desigualdades sociais

A partir das análises, até aqui resumidamente apresentadas, e tendo como ponto de partida as premissas orientadoras das proposições contidas no trabalho, expõem-se, a seguir, quatro estratégias que buscam refletir a contribuição do conjunto de atores envolvidos na elaboração do trabalho e atender a uma demanda que tem como centro operador instâncias de governo, mas cujos destinatários co-responsáveis situam-se em múltiplos espaços e setores da sociedade, perspectiva que é central na Agenda 21.

Tais estratégias, vistas como elementos para facilitar um processo de transição, sintetizam dois focos. Um, de caráter **metodológico**, voltado para a superação de obstáculos e para a criação de melhores meios operativos que possibilitem a transformação das condições atuais para a execução da agenda já consagrada de redução de desigualdades sociais. O outro, **cultural**, entendido aqui como o empenho de criar uma nova mentalidade em relação à esfera pública por meio do desenvolvimento de capacidades de gestão, de novas formas de parceria, requalificando a participação social nas políticas públicas, ampliando assim o leque do conjunto de recursos que podem ser mobilizados.

Dialogam também com os princípios da Agenda 21 que têm como objetivo (1) promover a parceria entre governo e sociedade civil; (2) ressaltar a necessidade de promoção das capacidades individuais de forma permanente pela educação; (3) destacar a necessidade de gerar novos conteúdos de informação e indicadores para a gestão do desenvolvimento sustentável; (4) estimular a gestão descentralizada no nível municipal de forma que permita maior participação nos processos de decisão, planejamento e avaliação por parte da sociedade; (5) revalorizar práticas e dinâmicas culturais dos grupos socialmente vulneráveis, promovendo seu papel de parceiros do desenvolvimento sustentável.

Primeira estratégia

Ampliar as oportunidades de educação continuada e extensiva, em termos de múltiplos espaços, tempos, modos e objetivos, permitindo o desenvolvimento das capacidades individuais, nos campos público e privado, como também a igualdade de oportunidades de acesso ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania plena e responsável.

Esta estratégia focaliza a educação continuada e extensiva, condição básica para que, num prazo de dez anos, existam outras condições para incluir a imensa maioria da população brasileira na vida econômica e política do país. Está voltada também para a capacitação permanente do gestor público, em seu papel de líder, que pesquisa, negocia, aproxima pessoas e interesses, fazendo com que a "criatividade e a iniciativa prevaleçam sobre a rigidez

normativa, que as pessoas sejam postas no centro mesmo das organizações, que o 'empreendedorismo' ganhe valorização em detrimento da obediência cega e passiva aos estatutos".

Segunda estratégia

Desenvolver novos procedimentos de planejamento e gestão integrados, priorizando a viabilização de ações locais e regionais destinadas à promoção de iniciativas da "Agenda 21 Local /Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável", apoiados na convergência e complementaridade das ações dos três níveis de governo; na otimização dos recursos financeiros, humanos e sociais disponíveis e potenciais, evitando sua dispersão; na mobilização ativa de atores não-governamentais na perspectiva da construção de uma esfera pública ampliada.

A manutenção das características da cultura política brasileira, ancoradas na herança histórica do país, tem emperrado o processo de mudanças sociais. Há um grande aprendizado a ser feito. Esse aprendizado será tanto mais efetivo quanto mais for permeado pelo diálogo entre os atores que têm, no nível local, um espaço privilegiado. Essa estratégia busca portanto, alcançar um patamar de correção e eficiência que contribua para reduzir as desigualdades sociais e alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da reformulação dos métodos de planejamento e gestão atuais para otimizar recursos, mobilizar atores não-governamentais, introduzindo igualmente novos procedimentos de avaliação do gasto público.

Terceira estratégia

Criar e implementar mecanismos que reconheçam e promovam iniciativas da sociedade, de forma que contribuam para ampliar, qualificar e reproduzir as boas práticas num projeto inovador de desenvolvimento sustentável para o país.

Essa estratégia objetiva potencializar e multiplicar as diversas formas de participação social e de parceria, promovendo uma nova visão relativamente à oferta de bens e de serviços públicos voltados para reduzir as desigualdades sociais no Brasil. É concebida como uma tarefa que não compete mais somente ao Estado, mas na qual todos podem e devem empenhar-se.

Reflete também a preocupação de incorporar aos programas e às políticas públicas aspectos peculiares da diversidade cultural inerente ao país, promovendo a mobilização de novos recursos, configurando também uma oportunidade de valorização dos grupos em situação de vulnerabilidade social.

Quarta estratégia

Introduzir na definição das contas públicas critérios que reflitam, de um lado, fatores indutores de desigualdades sociais, cuidando para que se incorporem resultados e impactos ainda não mensurados na apropriação do gasto estatal e, de outro, para que contabilizem como recursos para o desenvolvimento as inversões e aportes não-comerciais e não-monetizáveis relativos aos recursos naturais, humanos e sociais.

Essa estratégia reflete, simultaneamente, preocupações com questões metodológicas e de mudança de mentalidade. Normalmente, a organização das contas de um país, a composição do PIB e a forma como o orçamento é apresentado refletem a maneira como a sociedade concebe seus recursos e se apropria deles. Habitualmente, as contas públicas refletem apenas a circulação monetária de arrecadação e gasto. O patrimônio natural, os recursos humanos e sociais não são contabilizados, nem no sentido da apropriação pela sociedade, que pode passar a entendê-los como recursos, potencializando sua contribuição para o desenvolvimento, nem no sentido de reconhecer distorções. Com frequência, tais distorções se dão em dinâmicas invisíveis, como é o caso do trabalho doméstico feminino, agravando processos de disparidades sociais.

Conclusão

Reduzir as desigualdades sociais no Brasil e encontrar caminhos para a conquista do desenvolvimento sustentável não são tarefas fáceis nem podem ser vistas como objetivos ao qual somente este ou aquele ator ou setor da sociedade deve se dedicar; tampouco têm um tempo definido para serem cumpridas. O esforço empreendido pelo Consórcio *Parceria 21* ao abordar o tema da "Redução das desigualdades sociais" foi justamente o de procurar definir alternativas reais e possíveis para o enfrentamento dessa problemática, que possam contribuir para, como afirmado, superar a distância entre o discurso e a prática, a intenção e o gesto, tão marcantes na vida pública brasileira recente. As estratégias sugeridas, as propostas apresentadas, entretanto, estão longe de esgotar as possibilidades concretas ou as vias factíveis para o logro desse objetivo.

A condução desse processo exigirá a criatividade social e individual de forma permanente e uma nova postura em relação à responsabilidade dos diferentes setores que compõem a parcela mais organizada e atuante da nossa sociedade. Não se pode mais esperar que somente o Estado, por definição a instância que encarna o espírito público mais abrangente e universal, se encarregue de prover os mecanismos institucionais e/ou financeiros para promover a redução dessas desigualdades. O resultado final das políticas públicas adotadas com o objetivo de combater essas desigualdades é tanto mais amplo, mais democrático e mais eficiente se essas políticas incorporam na sua formulação, implementação e avaliação a presença de outros segmentos da sociedade, em um esforço por abrir-se a outros interesses e perspectivas que enriquecem a dinâmica social e a interação interpessoal.

Ao longo de todo o texto insistiu-se muito na importância central assumida pela educação, pela participação individual e coletiva, pela mudança de mentalidade e pela adoção de novos instrumentais metodológicos para a superação de alguns dos traços mais evidentes e perversos das desigualdades no Brasil. Por essa razão, é também estimulada a construção de parcerias entre as diversas instâncias de governo, as variadas organizações da sociedade civil, as diferentes instituições do mundo empresarial, as igrejas, as comunidades locais e os indivíduos. Trata-se de conjugar esforços, nas mais distintas escalas e com os objetivos mais diversos, em uma permanente aprendizagem acerca dos significados profundos dos conceitos de democracia, tolerância e compromisso individual/social, entre outros.

Por outro lado, algumas condições objetivas são também necessárias para que a implantação da Agenda 21 possa realizar-se com êxito. No caso brasileiro, isso supõe o estabelecimento da justiça tributária e a eliminação das fontes de apropriação da riqueza vinculadas a privilégios políticos ou à manutenção de ilegalidades. É necessário ressaltar também que parte importante da ineficiência do sistema governamental brasileiro para a implementação da agenda positiva deriva das regras do jogo político-eleitorais, que premiam a pulverização de interesses e o personalismo clientelista, em vez da negociação pública entre grandes correntes/partidos políticos.

Requer-se, portanto, o fortalecimento do pacto federativo. Esse novo federalismo deve ter como elemento fundador o dinamismo civil, respeitando o princípio da representação igualitária, potencializando a capacidade regeneradora da sociedade no sentido de combater as suas próprias anomalias.

Trata-se, em outras palavras, de viabilizar a organização e o aperfeiçoamento do processo participativo, fortalecendo institucionalmente sua capacidade de gestão e suprimindo recursos para o desenvolvimento social em função da obtenção de resultados.

A questão demográfica é considerada um dos aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável. Embora o Brasil tenha cumprido as metas de queda da fecundidade nos últimos vinte anos, isso ainda não se refletiu em melhoria de qualidade de vida para a população nem para as mulheres, tampouco reduziu impactos ambientais, apesar de ter contribuído para a melhoria de indicadores sociais como a mortalidade infantil e a cobertura da matrícula escolar. Essa redução da taxa de fecundidade, fruto de múltiplos fatores, como o êxodo rural, a urbanização acelerada, a maior integração das mulheres à PEA, o uso da pílula e a esterilização feminina, contudo, se deu de maneira heterogênea e heterodoxa. Como a pobreza brasileira, ela se distribui de forma desigual segundo regiões, entre a cidade e o campo, as faixas etárias, os grupos sociais e étnicos. Assim, ela hoje é elevada e tende a aumentar entre as adolescentes, por exemplo. Da mesma forma, o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres não é um dado adquirido e varia segundo o segmento social, a região, a etnia, a escolaridade. Para que isso não ocorra, faz-se necessário que os direitos consagrados nas Conferências Internacionais do Cairo e de Pequim - cujos protocolos o governo brasileiro assinou e que já contam com alguns instrumentos legais, como o

Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) - se tornem universais e integrem um projeto de desenvolvimento sustentável.

Medidas e ações

- inserir a questão de gênero, raça, saúde e direitos sexuais e reprodutivos na formação dos profissionais de saúde;
- combater a discriminação de gênero e orientação sexual por meio da inclusão dessa problemática nos temas transversais do currículo da educação formal, da avaliação dos livros didáticos e da vigilância sobre as emissões rádio-televisivas por meio de parceria com a ABERT e ONGs, como a TVer;
- integrar as ações de saúde voltadas para as usuárias do sexo feminino nos marcos do PAISM, a fim de evitar que as mulheres sejam tratadas pelos serviços de saúde de forma fragmentária e discriminatória;
- promover ações conjuntas voltadas para os direitos reprodutivos, a serem discutidas e implementadas a partir da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD);

Meios de implementação

- os marcos legais dessa proposta já existem, porém sua implementação só ocorreu de forma parcelada e localizada no território nacional. Ela depende da reciclagem e da capacitação dos profissionais, bem como da implementação de práticas educativas nos serviços de saúde, de forma a transformá-los em espaços de exercício da cidadania para as usuárias. Depende, ainda, de que os pressupostos legais - integração entre as esferas municipal, estadual, federal, universalização do atendimento, bem como a alocação dos recursos necessários - se tornem realidade;
- campanha de combate à discriminação de gênero, raça e orientação sexual nos meios de comunicação e nos serviços de saúde.

MEDICAMENTOS GENÉRICOS

Acesso à Saúde

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, um núcleo de estudos econômicos e estatísticos vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 1999 cerca de 50 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza (34,09% da população total, vivendo abaixo do padrão de rendimento anual mínimo necessário para permitir que uma família e/ou uma pessoa possam suprir suas necessidades vitais).

Diante desse quadro, torna-se essencial buscar caminhos que possibilitem aos brasileiros pobres, que naturalmente têm dificuldades de acesso a infra-estrutura básica, desfrutar de serviços de saúde e, fundamentalmente, de remédios.

Os medicamentos genéricos são um dos caminhos para diminuir os custos referentes à saúde no Brasil e no mundo e torná-la, portanto, mais acessível. O preço final dos genéricos é, em média, 35% mais baixo do que o dos medicamentos de marca.

Que são os Genéricos?

O medicamento genérico é aquele que contém o mesmo fármaco - princípio ativo responsável pelo efeito terapêutico - de um remédio de marca ou referência, adotando como título a denominação desse fármaco, em substituição a marcas de natureza comercial. São administrados de forma e em dosagens idênticas aos medicamentos de referência, apresentando os mesmos níveis de eficácia e segurança.

São, ainda, mais acessíveis que os medicamentos com marca comercial, pois dispensam pesquisas de desenvolvimento e campanhas de publicidade (o genérico é fabricado a partir de uma fórmula já consagrada e não há marca a ser divulgada).

Em todo o mundo, o medicamento genérico é hoje uma realidade. A explicação é simples: apesar do crescente avanço das pesquisas e do desenvolvimento de novos fármacos, boa parte do arsenal terapêutico disponível tem mais de 20 anos. Segundo as regras mundiais de

patentes, a fórmula de um determinado medicamento deixa de ser propriedade da indústria farmacêutica que a desenvolveu, após decorridos aproximadamente vinte anos de seu lançamento.

Medicamentos Genéricos no Brasil e Regras de Comercialização

Como visto, os medicamentos genéricos abrem um leque de opções para a ampliação do acesso da população brasileira e mundial à saúde. Ademais, o custo dos medicamentos é um dos fatores determinantes do aumento progressivo das despesas com saúde nos orçamentos nacionais. Assim, já há alguns anos as autoridades vêm-se empenhando em criar as condições necessárias ao surgimento de um segmento de genéricos bem estruturado no Brasil.

A política de medicamentos genéricos no país teve como primeiro marco a Lei 9.787, de 10 de fevereiro de 1999 (Lei dos Genéricos). Os primeiros registros desse tipo de medicamento ocorreram em fevereiro de 2000, tendo-se sua efetiva comercialização iniciado em junho daquele ano.

Por ocasião da regulamentação da Lei, em setembro de 1999, foi publicada uma lista com 99 produtos de referência que já poderiam começar a ser copiados. Hoje, a lista de fármacos prioritários com autorização para serem reproduzidos conta 197 itens. Desde a publicação da primeira lista, numerosos pedidos de registro de novos genéricos têm sido apresentados.

Espera-se que até 2004 a fatia dos genéricos chegue a 30% do total do mercado farmacêutico. O crescimento seria de 95,36% em relação ao valor de vendas em 2001. A idéia é que no futuro próximo as farmácias possam oferecer grande variedade desses produtos e seu preço influencie o mercado.

Coerente com essa política, o Sistema Único de Saúde (SUS), coordenado pelo Governo federal e responsável pelo consumo de 25% dos medicamentos produzidos no Brasil, adquire preferencialmente genéricos.

Os medicamentos genéricos estão sujeitos às mesmas condições de introdução no mercado exigidas para remédios com marca comercial. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em documento intitulado "Glossário de Termos Especializados para Avaliação de Medicamentos", propõe, a esse respeito, que só seja autorizada a comercialização de um genérico caso sejam comprovadas e documentadas sua segurança, eficácia e qualidade.

Em consonância com as diretrizes da OMS, a legislação brasileira determina que um medicamento só poderá ser considerado genérico caso seja comercializado sob denominação genérica e uma vez comprovadas sua segurança, eficácia e qualidade, por intermédio de testes de equiparação de qualidade (relativamente ao medicamento original) e de bioequivalência (com referência aos efeitos sobre o organismo), realizados em instituições reconhecidas e habilitadas pelo Governo e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA).

Uma vez constatadas essas características, o medicamento genérico será considerado equivalente ao medicamento de referência do qual é cópia e receberá a chancela do Ministério da Saúde, passando a ser comercializado com a frase "Genérico de acordo com a Lei 9.787/99", estampada no rótulo (as embalagens virão, ademais, com uma tarja amarela contendo a inscrição Medicamento Genérico, com a letra "G" em destaque, para melhor identificação pelo usuário e distinção relativamente aos demais medicamentos).

Ao regulamentar e fazer cumprir a Lei dos Genéricos, o Governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Saúde, busca tornar mais acessível ao cidadão um tratamento medicamentoso barato e de boa qualidade, sem o qual qualquer outro esforço no sentido de bem assistir à saúde da população poderia ficar comprometido.

Oportunidades de Mercado

Em diversas pesquisas realizadas para se conhecer a opinião do brasileiro sobre os medicamentos genéricos, o saldo tem sido bastante positivo. Em geral, mais de 65% dos entrevistados conhecem, confiam e já consumiram genéricos, evidenciando a grande aceitação do produto.

O Governo vem implementando um conjunto de medidas práticas para sedimentar a política de medicamentos genéricos no Brasil e para estimular e facilitar o investimento privado no setor, dentre as quais caberia destacar:

I criação de lista de medicamentos prioritários para registro - criada a partir de análise dos principais medicamentos consumidos pela população, em função das doenças mais freqüentes, do preço do medicamento em relação à obrigatoriedade de seu uso continuado, dentre outros aspectos - de modo a orientar a produção das indústrias para os remédios de maior demanda. Essa lista está disponível no site <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/genericos/industria/index.htm>, juntamente com a lista dos pedidos de registros depositados junto à ANVISA;

- criação de unidade específica para atendimento às indústrias, no esclarecimento de dúvidas sobre a montagem de processos para registro de genéricos;
- concessão de registros em prazo médio de 30 dias, desde que atendidas todas as exigências regulamentares;

No que se refere a medidas para estimular o aumento da demanda de genéricos, estão sendo executadas as seguintes atividades:

- criação, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de financiamento específica para indústrias e laboratórios, visando cobrir custos de testes de equivalência farmacêutica e de bioequivalência, fomentar a implantação ou ampliação de linhas de produção de medicamentos genéricos e a preparação e habilitação de laboratórios para realização dos testes exigidos pelas autoridades de saúde para a concessão de novos registros de genéricos;
- realização de treinamento de pessoal, em parceria com sindicatos de indústrias farmacêuticas, para melhorar a qualidade de processos e agilizar análises;
- divulgação dos medicamentos genéricos junto a médicos e profissionais da saúde, por intermédio de correspondências, participações em seminários e congressos, apresentações em associações e sindicatos de classe;
- divulgação dos medicamentos genéricos junto à população em geral, com o auxílio de campanhas publicitárias veiculadas na televisão e em rádio, promovidas pelo Ministério da Saúde;
- articulação com planos de saúde para divulgação dos medicamentos genéricos registrados a conveniados e definição de lista de medicamentos para reembolso;
- estabelecimento de convênio com entidades de defesa do consumidor para atendimento específico aos cidadãos sobre os medicamentos genéricos;
- criação de cartilhas sobre os medicamentos genéricos, para serem distribuídas aos usuários do Sistema Único de Saúde e conveniados de planos de saúde.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

Política Nacional Anti-Drogas

O uso indevido de drogas constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça à humanidade e à estabilidade das estruturas e valores políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os Estados e sociedades.

Suas conseqüências infligem considerável prejuízo às nações do mundo inteiro, e não são detidas por fronteiras: avançam por todos os cantos da sociedade e por todos os espaços geográficos, afetando homens e mulheres de diferentes grupos étnicos, independentemente de classe social e econômica ou mesmo de idade.

Questão de relevância, na discussão dos efeitos adversos gerados pelo uso indevido da droga, é a associação do tráfico de drogas ilícitas e dos crimes conexos, geralmente de caráter transnacional, com a criminalidade e a violência. Esses fatores ameaçam a soberania do

País e afetam a estrutura social e econômica interna, exigindo que o Governo adote uma postura firme de combate a tais ilícitos, articulando-se internamente e com a sociedade, de forma a aperfeiçoar e otimizar seus mecanismos de prevenção e repressão e garantir o envolvimento e a aprovação dos cidadãos.

Um fator agravante é a tendência mundial sinalizadora de que a iniciação do indivíduo no uso indevido de drogas tem sido cada vez mais precoce e com utilização de drogas mais pesadas. Estudos realizados no Brasil a partir de 1987, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID, confirmam o aumento do consumo de substâncias psicoativas entre crianças e adolescentes no País. Segundo levantamento realizado pelo CEBRID em 1997, o percentual de adolescentes do País que já consumiram drogas entre 10 e 12 anos de idade é extremamente significativo - 51,2% já consumiram bebida alcoólica; 11% usaram tabaco; 7,8% solventes; 2% ansiolíticos e 1,8% anfetamínicos.

A idade de início do consumo situa-se, entre 09 e 14 anos. A situação torna-se mais grave entre crianças e adolescentes em situação de rua. Levantamento realizado em 1997, em seis capitais⁴ brasileiras, demonstrou que, em média, 88,25%⁵ dessa população fez uso na vida de substâncias psicoativas, sendo que as drogas mais usadas, três delas consideradas lícitas, foram o tabaco, os inalantes, a maconha, o álcool, a cocaína e derivados.

Registram-se, também, problemas relativos ao uso de drogas pela população adulta e economicamente ativa, afetando a segurança do trabalhador e a produtividade das empresas. Estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, em 1993, mostra que 10 a 15% dos empregados têm problemas de dependência.

O uso de drogas aumenta em cinco vezes as chances de acidentes do trabalho, relacionando-se com 15 a 30% das ocorrências e sendo responsável por 50% de absenteísmo e licenças médicas.

Além disso, o uso indevido de drogas constitui fator de elevação do número de casos de doenças graves como a AIDS e as infecções causadas pelos vírus B-HBV e C-HCV da hepatite, em decorrência do compartilhamento de seringas por usuários de drogas injetáveis. Entre 1986 e 1999, a proporção de usuários de drogas injetáveis (UDI), no total de casos de AIDS notificados ao Ministério da Saúde, cresceu de 4,1% para 21,7%. No início dos anos 90, esse percentual chegou a 25%.

Em junho de 1998, o Excelentíssimo Presidente da República, participando de Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, Dedicada a Enfrentar Junto o Problema Mundial da Droga, aderiu aos "Princípios Diretivos de Redução da Demanda por Drogas" estabelecidos pelos Estados-membros, reforçando o compromisso político, social, sanitário e educacional, de caráter permanente, no investimento em programas de redução da demanda, para concretizar a execução das medidas descritas no Artigo 14, Parágrafo 4º, da Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988. Na oportunidade, reestruturou o Sistema Nacional Antidrogas, com a finalidade de eliminar, no País, o flagelo representado pelas drogas.

O Sistema Nacional Antidrogas - SISNAD, regulamentado pelo Decreto n.º 3.696, de 21.12.2000, orienta-se pelo princípio básico da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, adotando como estratégia a cooperação mútua e a articulação de esforços entre Governo, iniciativa privada e cidadãos - considerados individualmente ou em suas livres associações. A estratégia visa a ampliar a consciência social para a gravidade do problema representado pela droga e comprometer as instituições e os cidadãos com o desenvolvimento das atividades antidrogas no País, legitimando, assim, o Sistema.

Ao organizar e integrar as forças nacionais, públicas e privadas, o Sistema Nacional Antidrogas observa a vertente da municipalização de suas atividades, buscando sensibilizar estados e municípios brasileiros para a adesão e implantação da Política Nacional Antidrogas, em seu âmbito.

Por mais bem intencionados e elaborados que sejam os planos, programas e projetos voltados para a prevenção do uso indevido de drogas, os resultados obtidos em sua aplicação serão de pouca objetividade caso não sejam acolhidos e bem conduzidos em nível de "ponta de linha", ou seja, no ambiente onde predomina o universo de risco.

Sendo o Município a célula-máter da organização político-administrativa do Estado Brasileiro, torna-se capital o papel que o atual momento histórico lhe reserva, pois é neste que os fundamentos da Constituição Federal - de cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e livre iniciativa - podem ser aplicados, à máxima eficácia. É nele que reside a juventude, para com a qual há de se buscar o resgate ético da dívida criada pelas gerações que a antecederam, por haverem permitido a sua vulnerabilidade às drogas.

Sem dúvida, a melhor forma de levar a mensagem antidrogas ao jovem é municipalizando as ações de prevenção contra as drogas. Isso significa levar ao município a ação de conversa face a face, de aconselhamento olho no olho, onde avulta de importância a organização de um Conselho Municipal Antidrogas.

Com a municipalização, viabiliza-se a necessária capilaridade do Sistema dentro do território nacional e se potencializam as possibilidades de participação da sociedade civil organizada nas ações antidrogas desenvolvidas no País.

Nesse contexto, a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), o Departamento de Polícia Federal (DPF) e outros agentes do SISNAD, elaboraram a Política Nacional Antidrogas no que tange à redução da demanda e da oferta de drogas, que devidamente consolidada pela SENAD e aprovada pelo Conselho Nacional Antidrogas está apresentada a seguir.

A Política observa o necessário alinhamento à Constituição Federal no respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de um Estado de Direito e está em consonância com os compromissos internacionais firmados pelo País.

Aids e a Mulher Brasileira.

Embora a informação referente a prevalência geral de todas as doenças venereas seja difícil de obter, os oficiais da saúde pública confirmam que HIV/AIDS tem se tornado uma causa principal de morte entre as mulheres brasileiras. Presentemente, 22% das 45,000 pessoas com AIDS no Brasil são mulheres. No Brasil, a AIDS é principalmente transmitida sexualmente.

Lei Nacional

É um crime expor uma pessoa a uma doença venerea, incluindo a HIV/AIDS. O código penal criminaliza o ato de expor alguém, pelo meio de relações sexuais ou qualquer "ato libidinoso," infectar por "doenças venereas" de que o perpetrante saiba, ou deve saber, que ele/ela está sofrendo. A punição para este crime, é termos de detenção de 3 meses a 1 ano ou uma multa. Se uma pessoa é encontrada de intencionalmente infringir uma doença venerea, a punição para o crime aumenta para prisão de 1 até 4 anos e uma multa. A lei criminal também considera a infecção intencional de uma "doença severa" de ser um crime. A punição para este crime é prisão de 1 até 4 anos e uma multa.

Norma Nacional

Os programas nacionais de DST/AIDS ("PNDST/AIDS"), o qual reporta para a Fundação Nacional da Saúde no Ministério da Saúde, é a agência governamental responsável para coordenar a prevenção de doenças venereas. A agência trabalha em conjunto com outras agências governamentais e ONGs locais.

O PNDST/AIDS tem tido um papel principal em assegurar o fornecimento e uso de camisinhas. Embora exista um número de canais de distribuição, o fornecimento de camisinhas no setor público é muitas vezes irregular. PNDST/AIDS procura e distribui camisinhas e fornece camisinhas grátis para grupos selecionados, incluindo indivíduos de baixa renda. O programa nacional social de venda de camisinhas, que assegura que camisinhas tem sido vendidas no setor privado, ajuda a aumentar a distribuição de camisinhas.

O PNDST/AIDS busca prevenir a AIDS por implementar duas estratégias-chaves: - enfatizar o diagnóstico de doenças venereas e cuidados e coordenação de informação, educação, e campanhas de orientação "IEC". O Ministério da Saúde, tem estabelecido normas de treinamento para profissionais de saúde trabalhando com clínicas STD/AIDS e dando mais educação a respeito do HIV/AIDS. Entretanto, o governo aparenta em ter primariamente focalizado nos programas de IEC.

As campanhas de IEC geralmente visa 4 grupos principais: Os profissionais de saúde, o público, grupos engajados em comportamento de alto risco, e adolescentes. Os grupos de alto risco incluem: homens homossexuais, bissexuais, usuários de drogas intravenosas, prostitutas, e adolescentes. O ministério da saúde, tem se envolvido em treinar professores e em preparar manuais de educação sexual, sobre doenças venereas e AIDS. Ainda mais, os programas de IEC tem buscado educar os brasileiros sobre a transmissão e prevenção da AIDS. A mídia de massa tem sido usada para disseminar esta informação. Infelizmente, os programas educacionais do governo sobre a AIDS tem falhado. Muitas transmissões por televisão tem sido censuradas e criticadas pelo Ministério da Saúde, e a Igreja Católica Romana, e em 1988, o Ministério da Saúde, confessou a necessidade de reformas as suas normas sobre a AIDS.

Desde 1988, o Ministério da Saúde tem buscado de descentralizar os necessários serviços de DST e HIV para ser entregue a cada indivíduo. Várias macro-regional centro de referência que são voltados para as necessidades de uma região específica. Cada estado também tem o seu próprio comite sobre a AIDS que presta conta ao Ministério da Saúde numa base mensal. Em adição, os centros de referência nacional, universidades, e hospitais desenvolvem pesquisa em AIDS e dá treinamentos. Tais instituições são subsidiadas pelo governo federal e/ou por instituições nacionais e internacionais. A comunidade NGO tem também sido um parceiro importante em planejar e implementar uma estratégia nacional sobre a HIV/AIDS.

Em 2005 o Brasil enfrentou a mais grave crise política dos últimos anos. Roberto Jefferson cunhou o termo "mensalão" e acabou cassado. José Dirceu passou de homem forte do governo a deputado, e de lá a cidadão sem direitos políticos. A popularidade do presidente teve forte queda. Isso sem contar o referendo sobre o comércio de armas, a ascensão e queda de Severino Cavalcanti e a prisão de Paulo Maluf.

Manhã do dia 6 de junho. A "Folha de S.Paulo" publica entrevista com o deputado Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, um dos partidos da base aliada do governo. Assim, com dia marcado, começou a pior crise política da história recente do país.

Com seu nome envolvido em denúncias, Jefferson revelou a existência de um esquema corrupção no Congresso Nacional (ouça trechos da entrevista). Segundo ele, o PT pagava mesada de R\$ 30 mil a deputados da base aliada, em uma estrutura criminosa coordenada por José Dirceu e Delúbio Soares. Entrava em cena o "mensalão".

Seis dias depois, Jefferson volta às páginas da "Folha" e afirma que o dinheiro do suposto "mensalão" era encaminhado por um operador chamado Marcos Valério de Souza, empresário de publicidade em Belo Horizonte. A verba viria de estatais e empresas privadas. Valério deixava o anonimato e surgia como protagonista do "mensalão". O cenário da crise política estava instalado.

Por que Jefferson falou?

O fato que deflagrou a crise é anterior às entrevistas de Roberto Jefferson à "Folha". Em 14 de maio, o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, é flagrado recebendo propina de empresários interessados em participar de licitação na estatal. Segundo Marinho, Jefferson comandaria o esquema.

A oposição começou a se mexer para instaurar uma CPI. O governo, que tinha sido bem-sucedido na "operação abafa" para investigar o caso Waldomiro Diniz, abriu os cofres e liberou R\$ 12 milhões em verbas. Esforço em vão. O Congresso resistiu e criou a CPI Mista dos Correios no final de maio.

A situação de Roberto Jefferson ficou mais complicada quando, no começo de junho, o site da revista "Veja" divulga gravação em que Lídio Duarte, ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), afirma que o presidente do PTB cobrava propina por tê-lo indicado à presidência da estatal.

Acuado, Jefferson falou.

Inferno astral do PT

Diante de tantas denúncias, a oposição não demorou a agir, e o Conselho de Ética da Câmara convocou Jefferson para depor. Ele reafirmou as denúncias sobre o "mensalão", mas disse não ter provas. No mesmo dia, Fernanda Karina Sommagio, secretária de Valério, garante que o empresário costumava viajar com malas dentro das quais acreditava haver dinheiro.

A crise ganhava força e, em 16 de junho, faz a sua primeira --e poderosa-- vítima. Dizendo não ter vergonha do que fez, José Dirceu deixa a Casa Civil e retorna ao mandato de deputado federal. Lula perdia seu principal articulador político no momento em que o país era tomado por uma onda de denúncias.

Julho chegava. À medida em que oposição cria as CPIs do Mensalão e dos Bingos, a cúpula do PT prepara-se para atravessar seu pior inferno astral.

Reportagem de "Veja" revelou o elo que faltava entre Marcos Valério e a cúpula petista. Segundo a revista, o empréstimo de R\$ 2,4 milhões foi tomado no BMG de Belo Horizonte. Em sua defesa, José Genoíno afirmou ter assinado o papel sem ler. Dias depois, afasta-se da presidência do partido.

Delúbio Soares, um dos nomes mais frequentes nas denúncias, abre mão do cargo de tesoureiro do PT.

José Adalberto Vieira, assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), que, por sua vez, é irmão de José Genoíno, é preso no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, tentando embarcar com R\$ 200 mil na mala e US\$ 100 mil na cueca. Ele diz que o dinheiro veio da venda de verduras no Ceagesp.

Silvio Pereira, secretário-geral do PT, admite ter recebido um Land Rover de presente da empresa GDK, que tem contratos com a Petrobras. Pereira deixa o partido, mas nega favorecimento para a GDK.

Caixa 2, renúncias e cassações

Em entrevista ao Jornal Nacional, Marcos Valério admitiu ter emprestado dinheiro para as campanhas eleitorais do PT. Delúbio confirma a versão, e em 20 de julho, admite que fazia caixa 2. Ou melhor dizendo, recursos não-contabilizados, como preferem os petistas.

Dias depois, denúncias comprovam que Eduardo Azeredo, presidente do PSDB, usou caixa 2 nas eleições de 2001.

A crise se intensifica. "O senhor desperta em mim os instintos mais primitivos", diz Jefferson a Dirceu no Conselho de Ética. "Fui traído", afirma Lula em rede nacional de rádio e televisão. O presidente pede desculpas, mas não diz o que foi feito de errado. Diz que foi traído, mas não fala por quem.

As denúncias não páram, e o Brasil clama por punição.

Presidente nacional do PL e deputado federal por São Paulo, Valdemar Costa Neto é o primeiro a renunciar por conta do esquema do "mensalão". Com a renúncia, ele escapou do processo de cassação e preservou os seus direitos políticos

Em 12 de setembro, Carlos Rodrigues (PL-RJ) segue pelo mesmo caminho e abre mão de seu mandato. Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR) renunciam em 17 de outubro. Se quiserem, todos podem ser candidatos nas eleições de 2006.

Pesos-pesados

Inimigos políticos e protagonistas no escândalo do "mensalão", Jefferson e Dirceu tiveram destinos parecidos durante votação nos respectivos processos de votação no plenário da Câmara.

No dia 14 de setembro, exatos cento e dois dias após deflagrar a maior crise política do governo Lula, o deputado Jefferson foi cassado por 313 votos contra 156.

Em seu discurso de defesa, Jefferson disse que Lula foi "omisso" e relapso ao delegar funções que, segundo o petebista, foram usadas por auxiliares para promover "o mais escandaloso processo de aluguel de mandatos" da história do Congresso.

Já era dezembro quando chegou a vez de Dirceu encarar o plenário da Câmara. Por 293 votos a 192, Dirceu tem mandato cassado e perde direitos políticos por 10 anos.

Nos 41 minutos do seu discurso de defesa, Dirceu voltou a negar sua culpa no caso do "mensalão". "Digo e repito, não como bravata, mas como compromisso de vida, que qualquer que seja o resultado que essa Casa decida, eu vou continuar lutando para provar a minha inocência", afirmou, seguido de aplausos de muitos parlamentares. "Essa Casa está me julgando, mas também está se colocando em julgamento". E concluiu. "Eu não sou réu confesso. Cometi muitos erros políticos e estou pagando por eles. Mas tenho as mãos limpas".

Até tu, Palocci

Em 16 de agosto a crise chegou a Antonio Palocci, o todo-poderoso da economia brasileira e principal homem de confiança do presidente ainda no governo.

Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci durante sua prefeitura em Ribeirão Preto, acusou-o de receber mesada de R\$ 50 mil entre 2001 e 2002 de empreiteira no interior de São Paulo. O dinheiro ia para o PT.

Palocci apressou-se em negar as acusações. Reuniu uma entrevista coletiva e desmentiu Buratti. Contudo, a imagem do ministro já estava arranhada.

Enfraquecido, Palocci, que sempre foi preservado pela oposição, começou a ser alvo de ataques de representantes do próprio governo. À medida em que o supertávit primário batia recordes, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, não poupava críticas à política econômica. Lula mantinha-se à distância. Amigos diziam que Palocci não queria mais seguir no governo. Jornalistas davam como certa a troca do Ministério por Aloizio Mercadante, eterno candidato à pasta. O fato é que Palocci sobreviveu às crises e críticas e, pelo menos até janeiro, é nome certo no governo.

Crise em 2006

O final do ano esfriou a onda de denúncias.

Sem fatos novos, a imprensa reduziu o espaço dedicado à cobertura do "mensalão". O Congresso diminuiu suas atividades, preparando-se para o recesso que não houve. E as CPIs esgotaram os depoimentos mais importantes.

Até a CPI do Mensalão, criada exclusivamente para investigar o esquema de pagamento de parlamentares denunciado por Roberto Jefferson, acabou sem atingir seus objetivos. Sem número suficiente de assinaturas para conseguir a sua prorrogação, a Comissão encerrou seus trabalhos sem votar o texto final do relator Ibrahim Abi-Ackel.

O que fica para 2006 são os efeitos eleitorais da crise. Lula, candidato velado à reeleição, teve sensível perda de popularidade com o episódio. Segundo pesquisa CNT/Sensus divulgada em abril, o presidente tinha 60,1% de aprovação pessoal. Em julho esse número caiu para 59,9%, em setembro para 50% e em novembro atingiu 46,7%. A mesma pesquisa aponta vitória de José Serra em um eventual segundo turno em 2006.

O que também foi notícia em 2005

Morte e vida Severina

Desde o começo, 2005 prometia ser um ano de dificuldades para o governo Lula. Após dois anos, chegava ao fim em fevereiro a presidência de João Paulo Cunha (PT-SP) na Câmara dos Deputados. Sendo a maior bancada e o partido do governo, o PT não tinha como perder.

Mas perdeu.

Seu candidato, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), foi derrotado pelo pouco conhecido Severino Cavalcanti (PP-PE), por 300 votos a 195 no segundo turno do pleito, após mais de 12 horas de sessão.

A derrota do governo foi inédita na história recente do país. Inédita e surpreendente, uma vez que, até o momento da votação, acreditava-se que o principal rival de Greenhalgh era o petista dissidente Virgílio Guimarães (MG), que nem ao segundo turno foi.

Auto-proclamado "rei do baixo clero", por sua atuação discreta e fisiológica no Congresso, Severino durou pouco mais de sete meses à frente da Câmara dos Deputados. Nesse período, defendeu propostas controversas -- a mais polêmica delas foi o aumento salarial aos funcionários da Câmara dos Deputados.

No dia 21 de setembro, ele renunciou ao mandato. (leia íntegra do discurso)

Em seu discurso de despedida, acusou a "elite que não quer largar o osso" de ser a responsável por sua renúncia. Disse também que "empobreceu com a política". E arrematou: "O povo me absolverá".

A saída de Severino consumou-se após 19 dias de intensa pressão, resultado da acusação de receber propina em 2002 e 2003 em troca de garantir a um empresário a exploração de restaurantes na Câmara -- o chamado "mensalinho".

Com a cadeira da presidência vazia, nova eleição foi convocada. Em votação apertada, Aldo Rebelo (PCdoB-SP) derrota José Thomaz Nonô (PFL-AL) no segundo turno e devolve o controle da Câmara ao governo.

Severino promete voltar em 2006.

Maluf, quem diria, é preso

Madrugada de 10 de setembro. Abatido, acompanhado por advogados e seguranças em um Santana preto, Paulo Maluf apresentou-se na sede da Polícia Federal atendendo a um pedido de prisão preventiva. Um dos mais conhecidos e controversos representantes da tradicional classe política brasileira, Maluf enfrentava um dos mais duros golpes em décadas de vida pública.

Prefeito, governador e deputado federal por São Paulo, Maluf passou aquela noite e mais 39 dias detido na carceragem da PF. As acusações não são poucas: lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção passiva e formação de quadrilha. Se condenado, ele pode ficar até oito anos preso.

Maluf e seu filho Flávio tiveram a prisão preventiva decretada pela juíza da 2ª Vara Federal de São Paulo, Sílvia Maria Rocha, que entendeu que, em liberdade, os Maluf poderiam atrapalhar o período de instrução penal, quando são ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa.

Paulo e Flávio Maluf dificilmente seriam presos caso não houvessem sido flagrados em escutas telefônicas tentando impedir o depoimento do doleiro Vivaldo Alves, conhecido como Birigüi, à Polícia Federal.

Após ter diversos recursos negados, Maluf conseguiu habeas corpus no STF e foi solto no dia 20 de outubro. Em liberdade, viajou para Campos do Jordão, tomou cerveja e comeu pastéis. Os processos contra ele continuam.

O dia em que o Brasil disse "não"

Mais de cem milhões de brasileiros foram convocados para decidir se o comércio de armas de fogo e munição deveria ser proibido no Brasil. O referendo trouxe à pauta do dia questões como violência, autodefesa e segurança pública.

Muitas dúvidas, poucas respostas e uma enorme dose de polêmica marcaram a campanha das frentes do "sim" e do "não". De um lado, ONGs e grupos humanitários apostavam em celebridades. De outro, a frente parlamentar pela manutenção da atual legislação investia em mostrar o impacto negativo do fim do comércio de armas de fogo.

Mais efetiva, a campanha do "não" reverteu uma situação amplamente desfavorável. Segundo pesquisa Datafolha, em agosto, 80% dos entrevistados apoiavam a proibição. Na pesquisa divulgada às vésperas do referendo, o voto "não" já contava com 57%, estimativa superada pelo resultado final.

No dia 23 de outubro, a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil foi rejeitada por quase dois terços dos eleitores.

O "não" venceu em todos os Estados, com destaque para Rio Grande do Sul, Acre e Roraima, onde a opção recebeu cerca de 87% dos votos. O melhor desempenho do "sim" foi em Pernambuco e no Ceará, com pouco mais de 45% dos votos.

Em ano de muitas despedidas, a morte mais memorável (fora a do papa João Paulo 2º, é claro) foi a da norte-americana Terri Schiavo, justamente pela discussão sobre os limites da vida e o direito de morrer. A disputa judicial entre seus pais e seu marido foram acompanhadas globalmente. Veja a seguir, por ordem cronológica, as mortes que marcaram 2005 no Brasil e no mundo.

Bezerra da Silva

O sambista Bezerra da Silva ensinou ao Brasil que malandro é malandro e mané é mané. Maior ícone do 'sambandido' ao lado de figuras como Dircó e Moreira da Silva, Bezerra narrava a realidade dos morros e favelas do Rio em músicas como 'Pega Eu'. Foi redescoberto pelo público quando o Barão Vermelho regravou 'Malandragem Dá Um Tempo' e passou a ser citado como ídolo por muitos no pop-rock nacional, como O Rappa e Marcelo D2. No Rio de Janeiro, de falência múltipla dos órgãos, aos 77 anos.

Arthur Miller

Autor de peças como "A Morte do Caixeiro Viajante" e "As Bruxas de Salem", o dramaturgo norte-americano Arthur Miller foi um crítico da realidade de seu país e do 'sonho americano'. Miller, que chegou a ser condenado por se recusar a colaborar com a caça aos comunistas nos anos 50, também ficou conhecido pelo seu casamento de pouco mais de quatro anos com a atriz Marilyn Monroe. Em Roxbury, de falência cardíaca, aos 89 anos.

Dorothy Stang

A missionária norte-americana Dorothy Mae Stang ficou conhecida por sua luta pela distribuição de terras para trabalhadores rurais na região amazônica, dominada por fazendeiros e grileiros. A religiosa, uma das fundadoras da Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil, foi assassinada com nove tiros por Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, condenado a 27 anos de prisão pelo crime. A motivação e os reais mandantes do homicídio ainda não foram totalmente esclarecidos. Em Anapu, assassinada, aos 73 anos.

Cabrera Infante

O escritor cubano Guillermo Cabrera Infante obteve reconhecimento mundial ao publicar 'Três Tristes Tigres', considerado sua obra-prima. Sua notoriedade decorre ainda de sua intensa campanha contra o regime de Fidel Castro. Em Londres, de septicemia, aos 75 anos.

Hunter S. Thompson

Criador e expoente máximo do chamado 'jornalismo gonzo', que diminuiu a distância entre o autor e o sujeito da reportagem, o escritor norte-americano Hunter S. Thompson tem como sua obra mais conhecida 'Medo e Delírio em Las Vegas', que foi transformada em filme em 1998. Também ficou famoso por se infiltrar na lendária gangue de motoqueiros 'Hell's Angels' nos anos 60. Thompson escolheu um jeito 'gonzo' de acabar com sua vida -cometeu suicídio com uma arma de fogo. Em Woody Creek, por suicídio, aos 67 anos.

César Lattes

Um dos maiores cientistas da história brasileira, o físico César Lattes teve como ponto alto de sua carreira a comprovação da existência da partícula méson pi. Além disso, contribuiu para o avanço da ciência ao estabelecer laboratórios e participar da criação de órgãos de fomento de pesquisa, como o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em Campinas, de parada cardíaca, aos 80 anos.

Terri Schiavo

Até março deste ano, Theresa Marie Schiavo era apenas mais uma paciente em estado vegetativo. A pedido do seu marido, a Suprema Corte dos EUA determinou que os aparelhos que a mantinham viva fossem desligados. A família de Terri recorreu, sem sucesso. A disputa jurídica sobre a vida e a morte de Terri Schiavo despertou uma discussão global sobre a eutanásia. Terri morreu 13 dias após a retirada do tubo de alimentação. Em Pinellas Park, de inanição, aos 41 anos.

Rainier 3º

O príncipe Rainier 3º, regente de Mônaco, foi o homem que transformou um decadente principado em um dos principais endereços de luxo e ostentação da Europa. Lembrado também pelo casamento com Grace Kelly, a estrela de Hollywood que se tornou princesa, Rainier soube, nos 55 anos em que comandou Mônaco, atrair milionários de todo mundo para seus domínios, amparado principalmente pela isenção fiscal. Em Mônaco, de insuficiência cardíaca e renal, aos 81 anos.

Palhaço Arrelia

"Como vai, como vai, como vai? Muito bem, muito bem, bem, bem!" Esse refrão, familiar a boa parte dos brasileiros, tornou-se a marca registrada de Waldemar Seyssel, o Arrelia, um dos maiores palhaços da história circense do país. Arrelia foi o primeiro palhaço a ter um programa de TV, 'O Circo do Arrelia', que ficou no ar por mais de 20 anos -do início dos anos 50 até 1974. No Rio de Janeiro, de pneumonia, aos 99 anos.

Jean Charles de Menezes

Um dia depois dos atentados terroristas de Londres, a imprensa mundial noticiou que a Scotland Yard, a polícia britânica, havia matado na estação de metrô de Stockwell um possível suspeito de envolvimento com os ataques. No dia 23 de julho, a polícia inglesa confirmou que o homem assassinado era Jean Charles de Menezes, brasileiro que trabalhava legalmente como eletricitista e não tinha nenhuma relação com os ataques terroristas. A morte de Jean Charles teve repercussões mundiais. Em Londres, assassinado, aos 27 anos.

Miguel Arraes

O deputado federal Miguel Arraes foi um dos ícones da esquerda brasileira e seu maior expoente no Nordeste do país. Foi presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e por três vezes governou Pernambuco. Na primeira delas, foi deposto e preso pelo regime militar em 1964. Conseguiu um habeas-corpus e exilou-se na Argélia entre 1965 e 1979, quando voltou para o Recife beneficiado pela Lei da Anistia. Idolatrado no interior de seu Estado e considerado imbatível nas urnas, sofreu sua grande derrota política em 1998, quando foi vencido por seu ex-aliado Jarbas Vasconcelos na eleição para o governo de Pernambuco.

Simon Wiesenthal

Arquiteto por formação, Simon Wiesenthal tornou-se conhecido como "o caçador de nazistas". Judeu ucraniano, ele criou centros de pesquisa como o Centro de Documentação Judaica e o Centro Simon Wiesenthal, por meio dos quais buscava identificar criminosos de guerra nazistas para que fossem levados a julgamento. Entre as 'vítimas' de Wiesenthal está Franz Stangl, ex-comandante do campo de concentração de Treblinka. Em Viena, de causas naturais, aos 96 anos.

Apolônio de Carvalho

Fundador do PT, Apolônio de Carvalho esteve envolvido com a militância política muito antes de o partido nascer, em 1980. Chamado pelo escritor Jorge Amado de 'herói de três pátrias', Apolônio esteve na Intentona Comunista contra Getúlio Vargas em 1935, lutou na Guerra Civil Espanhola contra as forças de Franco e participou da resistência francesa contra os nazistas na Segunda Guerra. Criador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, sofreu com o regime militar, que o prendeu e torturou em 1970. Exilado na Argélia e na França, voltou ao Brasil em 1979, com a anistia política. No Rio de Janeiro, de insuficiência respiratória, aos 93 anos.

Ronald Golias

Conhecido por seu personagem Pacífico, o paulista Ronald Golias foi um dos maiores humoristas brasileiros. Começou sua trajetória no rádio, onde foi descoberto por Manoel da Nóbrega, criador do programa de TV 'Praça da Alegria'. Sua consagração veio nos anos 60 com 'Família Trapo', onde trabalhou com Jô Soares e Ricardo Côrte Real. Na década de 80 ganhou seu próprio programa, 'O Bronco'. Em São Paulo, insuficiência múltipla de órgãos, aos 76 anos.

Helena Meirelles

Reconhecida em 1993 como uma das melhores violonistas do mundo pela revista norte-americana 'Guitar Player', Helena Meirelles não chegou a receber tanta deferência no Brasil. Apesar de animar festas com sua viola desde os dez anos, Helena só gravou o primeiro de seus quatro álbuns em 1994. Ícone da música pantaneira, traduzida em músicas como 'De Boiadas e Boiadeiro', dizia-se uma mulher forte, que nunca aceitou o domínio dos pais ou de um homem. Em Campo Grande, de parada cardíaca, aos 81 anos.

Emilinha Borba

Emilinha Borba foi um ícone dos anos dourados do rádio e uma das cantoras mais populares da música brasileira. Rival de Marlene na disputa do título de 'rainha do rádio', perdeu a eleição e ficou conhecida como a 'favorita da Marinha', por ter muitos admiradores entre os marinheiros. Mais famosa como intérprete de marchas carnavalescas, como 'Se Queres Saber', também gravou sambas, boleros e baiões e participou de filmes da Atlântica. No Rio de Janeiro, de infarto, aos 82 anos.

Rosa Parks

Ao não ceder seu lugar em um ônibus para um passageiro branco na cidade de Montgomery, no Alabama (EUA), a costureira negra Rosa Parks foi presa e multada, mas provocou uma reação na comunidade negra norte-americana, liderada por Martin Luther King, e garantiu seu lugar como a 'mãe do movimento pelos direitos civis'. Parks dizia que não sabia muito bem por que havia resistido a ceder seu lugar no ônibus, mas achava que era pelo desejo de ser tratada como um outro passageiro qualquer. Em 1999, recebeu do então presidente Bill Clinton a Medalha de Ouro do Congresso, a maior condecoração a um civil norte-americano. Em Detroit, de causas naturais, aos 92 anos.

Em um momento em que as religiões ocidentais enfrentam a debandada de fiéis, a Igreja Católica viu milhões comoverem-se com a agonia e morte de João Paulo 2º, um dos papas mais populares e midiáticos da história. Conservador e pacifista, Karol Wojtyla conduziu o Vaticano por 26 anos, e deixou como sucessor Joseph Ratzinger, o discreto Bento 16.

Pela terceira vez no dia, saía fumaça da chaminé da capela Sistina em 19 de abril. Os milhares de fiéis que lotavam a Praça São Pedro, no Vaticano, aplaudiram, apesar da dúvida sobre a cor da fumaça --a branca sinalizaria que um novo papa fora escolhido, enquanto a preta significaria que o conclave não chegara a uma conclusão.

Alguns minutos depois, veio a confirmação: os sinos da basílica de São Pedro dobraram e, por volta das 13h40, o protodiácono anunciou "Habemus Papam" (temos papa). O alemão Joseph Ratzinger, então, fez sua primeira aparição, numa janela do Vaticano, como o novo papa Bento 16 ([veja fotos](#)), aclamado pelos católicos que o aguardavam na praça.

A escolha de Bento 16 encerrou um período de comoção entre os católicos que havia começado com os momentos finais da vida de João Paulo 2º, morto no dia 2 de abril. Na noite de 31 de março, o papa polonês, de 84 anos, teve febre alta e pressão baixa. O pontífice vinha se alimentando por uma sonda nasal e sofria de artrite e mal de Parkinson. A saúde de João Paulo 2º piorou rapidamente a partir do início de 2005 -- ele chegou a enfrentar duas cirurgias em dois meses. Quando o Vaticano anunciou que o papa estava se alimentando por meio de um tubo nasal para ajudá-lo a recuperar-se de uma cirurgia na garganta, ele havia tentado falar em público, mas não conseguiu.

Karol Wojtyla fora sumo pontífice nos últimos 26 anos. Conservador, seu papado foi marcado pelo combate ao comunismo e pela atuação política. O pontífice viajou para 129 países, incluindo Cuba, e criticou abertamente a Guerra do Golfo, a Guerra do Iraque e buscou diálogo com os judeus --foi o primeiro pontífice da história a entrar em uma sinagoga e a ter estabelecido relações diplomáticas com o Estado de Israel.

Além da atuação política, Wojtyla também se destacou pela história de vida recheada de momentos dramáticos ([assista a um vídeo com a biografia de Karol](#)). Órfão de mãe desde os nove anos de idade, Wojtyla perdeu ainda jovem também o irmão e o pai.

Sozinho, o jovem polonês passa a se dedicar aos estudos -- na universidade, estudou teatro. Com a ascensão dos nazistas na década de 1940, as universidades polonesas foram fechadas e Wojtyla passou a freqüentar um seminário clandestino. É ordenado padre com 26 anos de idade --idade

considerada avançada para a vocação sacerdotal--, mas não abandona mais a sacristia. Foi arcebispo na Polônia e, em 1978, é escolhido papa.

Apenas três anos depois de ser nomeado chefe da Igreja, João Paulo 2º sofre uma tentativa de assassinato em Roma. Mehmet Ali Agca, um ativista turco de extrema direita, disparou várias vezes quando o veículo do papa passava pela Praça São Pedro. Wojtyla sobrevive, mas sua saúde começa a se deteriorar após o atentado ([veja infográfico](#)).

A saúde frágil parecia apenas aumentar a devoção dos fiéis.

No período em que esteve doente, João Paulo 2º levou milhares de fiéis a fazer vigílias ([veja fotos](#)) constantes na Praça São Pedro. Mas, em 02 de abril, Wojtyla finalmente morreu. A sua morte provocou comoção mundial e os funerais do papa levaram dezenas de chefes de Estado ao Vaticano ([veja fotos](#)), além de fiéis de várias nacionalidades.

No dia 18 de abril, menos de três semanas após a morte de Wojtyla, o Vaticano deu início, então, ao processo de escolha de um novo papa ([entenda como funciona a eleição de um novo papa](#)). 115 cardeais se reuniram em um conclave que durou apenas dois dias e, por três vezes, terminaram as reuniões sem uma escolha definitiva. Nesse período, os católicos especularam sobre quem poderia ser o novo líder da Igreja Católica --o brasileiro D. Cláudio Hummes chegou a ser apontado como um dos favoritos para o posto.

Bento 16

No dia 19 de abril, o conclave chegou ao fim com a escolha do alemão Joseph Ratzinger, considerado o braço-direito de Karol Józef Wojtyla. Líder da Congregação para a Doutrina da Fé durante a maior parte do pontificado de João Paulo 2º, Ratzinger era considerado um dos favoritos para a sucessão papal. Ortodoxo, conta com o apoio das alas mais conservadoras da igreja.

A inauguração oficial do pontificado, no entanto, ocorreu apenas em 24 de abril. Na missa solene, o papa recebeu o pálio e o anel do pescador (São Pedro, o primeiro papa, era um pescador) e afirmou que durante o seu papado não pretende fazer suas vontades nem seguir suas próprias idéias. "Meu programa de governo é não fazer minha vontade e não seguir minhas próprias idéias, mas ouvir a palavra e a vontade do Senhor e ser conduzido por Ele", disse o papa em uma longa e aplaudida homilia.

Papa discreto

O pontificado de Bento 16, que completa oito meses agora em dezembro, tem sido discreto -- a única decisão mais polêmica, que reforça sua fama de ortodoxo, foi a proibição do sacerdócio para padres homossexuais. Bento 16 admite o estilo discreto e afirmou que sua "missão pessoal não é lançar muitos documentos novos". Em lugar disso, afirmou, quer assegurar que muitas das obras de João Paulo 2º sejam "assimiladas".

O papa também anunciou sua vinda ao Brasil em 2007 e até recebeu o ex-jogador Pelé na Alemanha.

No dia 1º de dezembro, Dia Internacional de Combate à Aids, Bento 16 não surpreendeu e repetiu o discurso de seu antecessor, enfatizando que a abstinência e a castidade são a melhor maneira para os católicos se prevenirem da doença. Na mesma semana, o Vaticano havia vetado show em Roma da cantora Daniela Mercury --a brasileira participou de uma campanha recomendando o uso da camisinha.

Enquanto isso, o processo de beatificação de João Paulo 2º , aberto em maio, corre no Vaticano e pode ser concluído em março de 2006.

A economia foi em 2005 uma tábua de salvação para o governo Lula. Abalada pelas denúncias do "mensalão" (suposto esquema do governo para compra de apoio de deputados), a administração petista teve uma inestimável ajuda dos números: as exportações bateram recordes, o real valorizou-se, a inflação ficou sob controle e o governo conseguiu captar dinheiro no exterior, com emissão de títulos.

O mercado não se assustou com a crise política, salvo em poucos momentos, e deu fôlego ao projeto de reeleição de Lula em 2006, apesar das dificuldades que deve enfrentar por causa dos juros e do reduzido crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que reflete as riquezas produzidas no país no ano.

Os dados mostram que a imagem do Brasil diante do mundo teve melhora. O risco-país atingiu o menor nível da história, alcançando 304 pontos (o recorde anterior era 337, em 1997) no dia 27 de dezembro. Quanto menor o índice, maior a disposição dos investidores em aplicar no país.

O governo Lula não criou os milhões de empregos prometidos, mas os resultados nessa área delicada mostraram melhora. O número de desempregados em outubro caiu 7,3% em relação ao mesmo mês de 2004, conforme dados do IBGE.

Também segundo o instituto, o emprego industrial teve, no acumulado do ano, até setembro, alta de 1,7%. O total de horas pagas na indústria também subiu, registrando expansão de 1,2% no mesmo período.

No maior Estado do país, São Paulo, a indústria local mostrou, igualmente, variação positiva, nas contas da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Até outubro, a indústria havia acumulado expansão de 4,92% no número de vagas, com a geração de 101.900 postos.

O número de vagas com carteira assinada aumentou. Pelas informações do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, o emprego com carteira assinada cresceu 5,7% de janeiro a setembro, com a geração de 1,409 milhão de postos no período.

Quanto ao salário dos trabalhadores, o desempenho não foi tão bom no ano. Houve precarização do mercado de trabalho: foram fechadas vagas que pagavam mais e abertas outras que remuneram menos. Isso fez a renda real cair 1,4% em outubro. A renda média em São Paulo diminuiu 31% entre 1995 e 2005.

Ainda no campo da renda, houve, no entanto, uma boa notícia, referente a 2004, mas divulgada no fim de 2005. A miséria atingiu o menor patamar desde 1992, segundo pesquisa da FGV (Fundação Getúlio Vargas). A proporção de pessoas abaixo da linha de miséria (renda inferior a R\$ 115 por mês) passou de 27,26% em 2003 para 25,08% em 2004.

Por outro lado, a inflação, outro indicador que afeta a renda da população, não saiu do controle. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) contabilizou, de janeiro a novembro, alta de 5,31%. A variação foi inferior à verificada em igual intervalo de 2004, quando a elevação do índice foi de 6,68%.

O objetivo do governo para a inflação no ano é 5,1%, mas o centro oficial da meta é 4,5%. Há uma margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais, por isso o índice anual pode chegar a 7% para manter-se na meta.

Além de não se desvalorizar internamente, o dinheiro brasileiro ganhou força internacionalmente. O real foi a moeda que mais se fortaleceu no mundo. Em 12 meses, entre novembro de 2004 e novembro de 2005, a moeda do país subiu 33% em relação ao dólar.

Os consumidores aprovaram, porque ficou mais barato comprar produtos importados e viajar. Mas especialistas e exportadores reclamaram das perdas que a situação pode representar.

Real mais valorizado significa que os produtos nacionais vendidos no exterior ficam mais caros, o que ocasiona perda de mercado. O setor agrícola teme o mesmo efeito para o próximo ano.

O Banco Central fez operações para diminuir a quantidade de dólares disponível no mercado, mas não conseguiu reduzir significativamente a valorização do real.

No mercado acionário, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve um ano histórico, batendo o recorde de pontos.

Mesmo com o real valorizado, as exportações do país não diminuíram, tiveram um ano excelente e quebraram o recorde. Ainda em outubro, a balança comercial (diferença entre exportações e importações) teve um saldo positivo superior ao do ano anterior inteiro, que já havia sido recorde.

Em novembro, o saldo da balança ultrapassou os US\$ 40 bilhões, numa alta de 34% em relação aos US\$ 30,155 bilhões registrados em igual período de 2004.

A agricultura também conseguiu bons números na exportação, batendo recorde, com vendas de US\$ 36,2 bilhões até outubro.

Ainda no comércio exterior, o país teve a comemorar as sucessivas vitórias na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ganhou a causa contra os subsídios ao açúcar na Europa e ao algodão nos Estados Unidos. O Brasil também conquistou terreno na questão das tarifas sobre o frango e a banana exportados para a Europa.

Fora os lances bem-sucedidos, o país travou, junto com outras nações em desenvolvimento, uma disputa acirrada pela redução de subsídios agrícolas dos EUA e da Europa. Esses subsídios, pagos pelo governo aos agricultores, fazem seus produtos serem mais baratos do que custariam sem essa ajuda. A polêmica já se arrasta há tempos e é complexa.

Nas diversas reuniões feitas sobre o assunto, não se atingiu o consenso. Autoridades européias chegaram a ficar irritadas, acusando e ameaçando o Brasil.

Em razão da pressão, a União Européia acabou anunciando uma reforma da política de produção e subsídios do açúcar.

Além das vantagens econômicas, a presença forte do Brasil na OMC deu visibilidade e ajudou o país a destacar-se politicamente.

Porém, nem tudo foi sucesso no setor agropecuário durante o ano. A febre aftosa, detectada em outubro, ameaça afetar o status de maior exportador de carne do país. Dezenas de países embargaram a compra do produto.

Internamente, até a inflação foi afetada pela doença. A carne subiu e pesou no custo de vida em São Paulo, segundo levantamento da Fipe. E tudo pode ter acontecido por falha no sistema de imunização contra a aftosa, conforme avaliação de especialistas.

Por causa do surto, as perdas estimadas pelo governo chegam a US\$ 500 milhões para exportações de carne só em 2005. Só que até nisso o Brasil deu sorte, pelo menos até outubro. Apesar do surto de aftosa, as vendas externas de carne bovina estavam a caminho de estabelecer um novo recorde com vendas de US\$ 3 bilhões em 2005.

A outra face da moeda

O ano de 2005, entretanto, não foi só tranquilidade para a economia. A política econômica ortodoxa de juros altos e corte de investimentos do ministro Antonio Palocci (Fazenda) sofreu críticas de empresários, políticos da oposição e até colegas de ministério.

Além dos aspectos estritamente econômicos, Palocci teve de encarar distúrbios políticos, na onda do "mensalão". Em duas ocasiões, o ministro chegou a ser envolvido nos escândalos, mas teve habilidade para falar com o mercado e convencer os agentes econômicos de que não tinha nada a ver com corrupção.

Num primeiro momento, um ex-assessor o envolveu num suposto esquema de corrupção em Ribeirão Preto (SP), onde Palocci foi prefeito.

Em agosto, o advogado e ex-assessor de Palocci Rogério Tadeu Buratti depôs no Ministério Público de São Paulo e disse que o então prefeito recebia R\$ 50 mil por mês da empresa Leão Leão, responsável pela coleta de lixo na cidade. A denúncia caiu como uma bomba e agitou o mercado, com dólar subindo e Bolsa caindo.

O ministro agiu rapidamente e convocou uma entrevista coletiva para negar qualquer participação em corrupção. Suas informações convenceram o mercado, e os indicadores retomaram um caminho positivo. Até a oposição ficou a favor depois das explicações.

Mas a trégua durou pouco. Três meses depois, em novembro, as acusações voltaram a rondar o ministro, que foi convidado a depor na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. De novo, negou qualquer irregularidade em sua administração como prefeito. De novo, convenceu o mercado e deixou os indicadores, como a Bovespa, em situação confortável.

Apesar do êxito nessa área, Palocci continuou na berlinda. Foi protagonista de uma discussão pública com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), que criticou a política econômica, pedindo mais verba para a área social. Dilma disse num jantar que Palocci não tem "criatividade e abertura" para experimentar outras alternativas à economia. Palocci respondeu e disse que sua colega estava "errada".

O ponto da discórdia entre os ministros foi o superávit primário -a economia de receitas realizada pelo governo para o pagamento de juros da dívida. Essa economia bateu recordes no ano e, embora ajude o país a diminuir o endividamento, tem um lado ruim. O governo consegue o superávit aumentando impostos ou deixando de gastar, por exemplo, em investimentos em obras e serviços.

Palocci defende o superávit porque isso demonstraria ao mercado seriedade e compromisso do governo com as contas públicas. O problema é que foi alvo de críticas entre os próprios colegas e até de seu chefe, o presidente Lula. Preocupado com os efeitos dos cortes de investimentos na eleição de 2006, o presidente não quer fazer mais economia do que já foi feito.

Além disso, mesmo com tanto sacrifício, o resultado tem sido pequeno. A dívida do governo federal em títulos públicos subiu R\$ 127 bilhões até outubro, em relação ao mesmo período de 2004.

Os juros básicos da economia (taxa Selic) também foram fonte de muito desgaste para Palocci. Empresários, oposição e aliados criticam as taxas, por considerar que elas sufocam a atividade econômica.

Quando os juros são altos, o crédito também fica caro. Empréstimos bancários, cheque especial, crediário e taxas de cartão de crédito sobem nessa circunstância. Assim, o consumidor compra menos do comércio, que reduz as encomendas à indústria. A ociosidade nas fábricas acaba causando demissões e menos consumo ainda.

Durante o ano, mesmo com a inflação mostrando controle, o BC realizou sucessivas altas na Selic. A redução, muito gradual, com meio ponto por mês, aconteceu só no segundo semestre.

O problema é que a taxa subiu tanto, que os cortes posteriores não apresentaram muitos resultados. Em janeiro de 2005, a taxa era de 18,25% ao ano. Foi subindo até o pico de maio (19,75%), ficou estável até agosto e começou a cair em setembro. Mas a queda foi tão suave, que, em novembro, ainda era mais alta do que em janeiro: 18,5%.

Como reflexo, os juros do cheque especial, por exemplo, recuaram um pouco, mas continuaram em patamares altos.

O Brasil ganhou uma liderança pouco honrosa: a de país com a maior taxa de juros reais do mundo.

O ritmo da redução dos juros desagrada ao comércio e à indústria, que não param de pedir mudança na política econômica cada vez que a taxa do mês é anunciada.

Os empresários têm os números a seu favor para comprovar os efeitos recessivos do custo do dinheiro. A produção industrial no país no terceiro trimestre caiu 0,7%. Esse foi o pior resultado desde o segundo trimestre de 2003 (-0,9%).

As reclamações contra a política monetária não vêm só de fora, mas também de dentro do governo. Além de Dilma, Palocci teve de ouvir, em várias ocasiões, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, disparar publicamente contra a taxa de juros, dizendo que ela impede o crescimento do país.

A política econômica do governo também é criticada pelos opositores por, segundo eles, favorecer o setor financeiro. A julgar pelos lucros dos bancos, a oposição vai ter munção para dizer que a administração petista foi amiga dos banqueiros.

O lucro do Bradesco dobrou no ano, até setembro, com R\$ 4,051 bilhões. O Itaú, com ganhos recordes, vem logo a seguir, com R\$ 3,827 bilhões no mesmo período. O Unibanco também quebrou seu recorde, ao lucrar R\$ 1,329 bilhão até setembro.

Com o freio de mão puxado pelos juros, o espetáculo do crescimento para o resto da economia não aconteceu, e o PIB se enfraqueceu, caindo 1,2% no terceiro trimestre do ano. O indicador, que mede as riquezas produzidas por um país, está baixo e é motivo de críticas generalizadas. A pequena expansão econômica no governo Lula deve ser a maior arma da oposição em 2006.

No ano de 2005, os radicais muçulmanos responderam com violência à campanha antiterror norte-americana. Seja por atentados isolados, cometidos por militantes teoricamente sem

vínculos com grandes organizações terroristas, seja por ataques orquestrados pelas redes como a Al Qaeda, os muçulmanos tentaram reagir à pressão exercida pelos Estados Unidos.

O recrudescimento da violência por parte dos árabes, entretanto, pode ser entendida como um revide à brutalidade norte-americana no Iraque e no Afeganistão. Em 2005, as forças de Bush foram criticadas como nunca. O principal motivo é a revelação do uso da tortura de prisioneiros em instalações militares, como a base de Guantánamo, em Cuba.

Sem pistas de Bin Laden e sofrendo com a ação de rebeldes no Iraque, os EUA estariam recorrendo à tortura de prisioneiros para obter informações que os levassem à captura de líderes terroristas. Neste ano, multiplicaram-se os relatos de que os maus-tratos a que foram submetidos os prisioneiros de Abu Ghraib seriam a regra e não a exceção nas instalações mantidas pelos americanos.

Em maio, o jornal The New York Times revelou que os militares americanos torturaram até a morte prisioneiros de guerra no Afeganistão. Segundo o jornal, a tortura é prática recorrente de soldados jovens e mal treinados, freqüentemente envolvidos em ocorrências de abuso repetido. Em vários casos, a violência foi dirigida ou executada por interrogadores para extrair informações, segundo testemunhos obtidos pelo jornal. Em outros casos, a violência foi punição dos guardas. Algumas vezes, segundo o NYT, o tormento era gerado por pura crueldade ou falta do que fazer, ou ambos.

A CIA também foi acusada de enviar prisioneiros em seu poder para instalações secretas na Síria e no Egito, onde seriam torturados até a morte.

Nos EUA, o tema gerou debate nacional com o projeto de lei do senador republicano John McCain - ele próprio um ex-prisioneiro de guerra torturado no cárcere no Vietnã- que proíbe a tortura de prisioneiros sob responsabilidade dos EUA. O presidente George W. Bush mantém firme oposição à proibição da tortura. Essa posição, de acordo com especialistas, indica que os EUA de fato torturam prisioneiros para obter informações.

A suspeita da prática de tortura talvez explique a escalada da violência de militantes islâmicos, que realizaram em julho de 2005 o atentado mais audacioso desde o ataque aos trens de Madri, em março de 2004.

Londres

No dia 7 de julho, aconteceu o maior ataque terrorista do ano. Era uma manhã quente em Londres, que vivia plena euforia após ter sido escolhida cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2012, superando a favorita e arqui-rival Paris. Por volta das 8h, explosões paralisaram o serviço metroviário da cidade. Tumulto, correria, gritos, pânico.

Bombas atingiram três trens de metrô e um ônibus. O ataque matou pelo menos 52 e feriu cerca de 700 pessoas na hora. A carnificina coordenada ocorreu bem na hora do rush, deixando a capital britânica atônita e ensangüentada.

A polícia identificou posteriormente quatro jovens britânicos de origem paquistanesa como autores do atentado. Nenhum deles possuía vínculos com organizações terroristas, de acordo com as investigações.

Apenas duas semanas depois, no dia 21, uma tentativa de ataque quase aumentou o número de vítimas do terror em solo britânico. A polícia evacuou estações e linhas após três pequenas explosões no sistema de metrô da cidade. Houve pânico entre os passageiros, mas sem vítimas fatais desta vez.

Ainda em julho, foi a vez de o Egito sofrer com o terror. No dia 23, um atentado no balneário de Sharm El-Sheik matou 64 pessoas, a maioria composta por funcionários egípcios dos hotéis e restaurantes do lugar, um apinhado resort na península do Sinai, muito procurado por turistas ocidentais. Três suicidas foram responsáveis pelo ataque.

Caso Jean Charles, a vítima brasileira do terror

Uma das conseqüências do ataque a Londres foi o embrutecimento de uma polícia acostumada a vigiar desarmada a capital do Reino Unido. E Jean Charles de Menezes, um brasileiro que migrou para a Inglaterra em busca de trabalho, foi a vítima mais emblemática deste embrutecimento.

Jean, eletricista de 27 anos, foi morto por oficiais da Scotland Yard quando tentava embarcar em uma estação de metrô de Londres em 22 de julho, um dia depois da tentativa de um segundo ataque à capital britânica. Sua vida foi ceifada por cinco tiros certos em sua cabeça.

Em princípio, as autoridades londrinas alegaram que o brasileiro comportara-se de maneira suspeita. A polícia informou que Jean vestia um espesso agasalho escuro, que poderia ocultar uma bomba, apesar do abafado verão londrino. As autoridades também disseram que o eletricista reagiu agressivamente e correu ao ser chamado. Após pular a catraca, de acordo com a polícia, Jean teria colocado a mão no bolso. Temendo que detonasse alguma bomba, a polícia o alvejou.

Mas a própria Scotland Yard veio a admitir posteriormente que não foi bem assim que tudo aconteceu.

Ainda à caça dos autores do atentado de 7 de julho, a polícia chegou ao número 201 da Scotia Road, no sul de Londres, onde Jean Charles morava. A Scotland Yard suspeitava que, no prédio de Jean, também morava Osman Hussein, um terrorista detido na Itália envolvido com a tentativa de atentado do dia 21.

No dia em que Jean morreu, às 6h04, vários policiais à paisana chegaram ao edifício para vigiar o terrorista. Um dos agentes era encarregado de filmar todos os moradores com uma minicâmera. O objetivo era identificar Hussein. Às 9h33, Jean saiu do edifício. As autoridades britânicas informaram que o policial encarregado de filmar os rostos dos suspeitos estava urinando neste momento, de modo que não pôde informar se o homem que saiu do prédio era ou não suposto terrorista.

Ao sair do edifício, Jean Charles tomou um ônibus. Os policiais londrinos disseram que um outro esquadrão passou a vigiá-lo -ainda sem saber se se tratava ou não do terrorista. Às 10h02, Jean desceu do ônibus e foi à estação de metrô, a essa altura vigiado por vários policiais. Nesse momento, dos escritórios da Scotland Yard, partiu a ordem de impedir o suspeito de entrar nas instalações do metrô. Jean Charles correu para pegar o metrô quando chegou à plataforma, onde levou os cinco tiros na cabeça.

O jornal espanhol El País localizou uma testemunha que viajava no vagão em frente ao qual Jean foi morto. Mark Whitby, um fiscal sanitário de 47 anos, disse o seguinte ao jornal: "Ele correu para o trem perseguido por três agentes secretos. Um deles tinha uma pistola preta. Quando [Menezes] entrou, vi seu rosto. Ele olhou para a esquerda e a direita, mas parecia um coelho encurralado. Estava absolutamente aterrorizado".

Quase um mês depois, a polícia londrina admitiu o erro. Reconheceu que o brasileiro não se comportou de maneira suspeita. Jean não trajava nada que permitisse supor que ele carregaria alguma bomba. Nem reagiu agressivamente ao ser abordado pelos policiais. O governo britânico pagou o transporte do corpo de Jean Charles para o Brasil, onde ele foi enterrado. Os britânicos também ofereceram uma indenização de US\$ 27 mil à família do brasileiro.

O caso repercutiu no mundo inteiro e desmoralizou o chefe da Scotland Yard, Ian Blair, e deu a exata medida do descontrole britânico após o ataque de sete de julho.

Iraque

A ocupação americana do país em 2005 mostrou que Bush não poderia ter sido mais infeliz ao afirmar, ainda em 2004, que a missão americana estava "cumprida", após os militares do país terem concluído a ocupação integral do território iraquiano.

Neste ano, o Iraque foi sacudido por atentados quase semanais, e as forças americanas foram apossadas por insurgentes violentos e densamente infiltrados na sociedade iraquiana. Além disso, o processo político patrocinado pelos EUA sofreu o boicote dos sunitas, um dos principais segmentos da sociedade iraquiana (que se viu fora do poder após o fim do governo de Saddam).

Os iraquianos elegeram um congresso nacional constituinte em janeiro, dominado por xiitas e representantes de lideranças religiosas. A constituição foi promulgada após plebiscito em agosto, não sem muitos conflitos entre xiitas e sunitas, que, após as eleições, quiseram participar da elaboração do documento, embora tenham boicotado o pleito legislativo.

O seqüestro de uma jornalista italiana no Iraque também causou profundo embaraço para os americanos. Após ser mantida refém, Giuliana Sgrena foi liberada por seqüestradores em 4 de março. O carro que conduzia a jornalista ao aeroporto foi alvejado por soldados americanos, que julgaram que o veículo estaria sendo usado para um ataque terrorista. Os tiros causaram a morte do agente Nicola Calipari, do serviço secreto italiano. A morte esfriou as relações entre EUA e Itália. O primeiro-ministro Silvio Berlusconi, até então um dos mais fiéis aliados de Bush, cedeu à forte pressão contra a guerra em seu país e determinou, após o episódio, a retirada das tropas italianas do Iraque.

Curiosamente, o evento mais mortífero do Iraque não foi um atentado. Foi o tumulto causado em um evento religioso pela suspeita de que o local, completamente apinhado, seria palco de um ataque. Em 31 de agosto, peregrinos xiitas atravessavam uma ponte sobre o rio Tigre, na área norte de Bagdá, para chegar a um templo. Subitamente, toma corpo o rumor de que um homem-bomba preparava ataque iminente. O pânico tomou conta de uma população calejada pela violência, e o tumulto resultante mata cerca de 950 pessoas. Nenhum ataque americano ou atentado rebelde matou tantas pessoas de uma vez. Elas morreram pisoteadas e afogadas, após tentarem correr, umas sobre as outras, ou pularem sobre o rio para escapar do atentado de um homem-bomba que, no final das contas, não aconteceu.

A insurgência no Iraque contribuiu para que o número de mortes americanas chegasse a 2 mil. Cansados de receber os cadáveres de jovens soldados, a maioria dos americanos deixou de apoiar o conflito. Ganhou impulso nos EUA a discussão sobre quando seria o momento de as forças americanas voltarem para casa. Houve quem defendesse que as tropas deveriam abandonar o Iraque imediatamente. Tal posição foi defendida em novembro pelo deputado democrata John Murtha, veterano do Vietnã. O presidente Bush segue insistindo na necessidade do conflito e recusa-se a estabelecer um prazo para a saída dos americanos.

Bush em baixa

O Iraque é apontado como o principal motivo da queda da popularidade do presidente George W. Bush nos EUA. Quanto mais o tempo passa, mais aumentam as suspeitas de que o governo sabia que Saddam Hussein não tinha armas de destruição em massa. A alegação de que o Iraque possuía -e de que tinha vínculos com Osama bin Laden- foi usada para justificar a invasão do país em 2003.

No front interno, o presidente também enfrentou problemas. Em primeiro lugar, o aumento do preço da gasolina. Pressionado pela instabilidade no Iraque, pelo aumento do consumo mundial (notadamente, da China), o preço do petróleo subiu muito em 2005, com o barril chegando à marca de US\$ 70. O preço do combustível foi em grande parte associado aos distúrbios que os EUA mostram não serem capazes de conter no Iraque.

Em segundo lugar, foi duramente criticada a reação de Bush à catástrofe provocada pelo furacão Katrina nos Estados da Louisiana, Mississippi e Alabama. O furacão arrasou a histórica cidade de Nova Orleans e provocou a morte de aproximadamente 400 pessoas, sem contar os milhares de desabrigados que foram deslocados para diversas regiões do país, numa verdadeira diáspora. O presidente foi acusado de negligenciar o atendimento às vítimas da tragédia, compostas majoritariamente por negros pobres.

O furacão Katrina escancarou para o mundo a divisão racial e social dos EUA e mostrou uma certa insensibilidade do país para com seus excluídos, segundo os críticos de Bush. Os alertas de que o furacão seria devastador foram ignorados pelas pessoas que não tinham meios para se deslocar para áreas mais seguras. O presidente também foi acusado de lotear politicamente a agência responsável pelo socorro em situações como essa, a Fema (sigla em inglês para Agência Federal para Administração de Emergências), cujo diretor não tinha experiência no ramo e supostamente havia ganhado o cargo por ter colaborado com a campanha de Bush.

Como se não bastassem o Iraque e o Katrina, Bush sofreu com os escândalos que atingiram seu partido. Os líderes republicanos na Câmara, Tom DeLay, e no Senado, Bill Frist, foram tragados por acusações de corrupção, as quais respingaram no partido como um todo. Em novembro, um deputado republicano, Randy Cunningham, admitiu que recebia propinas.

Ainda no front político, o presidente norte-americano teve problemas com seus indicados à Suprema Corte. Com a morte do juiz William Renquist e a aposentadoria da juíza Sandra O'Connor, o presidente deveria apontar dois novos magistrados. Bush substituiu Renquist com o conservador moderado John Roberts, que passou a ocupar a presidência do tribunal máximo dos EUA. Já para substituir O'Connor, Bush indicou a conservadora Harriet Miers, que renunciou à indicação após ser criticada pelos próprios conservadores, desapontados com seu histórico de tolerância com o aborto. Bush então indicou o linha-dura Samuel Alito, cuja escolha promete aquecer a guerra cultural americana.

Ainda nos EUA, a oposição democrata amargou em 2005 a derrota na eleição para a prefeitura de Nova York, onde o atual prefeito, o bilionário republicano Michael Bloomberg, foi reeleito. Entretanto, os democratas obtiveram vitórias notáveis nas eleições para os governos dos Estados de Nova Jersey e Virginia. O partido tem a expectativa de recuperar o domínio do congresso americano nas eleições legislativas de 2006 devido à queda de popularidade de Bush e aos escândalos envolvendo políticos republicanos. Os democratas também consolidaram em 2005 nomes para a disputa presidencial de 2008, como a senadora e ex-primeira-dama Hillary Clinton, muito popular entre a esquerda americana e em seu Estado (Nova York) e o governador da Virginia, Mark Warner, que conseguiu eleger o sucessor em seu Estado, um tradicional bastião republicano.

Gaza

Ao contrário da campanha americana contra o terror, o conflito entre israelenses e palestinos deu firmes passos no caminho da paz em 2005. O fato mais significativo foi a devolução da Faixa de Gaza ao controle palestino em agosto, após a desocupação das colônias israelenses do local. Esta desocupação, é bem verdade, não ocorreu sem uma forte resistência dos colonos judeus, que enfrentaram as forças israelenses durante vários dias, após o fim do prazo para que evacuassem o local.

Antes disso, porém, é preciso destacar a reaproximação política entre a Autoridade Palestina, do presidente Mahmoud Abbas, e Israel, do premiê Ariel Sharon. Abbas foi eleito presidente em janeiro, para suceder o mítico líder palestino Yasser Arafat, morto em novembro de 2004. Apesar de pertencer à mesma agremiação política de Arafat, a Fatah, Abbas repudiou vigorosamente o terrorismo palestino contra os israelenses, com o qual Arafat sempre foi leniente, e obteve a confiança de Israel.

Por sua vez, Sharon patrocinou uma política de concessões efetivas aos palestinos com a desocupação dos assentamentos judeus na Faixa de Gaza. O premiê israelense contrariou os conservadores de seu país e entrou em rota de colisão com os integrantes de seu próprio partido, o Likud, maior força da direita de Israel. No final do ano, Sharon abandonou o Likud e fundou um novo partido, ainda provisoriamente chamado de Responsabilidade.

Por outro lado, os israelenses reforçaram suas posições na Cisjordânia, outro território reivindicado pelos palestinos para a instalação definitiva de seu Estado. Israel desapropriou terras na Cisjordânia para estender a barreira em torno do maior assentamento judeu, Maale Adumim, e ligá-lo a Jerusalém, o que na prática dividiu o território dos palestinos, que já enfrentam o desafio de construir um Estado sem continuidade geográfica.

França

A revolta do Islã em 2005 não se restringiu à insurgência iraquiana ou ao ataque ao metrô de Londres. A morte de dois jovens franceses de origem argelina na cidade de Clichy-sous-Bois, na periferia de Paris, desencadeou uma inédita onda de protestos por toda a França.

Os adolescentes tentavam escapar de uma batida da polícia francesa, acusada de ser violenta com os imigrantes e seus descendentes. Os jovens tentaram se esconder em uma central de eletricidade e acabaram sendo eletrocutados, no dia 28 de outubro. Imediatamente, a morte dos jovens foi associada à violência policial e ao preconceito de que imigrantes e seus descendentes são vítimas na França. Durante praticamente todas as noites do mês de novembro, carros foram incendiados por jovens de origem árabe nas periferias das grandes cidades da França, em protesto contra a discriminação.

Negros e africanos de pele clara (estes oriundos principalmente da Argélia, ex-colônia francesa) sempre afirmam ter dificuldade para encontrar trabalho e ter acesso a serviços públicos como saúde, educação e habitação. Antes do que ficou conhecido como a "revolta dos subúrbios", a França deu mostra da situação de suas minorias com os incêndios de prédios degradados em Paris, habitados por imigrantes africanos, em setembro. Segundo o jornal Le Monde, os edifícios não apresentavam condições de segurança. Os incêndios de setembro causaram a morte de aproximadamente 40 pessoas, crianças em sua maioria.

A "revolta dos subúrbios" casou grande prejuízo material, mas não provocou um número elevado de vítimas fatais. Ainda segundo o Le Monde, quatro pessoas morreram durante os protestos, incluindo os dois adolescentes eletrocutados. A revolta foi pródiga em demonstrar a maneira como a elite política francesa vê a questão da imigração. O ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, provável candidato à presidência do país em 2007, chegou a chamar de "escória" os moradores das periferias. Como resultado, seu prestígio entre o público francês aumentou, de acordo com pesquisas de opinião. Mais moderado, o presidente Jacques Chirac afirmou que todos os jovens que protestavam são também "filhos da República".

A despedida de Schröder

Ainda na Europa, o ano de 2005 marcou a despedida do poder do chanceler alemão Gerhard Schröder. Após seu partido, o Social-Democrata (SPD, na sigla em alemão), ser derrotado em uma eleição regional, no Estado da Renânia do Norte-Westfália em junho, o chanceler antecipou as

eleições legislativas, que inicialmente só aconteceriam em 2006. Segundo especialistas, esse foi um grande erro tático do chanceler, pois, devido a impopulares reformas econômicas, sua gestão amargava baixos índices de popularidade. As eleições foram marcadas para setembro. Schröder lançou-se em uma campanha por muitos considerada impossível.

Do outro lado, estava a líder da conservadora União Demócrata-Cristã (CDU), Angela Merkel, bem à frente do chanceler nas pesquisas. A maioria dos analistas já dava com certa uma vitória esmagadora da CDU nas eleições e a ascensão de uma mulher como chefe do governo alemão.

O chanceler Schröder, entretanto, usou na campanha todo o carisma que lhe caracteriza e foi reduzindo progressivamente a vantagem de Merkel. A eleição terminou com uma ínfima vantagem do bloco liderado pela CDU, o que foi considerado uma derrota para os conservadores alemães, que chegaram a liderar nas pesquisas por margens superiores a 20 pontos percentuais.

Após quase um mês de impasse, já que nenhuma das coalizões que disputaram a eleição obteve a maioria das cadeiras no parlamento, dirigentes do SPD e da CDU formaram a "grande coalizão" entre os dois maiores partidos da Alemanha. Seria como, no Brasil, um governo formado por PT e PSDB. Como a CDU de Angela Merkel obteve o maior número de cadeiras no parlamento, ela foi designada nova chanceler do país. Mas o partido de Schröder continua no governo.

Em 2005, os ventos quentes do golfo do México lembraram a nação mais rica do mundo que a natureza, mais do que o comércio, é o melhor exemplo de globalização. A força do Katrina deixou a cidade de Nova Orleans submersa, e provocou mais de mil mortes nos EUA. A Ásia, traumatizada pelo tsunami, voltou a conviver com catástrofes. O terremoto da Caxemira matou 80 mil, em sua maioria crianças.

O ano de 2005 começou ainda sob o impacto do tsunami que devastou o sul da Ásia em 26 de dezembro de 2004. O maremoto, que atingiu Índia, Bangladesh, Mianmar, Tailândia, Malásia, Sri Lanka e Indonésia, foi provocado por um tremor de terra de 9,3 graus na escala Richter no Oceano Índico. O número de mortos superou os 280 mil, tornando a tragédia o maior desastre geológico já registrado e chegou a modificar o formato da Terra.

Os trabalhos de identificação das vítimas entraram pelo mês de janeiro. Seguradoras estimaram que os custos do desastre ultrapassaram US\$ 10 bilhões. Ao lado de cenas de heroísmo, o mundo viu criminosos se aproveitarem para tirar vantagem da situação.

Em 5 de janeiro, um tornado deixou Criciúma (SC) em estado de emergência. No ano anterior, a cidade tinha sido uma das afetadas pelo furacão Catarina.

Chuvas de verão

O mês de janeiro também manteve a rotina das inundações das grandes cidades brasileiras, graças às chuvas de verão. No dia 11, deslizamentos de terra provocaram nove mortes em São Bernardo do Campo, na região do ABC. No dia 25, nevascas na região nordeste dos EUA deixaram 15 mortos.

Em 16 de fevereiro, começou a vigorar, sem a participação dos EUA, o Protocolo de Kyoto, instrumento da diplomacia internacional para tentar combater o desafio do aquecimento global. A comunidade científica recebeu o fato com pessimismo.

Seis dias depois, um terremoto de 6,4 graus na escala Richter na província iraniana de Kerman deixou pelo menos 420 mortos.

Em 15 de março, a realidade do aquecimento global denunciada pela comunidade científica ficou mais clara: uma ONG divulgou foto do monte Kilimanjaro, na Tanzânia, não mais coberto por suas neves em virtude do efeito estufa.

Em abril, chuvas de outono voltam a matar e causar prejuízos em São Paulo. Em maio, novas chuvas mataram ao menos seis em todo o Estado de São Paulo. Em junho, foi a vez de Pernambuco sofrer: temporais no Estado mataram 27 pessoas e deixaram 29 mil desabrigadas.

Ainda em junho, um terremoto que matou 8 pessoas no Chile provocou reflexos no Brasil. Casas balançaram na cidade de São Paulo, no interior paulista, no Paraná, em Goiás e no Distrito Federal. Em julho, um terremoto de 3,3 graus na região metropolitana de Belo Horizonte assustou os mineiros, mas não provocou vítimas.

Em agosto, uma onda de incêndios florestais castigou Portugal.

Temporada de furacões

Mas a "estrela" dos desastres naturais a partir daí seria a temporada de furacões do Atlântico Norte.

O primeiro foi o Katrina, que atingiu o Sul dos Estados Unidos, inundando Nova Orleans e mantendo mais de mil pessoas. O socorro às vítimas do Katrina provocou críticas ao presidente republicano dos EUA, George W. Bush. Oposicionistas criticaram a demora, que eles tributaram ao suposto "pouco caso" de Bush pela população pobre do sul do país.

Em 30 de agosto, a mudança climática voltou a dar as caras no Sul do Brasil. Um tornado com ventos de até 110 km/h danificou casas na cidade gaúcha de Muitos Capões.

No mês seguinte, o furacão Rita, também originado no Atlântico Sul, atingiu o Sul dos EUA, voltando a causar o rompimento dos diques de Nova Orleans.

Em outubro, o Brasil foi surpreendido pela notícia de que a seca, mais prolongada que o habitual, estava ameaçando isolar cidades ribeirinhas da Amazônia brasileira. A situação voltou a chamar a atenção para a importância geopolítica da região.

Críticos dos níveis de emissão de carbono aproveitaram para dar o recado: o Katrina seria a penas o primeiro de uma série, e já havia evidências científicas de que o número de furacões na região está crescendo, o que teria relação com a mudança climática.

Tremor na Caxemira

A Ásia voltou a sofrer com a fúria tectônica em outubro: no dia 8, um terremoto atingiu a Caxemira paquistanesa, matando pelo menos 80 mil pessoas. A ajuda internacional foi considerada insuficiente, e a chegada do inverno, segundo a ONU, pode provocar mais mortes entre a população desamparada, o que faria o terremoto ter conseqüências mais graves que o tsunami do ano anterior. Em meio à tragédia, a comunidade internacional viu o tremor como uma maneira de melhorar as relações entre Índia e Paquistão, que disputam a posse da Caxemira.

Ainda em outubro, o Estado norte-americano da Flórida foi atingido pelo furacão Wilma, que também provocou estragos no México

Em 5 de dezembro, um forte terremoto atingiu a República Democrática do Congo, destruindo casas e matando ao menos uma pessoa.

O aquecimento global voltou a ser assunto no final do ano, em uma conferência da ONU em Montreal, no Canadá que começou em clima de pessimismo em relação ao que vai acontecer após o fim do Protocolo de Kyoto, em 2012, e com pressão sobre os EUA ao Protocolo de Kyoto. Pesquisa divulgada no evento mostrou que os prejuízos com desastres naturais -apenas os de natureza meteorológica- chegaram a US\$ 200 milhões. O acúmulo de catástrofes naturais mostrou, também, os limites da ONU no que diz respeito ao auxílio às vítimas.

Quando o meio científico quiser lembrar os avanços e as conquistas do setor em 2005, olhar para cima pode ser o melhor jeito de refrescar a memória. De feitos inéditos na área espacial passando pela vigilância da devastação da floresta amazônica e pela gripe aviária, as principais ações da ciência ao longo do ano têm, de alguma forma, relação com o céu ou o espaço.

Depois de um 2004 apagado, as investidas dos cientistas no espaço obtiveram bons resultados neste ano. Em janeiro, após percorrer 1,3 bilhão de quilômetros durante sete anos, a sonda européia Huygens pousou na superfície de Titã, a maior e mais misteriosa das luas de Saturno. O feito, considerado histórico já que foi o pouso mais distante realizado por uma sonda construída por seres humanos, pode ajudar a desvendar a origem da vida na Terra. O interesse dos cientistas é justificado pelo fato de Titã ser similar ao que o nosso planeta era há bilhões de anos, quando a vida estava para surgir aqui. As informações coletas pela Huygens são enviadas à sua nave-mãe, a sonda Cassini, localizada na órbita de Titã e que retransmite os dados ao nosso planeta.

Os norte-americanos também têm muito o que comemorar em 2005. A tragédia com o ônibus espacial Columbia em 2003, quando a nave se desintegrou ao retornar à Terra matando os sete tripulantes, não foi totalmente esquecida, mas a volta do Discovery com todos os seus integrantes vivos pode ser comemorada pela Nasa (a agência espacial do EUA). É bem verdade que houve problemas no lançamento, que um astronauta teve de fazer reparos no ônibus em pleno espaço e que o pouso de volta foi adiado por três vezes, mas, mesmo com tantas adversidades, a missão foi cumprida com êxito.

As atividades espaciais também ecoaram por aqui. Em viagem à Rússia no mês de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou acordo que garante a presença do tenente-coronel da Aeronáutica Marcos Cesar Pontes na próxima nave espacial tripulada. Se tudo der certo, no dia 22 de março de 2006, ele será o primeiro astronauta brasileiro a ir ao espaço. Para poder realizar o feito, o governo do Brasil terá de desembolsar cerca de US\$ 10 milhões (cerca de R\$ 22 milhões pela cotação do dia 1º de dezembro).

Amazônia

Também vem do espaço uma notícia ruim para os ambientalistas. O primeiro mapa feito por imagens de satélite mostra que, se os cientistas estiverem certos, o tamanho do estrago causado pela atividade madeireira na Amazônia é o dobro do que se contabilizava até agora. Os dados obtidos pela Universidade Stanford (EUA) indicam que o estrago entre 1999 e 2002 pode ser de 60% a 123% maior do que o imaginado. Entretanto um outro método que calcula o tamanho da área devastada feito por brasileiros contesta esse número.

A Amazônia também registrou boas notícias neste ano. Segundo dados preliminares divulgados pelo governo, houve queda brutal na taxa de desmatamento da floresta em 2005. Os dados indicam que a devastação de agosto de 2004 a julho de 2005 caiu de 18,7 mil quilômetros quadrados para cerca de 9.100 quilômetros quadrados, uma redução de 52%.

Gripe Aviária

Ainda olhando para cima, mas já não tão alto quanto o espaço, o temor de uma epidemia vinda do céu foi outro fato que deixou marcas neste ano. A gripe aviária, conhecida dos cientistas há alguns anos e que desde de 2003 já matou cerca de 70 pessoas no mundo, tornou-se a grande preocupação de 2005 com a migração de diversas espécies de aves. Antes restrita à Ásia, a cepa foi detectada em países da Europa (Croácia, Grécia, Reino Unido, Romênia, Rússia, Turquia e Ucrânia), do Oriente Médio, no Canadá e na Colômbia.

Por enquanto, a forma perigosa do vírus, a H5N1 --que possui uma taxa de letalidade em torno de 50%--, é transmitida apenas por contato direto com animais, mas a OMS (Organização Mundial de Saúde) adverte para uma possível mutação que pode gerar um vírus capaz de ser transmissível entre humanos, o que poderia desencadear uma grave pandemia. Caso isso realmente ocorra, alguns cientistas afirmam que o número de pessoas mortas deve chegar aos milhões.

Protocolo de Kyoto

Foi mais uma vitória diplomática do que ambiental, mas o fato é que, desde o dia 16 de fevereiro, está em vigor o Protocolo de Kyoto, único instrumento internacional já concebido para lidar com o aquecimento global. É fato também que os EUA, responsáveis por 25% de todas emissões de gases poluentes na atmosfera, continuaram de fora do acordo devido ao medo do presidente George W. Bush de que haja prejuízo para a economia do país, porém há uma luz. Em um ano marcado pelo recorde de furacões e tempestades tropicais --muitos cientistas estabelecem uma relação entre essa alta e o aquecimento do planeta-- nove Estados norte-americanos decidiram lançar um "Kyoto" próprio, que ainda precisa ser aprovado por órgãos legislativos.

Clonagem e Hwang

Dois grandes anúncios agitaram o campo de pesquisas em clonagem humana neste ano. O primeiro, em maio, foi feito em um artigo escrito pela equipe do cientista sul-coreano Woo Suk Hwang --a mesma que surpreendeu o mundo em 2004 ao anunciar a primeira clonagem de um embrião humano - no qual era divulgado a criação de onze linhagens de células-tronco embrionárias. Tratava-se da primeira aplicação prática da clonagem humana no desenvolvimento da chamada clonagem terapêutica.

Em dezembro, no entanto, uma equipe de pesquisadores sul-coreanos mostrou que as pesquisas de Hwang foram forjadas. "Podemos dizer que os dados de 2005 foram intencionalmente forjados e que não foram um erro acidental", afirmou Roe Jung-Hye, chefe do escritório de pesquisa da Universidade Nacional de Seul.

De início, os cientistas acreditavam que Hwang tinha forjado algumas das 11 linhagens de células-tronco que sua equipe dizia ter cultivado, como informava um trabalho publicado na revista americana Science em maio de 2005. Dias depois, descobriu-se que toda a pesquisa era falsa.

Um envergonhado Hwang se curvou diante de jornalistas e pediu perdão a seu país por ter causado "tamanho choque e desapontamento".

Mas, por enquanto, nem tudo foi negativo para a clonagem e para Hwang. Dando continuidade a série de animais clonados, 2005 deu mais um passo para a evolução da técnica de reproduzir cópias idênticas de mamíferos. Em agosto, foi anunciada a clonagem de um cachorro. Entretanto, devido às denúncias contra o cientista, essa pesquisa está sob suspeita.

Atendendo pelo nome de Snuppy, o animal reproduzido foi gerado pelo mesmo método que os cientistas usaram na ovelha Dolly. A novidade está na maior dificuldade que a clonagem de um cão exige por causa da fisiologia reprodutiva única desse animal, que reduz a qualidade e a quantidade dos óvulos utilizados no processo.

Lei de Biossegurança

Depois de muito debate em torno da utilização de sementes transgênicas e do estudo com células-troncos, o presidente Lula sancionou a Lei de Biossegurança. O plantio e a comercialização de

organismos geneticamente modificados será deliberado pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança). A lei autoriza o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas destinadas à cura de doenças degenerativas. Poderão ser usados embriões humanos produzidos por fertilização in vitro, que sejam considerados inviáveis há pelo menos três anos e após autorização dos pais.

Transposição do Rio São Francisco

Para assegurar a oferta de água a mais de nove milhões de brasileiros que habitam o semi-árido nordestino e convivem há muitas décadas com os problemas decorrentes da escassez e da irregularidade das chuvas, o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, pretende implantar o Projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional¹.

¹O Nordeste Setentrional, situado ao norte da bacia do São Francisco, engloba os Estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, parte de Pernambuco (Agreste) e parte de Alagoas.

Ao longo dos próximos meses de outubro e novembro, o Ibama promoverá nove audiências públicas destinadas à apreciação do Relatório de Impacto Ambiental do projeto, que, se aprovado, permitirá a licitação e a execução das obras civis a partir do início do próximo ano. A proposta do Orçamento Geral da União para o exercício de 2005 contempla o empreendimento com uma dotação de R\$ 1,07 bilhão. O custo total do projeto é de, aproximadamente, R\$ 4,5 bilhões. Segundo dados oficiais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), os recursos aplicados em atendimento emergencial decorrentes dos efeitos da seca durante os anos de 1998 e 2000 foram de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões.

A integração do Rio São Francisco às bacias dos rios intermitentes do semi-árido será possível com a retirada contínua de 26 metros cúbicos de água por segundo - ou 1,5% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho - que serão destinados ao uso humano e animal nos municípios do agreste e dos sertões dos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Volume superior a esse - de até 63 m³/s em média - para múltiplos usos só acontecerá nos anos hidrológicamente favoráveis, quando a barragem de Sobradinho estiver cheia.

A esse projeto deverão integrar-se ainda outras ações emergenciais - cisternas, poços e pequenos açudes - que atenuam a situação mas não acodem os pontos centrais do problema, que são a pouca disponibilidade e a má distribuição da água na região.

O Projeto de Integração da Bacia do São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional prevê a construção de dois canais - um a Leste, que levará água para Pernambuco e Paraíba, outro na direção Norte, demandando aos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Para o Canal Norte, a captação ocorrerá nas imediações da cidade de Cabrobó, em Pernambuco; para o Canal Leste, no lago da barragem de Itaparica. O Canal Norte despejará as águas nos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte, e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte; o Canal Leste levará água até os rios Paraíba (PB) e Moxotó e Brígida, em Pernambuco. Estes rios alimentam os grandes açudes da região, que, a partir da operação do Projeto de Integração, serão operados sob o novo conceito de sinergia hídrica - o que possibilitará a liberação da água armazenada para múltiplos usos, gerando emprego e renda e produzindo alimentos. Hoje, por falta de garantia de estoque de água suficiente para o enfrentamento de uma seca prolongada, não está havendo a utilização produtiva da água, razão pela qual boa parte dela se perde pela elevada evaporação.

Ao contrário dos planos anteriores que previam a integração de bacias, o projeto atual será executado simultaneamente com as obras e ações de revitalização do Rio São Francisco, visando a recuperação de suas áreas degradadas, a recomposição de suas matas ciliares, o combate ao assoreamento do rio, o tratamento dos esgotos e a promoção do desenvolvimento sociocultural das populações que vivem às suas margens. Com investimentos iniciais da ordem de R\$ 26 milhões em 2004 e de R\$ 100 milhões em 2005 (só no âmbito dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente), o

Programa de Revitalização do Rio São Francisco pretende ampliar, gradualmente, a capacidade hídrica do rio, em volume superior ao que será retirado, eliminando, assim, a possibilidade de redução do seu volume de água.

Eixos Norte e Leste

A partir dos pontos de captação em Cabrobó e no reservatório de Itaparica, ambos em Pernambuco, dois canais condutores, numa extensão de 622 quilômetros, usando a calha de alguns rios da região, levarão a água para importantes açudes da região: Castanhão (CE), Armando Ribeiro Gonçalves (RN), Entremontes (PE), Pau dos Ferros (RN), Santa Cruz (RN), Chapéu (PE), Poço da Cruz (PE) e Boqueirão (PB).

A capacidade máxima de vazão do Canal Norte (CE, RN, PB), condicionada ao vertimento da barragem de Sobradinho, será de 99 m³/s; a vazão média diária, quando Sobradinho estiver vertendo, será de 90 m³/s (de 18 às 21 horas, as bombas estarão desligadas, mesmo com o vertimento); a vazão contínua normal será de 17 m³/s.

A capacidade máxima do Canal Leste (PE e PB), condicionada ao vertimento de Sobradinho, será de 28 m³/s; a vazão média diária, quando houver o vertimento, será de 25 m³/s (entre 18 e 21 horas, as bombas estarão desligadas, mesmo com o vertimento); a vazão contínua normal desse canal será de 9 m³/s.

Em resumo: a captação contínua do Projeto será de 26 m³/s; a vazão máxima, que só acontecerá quando, e somente quando, Sobradinho estiver vertendo, será de 127 m³/s (que é a soma da vazão máxima dos dois canais).

Os primeiros benefícios do Projeto de Integração do São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional deverão surgir dois anos após o início das obras, com o início de operação da primeira parte dos canais e do seu sistema de bombas elevatórias. As obras serão realizadas a partir de 2005 em quatro estados - Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará.

Velho Chico é maior fonte de água

O Projeto de Integração foi a solução apontada pelo Grupo de Trabalho Interministerial, constituído por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em junho de 2003, sob a coordenação do Vice-Presidente da República, José Alencar. Além de ser o rio São Francisco a maior e mais próxima fonte de água perene da região, as bacias receptoras do Nordeste Setentrional já possuem infra-estrutura preparada para receber, armazenar em grandes açudes e distribuir com eficiência a água que lhe será transferida, tanto para o consumo humano e animal, quanto para o multiuso.

Dentre os 22 traçados disponíveis em uma área de 110 mil km², em 153 municípios dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, a construção dos Canais Norte e Leste foi a alternativa técnica que melhor atendeu às necessidades sociais, econômicas e ambientais. O trajeto apresentou-se eficiente e flexível por permitir o fornecimento de diferentes volumes de água, podendo ser alternados de acordo com a necessidade de cada Estado.

Entre os vários pontos analisados, estão:

- preservação das áreas das Unidades de Conservação, das áreas ocupadas por comunidades especiais e das áreas que fazem parte do Patrimônio Histórico Nacional;
- potencial para abastecer o maior número possível de cidades e povoados;
- capacidade de oferta de água em quantidade suficiente para que os açudes receptores atuem como pólos de distribuição;
- garantia de fornecimento de água para o abastecimento humano e para as atividades agropecuárias nas áreas vizinhas aos canais Norte e Leste;
- respeito aos diferentes usos da água do Rio São Francisco.

Além dessa, outras alternativas foram consideradas, como a exploração de águas subterrâneas, a dessalinização e a reutilização de águas, a construção de cisternas e a transposição do Rio Tocantins. Análises técnicas revelaram, porém, que ou elas eram complementares ao Projeto de Integração (no caso das cisternas e poços); ou eram restritas geograficamente (a exemplo de águas subterrâneas); ou limitadas em disponibilidade adicional (novos açudes); ou ainda muito caras e tecnicamente menos eficientes (transposição do Tocantins e dessalinização de água do mar).

Julgamentos e crimes mobilizam a opinião pública

As páginas policiais tiveram trabalho em 2006. O Brasil registrou uma série de crimes e julgamentos de assassinatos violentos que mobilizou a opinião pública. Entre os mais notórios, destaca-se certamente o julgamento de Suzane von Richthofen, condenada por ordenar o assassinato dos pais Manfred, 49 anos, Marísia von Richthofen, 50, em outubro de 2002.

O julgamento de Suzane e dos irmãos Daniel e Cristian Cravinhos teve finalmente seu desfecho. Os três foram condenados a quase 40 anos de prisão cada.

Caso Friedenbach

Quase na mesma semana em que se desenrolava o julgamento de Suzane, a Justiça avaliava também outro crime: a morte do casal de namorados Liana Friedenbach e Felipe Caffé. Os dois desapareceram em dia 31 de outubro de 2003. Eles foram seqüestrados e mantidos reclusos em um sítio. Felipe foi morto três dias depois. Liana ficou presa por mais cinco dias. Foi estuprada diversas vezes até ser morta a facadas.

O julgamento de três acusados foi encerrado no dia 20 de julho, na Câmara Municipal de Embu-Guaçu, n Grande São Paulo, com a condenação de todos os réus pelo júri por sete votos a zero.

Antônio Caitano da Silva pegou 124 anos de reclusão em regime fechado, condenado por seqüestro, cárcere privado e pelo estupro de Liana - a pena foi maior porque, segundo a acusação, ele a violentou oito vezes. Acusado de estupro e cárcere privado, Agnaldo Pires teve pena de 47 anos e três meses de prisão, enquanto coube a Antônio Mathias de Barros sete anos e nove dias de cadeia em regime fechado por cárcere e colaboração no seqüestro de Liana e Felipe. Segundo a promotoria, Barros forneceu e escondeu a espingarda usada para matar Felipe Caffé.

Apesar disso, o principal acusado do caso, Roberto Aparecido Alves Cardoso, o Champinha, 19 anos, não foi julgado. Menor na ocasião do crime, ele pode jamais seja julgado pelo caso. Detido na Fundação Para o Bem Estar do Menor (Febem), Champinha seria solto este ano, mas uma decisão judicial encaminhou-o a um Hospital de Tratamento e Custódia, que faz o papel de manicômio judiciário.

Caso Pimenta Neves

Depois de quase seis anos do assassinato de Sandra Gomide, o também jornalista Antonio Pimenta Neves, 69 anos, foi condenado a 19 anos, dois meses e dois dias de reclusão por homicídio duplamente

qualificado. A sentença foi proferida em 5 de maio.

No entanto, o juiz Diego Ferreira Mendes não decretou a prisão do jornalista, pois, de acordo com entendimento anterior do Supremo Tribunal Federal, ele tem o direito de recorrer da sentença em liberdade. Em dezembro a Justiça voltou atrás e decretou que ele deve aguardar recurso preso.

O homicídio foi classificado pelo júri como duplamente qualificado por Pimenta ter atirado nas costas da vítima quando esta estava no solo, impedindo a sua defesa. O crime também foi considerado como motivo torpe (banal), já que teria sido provocado pelo fato de a vítima não querer reatar o namoro com o jornalista.

Pimenta Neves matou a namorada Sandra Gomide, à época com 32 anos, em 20 de agosto de 2000. Foram dois tiros em um haras na cidade de Ibiúna.

Caso dos meninos emasculados

O mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, 41 anos, acusado de matar 42 meninos nos últimos 13 anos, foi condenado em 25 de outubro a 20 anos e 8 meses de prisão por homicídio duplamente qualificado (motivo torpe e sem condições de defesa) pela morte de J.V.S., 15 anos.

Os crimes cometidos por Chagas, segundo o Ministério Público, eram bárbaros. Além de matar os 42 meninos, a maioria trabalhador de atividades informais e morador da periferia, Chagas mutilava os órgãos genitais das vítimas. O mecânico é considerado pela Justiça do Maranhão o maior assassino em série do Estado e um dos maiores do País.

Caso Ubiratan

Fora dos tribunais, outros crimes tiveram notoriedade. Um dos mais chocantes foi o assassinato do coronel Ubiratan Guimarães. Ele foi encontrado nas primeiras horas do dia 10 de setembro em seu apartamento no bairro dos Jardins, zona sul de São Paulo.

Inicialmente, a polícia chegou a cogitar que o polêmico passado do coronel, acusado de comandar a morte de 111 presos durante a invasão do presídio do Carandiru, em 1992, poderia ser o motivo do crime. Mas depoimentos e vídeos de câmeras levaram a investigação para outro lado: crime passionnal. A investigação apontou a namorada de Guimarães, Carla Cepollina, como autora do disparo.

A polícia indiciou a namorada do coronel no dia 27 de setembro, e a Justiça de São Paulo aceitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra a advogada. Carla, no entanto, negou ter cometido o assassinato e disse que não há provas suficientes para acusá-la.

Ana Cristina Johannpeter

A violência no Rio de Janeiro fez mais uma vítima no dia 22 de novembro. A socialite Ana Cristina Gianni Johannpeter, 58 anos, foi morta quando aguardava o sinal em uma rua do Leblon, zona sul da cidade. Ana Cristina era ex-mulher do empresário Germano Gerdau, vice-presidente da Gerdau, uma das maiores siderúrgicas do mundo.

O crime, cometido por um menor, segundo a polícia, foi banal. Cristina dirigia sua caminhonete Mercedes Benz, modelo ML 500, quando foi abordada por dois bandidos em uma bicicleta. Ela estava parada no sinal de trânsito, com o vidro aberto para fumar, quando um dos ladrões, armado com um revólver calibre 38, anunciou o roubo.

A socialite entregou a bolsa, o celular e, quando foi tirar o relógio do pulso, acabou sendo atingida por um disparo. Ela chegou a dirigir o carro por alguns metros e foi levada ao Hospital Miguel Couto, ainda viva.

Rodrigo Netto (Detonautas)

O guitarrista da banda Detonautas, Rodrigo Netto, 29 anos, foi assassinado no início da noite do domingo 4 de junho, na avenida Marechal Rondon, no Rocha. No Astra preto de Rodrigo também estavam o irmão do músico, Rafael da Silva Netto, 32, que levou dois tiros, e a avó deles, Maria da Silva Netto, 87, que não foi atingida.

Rodrigo dirigia o Astra quando foi abordado, às 18h30, por assaltantes armados com pistolas, que estavam em carro do mesmo tipo e cor. Testemunhas contaram que os bandidos emparelharam o carro com o veículo do músico gritando "pára, pára, perdeu, perdeu".

O irmão de Netto, diz que nem ele nem Rodrigo perceberam a abordagem e seguiram pela avenida. Os bandidos perseguiram Rodrigo por 100 metros, até que tornaram a emparelhar com o carro dele e fizeram mais disparos, acertando três tiros no veículo. Uma bala entrou na axila esquerda do guitarrista, matando-o na hora, e outras duas atingiram o irmão no braço direito e nas costas.

Levado para o Hospital do Andaraí, Rafael foi operado e teve alto dias depois. Os irmãos voltavam do aniversário de 90 anos de uma tia-avó, em Cascadura.

Ações do PCC provocam medo e caos e param SP

Ônibus incendiados, policiais mortos em plena luz do dia e atentados contra agentes de segurança penitenciária foram os instrumentos usados pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em uma série de ataques que paralisou a maior cidade do País. O motivo foi uma série de transferências de presos que começou na noite de sexta, 12 de maio, só parou três dias depois.

Ao todo, foram registrados 64 ataques contra bases da polícia, delegacias, agentes penitenciários, policiais, oficiais da Guarda Civil Metropolitana, ônibus e agências bancárias. As mortes chegaram a 32 na capital paulista, cidades do litoral e região metropolitana em um só dia.

São Paulo, a cidade que vangloriava-se de nunca descansar, ficou deserta e plena segunda-feira. Às 18h, a avenida 23 de Maio, uma das mais movimentadas da cidade, e que integra o corredor norte-sul, não registrou nenhum quilômetro de congestionamento, segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Apesar do pânico, as ações do PCC não eram novidade para os paulistanos. Em 18 de fevereiro de 2001, a facção coordenou 29 rebeliões simultâneas em São Paulo com saldo de 30 mortes - a grande maioria alvo de disputas entre gangues rivais nas prisões.

Em novembro de 2003, por mais de uma semana, o grupo foi responsável pelo ataque contra dezenas de delegacias com metralhadoras, bombas caseiras, escopetas e pistolas. No total, três agentes policiais foram mortos e 12 feridos.

A noite de 12 de maio só acabaria uma semana depois, com números dignos das piores guerras. Foram 239 ataques e 152 mortos - 107 suspeitos, 23 policiais militares, sete policiais civis, três guardas municipais, oito agentes penitenciários e quatro cidadãos - além de 54 feridos, segundo balanço oficial da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo publicado no dia 18.

Entre os ataques, 82 foram a ônibus, 56 a residências de policiais, 17 a bancos e caixas eletrônicos, um a garagem de ônibus, um a estação de Metrô, um à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), e outras 135 agressões diversas. Ainda conforme os números oficiais, foram apreendidas 146 armas.

Nova onda

O terror que tomou conta de São Paulo em maio daria as caras novamente dois meses depois. Os ataques que tiveram início na terça-feira, 11 de julho, foram menos intensos, mas não menos violentos. Com medo de terem novos carros incendiados, as empresas operam as linhas de ônibus da capital reduziram para 15% a frota em operação.

Enquanto a população se sentia refém da violência, uma disputa política era travada entre o governador Cláudio Lembo e o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. O governo federal insistia em enviar tropas federais para ajudar a conter a onda de violência em São Paulo. Em ano eleitoral, Lembo resisitiu à idéia e só cedeu em agosto quando Lula e Bastos fizeram nova proposta de integração de tropas.

Brasil sofre o maior desastre aéreo da história

Estava para se completar uma década desde a queda do Fokker 100 da TAM em São Paulo, o último grave acidente aéreo no Brasil, quando o País foi surpreendido pelo desaparecimento de um Boeing 737-800 da Gol, na Amazônia. Horas depois veio a confirmação: a aeronave caíra em mata fechada matando os 154 ocupantes, no maior desastre da aviação brasileira.

A queda foi causada por um dos motivos mais improváveis para os especialistas em segurança da aviação: a colisão com outra aeronave em pleno vôo. No caso, o choque se deu com um Legacy da Embraer, pilotado por dois americanos que levavam o jato para os EUA. Os seis ocupantes do Legacy não sofreram ferimentos, e conseguiram aterrissar em uma base militar na região da Serra do Cachimbo, em Mato Grosso.

Passado o primeiro momento de resgate dos corpos das vítimas, a investigação sobre a causa do acidente apontou um emaranhado de versões diferentes e uma infundável troca de acusações entre os envolvidos. A Polícia Federal apreendeu os passaportes de Jan Paladino e Joe Lepore, os pilotos do jato, e iniciou a investigação.

Logo surgiu o primeiro vilão: o problemático sistema de monitoração de tráfego aéreo. Em seguida vieram outros, e termos como transponder, caixa de voz, sistema anticolisão e plano de vôo tornaram-se comuns no vocabulário do brasileiro.

As trocas de acusações prosseguiram. Os controladores protestaram contra condições de trabalho precárias. O governo respondeu e disse que não sabia da situação caótica. As tais zonas cegas nos radares foram comprovadas e os pilotos do Legacy foram liberados após indiciamento.

Os controladores não aceitaram a pressão e lançaram a chamada "Operação Padrão". O céu brasileiro literalmente parou no ano em que o País celebrou o centenário do vôo do 14-Bis de Santos Dumont.

Varig passa por maior crise e vai a leilão 2 vezes

A companhia aérea Varig passou por sua crise mais grave neste ano de 2006. Com uma dívida que chegou a R\$ 100 milhões com credores e a R\$ 900 mil com a Infraero, a empresa foi a leilão duas vezes, sendo arrematada em 20 de julho por uma ex-subsidiária, a Varig Log, por R\$ 24 milhões.

Líder do setor até meados da década de 80, a Varig iniciou seu declínio no mercado durante o governo de Fernando Collor de Mello, quando perdeu o monopólio das rotas internacionais. A empresa passou a concorrer com a Vasp e a Trasbrasil e começou a ter prejuízo. A crise de agravou em 1999, com a desvalorização cambial da era Fernando Henrique Cardoso.

Em 2004, órgãos reguladores brasileiros suspendem o acordo de code-share (compartilhamento de vôos) entre Varig e Tam por considerá-lo prejudicial ao consumidor. Com o fim da parceria, a crise se agrava e faz a aérea

cancelar rotas. No dia 17 de junho de 2005, a companhia entra em processo de recuperação judicial (a Justiça desenha alternativas para o enfrentamento das dificuldades econômicas e financeiras da empresa devedora). Com o agravamento da situação da aérea, em 2006, os credores da empresa decidem contratar a consultoria Alvarez & Marsal para conduzir o processo de reestruturação da empresa.

A partir do segundo trimestre deste ano, a aérea cancela e atrasa centenas de vôos com o agravamento da crise. Os passageiros foram aos poucos deslocados para companhias concorrentes, que começaram a endossar bilhetes da aérea.

A assembléia de credores da Varig aprovou em maio a venda da companhia em leilão no mês de julho. Para atrair investidores, a companhia é dividida em Varig Operacional, sem dívidas, e Varig Relacionamento, que herdaria os débitos e permaneceria em recuperação judicial.

No entanto, para manter a aérea funcionando até a realização do leilão, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ofereceu R\$ 166,6 milhões para investidores interessados em capitalizar a empresa. As três propostas apresentadas ao banco foram recusadas e o leilão foi antecipado para 8 de junho.

Leilão

No leilão de junho, a companhia é arrematada pelo consórcio NV Participações, único a fazer ofertas. O consórcio optou por comprar a empresa de forma integral, mas ainda precisava da aprovação da Justiça do Rio de Janeiro para concluir a negociação.

Em 23 de junho, porém, o juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Luiz Roberto Ayoub, decide cancelar o leilão, depois de a NV Participações admitir não ter os US\$ 75 milhões exigidos para investir imediatamente na empresa.

Posteriormente, a Volo do Brasil, que comprou a ex-subsidiária da Varig Log, apresenta proposta de US\$ 485 milhões pela aérea e injeta US\$ 20 milhões no decorrer das negociações. Um segundo leilão é marcado para o dia 20 de julho, quando a companhia é arrematada por US\$ 24 milhões. O evento apenas oficializou a proposta, já que nenhum outro investidor se apresentou.

Depois do arremate, a Varig Log continuou injetando recursos na aérea, que gradualmente passou a normalizar seus serviços. No entanto, em 28 de julho, o novo proprietário anunciou a demissão de 5,5 mil funcionários de seu quadro no País.

Os problemas da aérea, que pareciam estar perto do fim após o leilão, continuaram depois que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) decidiu retomar hotrans (autorizações de vôo), slots (espaços de pouso e decolagem) e frequências não utilizadas pela Varig para redistribuí-los entre a concorrência. No entanto, a Justiça do Rio de Janeiro, responsável pelo processo de reestruturação da aérea, moveu uma ação para congelar o repasse, que não foi feito até hoje.

Agora, a Nova Varig espera receber no mês de dezembro o certificado de empresa de transporte aéreo (Cheta), emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Só assim a companhia poderá operar vôos com sua própria concessão e, posteriormente, contratar parte dos funcionários demitidos.

Futuro

Atualmente, a Varig opera com a concessão da Varig antiga, que permanece em recuperação judicial e que mudou de nome para Nordeste. A empresa informou que, após receber o Cheta, pretende aumentar sua frota das atuais 15 aeronaves para 31.

A Anac informou que em setembro a participação da Varig no mercado doméstico quase dobrou em comparação a agosto de 2005, de 2,21% para 4,30%. A ocupação dos aviões da empresa subiu de 42% para 55% no mesmo intervalo após a aquisição da empresa pela Varig Log.

Manifestantes promovem quebra-quebra na Câmara

Era tarde de terça-feira 6 de junho na Câmara dos Deputados quando um grupo de 1,3 mil manifestantes invadiu o prédio em Brasília promovendo um violento quebra-quebra e causando ferimentos em mais de 20 pessoas. Os integrantes do Movimento da Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MLST) destruíram totalmente a porta de vidro da entrada do anexo principal e seguiram destruindo o interior do local em direção ao Salão Verde, em frente ao plenário. » **Veja mais fotos da invasão**

Um funcionário da casa sofreu traumatismo craniano e teve de ser levado para um hospital. Outro funcionário da Câmara fraturou a perna no acesso ao anexo 4. Alguns manifestantes também se feriram durante a confusão e foram atendidos na enfermaria do local.

As cenas, transmitidas ao vivo, chocaram. Um carro Uno, que estava estacionado em frente ao prédio, foi virado pelos manifestantes e completamente destruído. O grupo se dirigiu até o Salão Verde, em frente ao Plenário da Câmara. No caminho, foram destruídas luminárias, painéis e computadores.

De acordo com a segurança da Câmara, mais de 500 participaram da invasão. A Polícia Federal indiciou 115 integrantes do movimento por crimes de lesão corporal, dano qualificado contra o patrimônio público e privado; formação de quadrilha; e destruição de bem tombado pelo patrimônio público. Destes, 42 ainda estão presos.

Copa tem decepção, cabeçada e tetracampeonato

Seis das oito seleções classificadas às quartas-de-final da Copa do Mundo já haviam conquistado o título da competição ao menos uma vez. Engana-se, no entanto, quem acha que foram poucas as surpresas apresentadas na Alemanha, entre os dias 9 de junho e 9 de julho

A principal e mais dolorosa, ao menos para os brasileiros, foi o mau futebol apresentado pelos comandados de Carlos Alberto Parreira. Apontada por todos como grande favorita ao título, a Seleção apresentou um desempenho apenas mediano na primeira fase.

Se o quarteto ofensivo era considerado a grande arma antes da Copa, foi a defesa o ponto forte do Brasil no torneio. Juan e Lúcio foram alguns dos poucos jogadores que se salvaram na campanha, enquanto Ronaldo, com problemas físicos, Adriano, Kaká e, especialmente, Ronaldinho decepcionaram.

Sem brilho, os pentacampeões venceram seus três jogos na fase de grupos e passaram por Gana, nas oitavas-de-final com certa facilidade. Na seqüência da competição, teriam pela frente a França, responsável pela última derrota do time verde e amarelo em copas do mundo, na decisão de 1998.

O que se viu no Waldstadion, em Frankfurt, foi uma atuação extremamente apática da Seleção Brasileira. Sem a menor disposição para evitar a eliminação, a equipe assistiu a show do veterano Zinedine Zidane, gol de Thierry Henry após cobrança de falta e deixou a Alemanha de cabeça baixa.

Além da decepção brasileira, a partida do dia 1º de julho confirmou o que podem ser consideradas outras duas surpresas da competição. Foram elas o excelente desempenho de Zidane, que participava de seu último campeonato como profissional, e o crescimento da França, criticada antes do Mundial e durante a primeira fase, na qual ficou atrás da Suíça.

Superado o grande favorito, a equipe comandada por Raymond Domenech tinha outro brasileiro a bater: Luiz Felipe Scolari. Aclamado herói nacional em Portugal, ele vinha liderando o time rubro-verde em uma grande campanha, na qual já tinha deixado Holanda e Inglaterra para trás.

Ao contrário do que havia ocorrido nas quartas-de-final, a França encontrou um adversário que ofereceu bastante resistência, em Munique. Mesmo assim, voltou a contar com boa atuação de Zidane e Henry para vencer os portugueses por 1 a 0 e avançarem à decisão.

Do outro lado da chave, a briga para chegar à final era entre Itália e a anfitriã Alemanha. Enquanto os comandados de Marcelo Lippi vinham crescendo ao longo da competição, a equipe de Jürgen Klinsmann havia surpreendido pelo futebol

ofensivo, eliminado a Argentina e conquistado o público com boas atuações de Lahm, Frings, Podolski e Klose.

Após 90 minutos de pouca emoção, os italianos abandonaram o esquema defensivo na prorrogação e conseguiram chegar à vitória com gols de Grosso e Del Piero, aos 13min e 15min, do segundo tempo extra. Mesmo eliminada, a Alemanha foi muito aplaudida e retribuiu o carinho triunfando sobre Portugal na disputa pelo terceiro lugar.

Com duas seleções de tradição na final, boa parte dos 72 mil torcedores que foram ao Estádio Olímpico de Berlim no dia 9 de julho achou que não havia mais espaço para novidades. Os torcedores perceberam no início do jogo, no entanto, que poderiam ficar bastante surpresos com a decisão.

Logo aos 6min, Zidane demonstrou frieza impressionante no último jogo de sua carreira e fez cobrança de pênalti ousada. Diante do melhor goleiro do mundo, Gianluigi Buffon, ele bateu por baixo da bola e a viu tocar o travessão e ultrapassar a linha por pouco para abrir o placar. Aos 19min, Materazzi marcou de cabeça e empatou.

Não sabiam os autores dos gols que o lance mais marcante da partida os envolveria e ainda estava por vir. Já no segundo tempo extra, com o placar ainda em 1 a 1, o meio-campista francês respondeu aos insultos do zagueiro italiano com uma cabeçada e teve sua carreira encerrada com um cartão vermelho.

Terminada a prorrogação, a Itália encerrou uma série de fracassos em disputas de pênaltis, venceu por 5 a 3 e conquistou o tetracampeonato. Como havia ocorrido no tri, em 1982, a equipe azul chegou ao Mundial abalada por um escândalo de manipulação de resultados e alcançou o título

Muçulmanos travam guerra contra o papa e chargistas

O primeiro ano do pontificado de Bento XVI foi marcado pela polêmica gerada por suas declarações em relação ao islamismo. Em visita à Alemanha, em setembro, o Papa condenou o fundamentalismo religioso e afirmou que a "jihad" (guerra santa) segue contra Deus, considerando "irracional" defender a fé por meio da violência.

A resposta da comunidade islâmica ao redor do mundo foi imediata. Autoridades muçulmanas consideraram as declarações de Bento XVI "irritantes e deploráveis". Na oportunidade, o secretário-geral do Conselho Central dos Muçulmanos, Aiman Mazyek, lembrou que a história do cristianismo também foi sangrenta, citando como exemplo "a época das cruzadas e a conversão obrigatória de judeus e muçulmanos na inquisição espanhola".

O Papa voltou atrás nas declarações e pediu desculpas, mas os islâmicos não se acalmaram. Em diversos países, manifestações marcaram a revolta. Um braço armado da Al-Qaeda, o Ansar al-Suna, ameaçou o mundo ocidental, especialmente a Itália, por causa das declarações de Bento XVI.

Em novembro, Bento XVI fez sua primeira viagem como papa à Turquia, país onde o islamismo tem um grande número de fiéis. A visita, antecedida por um clima tenso, foi marcada por encontros com autoridades turcas e pela aproximação dos católicos com a Igreja Ortodoxa e elogios da comunidade muçulmana.

Caricaturas da discórdia

Bem antes disso, um episódio já havia provocado a revolta dos islâmicos. A

polêmica das charges de Maomé, que começou em 2005, quando um jornal dinamarquês publicou 12 desenhos do profeta em nome da liberdade de expressão, deixou um rastro de violência em vários países durante este ano. As embaixadas da Dinamarca e da Noruega em Damasco foram incendiadas e manifestações deixaram vários mortos e feridos em diversos países.

Durante o ano, outros jornais também publicaram charges. Jornalistas foram ameaçados de morte. Muitos periódicos pediram desculpas, outros insistiram na liberdade de expressão e "tradição de bom humor". O Talibã chegou a oferecer ouro para quem matasse o caricaturista dinamarquês.

Em setembro, um ano depois do início da crise, as caricaturas ainda provocavam polêmica. Em uma pesquisa, um quarto dos dinamarqueses afirmaram que tinham um sentimento mais negativo em relação aos muçulmanos se comparado a antes da polêmica dos desenhos. Os protestos em países muçulmanos continuaram, assim como a publicação de novas charges em revistas e jornais, inclusive em países islâmicos.

Irã e Coréia do Norte trazem à tona "medo nuclear"

Fazia tempo que o mundo não sentia medo de uma guerra nuclear. O temor, comum durante a Guerra Fria nos anos em que a União Soviética vivia atrás da Cortina de Ferro, voltou à pauta da ONU por causa de duas nações: Irã e Coréia do Norte.

Em janeiro, o Irã anunciou à comunidade internacional que tinha reaberto seu programa nuclear, e em abril comunicou que havia conseguido enriquecer urânio em grande escala para produzir energia. Rapidamente, os EUA acusaram a república islâmica de querer fabricar armas nucleares. Israel chegou a dizer que Teerã estava a meses de fabricar uma bomba atômica.

A discussão atravessou o ano. O Conselho de Segurança da ONU se reuniu para avaliar novas sanções caso Teerã não suspendesse o enriquecimento. Em setembro, o chefe de política exterior da União Européia, Javier Solana, se reuniu em Berlim com o chefe dos negociadores iranianos, Ali Larijani, para discutir um acordo para a suspensão do enriquecimento de urânio.

As potências ocidentais chegaram a preparar um pacote de incentivos com o intuito de convencer o país a limitar seu programa nuclear. No entanto, mesmo com todos os esforços internacionais, o Irã continuou dizendo que seria inaceitável suspender o programa nuclear por ele ser pacífico, além de um assunto de soberania nacional.

Coréia do Norte desafia o mundo

No dia 9 de outubro, a Coréia do Norte realizou seu primeiro teste nuclear, ignorando os pedidos da comunidade internacional. Apesar de ser considerado de

pequenas dimensões, o teste levou o Conselho de Segurança da ONU a impor sanções financeiras e bélicas ao país do ditador Kim Jong Il.

O anúncio norte-coreano foi feito no dia 3 de outubro. Em comunicado, o governo disse que "a extrema ameaça dos Estados Unidos de desatar uma guerra nuclear, além das sanções e pressões que impõem, obrigam a República Democrática Popular da Coreia a realizar um teste nuclear, processo essencial para desenvolver a dissuasão atômica como medida de defesa".

Os EUA classificaram o teste como "inaceitável". Japão, Rússia e até a aliada China qualificaram o ato como "imperdoável" e pediram prudência à Coreia do Norte.

A secretária de Estado americana, Condoleezza Rice, chegou a viajar para Seul, capital da Coreia do Sul, para discutir com as autoridades a crise nuclear. A comunidade internacional afirmou que Kim Jong Il seguiu para um isolamento cada vez maior.

Programa espacial

Saiba quem é o primeiro astronauta brasileiro

Desde criança Marcos Pontes passava horas olhando para o céu. Gostava de ir ao Aeroclube de Bauru para ver a Esquadrilha da Fumaça e de visitar a Academia da Força Aérea, onde seu tio trabalhava. Seu pai, Virgílio de Pontes, era funcionário do Instituto Brasileiro do Café e sua mãe, Zuleika Navarro Pontes, funcionária da Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Marcos estudou em escolas públicas em Bauru. Aos 14 anos matriculou-se no curso de formação profissional da Rede Ferroviária Federal & Senai e iniciou o curso de eletricitista. Durante três anos ele trabalhou na RFFSA durante o dia, treinou judô no Sesi e fez o curso de técnico em eletrônica no Liceu Noroeste.

Em 1981 Marcos ingressou na Academia da Força Aérea, sendo classificado como o segundo colocado no país. Fez cursos de pára-quedismo de emergência, sobrevivência no mar e também o seu primeiro voo, a bordo do Uirapuru PP-KBS. Nos anos seguintes conseguiu o sonhado "brevê" de piloto e a espada de oficial da Força Aérea Brasileira.

Após a conclusão do curso na AFA, Marcos foi designado para o curso de caça em Natal-RN. Foi nessa época que conheceu sua esposa Francisca de Fátima Cavalcanti, com quem iniciou uma vida em comum, num pequeno apartamento alugado. Em 1986, foi transferido para o "Esquadrão Centauro" em Santa Maria (RS), onde permaneceu por três anos e onde comemorou o nascimento de seu filho Fábio.

Em Dezembro de 1989 transferiu-se com a família para São José dos Campos onde cursou engenharia aeronáutica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA. No ano novo de 1990, sua filha Ana Carolina nasceu.

Em 1994 iniciou o curso de ensaios em voo da Divisão de Ensaios em Voo do Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE/CTA. Entre 1994 e 1996 foi piloto de prova de aviões, chefe da Subdivisão de Sistemas Bélicos e da Subdivisão de Segurança de Voo. Participou em várias campanhas de ensaios em voo como o desenvolvimento do míssil ar-ar nacional - MAA1, testes de performance em manobra das aeronaves T-27 da Esquadrilha da Fumaça, F5-E Tiger, F-15 Eagle, F-16 Falcon, F-18 Hornet, Mig-29 Fulcrum, entre outras.

Em 1996 foi indicado para o mestrado na Naval Postgraduate School em Monterey na Califórnia. Levou a esposa, os dois filhos, cinco malas e um cachorro.

Em junho de 1998, Marcos foi selecionado para o programa espacial da NASA, para a candidatura a que o país tinha direito, pelo fato de integrar o esforço multinacional de construção da Estação Espacial Internacional (ISS). Iniciou o treinamento no Johnson Space Center, em Houston e em 2000 foi declarado "astronauta da NASA".

Enquanto esperava por ser lançado ao espaço, Pontes foi designado para o Escritório de Astronautas para Operações na Estação Orbital, onde trabalhou no setor de missões técnicas. Em outubro de 2005, durante uma visita oficial do presidente Luís Inácio Lula da Silva à Rússia, foi assinado um acordo de cooperação entre os dois países, possibilitando o envio de Marcos Pontes à Estação Espacial Internacional.

Entre outubro de 2005 e abril de 2006, na agência espacial de Roscosmos na Cidade das Estrelas, Rússia, o astronauta brasileiro se preparou para a missão Centenário, que recebeu esse nome em homenagem aos cem anos do voo de Santos Dumont no avião 14 Bis, realizado em 1906.

Em 30 de março de 2006, Marcos Pontes, acompanhado do russo Pavel Vinogradov e do norte-americano Jeffrey Williams, partiu da base de Baikonur, no Cazaquistão, a bordo da nave russa Soyuz TMA-8. A nave se acoplou à Estação Espacial na madrugada de 1º de abril. Durante um período de oito dias, Marcos Pontes realizou uma série de experimentos para a Agência Espacial Brasileira (AEB).

Todos os brasileiros, incluindo seu pai, seu irmão Luiz Carlos e sua irmã Rosa Maria puderam acompanhar a missão pela televisão. Marcos retornou no dia 8 de abril na nave Soyuz TMA-7,

junto com o russo Valery Tokarev e o americano William McArthur. Por sua simpatia Marcos Pontes foi comparado pela imprensa russa a Yuri Gagarin.

Gorduras trans

Elas fazem mal, mas dá para riscá-las do cardápio?

Durante muitos anos, a manteiga foi considerada uma inimiga da saúde porque é feita da nata do leite de vaca, é gordura saturada, de origem animal e tem colesterol. A boa amiga passou a ser a margarina. De repente, mudou: as halvatinas (do holandês, "halv", metade), com a metade da gordura da margarina, eram consideradas melhores - hoje elas têm a denominação "margarinas light".

Mas a margarina também tem seu lado nada saudável. Para transformar os óleos vegetais de que ela é feita em gordura sólida ou pastosa, usa-se um processo químico chamado hidrogenação, que embute hidrogênio nas moléculas do óleo vegetal. É assim que se criam as gorduras trans.

Elas não são totalmente estranhas ao cardápio humano: a carne e o leite de animais ruminantes, como bovinos e caprinos, possuem trans em quantidades mínimas, quase inexpressivas. O problema, como tudo que se come, está na quantidade.

Pega na cintura

Segundo um estudo recente da Universidade Wake Forest, nos Estados Unidos as gorduras trans são as responsáveis pela produção da gordura visceral, que se acumula na região da cintura. Isso leva à síndrome metabólica, uma conjunção de doenças crônicas graves: diabetes, pressão alta, alto nível de colesterol ruim e de triglicérides no sangue.

Tem mais: as trans diminuem o bom colesterol e ainda aumentam o mau colesterol, aquele que se deposita nas paredes das artérias e forma placas de gordura que endurecem e entopem os "encanamentos" por onde circula o sangue no organismo.

Um estudo publicado na revista científica "New England Journal of Medicine" constatou consumir cinco gramas de gordura trans por dia aumenta em 25% o risco de problemas cardíacos. Por isso, consumir esse ingrediente na alimentação, hoje, é visto como um enorme fator de risco para doenças cardiovasculares, como o infarto e o acidente vascular cerebral (AVC).

Nem sempre foi assim

A gordura trans é muito usada na indústria nos últimos 30 anos porque, além de barata, dá crocância, textura e conserva-se sem ranço por mais tempo que a gordura de origem animal. Faz parte da receita de sorvetes, salgadinhos, bolos, chocolates, coberturas doces, batatinhas fritas de fast food, biscoitos, cookies, folhados, margarinas, maioneses - e por aí vai.

A lista é imensa. Muitos produtos feitos em padarias, confeitarias e lanchonetes são preparados com gordura vegetal hidrogenada, principal fonte da gordura trans.

Agora é lei

Uma entidade não-lucrativa norte-americana, a Ban Trans Fats, especializou-se em cobrar da indústria a transparência necessária em seus rótulos contando ao consumidor onde a gordura trans está presente. E conseguiu várias vitórias, inclusive uma lei da FDA, a agência de vigilância sanitária dos Estados Unidos, que obriga os fabricantes a explicitarem a presença dessa gordura no alimento.

Por aqui, isso também é lei, desde agosto de 2006: as empresas são obrigadas a informar nos rótulos de seus produtos alimentícios se eles são ou não livres de gorduras trans. O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) fez em outubro um levantamento com 370 alimentos industrializados à venda nas prateleiras dos supermercados brasileiros. Desses, apenas 231 estão cumprindo a lei. Os demais têm até dezembro para se ajustarem às novas exigências.

Parece, mas não é

Mas não pense que ao comprar algo "sem gorduras trans" na embalagem você não vai consumi-las. Os alimentos que não atingem o valor mínimo estabelecido - 0,2 grama por 100 gramas - são considerados livres pela lei de rotulagem. Assim, um alimento pode ser considerado "zero trans" quando contiver quantidade menor ou igual a 0,2 grama desse nutriente numa porção, segundo a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

É por isso que o consumidor compra chips, cubos de caldo de carne, margarina ou sorvete "livre de gorduras trans" na frente da embalagem, mas pode encontrar na parte de trás a expressão: "gordura vegetal hidrogenada" - ou seja, a própria trans.

O tamanho da porção

A cota diária de trans é de 2,2 gramas, no máximo, segundo a Organização Mundial de Saúde. Isso dá menos de um cookie por dia, ou meio biscoito recheado. Você pode trocar esse meio biscoito por meio donuts, ou por um pacote pequeno (25 gramas) de batatinhas chips. Uma porção grande de fritas de fast food? Esqueça: ela equivale às cotas de quatro dias juntos.

Da próxima vez que você for a um supermercado, além da informação se tem ou não gordura trans, observe a lista de ingredientes dos alimentos processados. Você verá as palavras "hidrogenado", "parcialmente hidrogenado" ou "gordura hidrogenada" muitas vezes. Quanto menos alimentos desse tipo entrarem no seu carrinho, melhor para a sua saúde.

Trans não é a mesma coisa que saturada

Muita gente acredita que fritar um alimento já produz gorduras trans ou saturadas. Na verdade, isso tem a ver com a gordura oxidada. Você também pode tornar a gordura prejudicial quando frita alguma coisa em óleo vegetal.

Todas as vezes em que se aquece bastante um óleo ele se oxida - por aí já dá para imaginar a quantidade de gordura oxidada no pastel de feira e naquelas frituras feitas com óleo reaproveitado na cozinha. Esse fenômeno causado pela fritura continuada se chama polimerismo. Trata-se da produção de grandes moléculas que são prejudiciais para a saúde e podem aumentar o risco de desenvolver vários tipos de câncer.

Já a gordura saturada existe em grandes quantidades nos produtos de origem animal, como carne, leite e derivados. Só para você saber: quando se come algo com gordura saturada, o fígado processa essa substância e produz o temido colesterol.

Essa gordura existe em pequenas quantidades nos óleos vegetais, que são as gorduras "boas". Por exemplo, o óleo de canola tem 6% ou 7%, o de girassol tem 11%. Apenas dois óleos vegetais têm muita gordura saturada: o de coco (95%) e o de palma (ou dendê), com cerca de 50%.

Perca o medo dele

Ninguém vive sem colesterol, por isso é bobagem quando alguém diz que "está com colesterol": todos estamos. A vida humana não é possível sem ele - tanto, que 70% do nosso colesterol é fabricado pelo próprio organismo. Essa substância gordurosa é básica para várias funções vitais, como a fabricação de hormônios e a formação das células.

É no colesterol em excesso que mora o perigo. Ao se acumular no sangue, ele forma os ateromas, aquelas placas de gordura que entopem as artérias e levam ao derrame e ao infarto.

Agora você já sabe: excesso de colesterol, gordura saturada e gorduras trans são três coisas diferentes - e delas, a trans é a pior em termos de risco para a saúde.

Mercosul

Nova geopolítica estende o bloco da Patagônia ao Caribe

Em 2006, as fronteiras do Mercosul (Mercado Comum do Sul) foram redesenhadas e abertas ao Caribe. Com a entrada da Venezuela o bloco passou a ter um território de 12,7 milhões de km², 250 milhões de habitantes e PIB aproximado de US\$ 1 trilhão. Não fossem os problemas

e os impasses vividos pelos seus membros nos últimos anos, esses números deveriam impor certo respeito no cenário internacional.

No entanto, além deles, existem outros questionamentos à consolidação e à ampliação do bloco original e a sua extensão por todo o continente sul-americano, da Patagônia, no extremo sul, ao Caribe, na extremidade oposta. Para compreendê-los, é importante relembrar brevemente a história desse bloco econômico.

Formação do Mercado Comum

Em 1991, o Tratado de Assunção, assinado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai definiu os objetivos do Mercosul: a criação de uma *União Aduaneira*, através da eliminação progressiva das tarifas alfandegárias entre os países-membros e da adoção de uma tarifa externa comum (TEC) para a comercialização com os outros países não pertencentes ao bloco.

Até 1995 o Mercosul funcionou apenas como uma *Zona de Livre Comércio*. A partir desse ano foi oficializada a constituição da União Aduaneira. Quatro anos mais tarde, surgiram graves divergências entre Brasil e Argentina, os mais importantes membros do grupo. A crise econômica, sobretudo na Argentina, levou este país a suspender algumas tarifas externas comuns. Conseqüentemente, ocorreu uma sensível queda das relações comerciais dentro do bloco.

Conflitos de interesses

Em 2006, a Argentina manifestou-se contra a implantação de fábricas de pasta de celulose no Uruguai, próximas ao seu território. O argumento do governo argentino é que estas fábricas, quando entrarem em produção, provocarão impactos ambientais nos dois lados da fronteira e comprometerão a qualidade das águas do rio Uruguai, divisa natural entre os dois países.

O Uruguai, nesse mesmo ano, sinalizou um possível rompimento com o Mercosul e cogitou estabelecer com os Estados Unidos um Tratado de Livre Comércio (TLC). Isto o colocaria, de fato, fora do Mercosul. O governo uruguaio denunciou as desvantagens comerciais que o país tem acumulado nas relações com Brasil e Argentina e aventou a possibilidade de firmar acordos bilaterais mais rentáveis com outros países.

Apesar da ameaça, o rompimento não foi efetivado. Os uruguaios assinaram com os norte-americanos apenas um acordo de intenções TPPI (Tratado de Promoção e Proteção de Investimentos) que poderá aumentar as exportações uruguaias para os Estados Unidos. Como não se trata de um acordo bilateral de livre comércio, não precisará desvincular-se do Mercosul.

Para evitar que isso ocorra, o governo brasileiro tem manifestado a intenção de discutir um programa de cooperação capaz de incrementar as importações procedentes deste país, estimular investimentos brasileiros e outras medidas que possam diminuir as assimetrias existentes nas relações entre o Uruguai e o Mercosul. Medidas semelhantes já têm sido discutidas para a promoção de intercâmbio econômico favorável ao Paraguai.

Expansão do Mercado

Desde a sua criação, ficou clara a disposição do Mercosul a integrar os países vizinhos. Em 1996, um ano após a criação da União Aduaneira, a Bolívia e o Chile foram incorporados na condição de Estados Associados. Um Estado Associado é beneficiado com a possibilidade de maior intercâmbio comercial com os países do bloco, com reduções de barreiras tarifárias e não-tarifárias. Porém, não participam das decisões econômicas, políticas ou institucionais. Desde 2004, a Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Peru passaram, também, à condição de Estados Associados.

A passagem da Venezuela da categoria de Estado Associado a membro pleno do Mercosul, em 2006, não foi consensual entre analistas, empresários e políticos. Opiniões contrárias à assimilação deste país alertam que o momento é o de fortalecer o Mercosul, eliminar as divergências entre os integrantes originais e não acelerar a sua expansão.

Outros, afirmam que a presença venezuelana, através da liderança de Hugo Chávez, levará à tomada de posições nacionalistas, à criação de maiores entraves nas negociações comerciais com os Estados Unidos e com a União Européia e enfraquecerá a influência do Brasil e da Argentina. São suposições muito subjetivas. Apesar do discurso antiimperialista de Chávez e das agressões verbais ao governo de Washington, os Estados Unidos são o maior comprador do petróleo venezuelano.

O fator Venezuela

O fato é que a entrada da Venezuela incrementará o comércio regional. A Venezuela tem peso na América do Sul. Possui 30 milhões de habitantes, tem reservas substanciais de gás e é o quinto produtor de petróleo do mundo. Os petrodólares acumulados nos últimos anos têm estimulado investimentos externos do país que podem ser dirigidos ao Mercosul.

Já em 2005, a PDVSA (Petróleo da Venezuela S.A.) associou-se à Petrobras para a construção de uma refinaria de petróleo em Suape, Pernambuco, a Refinaria Abreu de Lima. No mesmo ano formulou um projeto, em associação com o Brasil e a Argentina, de construção do Gasoduto do Sul com cerca de 8 mil quilômetros de extensão e custo aproximado de US\$ 20 bilhões. Caso se concretize, transportará o gás venezuelano aos países do Mercosul e se conectará com o Gasbol (Gasoduto Bolívia-Brasil).

As relações comerciais do Brasil com a Venezuela têm sido favoráveis nos últimos anos e poderão ser ampliadas com a abertura progressiva do mercado venezuelano aos produtos e investimentos brasileiros. O novo integrante tem prazo até 2014 para abolir todas as suas barreiras alfandegárias. Aos argumentos favoráveis à ampliação do Mercosul, agrega-se a modificação do contexto geopolítico do bloco. Centrado, desde a sua criação, no Cone Sul do continente, agora se estende da Patagônia ao Caribe.

Aquecimento global

Descobertas novas conseqüências, cada vez mais catastróficas

No início de outubro de 2005, ocorreu uma tempestade no Alasca, Estado norte-americano que se encontra isolado do resto do país, constituindo uma imensa península (1.717.852 Km², maior do que o Estado do Amazonas), da qual cerca de um terço se localiza no círculo polar Ártico, na extremidade Noroeste da América do Norte.

A tempestade provocou ondas de 4,5 metros de altura que percorreram 13 mil quilômetros do oceano Pacífico em seis dias, até atingir e destruir um iceberg de 96 quilômetros de comprimento, literalmente, do outro lado do mundo, na Antártida. O fenômeno foi acompanhado por pesquisadores de duas universidades norte-americanas.

Segundo esses cientistas - Douglas MacAye e Emile Okal -, a descoberta mostra que o clima de uma região pode ter impacto significativo em lugares distantes e tão opostos quanto os pólos do planeta. Além disso, evidencia que as mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global já começam a ameaçar a Antártida, com conseqüências catastróficas.

Verdade inconveniente

"Acreditava-se que a maior massa de gelo no planeta - a Antártida oriental - estivesse aumentando. Faz dois meses, um novo estudo pormenorizado mostrou indícios de que ela também pode estar começando a derreter. O sistema do clima geral é formado pelos padrões planetários dos ventos e das correntes marítimas, que redistribuem o calor dos trópicos para os pólos".

Quem faz esse alerta é ninguém menos do que Al Gore, o ex-presidente dos Estados Unidos entre 1993 e 2001, no livro e no documentário por ele produzidos, ambos intitulados "Uma Verdade Inconveniente", cujo tema é exatamente o caráter emergencial que a situação do aquecimento global já adquiriu.

Considerado como "imperdível" pela revista norte-americana "Newsweek", as duas obras de

Gore mostra que - a menos que se diminuam drasticamente as emissões de dióxido de carbono (CO₂ e outros gases, o aquecimento global provocará uma mudança climática que acabará com a vida como a conhecemos.

Ponto sem volta

Gore acredita que é necessária uma ação internacional imediata para reverter a situação. Para o cientista e ambientalista inglês James Lovelock, no entanto, "o aquecimento global já passou do ponto sem volta". "A situação se tornará insuportável lá por 2040", diz ele em seu novo livro, "A Vingança de Gaia", recentemente lançado em seu país.

"Gaia" é o nome que ele dá à Terra, ao mesmo tempo em que a concebe como um organismo vivo, dotado da capacidade de se manter saudável, o que implica a eliminação de formas de vida que ameacem ela mesma, ou seja, a raça humana.

Em entrevista à revista Veja, de 25 de outubro de 2006, Lovelock não esconde seu pessimismo: "O aquecimento global foi provocado pelo homem e, por isso, corremos o risco de ser extintos. Até 2100, é provável que desapareça 80% da humanidade".

Vontade política

Mas Lovelock não deixa de apontar alternativas, como o uso de energia nuclear, que tem se revelado muito mais segura e barata do que se supunha há duas décadas atrás. Gore também deixa claro que já dispomos de toda a tecnologia de que precisamos para combater o aquecimento global, como máquinas não poluentes, energia solar e eólica.

Segundo Al Gore, a única coisa que ainda nos falta para entrar em ação é a vontade política. No entanto, como ele mesmo faz questão de lembrar em artigo escrito para a revista norte-americana "Vanity Fair", "nas democracias a vontade política é um recurso renovável".

Aquecimento global

Os efeitos da catástrofe no Brasil

Apresentado no dia 2 de fevereiro de 2007, em Paris, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, na sigla em inglês) mais confirmou hipóteses do que revelou surpresas.

Há 90% de certeza de que o aquecimento global é causado pelas atividades humanas, que seus efeitos no clima já começaram e que continuarão pelos próximos séculos, ainda que haja um corte nas reduções dos chamados gases estufa, que provocam o efeito conhecido pelo mesmo nome.

O relatório, porém, traz dados mais consistentes e realistas que o da última versão, datada de 2001, pois os modelos de análise do clima foram bastante aprimorados nesses últimos anos. Com isso, uma questão particularmente preocupante para o Brasil tornou-se evidente: a dos extremos climáticos, que se caracterizam por pancadas de chuva violentas alternadas por longas secas, ondas de calor e furacões.

Extremos climáticos

A questão é especialmente grave no Brasil, um país já marcado por muitos extremos climáticos, o que implica em secas, enxurradas, deslizamentos de encostas, inundações e vendavais, os quais certamente irão se intensificar. Por isso, eles têm o potencial de perturbar a vida dos brasileiros tanto ou mais do que o aumento de temperatura propriamente dito.

São exemplos de extremo climático o furacão Catarina, evento raro em território nacional, que prejudicou agricultores e desabrigou famílias no sul do país em 2004, e ainda a seca na Amazônia em 2005, que levou a região a apresentar o menor índice pluviométrico em quase meio século. Sem falar na maior temperatura já registrada na história do país: 44,6° C na cidade de Bom Jesus (PI), também em 2005, e as inundações em Minas Gerais e São Paulo neste início de 2007.

Tanto os extremos climáticos quanto o aquecimento estendem seus efeitos para o campo

econômico. Os sintomas dessa crise ambiental atingem diretamente a agricultura. A redução nos lucros do agronegócio, que responde por mais de 25% do PIB (Produto Interno Bruto) poderá causar prejuízos de até 10% à riqueza nacional, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (CEPEA/Esalq), de São Paulo.

Diminuição de safras

A entidade alerta para o fato de que em 2006 a safra de soja diminuiu em mais de 10% em relação ao ano anterior por causa do clima seco. Os prejuízos econômicos, no caso, não se limitam à somente à própria diminuição dos grãos, pois a soja faz parte de várias cadeias alimentares de animais criados no Brasil, sendo a base de rações de aves e suínos.

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura da Universidade estadual de Campinas (Cepeagri/Unicamp), também no Estado de São Paulo, revela que, num cenário mais pessimista, as safras dos principais grãos cultivados no Brasil podem cair pela metade no próximo século.

Responsável por 5% do PIB do agronegócio brasileiro, o café seria o produto mais prejudicado, com queda de 90% na produção. O grão deixaria de existir para sempre nas zonas tradicionais de cultivo, como o Oeste paulista, para ser produzido somente em regiões do território nacional com temperaturas mais amenas, como o Paraná e o Rio Grande do Sul.

Estudo e combate

Se pesquisas como essas são efetivamente assustadoras, por outro lado, elas são simultaneamente uma forma de combater os problemas. O estudo do Ceagri/Unicamp cruza as previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática com o zoneamento de risco climático das cinco principais culturas agrícolas do Brasil (café, arroz, milho, feijão e soja), de modo a prever o quê, quando e onde se pode plantar diminuindo os prejuízos por causa do clima.

Isto é, a pesquisa permite avaliar que zonas seriam aptas para o plantio das culturas selecionadas, se houvesse um aumento de 1,5° C, 3° C, ou 6° C, determinando em que áreas de cultivo o aquecimento global faria as temperaturas ultrapassarem os limites de cada um desses produtos, provocando queda na produção.

Desse modo, o projeto do Ceagri/Unicamp, que também conta com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pode antever e propor soluções que reduzam a perda de 70% da área agrícola do Brasil.

Melhoramento genético

Mas os caminhos que os cientistas da Embrapa apostam para adaptar a agricultura brasileira aos novos cenários climáticos são o melhoramento genético e a substituição de culturas. É preciso desenvolver, num primeiro momento, espécies mais resistentes ao calor, num segundo plano, espécies que possam aumentar a limpeza da atmosfera, como a produção de matéria-prima para a bioenergia.

Líder mundial do uso de biocombustível como fonte de energia para o transporte, o Brasil pode até lucrar com a crise, uma vez que a União Européia, por exemplo, já decidiu ter 10% de sua frota de carros movida a álcool até o ano de 2020.

O que o país não pode é ficar de braços cruzados: precisa urgentemente reduzir a emissão de gases estufa, principalmente a partir da diminuição das queimadas, que representam 75% das emissões, segundo dados da ONG WWF-Brasil (World Wildlife Fund/Fundo Mundial para a Natureza). O Brasil está entre os 10 maiores países poluidores do planeta.

Crise do gás

Brasil-Bolívia e o cenário geopolítico sul-americano

A recente celeuma envolvendo a nacionalização dos hidrocarbonetos (gás e petróleo) bolivianos demonstra a reconfiguração geopolítica que perpassa pelo subcontinente sul-americano nos últimos anos. Esta reconfiguração aponta para uma América do sul mais à esquerda, como nunca antes visto. Neste espaço, onde para muitos o Brasil seria uma "liderança natural", tem aparecido lampejos de rebeldia à suposta liderança, como transparece nas ações de Hugo Chávez, Evo Morales, ou mesmo Nestor Kirchner.

A Bolívia, razão da última turbulência, traz em sua trajetória uma história de derrotas e usurpação de suas riquezas. No início, foi a prata, levada de Potossi pelo colonizador espanhol. As jazidas de estanho, que chegaram a ser as segundas maiores do mundo, se exauriram devido à exploração intensiva que mineradoras internacionais realizaram no país. Sobrou do espólio exploratório o gás, o petróleo e muita pobreza. Talvez a última chance de sair do atoleiro social no qual vive o país esteja em resguardar o que sobrou de suas reservas minerais para um uso mais racional e em prol do país, coisa que de fato nunca houve.

Em sua formação territorial, o país acumula grandes perdas. Para o Chile, perdeu a saída para o mar, após a Guerra do Pacífico, no final do século XIX. O revanchismo boliviano é vivo até hoje e foi um dos fatores dos distúrbios de 2003 que derrubaram o presidente Sánchez de Lozada; o presidente acertara com os chilenos o escoamento dos recursos bolivianos por um porto no país vizinho, fato inaceitável aos índios nacionalistas.

Quanto às relações Brasil-Bolívia (em um século de história) revelam um indisfarçável subimperialismo brasileiro. No começo do século XX, o diplomata José Maria Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, encaminhou as negociações entre os dois países, após esses se desentenderem sobre seringueiros brasileiros na imprecisa fronteira Brasil-Bolívia. O desfecho do episódio culminou com a conquista do Acre pelo Brasil.

Na metade do século passado, Brasil e Argentina constituíram os dois jogadores em busca da hegemonia local, permanecendo os outros três países que também se encontram na área da bacia Platina - Bolívia, Paraguai e Uruguai - à mercê da influência de uma ou outra potência regional. A Argentina iniciou o século XX com preponderância na América do Sul, mas o Brasil virou o jogo a partir da segunda metade do século. Nesse contexto, o Brasil "roubou" a Bolívia da Argentina, oferecendo-lhe uma "saída" para o Atlântico por dentro do território brasileiro, através da EFBRB (Estrada de Ferro Brasil-Bolívia), viabilizando ao país andino o acesso ao Porto de Santos. Nessa realização estava contida a estratégia brasileira de captação dos vizinhos sul-americanos, idealizada nos gabinetes da Escola Superior de Guerra, de quem o general Golbery do Couto e Silva era o principal mentor intelectual.

O terceiro movimento da geopolítica brasileira nessa espécie de "satelização" boliviana, foi a investida da Petrobras rumo às riquezas dos hidrocarbonetos do vizinho andino. Isto se deu no início dos anos 1990, ainda no governo Collor, e se aprofundou com o início das obras do gasoduto Brasil-Bolívia, em 1997. Com a utilização do gás boliviano, a matriz energética brasileira, assentada até então na energia hidráulica e petrolífera, passaria a contar com uma contribuição do gás de aproximadamente 10% em seu parque energético.

A ação do governo brasileiro pretendia atender a duas pretensões: primeiro, potencializar a demanda energética brasileira, à época sob forte ameaça de um "apagão"; segundo, consolidar a subserviência geopolítica boliviana ao Brasil. A Petrobrás seria indispensável nesse processo, já que se converteu em uma das gigantes do petróleo na área internacional.

Mas o cenário da política interna boliviana seria abalado por uma série de manifestações nacionalistas, que, entre outras coisas, clamava pela nacionalização do subsolo boliviano e se manifestava contra a "entrega" das reservas do país. No conturbado cenário, perpassaram pela Bolívia, em menos de três anos, três presidentes. Um plebiscito, realizado em 2003, atestou o resultado de 92% pelo resgate da soberania boliviana junto aos hidrocarbonetos. É evidente a mudança do cenário político que ocorreu na Bolívia, um país que há pouco tempo tinha no comando do país um presidente com forte sotaque inglês, El Gringo (Sanches de Lozada, educado nos Estados Unidos e oriundo da elite branca boliviana).

A eleição de Evo Morales, em 2005, para a Presidência da República anunciava as mudanças.

Índio aimará, líder cocaleiro, socialista e fundador do partido de esquerda MAS (Movimento ao Socialismo), vinha somar-se à onda esquerdista ascendente na América do Sul. Para muitos, esse foi um efeito da falência do modelo neoliberal, adotado em massa no subcontinente na década de 1990.

O último capítulo é a presente crise Brasil-Bolívia envolvendo a discórdia em torno da exploração do gás. Os fatos ainda estão se desenrolando e a polêmica instaurada. Contudo, uma análise conjuntural pertinente, exige que a paixão nacionalista de ambos os lados seja colocada de lado e a âncora da compreensão deve ser lançada primeira ao passado e depois ao futuro, para poder assim, analisar com lisura o presente.

Coréia do Norte

Explosão nuclear no Sudeste asiático abala política no mundo inteiro

A inesperada explosão subterrânea de uma bomba atômica pela Coréia do Norte, em 9 de outubro de 2006, provocou muito mais abalos políticos do que sísmicos. Até mesmo a China, tradicional aliada dos norte-coreanos, posicionou-se contrariamente ao governo de Pyongyang, a capital da República Popular Democrática da Coréia - nome oficial do mais novo membro do pequeno grupo de países que possuem armas nucleares.

Por que um país pequeno e pobre como a Coréia do Norte desenvolveu um programa nuclear com finalidades bélicas? O que leva seu teste com uma bomba atômica a provocar apreensão em países tão diversos quanto os Estados Unidos e a Rússia? E como a própria China e o Japão, adversários tradicionais, se uniram para protestar e propor sanções contra os norte-coreanos?

Evidentemente, a existência e proliferação de armas nucleares em qualquer país mundo já é motivo suficiente de preocupações e temores. Entretanto, para compreender melhor a questão da Coréia do Norte, é preciso conhecer a história desse país e a sua inserção no mundo e no Sudeste asiático, onde ele se localiza. Para isso, é preciso recuar no tempo até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Guerra fria

Neste ano, a Coréia viu-se livre a invasão japonesa, mas os seus libertadores, a União Soviética, ao Norte, e os Estados Unidos, ao Sul, embora aliados contra o Eixo Alemanha-Itália-Japão, eram rivais na influência que pretendiam exercer no mundo do pós-guerra. Representavam sistemas econômico-políticos antagônicos: o comunismo e o capitalismo.

EUA e URSS dividiram a Coréia de acordo com seus próprios interesses geopolíticos, sem prestar grande atenção aos anseios coreanos. Era o início da chamada Guerra Fria entre as duas nações que emergiram da Segunda Guerra como grandes potências militares.

Até a década de 1990, quando ocorreu o colapso da URSS, os dois países (e regimes) se enfrentariam indiretamente em diversos locais do planeta, evitando um confronto direto. Como as duas potências dispunham de grandes arsenais nucleares, uma guerra entre elas podia significar - literalmente - o fim do mundo.

Paralelo 38

No norte da Coréia, a influência soviética se traduziu na implantação de um regime comunista e na proclamação da República Democrática Popular da Coréia em setembro de 1948, liderada pelo secretário-geral do Partido dos Trabalhadores Norte-coreanos, Kim Il-Sung. A península coreana foi dividida no paralelo 38, ao sul do qual os Estados Unidos apoiaram o regime nacionalista de Singman Rhee, eleito o primeiro presidente da República da Coréia (ou Coréia do Sul).

Entre 1948 e 1949, apesar da tensão entre as duas Coréias, EUA e URSS retiraram suas tropas da região, mas quem apostava na permanência de uma situação pacífica entre os

coreanos do norte e do sul viu suas expectativas frustradas em 1950.

Nesse ano, tropas norte-coreanas, com apoio soviético e chinês, atravessaram o paralelo 38, invadindo a Coreia do Sul e dando início a uma guerra que se estenderia até 1953. A Organização das Nações Unidas condenou a invasão, o que permitiu aos Estados Unidos enviarem tropas em socorro dos sul-coreanos. Para evitar a derrota da Coreia do Norte, a China engajou suas tropas no conflito.

A intervenção chinesa fez a situação voltar à que havia em 1949, com a Coreia do Norte e a do Sul divididas pelo paralelo 38 e adotando, respectivamente, regimes comunista e capitalista. A partir daí, o desenvolvimento político e econômico dos dois países tomou rumos divergentes.

Dois modelos

Na Coreia do Norte, implantou-se uma ditadura comandada por Kim Il-Sung até 1980, quando o poder passou às mãos de seu filho Kim Jong-Il, atual líder do país. O regime se tornou autoritário, repressivo e cada vez mais militarizado. Com isso, a economia norte-coreana desandou. Considerada mais desenvolvida que seu vizinho do Sul até o começo da gestão Jong-Il, a Coreia do Norte vive desde então em permanente crise econômica.

Sua indústria (à exceção da bélica) declinou, o país tornou-se fundamentalmente agrícola, em condições geográficas adversas. Grande parte da sua população, de cerca de 23 milhões de habitantes, depende do auxílio humanitário de outros países para não morrer de fome.

Já a Coreia do Sul, que viveu sob ditaduras militares de direita dos anos 1960 até o fim dos anos 1980, evoluiu em direção à democracia, ao mesmo tempo em que - promovendo uma revolução educacional - tornou-se um país altamente industrializado e rico, ingressando no grupo de países conhecidos como Tigres Asiáticos.

A relação entre as duas Coreias conheceu momentos de distensão ao longo desse período que vem do fim da guerra aos dias de hoje, embora diversas crises tenham ocorrido esporadicamente. Os dois países aderiram à ONU em 1991 e assinaram tratados de desnuclearização da península.

Chantagem nuclear

Desde 1998, entretanto, tornou-se fato notório que a Coreia do Norte desenvolvia um programa nuclear com fins militares. Na verdade, o governo de Pyongyang passou a usar a ameaça atômica como elemento de barganha para angariar recursos e auxílio econômico, provenientes principalmente da Coreia do Sul e do Japão, os alvos mais próximos e prováveis de um ataque norte-coreano.

Ao longo da década de 1990 e no início da década de 2000, os Estados Unidos procuraram conter diplomaticamente a corrida armamentista da Coreia do Norte, embora sua política tenha apresentado inflexões mais brandas ou agressivas, durante os governos de Bill Clinton (1993-2000) e George W. Bush (a partir de 2001).

Por enquanto, os desdobramentos do episódio do teste nuclear de 9 de outubro de 2006 são imprevisíveis. Os países que integram o Conselho de Segurança da ONU, formado por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China) e dez eleitos para atuar por dois anos, deliberaram sobre que medidas tomar para conter a Coreia do Norte e evitar uma guerra.

Os norte-coreanos afirmam que farão mais testes nucleares e ameaçam reagir a quaisquer retaliações. A sorte está lançada: a paz no Sudeste asiático está mais uma vez em jogo.

Terrorismo: presente e passado

A violência indiscriminada como arma política ou religiosa

Em 11 de setembro de 2001, a cidade de Nova York foi atingida pelo atentado terrorista mais ousado até agora cometido. Aviões de carreira foram seqüestrados e utilizados como mísseis para derrubar as torres gêmeas do World Trade Center, provocando um resultado catastrófico.

Por trás do ataque, que visava desafiar o poderio internacional norte-americano e demonstrar a vulnerabilidade dos Estados Unidos, encontrava-se uma organização islâmica, a Al-Qaeda, liderada por Osama bin Laden, que continua foragido.

As dimensões do atentado e suas conseqüências demonstraram que as ações terroristas se tornavam, em nível mundial, um dos principais problemas políticos e de segurança pública do século 21.

Por hipótese, os mais variados grupos que podem recorrer a essa prática - o terrorismo - não teriam dificuldade de acesso às mais sofisticadas armas de destruição em massa, bem como poderiam se utilizar de uma implacável criatividade para atingir seus objetivos.

Provocar pânico

Quais são, porém, esses objetivos? O que é o terrorismo, afinal? Quando essa prática surgiu? A resposta dessas questões pode comportar algumas surpresas. A primeira delas é que a origem mais remota desse problema contemporâneo pode ser encontrada mais de dois mil anos atrás, no mesmo lugar onde atualmente ele ainda é tão comum: o Oriente Médio. Antes de falar disso, porém, vale a pena especificar o conceito da expressão, embora ele seja polêmico.

Por terrorismo, em geral, entende-se o uso sistemático da violência para intimidar um governo ou uma população, de modo a alcançar um objetivo político, ideológico ou religioso. Ou seja, o ato terrorista não visa a atingir somente suas vítimas diretas, mas disseminar o medo, o terror, na sociedade a que elas pertencem.

Nesse sentido, o terrorismo ataca indiscriminadamente, atingindo principalmente alvos civis, o que é a prova mais evidente da inexistência de valores éticos e de reconhecimento pela vida humana nos métodos terroristas, independentemente dos fins a que eles se propõem.

Por isso, o termo passou a designar a violência político-religiosa imoral e injustificada. Tanto que os próprios terroristas - que não pertencem a forças armadas reconhecidas e legais - não se reconhecem enquanto tal. Consideram-se guerrilheiros, rebeldes, revolucionários, separatistas, enfim, qualquer outra palavra que amenize o significado real de suas ações.

Terror à francesa

Historicamente, os métodos terroristas foram utilizados tanto por organizações de esquerda quanto de direita, por grupos nacionalistas, religiosos, revolucionários e até mesmo por governos constituídos. Nesse sentido, aliás, convém lembrar que a expressão "terror" teve seu primeiro uso no âmbito da política durante a ditadura de Robespierre e Saint-Just, na Revolução Francesa.

O Terror, então, era um instrumento de emergência a que o governo revolucionário recorreu para manter-se no poder. Enquanto governo estabelecido, os franceses mencionados não foram os únicos a usá-lo. Os bolcheviques também o empregaram na Rússia após a Revolução de 1917, da mesma maneira que os fascistas e os nazistas, respectivamente na Itália e na Alemanha, nos anos 1930. Assim também, a ditadura militar brasileira, em especial entre 1968 e 1977.

O terrorismo, entretanto, costuma estar mais identificado às práticas a que recorrem os grupos que visam a combater um governo estabelecido. Sua forma de aplicação clássica é o atentado político que desencadeia uma luta e abre caminho para a conquista do poder.

Abaixo o imperialismo romano

O grupo mais antigo a se utilizar desse método foram os zelotes, uma seita e partido político judaico, que desencadeou uma luta contra o poder romano na Judéia, na época do imperador Tito (79-81d.C.). Entre outras ações, os zelotes assassinavam judeus ricos que colaboravam com Roma.

No entanto, em sentido mais estrito e já com esse nome, as táticas terroristas passaram a ser empregadas no século 19, com a fundação da Irish Republican Brotherhood em 1867, com que os republicanos irlandeses passaram a combater o domínio inglês sobre seu território. Essa irmandade ("brotherhood") foi a precursora do IRA - Irish Republican Army (Exército Republicano Irlandês) que continuou a utilizar-se do terrorismo até o final do século 20.

É provável que os irlandeses tenham exportado suas táticas para as organizações revolucionárias anarquistas russas no final do século 19. Desses grupos, o Narodnaia Volia ("Vontade do Povo") promoveu o atentado mais notório de sua época: o assassinato do czar (imperador) Alexandre 2º, em 1881.

Bombas e prêmios

Datam desse mesmo período, as primeiras explosões a dinamite em locais públicos perpetrados pela organização anarquista Bandera Negra, da Catalunha (Espanha). Esse tipo de atentado passou a se repetir, desde então, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Nem por isso, os assassinatos foram deixados de lado. O estopim da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, foi o assassinato do arquiduque da Áustria-Hungria Francisco Ferdinando em 28 de junho de 1914, em Sarajevo, na Bósnia.

Para finalizar, convém lembrar que políticos que recorreram ao terrorismo, muitas vezes, abandonaram essa prática e aderiram a outros métodos de luta, mais legítimos e eficientes para sua causa, tornando-se homens de Estado respeitáveis e chegando a receber o Prêmio Nobel da Paz. São os casos, entre outros, do líder negro sul-africano Nelson Mandela ou do palestino Yasser Arafat.

Bric

Brasil tem menor crescimento que Rússia, Índia e China

Apesar de o termo Bric colocar o Brasil ao lado da Rússia, da Índia e da China, o desempenho da economia brasileira ficou aquém daquele observado entre os seus pares. Na comparação com outros países emergentes, o Brasil também sai perdendo.

No primeiro trimestre deste ano, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,4% ante o mesmo período de 2005, o russo teve uma expansão de 4,6%. Já as economias indiana e chinesa cresceram 9,3% e 10,3%, respectivamente.

Na lista de obstáculos à frente do Brasil, economistas ouvidos pela Folha apontam as taxas de juros mais elevadas que a dos demais países em desenvolvimento, a carga tributária pesada, que leva 38% do PIB, e arcabouços regulatórios considerados confusos pelos investidores internacionais.

A economista-chefe do BES Investimento, Sandra Utsumi, argumenta também que o perfil da economia brasileira reúne algumas características negativas dos países desenvolvidos - legislação trabalhista pouco flexível e o fardo da Previdência Social nas contas públicas, por exemplo- e ineficiências típicas de países em fase de desenvolvimento. Diante disso, diz Utsumi: "Para o histórico recente brasileiro, o resultado foi bom, mas acabou evidenciando as restrições ao crescimento brasileiro em relação a outros emergentes".

Ao fazer uma análise da economia brasileira, o autor do termo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), o economista do Goldman Sachs Jim O'Neill, destacou alguns elementos que atravancam a economia brasileira. "A dívida externa, a corrupção, a regulamentação e a estabilidade política são itens nos quais o Brasil precisa trabalhar mais", disse. Mesmo com a ressalva, O'Neill enfatiza que o país ainda merece pertencer ao grupo Bric.

Setor externo

Uma dificuldade conjuntural também ajuda a explicar o desempenho mais modesto ante os demais emergentes. Na comparação pontual com países asiáticos como a Malásia, a Indonésia e a Coréia do Sul, dá para observar que a taxa de câmbio desvalorizada ajuda as exportações desses países. Com isso, eles conseguem se beneficiar mais do crescimento da economia mundial e acelerar o crescimento do PIB.

No caso da Índia, foi o dinamismo do setor de manufaturados e o impulso das exportações que alavancaram o PIB do primeiro trimestre deste ano.

Já o Brasil, mesmo com as recentes altas da cotação do dólar, ainda sente o efeito da apreciação cambial. "Neste ano, não são as exportações que vão comandar o crescimento do Brasil. No segundo trimestre, o câmbio causará um efeito de baixa mais forte nas vendas externas", afirmou Alex Agostini, da consultoria Austin Rating.

Sem inveja

A comparação com países de porte semelhante ao do Brasil suscita o debate sobre a possibilidade de a economia brasileira conseguir acompanhar o ritmo das economias asiáticas. Os economistas afirmam que, como o Brasil começou a crescer bem antes desses países, a tendência natural é a de ter hoje taxas de crescimento menores.

Para O'Neill, uma meta desejável para o Brasil é manter uma média anual constante de 3,7% pelas próximas décadas.

A avaliação da economista do BES Investimento é semelhante: "Não adianta o Brasil ter surtos de alto crescimento que não conseguirão se sustentar".

Na mira da ONU

Programa nuclear do Irã incita preocupação internacional

Na semana passada, o regime de Teerã (capital iraniana) removeu os lacres que há um ano haviam sido afixados à instalação de enriquecimento de urânio de Natanz pela AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). A medida acendeu uma luz vermelha para o Irã na comunidade internacional.

O regime anunciou que os trabalhos na instalação seriam reativados para fins pacíficos, mas a remoção dos lacres da AIEA provocou uma onda de preocupação. Desde a Casa Branca, em Washington, ao Kremlin, em Moscou - que é um aliado tradicional de Teerã -, a reação foi rápida.

Em uma conferência telefônica organizada às pressas, a secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, discutiu o assunto com o seu colega russo, o ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov.

Em Berlim, a chanceler alemã Angela Merkel, antes de seguir para Washington para a sua primeira visita oficial de Estado ao presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, conversou com o primeiro-ministro britânico Tony Blair, a fim de articular uma resposta coordenada.

O ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, convidou os seus congêneres britânico e francês para uma reunião sobre o tema, em Berlim.

Até mesmo o diretor da AIEA, Mohammed ElBaradei, que costuma mostrar-se reservado quando se trata de criticar Teerã, respondeu ao incidente com uma clareza incomum. "Estou lentamente perdendo a paciência", disse o principal inspetor mundial de armas e recente ganhador do Prêmio Nobel da Paz, em alusão aos mulás do Irã, acrescentando que os iranianos haviam cruzado "uma linha vermelha".

Teerã diz que vai apenas realizar pequenos experimentos nos seus laboratórios nucleares e que pretende usar a tecnologia para fins pacíficos.

Embora o regime iraniano já tivesse fabricado um grande número de centrífugas de gás quando os inspetores da AIEA lacraram a instalação nuclear em novembro de 2004, os cientistas nucleares do país não haviam ainda vencido integralmente os desafios para o enriquecimento do urânio.

As centrífugas individuais falhavam sistematicamente, e os cientistas enfrentavam problemas com o bombeamento do hexafluoreto de urânio gasoso para o sistema.

Agora, a AIEA teme que a nova série de experimentos do Irã possa preencher essa lacuna crítica.

Cúpula das Américas

Evento recoloca em pauta a criação da Alca

A 4ª Cúpula das Américas realizada em Mar del Plata, na Argentina, recolocou na pauta do continente a discussão sobre a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

A apresentação da Alca começou formalmente em dezembro de 1994, na Cúpula das Américas em Miami. Na ocasião, 34 países assinaram uma carta de intenções visando à criação de uma área de livre comércio que comportaria uma população de cerca de 830 milhões de habitantes e um PIB estimado em US\$ 13 trilhões.

Em abril de 2001, na Cúpula das Américas em Quebec (Canadá), ficou mantido o calendário original: negociações até o final de 2004, ratificação do acordo pelos parlamentos em 2005 e implantação a partir de 2006. Mas, na Cúpula de Miami em 2003, desentendimentos entre EUA e Brasil resultaram na aprovação de regras mais flexíveis para as futuras negociações. A nova versão da Alca autorizava cada país a negociar à parte acordos bilaterais sobre a liberalização de mercado.

Frustrado o projeto de uma Alca que abarcasse a totalidade das nações do continente, a Casa Branca apostou suas fichas na criação de blocos regionais. Dessa estratégia surgiu o Acordo de Livre Comércio da América Central e República Dominicana (Cafta-RD). O novo bloco comercial que conta com a participação dos EUA, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Guatemala e República Dominicana entrará em vigor a partir de 2006.

Brasil e Argentina defenderam na Cúpula das Américas de Mar Del Plata que é inoportuna a discussão sobre a Alca. Pelo visto, continuam convencidos de que a melhor alternativa é o fortalecimento do Mercosul.

Lei da Biossegurança

Legislação contempla células-tronco e transgênicos

Neste ano (2006), foi aprovada a Lei da Biossegurança no país, que contempla a questão das células-tronco e dos transgênicos.

O aluno deve ficar atento ao significado múltiplo de células-tronco, já que elas aparecem em embriões, no cordão umbilical, na medula óssea, no fígado e em alguns outros tecidos. Dos citados, apenas as células derivadas de embriões não estavam liberadas para a pesquisa. Toda célula-tronco é pouco diferenciada e dá origem a outros tipos de célula, já as da medula óssea dão origem a células sanguíneas, como hemácias e leucócitos. Só as células embrionárias podem ser consideradas totipotentes ou pluripotentes, já que somente essas células podem gerar por diferenciação os 216 tipos de célula do nosso organismo.

Aspectos éticos envolvem a FIV, conhecida como "bebê de proveta". Nessa técnica, são necessários os gametas masculino e feminino para a obtenção do zigoto que se desenvolverá em um embrião.

Por que são necessários vários embriões? A média de eficiência para se desenvolver pelo menos um dos dois embriões colocados no útero fica em torno de 50%. Os excedentes são congelados --não podem ser descartados.

A lei prevê que os embriões liberados para a pesquisa são aqueles que estejam congelados há pelo menos três anos e que tenham até 14 dias, fase conhecida como blastocisto --quando não há resquício de sistema nervoso no embrião. Alguns pesquisadores entendem que, se a morte deve ser encarada como morte cerebral, o início da vida também deveria assim ser considerado.

Células-tronco

Entenda o que são e para que servem as células-tronco

As células-tronco podem ser obtidas de embriões ou de tecidos maduros de crianças ou adultos. Entretanto, as embrionárias têm a capacidade de se transformar em praticamente qualquer célula do corpo. Por essa razão, chamam mais a atenção dos pesquisadores, que as consideram como coringas.

Por coringa entenda-se a capacidade de contribuir para o tratamento de doenças degenerativas, como o mal de Parkinson, derrames, infartos e câncer, entre outras.

Mas a retirada de células-tronco acaba destruindo os embriões, o que tem provocado reações contrárias de diversos segmentos da sociedade mundial. Grupos religiosos e outros setores sociais engajados na luta antiaborto não aceitam a destruição dos embriões.

Para aumentar ainda mais a polêmica, a obtenção de células-tronco embrionárias pode ser feita a partir de outra alternativa não menos controversa: a clonagem humana.

Segundo os cientistas, seriam usados apenas embriões descartados pelas clínicas de fertilização e que, mesmo se implantados no útero de uma mulher, dificilmente resultariam em uma gravidez. Ou seja, embriões que provavelmente nunca se desenvolverão.

No Brasil, a Lei de Biossegurança, aprovada em 1995, proíbe as pesquisas com embriões humanos, o que acaba incluindo a clonagem reprodutiva e terapêutica, além da manipulação com células-tronco. Uma nova proposta, que tramita no Congresso Nacional pode mudar esse quadro.

Porém, a polêmica entre religiosos e cientistas também está presente no Legislativo brasileiro. Diversos países já permitem esse tipo de pesquisa.

Bush deixa Brasil com acordo sobre etanol, mas sem ceder na tarifa

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, deixou o Brasil às 18h39 desta sexta-feira. Bush partiu da base aérea de Cumbica, em Guarulhos (SP), rumo ao Uruguai, onde chegou por volta das 20h30 de Brasília.

O norte-americano deixou o Brasil após ter assinado um acordo de cooperação tecnológica para a produção do etanol, mas também depois de ter afirmado que não concorda com a reivindicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a redução imediata da tarifa norte-americana de importação do biocombustível brasileiro, que é de US\$ 0,54 (cerca de R\$ 1,13) por galão.

"Isso não vai acontecer. A lei vai até 2009", disse Bush, referindo-se à recente renovação pelo Congresso dos EUA da legislação que estipula a tarifa.

As declarações foram feitas em São Paulo no início da tarde desta sexta-feira, depois de pronunciamento conjunto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em resposta, Lula disse que a redução da tarifa de importação do etanol depende de "muita conversa e convencimento" para ser efetivada. "Não acho que um país vá abrir mão das coisas que protegem seu comércio porque um outro está pedindo. É um processo de convencimento, de muita conversa, e vai chegar um dia que essa conversa vai amadurecer e chegar num denominador comum que vai permitir um acordo", afirmou.

A redução da tarifa é a questão central da negociação sobre biocombustíveis entre os dois países, ponto principal da visita de Bush ao Brasil.

Os produtores brasileiros de álcool pressionaram o governo para que Lula pedisse a diminuição da tarifa a Bush, mas, de modo geral, o setor apostava que não haveria mudanças expressivas nesta direção durante a visita.

Para a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), a tarifa não impede que o Brasil, produtor mais eficiente de etanol, embarque produto para os EUA, mas representa uma barreira ao livre comércio, devendo, portanto, ser removida.

Os EUA foram o principal mercado comprador de álcool em 2006, respondendo por cerca de metade do total embarcado pelo Brasil. O petróleo caro e a oferta escassa de etanol produzido nos EUA criaram condições no ano passado para que as exportações acontecessem apesar da tarifa.

Otimismo com Doha

Os dois presidentes também manifestaram otimismo em relação às negociações comerciais da Rodada de Doha, no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio). No pronunciamento, Lula mandou um recado aos ministros das Relações Exteriores dos dois países: "façam acordo o mais rápido possível".

O presidente brasileiro disse que, se Brasil e EUA se entenderem, "fica mais fácil" convencer os outros países a aderir a acordos sobre os subsídios de produtos agrícolas praticados pelos países desenvolvidos.

Lula relatou ter conversado detidamente com Bush sobre o comércio mundial e repetiu o otimismo com uma solução em curto prazo para as negociações, que foram interrompidas temporariamente no final do ano passado.

Bush, que falou logo em seguida, disse em resposta que a rodada "é importante", que Brasil e EUA estão "no centro do debate". Segundo ele, há muito trabalho a ser feito, mas um acordo é possível e, se Brasil e EUA trabalharem juntos, "muitos outros países poderão trabalhar juntos".

Diálogo aprofundado

O presidente brasileiro afirmou que a atual visita de Bush ao país é mais um passo do aprofundamento do diálogo entre os dois países. A visita é um reflexo do "excelente momento" das relações bilaterais. Lula citou a ampla rede de relações empresariais entre os países e os progressos no comércio bilateral e nos investimentos norte-americanos no Brasil.

Sobre o etanol, assunto central da visita de Bush, Lula disse que o Brasil orgulha-se de ter participado da decisão norte-americana de ampliar o uso de biocombustíveis. Ele ressaltou que o programa brasileiro do etanol é fruto de mais de 30 anos de investimento e que tem como resultado o respeito ao meio ambiente, um forte impacto social e a capacidade de gerar empregos.

Lula disse que o memorando de entendimento sobre cooperação na área do etanol assinado nesta sexta pelos dois países é um "passo decisivo" para impulsionar a democratização energética em todo o mundo. "Todos podem sair ganhando", disse Lula sobre o uso de

biocombustíveis.

O brasileiro lembrou que a América Latina passa por um momento político "excepcional", em que abriu mão das ditaduras, mas que agora as populações do continente têm como prioridade acabar com a pobreza. Segundo Lula, "a integração é o melhor caminho para o fortalecimento da democracia". Ele disse ainda que, na América do Sul, esse processo se baseia no respeito "às decisões políticas e econômicas".

"A democracia prospera quando se tem desenvolvimento econômico e social, quando se erradica a pobreza", disse. Lula pediu ajuda aos EUA para construir projetos conjuntos que retirem dos países ricos a pecha de que são apenas "exploradores".

Combustíveis: "meta alcançável"

Falando logo em seguida, Bush referiu-se ao etanol e disse que voltará aos EUA com a idéia de reduzir o consumo norte-americano de gasolina em um prazo de dez anos. Para Bush, trata-se de uma "meta alcançável".

Ele disse que o Brasil é um exemplo para outras democracias, que o país tem sido um grande líder para promover a estabilidade na América Latina e que Lula "tem de ser orgulhoso" da maneira como ter agido.

Bush concorreu com Lula e afirmou que o sucesso da Rodada de Doha é "essencial por muitas razões". O líder americano disse ainda que o comércio é "a ferramenta contra a pobreza mais eficiente que existe" e a melhor maneira de reforçar a democracia no continente americano.

Lula sugeriu que acordos de cooperação entre Brasil e EUA sejam ampliados. Ele citou, como exemplo, a ida de estudantes brasileiros para cursos nos EUA. Segundo ele, seria uma maneira de os jovens brasileiros terem uma imagem mais positiva do povo norte-americano.

Em relação à política para o Oriente Médio, Bush disse que espera que os iranianos e os sírios ajudem o governo iraquiano, mas sem intervenções no território do Iraque.

Chávez

Questionado por um jornalista sobre a influência do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, no ambiente diplomático da América Latina, Bush negou que os Estados Unidos tenham "voltado as costas" para o continente nos últimos anos e assegurou que, pelo contrário, trazia uma mensagem de boa vontade durante sua visita, tumultuada por manifestações.

"Esta descrição não é apoiada pelos fatos" declarou. "É talvez uma maneira de as coisas serem percebidas, mas certamente é contestada pelos fatos."

"Trago a boa vontade dos Estados Unidos para com a América do Sul e a América Central", completou Bush.

Samba no Morumbi

Depois dos compromissos com Lula, o presidente Bush ainda visitou a ONG Meninos do Morumbi, onde descontraiu-se e "caiu no samba" ao lado das crianças atendidas pela organização antes de rumar para o aeroporto.

Bush dançou e tocou com 80 jovens. "Ele quebrou o protocolo. Dançou com as crianças, tocou com as crianças", disse o coordenador da instituição João Laurentino. Bush tocou ganzá, uma espécie de chocalho.

Para um dos jovens que fazem parte do projeto, Bush estava entusiasmado, principalmente na hora da dança. "Deu frio na barriga, mas quando começamos a tocar ele veio fazer palhaçadas, aplaudir bastante, dançava com as meninas. Foi muito simpático", disse Danilo Tadeu Souza da Silva, 14. "Foi uma apresentação rápida, entre 20 e 30 minutos."

Antes, Bush visitou alunos do curso de informática da organização. O presidente estava acompanhado da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, e de sua mulher, Laura Bush, e fez um breve discurso sobre a importância da compaixão, disseram pessoas no local.

A Associação Meninos do Morumbi é uma entidade voltada à assistência e educação para jovens em situações de risco, como exposição às drogas e à violência.

O presidente norte-americano chegou ao local por volta das 16h. Houve um forte esquema de segurança na região, com helicópteros, motos e pelo menos 30 carros de escolta e apoio.

Antes de Bush terminar sua coletiva de imprensa conjunta com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, várias ruas ao redor da ONG estavam interditadas, e os moradores que estavam do lado externo da barreira não puderam ir para suas casas.

Ricardo Martins, 40, disse que ninguém foi avisado e que seu filho, de 7, o estava esperando. "Não avisaram ninguém ... meu filho está lá com a empregada, não posso entrar", afirmou.

Segunda etapa

Bush chegou a Montevideú, onde pernoita no Hotel Radisson, na Plaza Independencia, a mais importante da capital. No sábado pela manhã, irá à estância presidencial de Anchorena, no Departamento de Colonia, 200 quilômetros a oeste da capital, onde será recebido pelo presidente Tabaré Vázquez